

Universidade de Évora
Departamento de Linguística e Literaturas
Escola de Ciências Sociais



O Nacionalismo Galego
(o percurso político e literário do século XIX à década de 1950)

Dissertação apresentada à Universidade de Évora
para obtenção do grau de Mestre em Estudos Ibéricos por:
Maria de Fátima Santos Duarte Figueiredo.

Orientação do
Professor Doutor António Cândido Valeriano Cabrita Franco

Outubro, 2010

Universidade de Évora
Departamento de Linguística e Literaturas
Escola de Ciências Sociais



O Nacionalismo Galego
(o percurso político e literário do século XIX à década de 1950)

Dissertação apresentada à Universidade de Évora
para obtenção do grau de Mestre em Estudos Ibéricos por:
Maria de Fátima Santos Duarte Figueiredo.

Orientação do
Professor Doutor António Cândido Valeriano Cabrita Franco

Outubro, 2010

Ao Povo Galego

ÍNDICE

Agradecimentos.....	5
Resumo.....	6
Abstract.....	7
INTRODUÇÃO.....	8
1- O Século XIX.....	10
1.1- O Provincialismo (1840-1865).....	10
1.2- O <i>Rexurdimento</i> literário.....	18
1.2.1- Rosalía de Castro e contemporâneos.....	20
1.3- A I República/Restauração (1873-1876).....	31
1.4- O Regionalismo galego (1875-1907).....	33
2- O Século XX.....	49
2.1- Antes do Franquismo.....	49
2.1.1- As Irmandades da Fala e as ideologias nacionalistas.....	49
2.1.2- A Geração Nós (1920-1936).....	73
2.1.3- A O.R.G.A.	83
2.1.4- A resistência à ditadura de Primo de Rivera (1923-1930).....	85
2.1.5- A II República/ Início do Franquismo (1931-1939).....	89
2.2- O Nacionalismo galego do interior.....	107
2.2.1- O Nacionalismo no exílio.....	127
2.3- A Década de 1950.....	135
2.3.1- A Editora Galaxia.....	135
CONCLUSÃO.....	142
ANEXO.....	147
BIBLIOGRAFIA.....	172
OUTROS TEXTOS.....	174
WEBGRAFIA.....	175
DVDs.....	177

Agradecimentos

Para a concretização desta dissertação, contámos com a colaboração de diversas pessoas que, de alguma forma, deram a sua contribuição para a completar e concluir.

Em primeiro lugar, desejamos agradecer ao nosso Professor Orientador, o Professor Doutor António Cândido Valeriano Cabrito Franco, que pacientemente aguardou o envio das várias etapas deste trabalho, disponibilizando-se e incentivando-nos, tal como a Professora Doutora Filomena Gonçalves.

Agradeço igualmente ao Dr. António Mira as suas sugestões, baseadas na sua experiência académica e enquanto galego, assim como ao Mestre Miguel Arce, pela simpática disponibilidade em nos emprestar livros e esclarecer-nos acerca de questões relativas à realidade e cultura galegas.

Foi também relevante ter podido conversar com o Professor Doutor José Manuel Sobral, do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, que disponibilizou umas horas para dialogar connosco sobre o Nacionalismo galego.

Finalmente, não podemos deixar de referir a simpatia e esclarecimentos de pessoas do povo galego, com quem contactámos nas últimas viagens à Galiza que entretanto realizámos, em livrarias como a Couceiro, em restaurantes, cafés e no local onde nos alojamos em Santiago (Hostal A Nosa Casa, em Santiago de Compostela), agradecendo a todos o seu carinho, atenção e interesse pela nossa pesquisa.

Resumo

No caso da Galiza, o Nacionalismo está relacionado com a necessidade de uma comunidade de ser independente e com a consciência de pertencer a uma terra com características próprias.

O povo galego foi dominado por Castela durante mais de quinhentos anos, suportando proibições relativamente à sua cultura e língua e só no século XIX algumas vozes como Rosalía de Castro, Murguía, Curros Enríquez e Pondal começaram a desaprovar esse facto histórico em público, o que levou ao Nacionalismo, no século XX.

O problema galego é político, cultural e linguístico e, na primeira metade do século passado, escritores e outros intelectuais envolvidos em política escreveram acerca dele, não só em obras narrativas ou poesia mas também em ensaios que continham ideias nacionalistas, como Risco e Castelao; outros foram assassinados durante a Guerra Civil Espanhola, como Casas e Bóveda.

Tal como a restante Espanha, também a Galiza sofreu a ditadura de Franco.

The Galician Nationalism

(The political and literary path from the nineteenth century to the decade of 1950)

Abstract

In the case of Galiza, Nationalism is related to the need of a community to be independent and to the conscience of belonging to a land with characteristics of its own.

Galician people has been dominated by Castilla for more than five hundred years, bearing prohibitions related to their culture and language and only in the nineteenth century some voices like Rosalía de Castro, Murguía, Curros Enríquez and Pondal began to disprove that historical fact in public, what led to Nacionalism in the twentieth century.

The galician problem is potitical, cultural and linguistic and, in the first half of the last century, writers and other intelectuals involved in politics wrote not only novels or poetry but also essays containing nacionalist ideas, such as Risco and Castelao; others were murdered during The Spanish Civil War, like Casas or Bóveda.

Like the rest of Spain, also Galiza suffered the dictatorship of Franco.

Introdução

Esta dissertação concretiza o desejo de realizar uma viagem pela evolução do Nacionalismo galego, desde os seus tímidos primórdios no século XIX até à primeira metade do século XX, caminhando ao encontro do conteúdo de frases como as que são lembradas e registadas por António Medeiros, em *Dois lados de um rio: Galiza non é Espanha; Galiza Ceibe* (Medeiros: 2006, 20).

Do interesse histórico-social, passámos ao literário e político e assim referimos alguns dos principais nomes que se distinguiram na defesa da cultura e língua galegas, com a consciência de que muitos ficarão por mencionar, tendo em conta o limite da extensão deste trabalho, abrangendo o estudo da evolução daquele movimento nacionalista, na qual se encontram e distinguem três fases: o Provincialismo (de 1840 até cerca de 1885); o Regionalismo (de 1885 até 1915) e o Nacionalismo, nascido e consolidado entre 1916 e 1918.

Destacamos a pluralidade de correntes de pensamento que lhe estiveram subjacentes desde a sua origem e ao longo do seu percurso, originando as Irmandades da Fala como movimento político. Tal levou-nos a apresentar, referir e analisar textos de carácter programático, como resoluções, regulamentos, manifestos e programas de autoria colectiva que foram o ponto de partida da acção cultural e política do Nacionalismo galego.

Consideramos inevitável e fundamental a aliança da literatura à sociedade que a envolve e em que foi produzida, pois, num contexto ideológico e político conturbado como o galego, de outra forma não poderia ser.

O estudo desta aliança foi iniciada no *século XVIII con Vico e Herder (...) No século XIX desenvolveuse de Oriente (Belinski) a Ocidente (Taine) e acadou un cultivo sistemático coa aparición do marxismo. A análise histórico-social estudia tanto o texto na historia social como a presencia da sociedade no texto (...) foron os marxistas os que estableceron con máis rigor expositivo os elementos básicos do enfoque* (Rodríguez Fer: 1989, 275). Deste modo, a Literatura foi encarada como um espelho da sociedade em que é produzida, embora sofra algumas mudanças estéticas fruto da criação de quem a produz, que não deixa de tomar partido ou de revelar a sua tendência ideológica ou política, indo, muitas vezes, ao encontro do que o Marxismo preconizava: *o conxunto do pensamento marxista entendeu que a obra literaria debía ser unha arma política* (Rodríguez Fer: 1989, 276). Várias obras que aqui

referiremos foram-no e são-no ainda, tornando-se, por isso, intemporais e sempre actuais, visto que o máximo objectivo nacionalista galego ainda não foi alcançado: a independência.

No que respeita à noção de Galeguismo, partimos da definição de Beramendi e Seixas, que o apresentam como *o movimento que encarna o longo e complexo proceso de reivindicación política de Galicia como ente nacional diferenciado e mais a xénese paralela dun corpo de ideas que xustificuen esa reivindicación* (Beramendi e Seixas: 1996, 17) e cuja origem se situa nos anos quarenta do século XIX, revelando um percurso atribulado e com alguns conflitos até apresentar contornos claramente políticos, na primeira metade do século XX.

Dos vários movimentos nacionalistas espanhóis, em especial dos periféricos, o galego é o menos conhecido e divulgado, não sendo referido nos meios de comunicação de âmbito estatal por não ser reconhecido como uma questão nacional. Tal acontece provavelmente porque é um nacionalismo com cariz político, devido à luta de um povo pela sua terra, que nunca foi encarada por Castela como um possível território independente nem com a mesma consideração com que têm sido encarados os nacionalismos basco e catalão.

A luta galega consiste não só na luta pelo reconhecimento de uma nação com fronteiras bem definidas como também da sua língua, cultura, identidade e reorganização do território com órgãos que respeitem a sua estrutura social e territorial, reclamando um efectivo respeito por todos os aspectos da sua realidade, sendo salientada a língua, pois *un home que teña fe no ideal que propaga non debe resiñarse a morrer sen velo realizado, a non ser que morra en loita polo seu ideal* (Castelao: 2004, 15).

1- O século XIX

Segundo António Medeiros em *Dois lados de um rio, a Galiza foi dita, sucessivamente, província, região e nacionalidade* ou *nação* (Medeiros: 2006, 32), antecipando o discurso nacionalista.

Beramendi e Seixas, mais rigorosos em *O Nacionalismo Galego*, referem que a origem do Galeguismo se encontra na década de 1840 e apresentam a sua evolução histórica naquelas três etapas ou fases, procurando delimitá-las, o que facilita a nossa sistematização de cada uma delas: *o provincialismo, desde 1840 até, aproximadamente, 1885; o regionalismo, desde 1885 até 1915; e o nacionalismo, desde 1916/18 em diante* (Beramendi e Seixas: 1996, 17).

1.1-O Provincialismo (1840-1865)

A Galiza, no século XIX, conheceu uma contradição que impediu o seu desenvolvimento económico, revelando-se incapaz de se modernizar e também de se integrar devidamente *no sistema económico e político espanhol, historicamente mais desenvolvido* (Villares: 1991, 109), sofrendo então um significativo atraso na sua inserção na época contemporânea. Para este, contribuiu a existência de uma sociedade tardo-feudal que fez perdurar elementos do Antigo Regime, ao longo de todo o século XIX, como, por exemplo, rendas, usos comunitários e fidalgos que, dominando as suas terras, eram ainda os senhores dos seus servos, que, apegados aos trabalhos agrícolas, viviam numa comunidade com características ainda feudais.

Nesta comunidade essencialmente agrícola e muito ligada a valores antigos e já ultrapassados na grande maioria dos outros países europeus e restantes regiões espanholas, não foi possível construir caminhos-de-ferro e desenvolver indústrias ou o comércio.

Devido ao aumento populacional e grande afluxo de camponeses às cidades, que a elas acorriam em busca de algumas condições mínimas de existência, registou-se um aumento na taxa de desemprego que, a par da subida do preço do pão, causou uma situação terrível a que

também não escaparam comerciantes, professores e funcionários públicos.

No entanto, registaram-se, na Galiza, indicadores de mudança política do Antigo Regime, devidos fundamentalmente às lutas contra os franceses e entre liberais e carlistas. A luta contra o invasor francês marcou *a primeira fase da crise do Antigo Regime em Espanha* (Villares: 1991, 111), ocorrendo, em território galego, entre Janeiro e Junho de 1809. Apesar de clérigos e fidalgos terem orientado os camponeses para a resistência aos franceses, estes não se organizaram para *a abolição dos senhorios, dos dízimos ou da Inquisição* (Villares: 1991, 111).

Porém, mais tarde, a aliança entre fidalgos, clérigos e camponeses renovou-se, aquando das lutas entre carlistas e liberais, nas três guerras ocorridas na Galiza, renovação que não ocorreu na economia galega, pelo que se registou um grande índice de emigração.

A emigração é o factor mais definidor da população galega contemporânea, tanto pela quantidade como pela qualidade (Villares: 1991, 115), reflectindo os problemas evidentes na Galiza, como *o esgotamento dos métodos tradicionais de expansão agrária (ampliação do solo cultivado, intensificação não de capital mas de trabalho humano)* (Villares: 1991, 116).

A agricultura encontrava-se ultrapassada; a tecnologia revelava um baixo nível de desenvolvimento; o sistema foral permanecia inalterado e implementado; a maioria das rendas forais não eram pagas; os impostos eram significativos, destacando-se os *trabucos*, isto é, os diversos impostos que agricultores e recebedores de rendas tinham de pagar às instituições da fazenda estatal, provincial ou municipal; as redes de comunicação, essenciais para um desenvolvimento económico eficaz, eram ainda deficitárias, aparecendo o caminho-de-ferro apenas no final do século XIX, enquanto que, em outras regiões de Espanha aparecera já nos meados daquele. A incorporação da Galiza na rede ferroviária espanhola aconteceu apenas em 1883, registando-se um atraso de vinte anos relativamente a esta, o que condicionou decisivamente o desenvolvimento económico galego.

Quanto à actividade agrária, esta manteve-se, deste modo, sem concorrência, ocupando grande parte da população e vincando as diferenças sociais como até aí acontecera, mantendo-se a fidalguia no topo da escala social, o que fez perdurar a sombra ainda enraizada do Antigo Regime. Esta classe social *conservava o essencial: o seu próprio nome, os seus paços com lugares ocupados por caseiros e administradores, e uma multidão de rendas cobradas em diversas partes* (Villares: 1991, 124), incluindo os *herdeiros dos antigos privilegiados* (Villares: 1991, 124-125).

Na base da escala social encontravam-se os camponeses, muito numerosos e com muita diversidade interna: os *rendeiros*, por exemplo, eram os arrendatários, enquanto que outros camponeses eram foreiros, caseiros ou arrendatários de explorações agrárias de dimensão e produção diferentes. Quanto aos *caseteiros* (artesãos rurais), tiveram de optar pela emigração na América ou em Castela, em condições praticamente escravagistas que tanto revoltaram Rosalía de Castro (1837-1885).

No entanto, apesar das dificuldades sentidas, o povo manteve o seu apego à terra, continuando a revelar uma significativa solidariedade interna através da *companhia familiar* (a casa) e das *xuntas de cabo de casa* (juntas de vizinhos).

Os burgueses, maioritariamente comerciantes, viviam em cidades e vilas, vivendo do comércio de produtos manufacturados que lhes chegavam do estrangeiro, dos empréstimos e do investimento das suas economias em terras e rendas, não manifestando todos o mesmo interesse na modernização económica.

Na sociedade galega, nem a fidalguia se deixou suplantada pela burguesia nem os camponeses integraram o proletariado, mantendo-se então a estrutura social praticamente inalterada. De facto, nenhuma destas duas últimas classes sociais conseguiram *cortar este tecido social tão bem urdido por senhores da terra e camponeses desde a época medieval* (Villares: 1991, 126).

Mais dinâmico, o proletariado começou a reivindicar direitos, manifestando as suas primeiras manifestações políticas, *que serviram de veículo para a penetração das ideias da I Internacional na Galiza* (Villares: 1991, 126). Era, pois, *unha sociedade de base agrária e tradicional nun século de cambios e de tensión entre as forzas da reacción e as do progreso* (Monteagudo e Vilavedra: 1993, 13).

No entanto, *esta sociedade de base agrária e tradicional, em que inclusivamente persistem categorias sociológicas tão definidoras como a fidalguia, com uns fundamentos económicos de grandes analogias com o Antigo Regime, encontra-se, não obstante, pacificamente integrada na estrutura política do Estado liberal espanhol* (Villares: 1991, 126-127).

Entretanto, surgiu o Provincialismo¹, embrião do Nacionalismo que emergirá mais tarde, reclamando aquele a identidade do antigo Reino de Galicia com a sua cultura própria,

¹ *reivindicación da unidade territorial preexistente e com ela da entidade toda da antiga provincia ou Reino de Galicia, desmembrada en partes menores (as provincias actuais) pola reforma administrativa do ministro Javier de Burgos no 1833* (Beramendi e Seixas: 1996, 18).

desencadeado e alimentado pelo Romantismo, que despertou o interesse pela História dos povos, em especial, a medieval, a sua língua e costumes.

Já antes de 1840, destacaram-se algumas iniciativas, isoladas mas personalizadas, de homens que defendiam algumas linhas de pensamento que fariam parte da defesa galeguista, como Frei Sarmiento, que defendeu a língua galega, ecoando, por vezes, também a sua voz contra o Estado centralizador que subjugava economicamente a Galiza.

Nascido em Vilafranca do Bierzo (Leão), no dia 9 de Março de 1695 e falecido em 7 de Dezembro de 1772, Pedro Xosé García Balboa, conhecido como Frei Martiño Sarmiento, passou a sua infância e parte da juventude em Pontevedra. Defenderia, mais tarde, que a língua galega é pura, não se encontrando contaminada por línguas estrangeiras, criticando os que a desprezavam e insistiu que deveria ser aprendida nas escolas, pois era a língua que as crianças aprendiam e usavam em casa. Era, pois, um homem com uma visão abrangente mas certamente ainda isolada, mesmo entre a elite intelectual.

Desde cedo, verificou-se que não eram, de facto, populares as vozes que se faziam ouvir, mas sim a de homens intelectuais, com conhecimentos culturais, linguísticos e políticos, sendo um exemplo, mais tarde, Antolín Faraldo (1823-1853) cuja voz se fez ouvir em 1843, na Assembleia de Lugo, em que *pon a discusión se Galiza debe ou non ser independente. Por un voto non se discutiu. Mais a era dos Precursores ficaba aberta...* (Risco: 1920, 10).

Escritor e jornalista, Faraldo foi um dos precursores do Provincialismo galego, ao contrário do seu pai, clérigo, que defendia o Absolutismo. Em 1845, com Xosé Rúa Figueroa e António Neira de Mosquera, fundou e dirigiu a revista *Futuro* com o subtítulo *Revista da Xuventude Gallega*, na qual era clara a linha liberal e regionalista contra a visão centralista da monarquia borbónica. Considerando a Galiza uma colónia castelhana, depois de contribuir para a Revolução de 1846, exilou-se em Portugal.

O confronto entre as duas concepções claramente em oposição- a de um Estado autoritário e centralizador e a de revolução liberal e descentralizadora, com feição federalista que não logra- foi um factor essencial e de cariz político que desencadeou e acentuou o Provincialismo, ao provocar desagrado entre os que pretendiam uma situação estável e justa.

Não é então de admirar que, para estes, *uniformidade e centralismo se identifiquen cada vez máis com falla de democracia e freo ao progreso, e que, en contraposición, particularismo e descentralización do poder se convertan para algúns no mellor vieiro para satisfacer as aspiracións anovadoras do que podemos denominar a esquerda do liberalismo* (Beramendi e Seixas: 1996, 18).

Como consequência, nesta esquerda há um consenso entre o *progresismo político e crecente identificación com determinados aspectos do legado histórico “rexional” (...)* característica sobranceira da mentalidade provincialista (Beramendi e Seixas: 1996, 18).

Em 1840, após a primeira guerra carlista (guerra civil que decorreu em toda a Espanha, entre 1833 e 1840, entre os carlistas, partidários do infante Carlos Maria Isidro de Bourbón, defensores de um regime absolutista, e os de Isabel II, partidários de um regime liberal, denominados cristinos por apoiarem a regente María Cristina), os provincialistas afirmaram-se e então, do confronto entre a regente María Cristina (1806-1878) e o General Espartero (1793-1879), devido à Lei de Concelhos que este defendeu, surgiram juntas locais e regionais de marcada influência liberal e progressista, tendo sido a primeira a Xunta de Santiago, criada no dia 24 de Julho.

Nesta altura, destacou-se a nível literário, em poesia, Antonio Neira de Mosquera (1818-1853), que escreveu a favor deste movimento e colaborou no *Semanario Pintoresco Español*, escrevendo artigos sobre a Galiza que certamente o inspiraram para as suas *Monografías de Santiago* (1850), que constituem uma colecção de quadros históricos, políticos, de arte, lendas e tradições.

A Literatura teve então um papel fundamental, pois o Provincialismo foi defendido por um grupo de jovens fidalgos amantes daquela e que constataram o atraso em que se encontrava a Galiza e o desprezo que sofria. Reuniam-se frequentemente em Santiago de Compostela, onde realizavam conferências sobre temas progressistas como a legitimidade da pena de morte e a emancipação da mulher. O líder que mais se destacou neste grupo foi Antolín Faraldo, a quem se juntaram Neira de Mosquera, Romero Ortiz e Pío Rodríguez Terrazo. Enquanto movimento, as ideias deste grupo não eram claras, sabendo-se apenas que defendiam e pretendiam uma autonomia legislativa, mas escreviam em castelhano.

Em Setembro de 1840, o exército manifestou-se a favor da tendência provincialista em cidades como Vigo, Ferrol, Santiago de Compostela e Corunha, difundindo-se as juntas locais que estabeleceram o acordo de formar uma Xunta Superior Central de Galicia, com vista a governar este território enquanto não se formasse um governo central. Segundo a perspectiva de Beramendi e Seixas, *non hai nas súas manifestacións nada que poida ser interpretado como galeguismo e, como acontecerá no 1843, o seu referente nacional explícito é sempre España* (Beramendi e Seixas: 1996, 19). Estes feitos e ideias repetiram-se em 1843, ano em que os progressistas ganharam as eleições galegas.

No dia 15 de Julho de 1843, em Lugo, formou-se novamente uma Xunta Central de

Galicia, que apresentou uma proposta já com laivos federalistas: a criação de uma Xunta Central de España que pusesse em prática o programa integral progressista e reestruturasse todo o Estado. No entanto, estas uniões progressistas em juntas não tiveram sucesso e dissensões internas minaram-nas, permitindo aos moderados galegos levá-los ao poder de 1844 a 1845. No território galego, houve tentativas de resistência progressista que originaram um grupo ideológico específico que conseguiu difundir as suas ideias. Segundo Beramendi e Seixas, é possível distinguir cerca de cinquenta nomes principalmente em Compostela mas com disseminações em Pontevedra, Corunha, Lugo e Ferrol, principalmente de jovens estudantes universitários; *no resto, predominaban as profesións liberais (17%), os profesores (13%) e os funcionarios (7%)* (Beramendi e Seixas: 1996, 20). Deste modo, a este grupo provincialista pertencia maioritariamente *a classe media-alta, preferentemente urbana, e dentro dela, o que adoito se denomina intelligentsia* (Beramendi e Seixas: 1996, 20).

Entre 1840 e 1846, setenta e cinco por cento daqueles homens eram progressistas e vinte e cinco por cento eram liberais moderados. A grande maioria encontrava-se na Academia Literaria de Santiago de Compostela, fundada por grandes nomes do Provincialismo, como Francisco Añón y Paz (1812-1878), José María Posada (1817-1886), Alberto Camino (1821-1861), Leopoldo Martínez Padín (1823-1950) e Antolín Faraldo.

Nesta listagem de nomes, estão quase todos os que deram origem ao *Rexurdimento* literário galego, recebendo influências das novas ideologias que varriam a Europa, como, por exemplo, a igualdade entre os sexos. Assim, a Academia tornou-se um significativo centro de discussões de ideias, sendo igualmente importante como fonte de reconhecimento de individualidades como o historiador liberal Xosé Verea y Aguiar (1775-1849), que introduziu o celtismo na historiografia galega, na sua obra *Historia de Galicia*, em 1838. Nesta, defendeu que, neste espaço geográfico, se encontrava a origem dos celtas e, em Janeiro de 1843, foi proposto como sócio honorário, vendo assim reconhecida a sua obra.

Os homens da Academia tiveram um importante papel na imprensa escrita, produzindo revistas que se caracterizavam por uma vida e economia precárias. Em Compostela, destacaram-se, por exemplo, *El Idólatra de Galicia* (1841-42), *El Emancipador Gallego* (1842) e, na Corunha, *El Centinela de Galicia* (1843-44), nomes já prenunciadores do Galeguismo nacionalista. As ideias preconizadas por este grupo não eram ainda claras e definidas, mas a sua era uma ideologia ainda em embrião que acolhia pensamentos de várias origens, não havendo dúvidas de que as ideias progressistas constituem a base do Galeguismo nos seguintes artigos:

- a vertente literária romântica, expressa no lema faraldiano: *Abajo las reglas, las escuelas i los maestros!* (Beramendi e Seixas: 1996, 21);
- o Cristianismo social, de influência francesa (Lammenais, Chateaubriand, Lamartine, Drovineau), que procurava ir ao encontro das ideias originais e primitivas cristãs de solidariedade e justiça, matriz em que se devia buscar a liberdade moderna e o fim harmonioso das tensões sociais, interligando e aproximando os homens como irmãos;
- o Historicismo, iniciado em 1838, com a obra *Historia de Galicia*, publicada por Xosé Vereá y Aguiar, destacando-se Antolín Faraldo, que bebia na História directrizes e exemplos da mudança, *xa que, como el mesmo afirmaba, “en la historia se aprende la libertad”* (Beramendi e Seixas: 1996, 22), visão continuada nos historiadores da geração seguinte, como Benito Vicetto (1824-1878) e Manuel Murguía (1833-1923);
- o Liberalismo, que, defensor da democracia e do progresso, se opunha ao Carlismo, tendo como objecto da sua atenção o território galego. Assim, ainda que de forma um pouco tímida, rejeitava-se o menosprezo de que este era alvo, procedendo-se à valorização e elogio do que lhe respeitava, sendo usados os termos *pátria* e *reino* para diferenciar a terra galega (o termo *provincia* era muito pouco usado e *nação* e *nacionalidade* aplicavam-se a Espanha). Também de forma ainda embrionária, surgiram a primazia da visão política sobre o etnicismo e a importância da História, que traçou nos galegos marcas e características que os distinguem, como a valorização da religião, uma língua e costumes próprios.

*

Segundo Beramendi e Seixas, *o primeiro provincialismo fica reducido realmente a ser o “precursor” dunha ideoloxía autenticamente galeguista: cando os primeiros provincialistas falaban de “patria galega”, non a concibían como unidade étnica diferente (...) Así, o primeiro provincialismo insire para sempre o historicismo no galeguismo, mais non fai o propio coa etnicidade* (Beramendi e Seixas: 1996, 25).

O reconhecimento do atraso sócio-económico galego pelos provincialistas levou a um programa de desenvolvimento faraldiano, que procurava a unificação política galega para fortalecer a importância de Galiza em relação ao exterior. No entanto, se, por exemplo, a língua galega era já encarada como um factor cultural individualizador, as obras escritas nesse idioma não alcançavam reconhecimento literário, apesar de já ter aparecido a poesia de Xoán Manuel Pintos Villar (precursor do *Rexurdimento* galego, nascido em 1811 e falecido em 1876, cujo livro *A Gaita Gallega*, de 1853, o único publicado em vida, foi a primeira obra escrita em galego moderno), de Francisco Añón y Paz (1812-1878) e de Alberto Camino (1821-1861).

Deste modo, podemos dizer que os provincialistas de 1840-46 não viam a Galiza como nação, pelo que, conseqüentemente, valorizavam o seu etnicismo de uma forma precária, dedicando-se mais à historicidade galega. No entanto, apoiaram civil e politicamente a revolta progressista do Coronel Miguel Solís Cuetos (1816-1846), em Lugo, em 2 de Abril de 1846, que se estendeu a outras cidades. Esta revolta ocorreu aquando do reinado de Isabel II, cujo Presidente do Governo era o general Ramón María Nárvaez (1800-1868), que exerceu uma ditadura que provocou a revolta popular. Depois de Lugo, houve a adesão de outros locais que culminou, em Santiago de Compostela, na constituição da Xunta Superior do Reino de Galicia, a qual tentou restabelecer direitos que este espaço físico tinha perdido com Nárvaez, considerando os revoltosos que a Galiza era tratada apenas como uma colónia de Castela.

O Presidente do Governo enviou então tropas que, devido à sua superioridade numérica, derrotaram as galegas, na batalha de Cacheiras, no dia 23 de Abril do mesmo ano, entregando-se o coronel Solís, que foi levado a julgamento sumário e condenado à morte na vila de Carral, perto da Corunha, assim como outros onze oficiais galegos, fuzilados em 26 de Abril, perdurando na memória galega como os Mártires de Carral.

Apesar do apoio àquela revolta, o programa defendido pela Xunta não pressupunha a descentralização, defendendo a vertente progressista mas considerando sempre a Galiza integrada no Estado espanhol.

Depois da derrota de 1846 e a conseqüente repressão, o grupo compostelano foi desfeito, optando os mais envolvidos pelo exílio e outros pelo afastamento permanente da política galega, dando assim origem a uma nova geração. Não obstante, alguns mantiveram-se estoicamente na Galiza, fazendo a ponte entre o passado e essa geração, como, por exemplo: Alberto Camino, Leopoldo Martínez Padín ou Benito Vicetto. Os dois primeiros, juntamente com Xosé Neira Vilas (n.1928), tiveram um papel muito significativo, ao criarem o Liceo da

Xuventude de Santiago, onde beberam depois formação muitos da segunda geração de provincialistas, como Manuel Murguía, Aurelio Aguirre (1833-1858), Eduardo Pondal (1835-1917) e Rosalía de Castro (1837-1885), conscientes da sua importante herança.

Mais tarde, os focos provincialistas diversificaram-se, deixando Compostela de ser o núcleo, facto que permitiu espalhar as ideias galeguistas por toda a Galiza, ainda que com poucos elementos, o que prejudicou a coesão do grupo provincialista. Devido à falta de uma organização eficaz, o Provincialismo não pôde ainda ser considerado politicamente um movimento, tratando-se *simplesmente dunha corrente de opinión entre as elites dirixentes e/ ou intelectuais do progresismo* (Beramendi e Seixas: 1996, 28-29).

A sua actividade era essencialmente teórica, apesar de vários provincialistas participarem politicamente em partidos espanhóis ligados à ala esquerda do Liberalismo, como Manuel Murguía, Aurelio Aguirre e Eduardo Pondal, que aderiram ao Progressismo.

1.2- O *Rexurdimento* literário

Este movimento, galeguista nas suas motivações, procedeu ao cultivo literário da língua galega, que decorreu de forma lenta mas persistente, ao longo do período isabelino, atingindo o auge durante a Restauração.

Em 1853, a obra *A Gaita Gallega*, de Xoán Manuel Pintos Villar, publicada em Pontevedra durante a vida do autor e escrita em galego moderno, constituiu um marco significativo na literatura galega, apesar do idioma galego estar ainda muito misturado com o castelhano.

Outro evento marcante foi a realização dos Jogos Florais da Galiza, no dia 2 de Julho de 1861, na Corunha, que constituiu o início do *Rexurdimento* literário, predominando as composições em castelhano, ganhando, no entanto, uma em galego, denominada “A Galicia”, de Francisco Añón. Destacou-se igualmente o primeiro poema em galego de Eduardo Pondal intitulado “A Campana d’ Anllóns”, defendendo Francisco de la Iglesia, o secretário dos Jogos Florais, o uso da língua galega.

Em 1863, como que atendendo à urgência e necessidade patriotas de exaltar a respectiva cultura, surgiu *Cantares Gallegos*, de Rosalía de Castro, obra que contribuiu

decisivamente para a qualidade literária deste renascimento literário galego. Este foi igualmente marcado pelo aparecimento das primeiras gramáticas e dicionários desta língua: o *Compendio de gramática gallega-castellana*, em 1864, de Francisco Mirás, e a primeira *Gramática Gallega* do escritor e linguista Juan Antonio Saco y Arce (1835-1881), em 1868.

Aquando da Restauração (período desde o fim da Primeira República Espanhola, em 1874, até à proclamação da II República, em 14 de Abril de 1931; caracterizou-se por uma alguma estabilidade institucional, o estabelecimento de um modelo liberal do Estado e a incorporação dos movimentos sociais e políticos, fruto da revolução industrial, que começou a sua decadência com a ditadura de Miguel Primo de Rivera, em 1923), destacaram-se alguns nomes no âmbito da prosa, como Valentín Lamas Carvajal (1849-1906) e Manuel Lugrís Freire (1863-1940) e *entre 1875 e 1891 publícanse 36 libros de poesía en galego, e 6 libros en prosa entre 1886 e 1891, ademais de 7 obras de teatro entre 1882 e 1891* (Beramendi e Seixas: 1996, 30). Surgiram então mais autores em poesia, consolidando-se o galego como língua literária essencialmente com as seguintes obras: *Follas Novas*, de Rosalía de Castro (1837-1885), em 1880; *Aires da Miña Terra*, em 1880, *O Divino Sainete*, em 1888, de Manuel Curros Enríquez (1851-1908) e *Queixumes dos pinos*, de Eduardo Pondal, em 1886, que daria origem à letra do hino nacional da Galiza.

Deste modo, constata-se que a poesia predominava como forma de expressão do sentir galego, tendo sido *de facto o único género regularmente exercido na língua vernácula no século XIX e, por isso, pode surgir como expressão mais nítida da “renascença” da Galiza* (Medeiros: 2006, 102).

A nível político, surgiu entretanto um projecto provincialista relacionado desde 1856 com o Partido Progressista e que desenvolveu uma actividade significativa até 1868, o ano de uma Revolução que não perdurou pois, em Dezembro de 1874, ocorreria a Restauração da Monarquia com Afonso XII, pondo fim à ascensão da burguesia revolucionária. A partir daí, o *galeguismo divídese en disputas internas que o debilitan* (Monteagudo e Vilavedra: 1993, 14).

1.2.1- Rosalía de Castro e contemporâneos

Rosalía es, para la mayoría, la esencia de lo galaico.

(García-Tizon: 1961, 19)

Rosalía nasceu em Santiago de Compostela, em 1837, tendo-lhe sido atribuído o nome Maria Rosalía Rita, encontrando-se a sua ilegitimidade claramente comprovada na certidão de óbito, que atesta que era fruto de uma relação ilegítima de D. Teresa de Castro, fidalga solteira, e de um seminarista.

Viveu os primeiros anos com uma madrinha, de quem pouco se sabe, em Ortoño, uma aldeia da comarca de Padrón, como uma criança camponesa, criada pela família do pai, em especial, pela tia paterna Teresa Martínez Viojo. O ambiente rural proporcionou um contacto estreito com a língua, as tradições e o folclore musical galegos, mas também com os problemas sociais do mundo camponês.

Mais tarde, passando a viver com a mãe, fidalga de uma família ilustre, em Santiago de Compostela, supõe-se que aos treze anos, sentiu ainda mais o peso da marginalização social, devida ao seu nascimento ilegítimo.

Apesar das limitações e da instrução tradicional a que estava sujeita, começou a escrever poesia aos onze anos e aos dezanove anos já se relacionava facilmente com escritores. No Liceo da Xuventude, participou activamente nas respectivas actividades culturais, nas quais conheceu jovens que teriam um importante papel no *Rexurdimento* galego, como Aurelio Aguirre, Manuel Murguía, com quem casaria, e Eduardo Pondal. É de realçar que, a nível literário, até à década de 1840 era algo extraordinário mulheres terem uma participação activa na sociedade; só a partir do Romantismo é que as burguesas ingressaram na vida literária activa, mas ainda com certas restrições.

Rosalía manteve-se sempre afastada de grupos, preferindo *cantar sentimentos e problemas máis fondos, comúns a homes e mulleres: a soidade, a morte, a inxustiza, o sentido da vida...* (Mayoral e Roig: 1998, 33), presenciando acontecimentos que lhe despertariam a comiseração pelos que sofriam, como a fome do Inverno de 1853, uma das maiores da Galiza, ocorrendo então um autêntico desfile de pedintes, nas ruas de Compostela. Simultaneamente, ocorreram também eventos políticos significativos marcados pelo impulso nacionalista, que

conheceu um momento revolucionário em 1854, tendo estado envolvidos nele os seus amigos do Liceo. Como exemplo, referimos a participação de Aurelio Aguirre e Eduardo Pondal na organização do Banquete de Conxo, em Março de 1856, em Santiago de Compostela, que consistiu numa confraternização entre estudantes e artesãos.

Em Abril deste ano, Rosalía passou a residir em Madrid, com a prima da sua mãe, publicando, em 1857, *La Flor*, um pequeno livro de versos que suscitou uma apreciação de Manuel Murguía, periodista e escritor, com quem adquiriu a segurança económica e respeito social, através do casamento, em 10 de Outubro de 1858, tornando-se então mulher de um homem conhecido e respeitado, em quem encontrou um amparo, *un apoio social e intelectual* (Mayoral e Roig: 1998, 20). Em 1868, Manuel Murguía, secretário da Xunta Revolucionaria de Santiago, foi nomeado pelo novo regime director do Arquivo de Simancas e, em 1870, chefe do Arquivo Xeral da Galiza. No entanto, este era um trabalho instável, dependente *dos avatares políticos: así, por exemplo, foi cesado como arquivista polo goberno da Restauración en 1875, despois de seis anos de traballo estable, e non atoparía outro traballo ata 1878, cando pasou a ocupar o posto de director de La Ilustración de Galicia y Asturias* (Monteagudo e Vilavedra: 1993, 12-13).

Dele, não podemos esquecer a importância da monografia *Galiza*, de 1888, em que os elementos diferenciadores da História, cultura e língua galegas são dados a conhecer e exaltados, ao mesmo tempo que o autor começava a apresentar-se como grande activista na defesa regionalista.

Foi benéfico para Rosalía ter casado com Murguía, pois este sempre apoiou a sua carreira literária e foi graças a ele que a obra *Cantares Gallegos* foi publicada, uma vez que a poetisa recusava fazê-lo. Na verdade, sem ele, talvez a sua obra tivesse ficado desconhecida. No entanto, apesar do companheirismo do seu marido, não há referências, na obra da escritora, a um grande amor, estando a relação de ambos envolta em dúvidas, no que respeita aos verdadeiros sentimentos que os uniam. De facto, sendo uma mulher complicada, sofrendo de problemas psicológicos, a imagem que transmite de si mesma é a de uma mulher só, não realizada e, acima de tudo, descontente e frustrada com as injustiças sociais, acusando Castela do sofrimento galego.

Tal pode ser comprovado desde logo, no conteúdo de *Cantares Gallegos*, em que, no tradicionalismo da cantiga popular, a poetisa transmite uma consciência galeguista e uma denúncia social que manifestam um tom marcadamente acusatório contra o prepotente centralismo castelhano, defendendo a sua cultura, as suas origens, a sua terra, *reduzida à*

condição de colónia cultural (Cal: 1985, XIV) por *Castela e à de feudo político-social pela Espanha opressora* (Cal: 1985, XIV).

O apego à sua terra e cultura destacam-se em *Cantares Gallegos* e *Follas Novas*, escritos em galego, tendo composto *En las Orillas del Sar* em castelhano, sendo assim uma poetisa bilingue. Durante a sua infância e adolescência, usou exclusivamente o galego, língua utilizada no ambiente rural e em contexto oral, já sem a glória que conheceu na Idade Média, nos textos de Afonso X e de D. Dinis. Do castelhano, língua oficial de Espanha e usada em contexto fidalgo e burguês, pouco terá aprendido na escola primária e em eventuais estudos secundários, em Santiago de Compostela, sendo esta a língua falada no meio social da sua mãe, burguês e fidalgo, onde ela própria a terá interiorizado de forma consolidada. Deste modo, a sociedade era então caracterizada pelo bilinguismo, uma vez que era falado *castelhano na sala e galego na cozinha* (Cal: 1985, XXII).

As duas línguas completavam-se: o galego não apresentava uma vertente culta e o castelhano não assentava numa base popular, tendo a poetisa consciência de que não havia um significativo público galego, pois a população era maioritariamente analfabeta. Ao usar a sua língua materna, fê-lo tal como era utilizado, sem regras e de forma natural; recorre ao castelhano ou ao hibridismo apenas por falta de recursos, no que respeita ao léxico ou à versificação, uma vez que esta língua apresentava normas e gramática. Consequentemente, dos seus textos, *ficamos com a impressão de que toda a sua poesia castelhana foi deliberadamente pensada em castelhano depois de ter sido intimamente sentida em galego* (Cal: 1985, XXIII).

Inovadora na poesia, conseguiu uma renovação formal que não foi compreendida pelos críticos literários da época, devido à criação de novas combinações métricas que seriam exploradas pelos modernistas mas foram incompreendidas pelos críticos literários da época, contribuindo assim para a renovação da lírica peninsular, no século XIX. Quanto às temáticas, algumas surgem constantemente no conjunto da sua obra, como a emigração, a revolta social e o apego à Galiza. Este levou-a a tratar constantemente tópicos populares como a rapariga que dialoga com a natureza, a constante descrição de um cenário campestre em que a fonte é um elemento predominante, as conversas entre a mãe e a filha ou entre esta e o namorado, que muito nos lembram as Cantigas de Amigo.

De acordo com o marido, Rosalía, em 1875, tinha começado a receber críticas por parte de elementos da apelidada cultura da Restauração que a destronavam da sua glória. A Galiza continuava então pobre, não acompanhando o desenvolvimento económico do resto da

Espanha e assim, cada vez mais desiludida e afastada da vida pública, esta poetisa voltou-se para os que sofriam: as mulheres, os camponeses, os emigrantes, começando, na altura, a receber apoio por parte da comunidade galega da América do Sul, sendo, em 1872, nomeada membro honorário da Sociedad de Beneficência de Naturales de Galicia de Havana.

O reconhecimento literário por parte do resto de Espanha tardou, tendo sido os poetas da Geração de 98 os primeiros a contribuírem para a valorização da sua poesia, como Miguel de Unamuno (1864-1936), poeta, filósofo e a principal figura daquela Geração, e Juan Ramón Jiménez (1881-1958).

A sua obra poética enquadra-se no aparecimento das literaturas populares na Europa, apoiado pelos nacionalismos que encontraram no Romantismo uma grande valorização e (re) descoberta das tradições e costumes, que tentaram integrar na cultura escrita burguesa. Para tal, contribuiu o facto de Rosalía ter vivido num mundo predominantemente romântico que, no entanto, progressivamente abandonou para abraçar um lirismo mais pessoal e intimista e, *celta, ibérica, é uma das figuras vivas maiores que o romantismo deu nesta península* (González: 1999, 7).

Apesar de determinada, inconformista e revoltada com injustiças sociais, não esteve ligada a nenhuma ideologia política: *na vida social não foi nunca uma activista* (Cal: 1985, XV); *o seu único atrevimento público foi escrever e escrever em galego* (Cal: 1985, XV), mas *Rosalía participa com entusiasmo no proxecto provincialista que, relacionado dende 1856 (ano no que se celebra o famoso Banquete de Conxo) co Partido Progresista, desenvolverá unha importante actividade ata 1868, ano dunha Revolución que parece vir premiar os esforzos de máis dunha década* (Monteagudo e Vilavedra: 1993, 14).

Rosalía faleceu no dia 15 de Julho de 1885, vítima de cancro, aos quarenta e nove anos e foi enterrada, a seu pedido, no cemitério de Adina. O seu corpo foi trasladado, em 1891, para o Panteão de Galegos Ilustres de São Domingos de Bonaval, em Santiago de Compostela, quando já estava iniciado o processo da “canonização”, a que não faltou um milagre², passando a ser mitificada pelo povo galego como “a santinha”.

² De acordo com a *acta notarial da exumação, encontrou-se o cadáver quase não desfigurado, com a roupa que lhe serviu de mortalha muito bem conservada, e sobre o peito da gloriosa morta um ramo de amores-perfeitos, apenas levemente descoloridos, que a piedosa mão da sua extremosa filha [...] havia lá depositado quando se deu cristã sepultura à exímia criadora...* (Cal: 1985, XXI).

*

Cantares Gallegos, primeira obra de poemas em língua galega, publicada em 1863, marca o início do *Rexurdimento* literário, referindo Rosalía de Castro, no Prólogo, que tinha como objectivo reivindicar aquela língua como literária e assim contribuir para valorizar o seu povo e cultura.

Para o título, Rosalía inspirou-se em *El Libro de los Cantares* (1852), do poeta Antonio de Trueba (1821-1889), que lhe despertou o desejo de escrever um livro semelhante. O Romantismo tinha favorecido o interesse pelos costumes locais, pela poesia e cultura populares, originando o renascimento da literatura e língua galegas, que tinham conhecido um retrocesso no século XIV, quando o galego começou a ser suplantado pelo castelhano. Tal aconteceu porque o poder real, para acabar com as lutas feudais, reforçou a sua presença, na Galiza, *de autoridades y escribanos castellanos* (Calero: 1984, 27). Deste modo, até ao século XIX, o galego foi confinado à oralidade.

A saudade da Galiza (na altura da publicação, a escritora vivia em Madrid) impregna *Cantares Gallegos*, espelhando também nesta obra a sua sensibilidade nostálgica perante os elementos da paisagem e a sua comunhão com a dor e o sofrimento do seu povo. Poetisa do povo galego, Rosalía foi capaz de, neste livro, fazer reviver *um idioma olvidado do seu remoto passado de culta grandeza, degradado à condição de rude dialecto oral, confinado num “ghetto” de hilotas do trabalho* (Cal: 1985, XII) e que *adquiriu subitamente foros de veículo de expressão artística escrita* (Cal: 1985, XII).

Com esta obra, *um Povo- que vitimado por séculos de supressão cultural, política e social tinha chegado a quase perder a noção da própria identidade- recuperou a sua consciência nacional* (Cal: 1985, XII). Todos os poemas partem de uma cantiga ou de um provérbio que a poetisa glosa, indo assim buscar inspiração à literatura tradicional oral, muito valorizada e recuperada aquando do Romantismo e que, na Galiza, teve a sua máxima expressão na obra desta autora, que se insurgiu contra as injustiças de que o mundo galego padecia.

No Prólogo, Rosalía congratula-se com as derrotas de Espanha face aos franceses, pois, deste modo, o país conhecia a injustiça que causava a outros (galegos), para o que chama a atenção: *moito sinto as inxusticias con que nos favorecen os franceses, pro neste momento casi lles estáo agradecida, pois que me proporcionam un medio de facerlle máis palpabre a*

España a inxusticia que ela á sua vez conosco comete (Calero: 1984, 43). Acrescenta ainda e claramente que *foi éste o móvil principal que me impeléu a pubricar este libro* (Calero: 1984, 43).

Vivendo em Castela, onde o clima é rigoroso e a paisagem árida, com *aquelas soledades de Castilla, que dan idea do deserto*, como refere também no Prólogo, sendo assim muito diferente da Galiza, com o seu verde, árvores e montes, a poetisa sente uma intensa desilusão e acentuados cansaço e pessimismo que encontram expressão na revolta social.

Ao todo, há trinta e um *cantares gallegos*, dedicados a Fernán Caballero, pseudónimo da escritora espanhola Cecilia Bohl de Faber y Larrea (1796-1877) e com grande aceitação fora da Galiza, como, por exemplo, na Catalunha, também ansiosa por uma expressão nacionalista na própria língua, e em Cuba (Havana), onde a segunda edição deste livro (1872) foi muito divulgada, passando então Rosalía a ser uma referência literária.

Esta obra é *una epopeya popular de ambiente* (Calero: 1984, 30), tendo um grande destaque a beleza natural, referida pela autora, no Prólogo³. As recordações dessa beleza fizeram com que sofresse, em Castela, de saudade, da nostalgia galega denominada *morriña*, experienciada especialmente pelos galegos que vivem longe da sua terra e que a levou a glosar a canção popular “Airiños, airiños, aires”.

Para a construção da identidade galega, contribuiu a emigração, a partir do século XVI que, por vezes, assumia a forma de uma *emigração andorinha, temporária, da qual são um notável exemplo os ceifeiros que compareciam às ceifas em Castela, e, até mesmo, os que iam às vindimas a Portugal* (*Arte e Cultura da Galiza e Norte de Portugal*, 1º vol.: 2006, 17).

Outras vezes, revelava ser definitiva: *em meados do século XVIII, uns 30000 galegos iam trabalhar na ceifa na Meseta, numa corrente que continuou até aos anos sessenta do século XX (...) ao longo do século XIX e na primeira metade do século XX, mais de dois milhões de filhos da Galiza emigraram para terras americanas, tais como Argentina, Cuba, Venezuela, Uruguai* (*Arte e Cultura da Galiza e Norte de Portugal*, 1º vol.: 2006, 17). Além de partirem para estes países, houve também os que emigraram para Portugal, para cidades como Lisboa, e os que foram para a Alemanha, Suíça, França, Bélgica.

Por isso, e ao pé de glosas e canções tradicionais galegas como “Adiós, ríos; adíos,

³ *Lagos, cascatas, torrentes, veigas froridas, valles, montañas, ceos azúes e serenos como os de Italia (...) Galicia é sempre un xardín donde se respiran aromas puros, frescura e poesía...* (Calero: 1984, 42) Esta é uma beleza com a qual em nada se compara a de Castela ou Mancha: *pra a seca Castilla, pra a deserta Mancha e pra tódalas demais provincias de España- ningunha comparada en verdadeira beleza de paisaxe coa nosa-, que Galicia é o rincón máis despreciable da terra* (Sánchez: 1996, 14).

fontes”, ou “Cantart’ei, Galicia”, inspiradas em *El Libro de los Cantares*, de Antonio Trueba (1821-1889), encontramos em *Cantares Gallegos* poemas que referem aquela temática e a pobreza do povo. Estes temas são tratados em tom anticastelhano, visto que os galegos que iam trabalhar para Castela eram lá marginalizados e até maltratados, o que revoltava Rosalía, que escreveu o célebre poema “Castellanos de Castilla”: *castellanos de Castilla/ tratade ben os gallegos;/ cando van, van como rosas,/ cando ven, ven como negros* (Cortina: 1963, 16).

Para denunciar os tormentos que os seus compatriotas passavam nesse espaço geográfico, a poetisa continua, expressando a sua revolta: *castellanos de Castilla/ tendes corazón d’aceiro,/ alma como as penas duras/ e sin entrañas o peito* (Cortina: 1963, 16).

Rosalía de Castro canta a saga *dos miseráveis, dos despossuídos, dos deserdados do seu património nacional e humano, opta pela desprezada língua desses espoliados, esses camponeses e pescadores* (Cal: 1985, XIV), esquecidos no Noroeste da Península Ibérica. No entanto, apesar de se identificar com o seu sofrimento, não se envolveu na vida política e social e não procurou analisar as causas da pobreza e esquecimento a que eles eram votados, pelo que não há uma perspectiva socialista/marxista; há simplesmente a denúncia de situações injustas, encaradas segundo uma perspectiva fatalista do Mundo: o Mal existe, é inegável, imbatível e causa sofrimento.

É assim que a emigração e pobreza são encaradas: são factos sociais que provocam o sofrimento individual e familiar, sendo os mais desfavorecidos atingidos por um nascimento que os condicionou a uma vida difícil e sobrecarregada, não apresentando a poetisa uma visão ou análise política nem propostas de solução destes problemas.

Na glosa “Adiós, ríos; adiós, fontes”, um emigrante sente a terrível miséria que leva os homens a partirem, despedindo-se de todos os elementos que o rodeiam: *prados, ríos, arboredas, pinares que move o vento,/ paxariños piadores,/ casiña d’o meu contento (...)* *Adiós, gloria Adiós, contento!/ Deixo a casa onde nascín,/ deixo a aldea que conoço,/ por un mundo que non vin! (...)* *Téñovos, pois, que deixar,/ hortiña que tanto amei,/ fogueiriña d’o meu lar;/ arboriños que prantei,/ fontiña d’o cabañar* (Cortina: 1963, 50).

Após a despedida do mundo que conhecia e onde sentia uma grande protecção, o que é vincado pelo uso dos determinantes possessivos, aquele homem despede-se da mulher, que ficará sozinha como tantas outras mulheres de emigrantes, pedindo-lhe que não o esqueça: *adiós tamém, queridiña.../ Adiós por sempre quizáis!.../ Dígoche este adiós chorando/ desd’a veiriña d’o mar./ Non m’olvides, queridiña,/ si morro de soidás.../ tantas légoas mar adentro.../ Miña casiña!, meu lar!* (Cortina: 1963, 51).

Este é um dos diversos exemplos apresentados, neste livro, dos tipos humanos e das formas humanas de reagir às injustiças sociais, numa Galiza pobre, caracterizada por uma população campesina com muitas dificuldades de sobrevivência num espaço físico em que a modernidade tardava.

No entanto, apesar de todas as dificuldades sentidas, a Galiza encantava e prendia os seus habitantes com a sua beleza natural, fazendo com que sentissem mais intensamente a *morriña*, quando dela se afastavam, pois estavam intrinsecamente ligados à natureza e à terra: *en Galicia el verde lo cubre todo, y para darle humanidad al verde, para que panteísticamente vibren, se signifiquen hombre y paisaje, hay como unos increíbles apuntalamientos de pinos, corredoiras, hórreos, cruceros. Quien no há vivido en Galicia nada sabe de lo que esos caminos significan ni de la fusión del hombre con la naturaleza. En Galicia hay una especie de fantasmales vasos comunicantes entre vivos y muertos y, también, una comunicabilidad paralela entre hombre y tierra* (García-Tizon: 1961, 23).

Como galega profundamente ligada à sua pátria, Rosalía sentiu uma intensa e espiritual ligação à natureza envolvente (às árvores, às águas dos rios e ribeiros), acentuada por uma profusão de diminutivos que realçam o carinho pelo ambiente natural, como em “Adíos, ríos; adíos, fontes”: *paxariños piadores,/ casiña d’o meu contento* (Cortina: 1963, 50).

Todos estes ingredientes são retirados e inspirados na alma do povo, uma alma que fazia perdurar os seus hábitos em comunidades rurais quase inalteradas desde a Idade Média. Assim, é compreensível que o ambiente popular galego tenha apaixonado esta poetisa, que apresenta ainda os gostos e preferências dos autores românticos.

Esse apego a um espaço físico tão repleto de características específicas que o distinguem facilmente dos outros da Península Ibérica é, aliás, constante nas obras dos galeguistas. Mais tarde, dirá Vicente Risco: *é a nosa terra a máis vella da Península (...) polo clima marítimo, chuvioso, con céo nórdico e brétemas a miúdo; pola flora e a fauna centroeuropeas, Galiza é bem unha das terras do Atlântico boreal, unha terra a máis europea da Península* (Risco: 1920, 157). Tais características climáticas causam então uma paisagem muito própria e identificadora de uma nação bem delimitada geograficamente e culturalmente.

Na obra poética rosaliana, não se reconhece o predomínio de nenhuma corrente literária, mas admite-se que *Follas Novas* integrou uma corrente de reacção face à intitulada poesia oficial que assimilou a cultura utilitarista da Restauração, de que fizeram parte *poetas radicados nas culturas do litoral, das nações minoritárias do Estado espanhol e de Sudamérica* (Monteagudo e Vilavedra: 1993, 15). O facto de, neste livro, Rosalía demonstrar

que a língua galega se presta ao tratamento de qualquer tema, apoiando assim os defensores da causa galeguista, fez com que passasse a ser alvo de uma certa marginalização por parte da cultura oficial espanhola.

Fora de Espanha, em Cuba, mais concretamente em Havana, esta autora recebeu um apoio significativo por parte da comunidade galega pela glorificação da sua cultura e pela compreensão e denúncia da vida dura dos emigrantes, tendo sido a obra *Follas Novas* editada graças à iniciativa de uma empresa cuja sede se situava naquela cidade.

O tema da emigração também está presente nesta obra. Em “Miña casiña, meu lar”, por exemplo, deparamo-nos com a atitude dos que decidem não emigrar e se conformam com o pouco que têm, convivendo com a falta de solidariedade dos que possuem mais: *fun á porta d’un veciño/ que tiña todo á fartar;/ pedinlle unha pouca broa/ e non m’a quixo emprestar* (Cortina: 1963, 122). Nestes versos, podemos encontrar uma subtil crítica social à falta de solidariedade humana, mas não nos podemos esquecer da difícil situação então vivida no território galego, que obrigaria algumas pessoas a guardarem para si o que tinham, devido à escassez de alimentos.

Em *Follas Novas*, a busca de uma vida melhor em terras longínquas, em alguma das Américas, parece ser a única possibilidade, pois *à Galiza a fome/ logo chegará*. No entanto, esta nunca é uma decisão ou acção fácil de suportar, pois, mesmo antes de partirem, os emigrantes sentem já a saudade, a *morriña*: *com melancolia/ olham para o mar/ os que noutras terras/ têm que buscar pão* (Cal: 1985, 85).

Em “Volved”, numa atitude reivindicadora da nacionalidade, a poetisa expressa a sua dor por tantos galegos partirem e lamentavelmente não desejarem voltar à pátria que deles não se esquece e que por eles chama: *bien sabe Dios que siempre me arrancan tristes lágrimas/ aquellos que nos dejan,/ pero aún más me lastiman y me llenan de luto/ los que a volver se niegan./ Partid, y Dios os guíe!..., pobres desheredados,/ para quienes no hay sitio en la hostigada patria;/ partid llenos de aliento en pos de outro horizonte,/ pero...volved más tarde al viejo hogar que os llama./ Jamás del extranjero el pobre cuerpo inerte,/ como en la propia tierra en en la ajena descansa* (Cortina: 1963, 150-151).

Como já referimos, preocupa-a, em especial, o sofrimento alheio e, neste livro, as dores dos outros são ainda mais pesadas do que as suas, parecendo carregar nas suas costas todos os males de que o seu país padece: *neste meu novo libro preferín, ás composicións que pudexan decirse personales, aquelas outras que, com máis ou menos acerto, espresan as tribulaciós dos que, uns tras outros, e de distintos modos, vin durante largo tempo, sufrir ó*

meu arredore. E sófrese tanto nesta querida terra gallega! (Mayoral e Roig: 1998, 111).

A dor advém-lhe da constatação das dificuldades com que se deparam os camponeses em geral e as mulheres, em particular, numa sociedade em que o seu papel estava bastante limitado e dependente dos homens. Por isso, solidariza-se igualmente com a dor das que trabalham no campo, ao lado dos homens e que, em casa, tinham trabalho redobrado.

Follas Novas é assim uma obra de crítica e denúncia de cariz marcadamente social, em que Rosalía expressa uma verdadeira e sincera identificação com os mais desfavorecidos, sem qualquer interesse, ideologia ou crença: *a súa solidariedade cos marxidados, cos que noutra ocasión chamará “desherdados da fortuna”, non xorde dunha postura filosófica á maneira dos ilustrados do século XVIII, nin dunha actitude política revolucionária coma a dos románticos liberais, nin tampouco dunhas crenzas relixiosas* (Mayoral e Roig: 1998, 37). O que a une aos que são marginalizados e esquecidos é a injustiça, o sentir na própria alma o abandono moral e a sensação de que é inútil lutar numa sociedade insensível, apática e inerte.

A ânsia de uma justiça que tarda, o sofrimento, pessimismo e conflito encontram então repouso no desejo de deixar a vida terrena, de encontrar na morte a saída para aqueles e para finalmente encontrar a paz. Este não é, em Rosalía, um tópico romântico tardio, é um sentimento sincero, verdadeiro, de uma alma que não se integra no mundo em que se encontra e que tem consciência de que não há forma de acabar com as vicissitudes. De facto, a sociedade tinha ainda fortes e marcadas características do Antigo Regime e os esforços burgueses progressistas não eram suficientes nem fortes para conseguirem ultrapassá-las. A Galiza tardava, pois, a alcançar a velocidade da modernidade e uma melhoria das condições de vida de um povo ainda sujeito a uma vida muito dura.

Nesta obra, estão assim muito bem vincados os aspectos mais precisos da desgraça dos galegos: a emigração, o abandono das esposas, o embargo, a fome e a miséria, muito frequentes no campo galego do século XIX, encontrando-se os últimos tópicos temáticos muito bem retratados no poema “A Xusticia pol-a Man”: *aquês que têm fama d’honrados n’a vila/ roubáronme tanta brancura qu’eu tiña,/ botáronme estrume n-as galas d’un día,/ a roupa decote pu puñéronm’a en tiras./ Nin pedra deixaron en ond’eu vivira;/ sin lar, sin abrigo, morei n-as cortiñas,/ ô raso c’as lebres dormín n-as campías;/ meus fillos...meus anxos!..., que tant’eu quería,/ morreron, morreron, c’a fame que tiñan!* (Cortina: 1963, 104).

Eternamente ligada à sua Galiza natal, em “Os Robles” glorifica a natureza (carvalhos) e elementos caracterizadores da cultura galega (*a gaita guerreira; roble sagrado dos Celtas; o herói galego*), e anseia pela libertação *de este pueblo sufrido, que espera/ silencioso en su*

lecho de espinas,/ que suene su hora/ y llegue aquel día/ en que venza con mano segura,/ del mar que le oprime,/ la fuerza homicida (Cortina: 1963, 148).

Das obras de Rosalía de Castro, *Cantares Gallegos* foi a que mais se destacou, marcando a sua publicação uma nova etapa fundamental: o *Rexurdimento*, que decorreu entre este acontecimento (1863) e 1916, data da constituição das Irmandades da Fala, intimamente relacionada com o Nacionalismo.

Neste espaço temporal, a literatura galega impôs-se com características próprias, revelando a cultura e realidade do respectivo espaço geográfico sem receios políticos e conseqüentemente, apareceram livros e jornais escritos na língua galega, que, acima de tudo, exaltavam este idioma.

No entanto, apesar de determinada, inconformista e revoltada com injustiças sociais, Rosalía nunca esteve ligada a nenhuma ideologia política, ao contrário do marido, que era militante no partido Progressista e Provincialista. Deste, a obra *Galicia* (1888) é um marco fundamental, aparecendo quando o autor expressava as suas ambições regionalistas para a Galiza, tendo sido então o principal ideólogo e activista político.

Vicente Risco (1884-1963), numa biografia de 1933 que dele realizou, apresenta este historiador romântico como o encontro dos esforços levados a cabo pelos precursores, termo que ele próprio utilizou com o sentido de marcar o início das reivindicações galeguistas, ao editar *Los Precursores*, em 1886. Nesta obra, teve como objectivo *invocar os primeiros formuladores dos ideais políticos provincialistas* (Medeiros: 2006, 101). No entanto, no século XIX, não predominaram pesquisas nas áreas da Filologia ou Gramática, por exemplo, tal como também foram poucas as peças de teatro em galego.

A Manuel Murguía foi atribuído o cognome *Patriarca* pelos nacionalistas seus sucessores porque, quando, *na segunda metade do século XIX, Galiza esvaía-se na uniformidade artificial da vida hespanhola, foi Murguía quen sosteñeu a concencia eterna da Raza e da Terra* (Medeiros: 2006, 103), sendo *pioneiro do discurso nacionalista e também sistematizador da defesa das origens célticas da nação galega* (Medeiros: 2006, 337). Estas origens são também reclamadas por Xosé Ramón Fernández-Oxea (1896-1988), quando estabelece uma relação entre a fertilidade das terras galegas com as da Bretanha, Irlanda e Gales, *baseándose nun posibel fondo racial común herdado dos celtas* (Fernández-Oxea: 1977, 80).

Em 1933, a biografia de Manuel Murguía realizada por Vicente Risco (1884-1963) reconhece o valor da obra deste historiador romântico como um homem que tentou levantar

problemas sobre os quais os galegos deviam reflectir, tendo escrito romance, poesia, crítica literária e de arte, dedicando-se igualmente à Arqueologia, História, Sociologia, Folclore, Direito e Política. Fazendo lembrar os humanistas do Renascimento, devido ao seu conhecimento vasto e diversificado, não é de estranhar que o seu pensamento tenha marcado o dos seus sucessores na defesa da realidade galega.

Murguía foi um dos responsáveis pelo celtismo, tal como Vereya y Aguiar e Benedito Vicetto, contribuindo para salientar este ramo genealógico diferenciador que caracteriza os galegos e cuja divulgação se tornara intensa na Europa desde o fim do século XVIII. Estes integram assim a lista de nomes relacionados com a historiografia romântica, destacando-se o primeiro por ser possível encontrar nas suas palavras *undamentos teóricos sólidos e suficientes de um discurso nacionalista* (Medeiros: 2006, 105), ao defender que a Galiza tem um território completamente delimitado, com um povo, uma língua e uma História distintas. Consequentemente, apresenta necessidades e aspirações que só ela conhece, formando, pois, uma nação, uma vez que contém todas as características que a formam enquanto tal, identificadoras de uma cultura que a delimitam e a distinguem das outras regiões de Espanha. Por isso, *usou de forma avulsa termos como “carácter”, “personalidade”, “espírito”, “alma”, “etnia”, “civilização”, “alma”, génio”, “raça”, “tradições” ou “costumes”* (Medeiros: 2006, 105-106).

Contemporâneos de Manuel Murguía, Alfredo Brañas (1859-1900) e Aureliano Pereira (1855-1906) são igualmente nomes a reter por serem *os ideólogos mais articulados do discurso galeguista de finais do século XIX* (Medeiros: 2006, 104), tal como devem ser valorizados os autores que escreveram a História da Galiza, com *“o “celtismo” como núcleo das crenças etnogenealógicas mais duradouras e influentes do discurso nacionalista galego* (Medeiros: 2006, 104).

1.3- A I República/Restauração (1873-1876)

O contínuo investimento em terras e a união cada vez mais forte entre a burguesia urbana e os grandes proprietários rurais impediram o progresso da Reforma, pelo que, ao contrário de outros países europeus, a burguesia não foi uma personagem principal nas

tentativas de avanço para uma revolução social e política. Pelo contrário, contribuiu para que esta não ocorresse, impedindo o avanço das forças progressistas, entre 1868 e 1874, culminando este período na I República.

Devido ao aumento populacional e grande afluxo de camponeses às cidades, que a elas acorriam em busca de algumas condições mínimas de existência, registou-se um aumento na taxa de desemprego, que, a par da subida do preço do pão, causou uma situação terrível a que também não escaparam comerciantes, professores e funcionários públicos.

Na década de 1860, a Guerra Civil Americana provocou uma ruptura no fornecimento de algodão, o que causou mais desemprego que, aliado à crise existente na construção de ferrovias, desesperou os operários. Esta situação de desilusão e revolta popular, em 1868, uniu-se ao movimento da classe média e ao descontentamento militar relativamente ao conservadorismo da Monarquia e ao seu namoro com a Igreja. Consequentemente, houve *inúmeros pronunciamientos levados a cabo por oficiais das forças armadas que, aliados aos tumultos urbanos, conduziram ao derrube daquela* (Preston: 2005, 30). Isabel II foi destronada, a Monarquia Constitucional foi proclamada e o General Francisco Serrano y Domínguez (1810-1885) foi escolhido como regente, até que, no dia 16 de Novembro de 1870 e com o apoio dos carlistas e progressistas presentes nas Cortes Gerais, Amadeu I de Sabóia (1845-1890) foi aclamado rei. No entanto, abdicaria em 1873, seguindo-se revoltas populares até 1874, ficando então a burguesia estupefacta com as repercussões que a sua iniciativa tivera no povo, após o que foi implantada a I República.

O exército restaurou a Monarquia, colocando no trono o rei Afonso XII e pôs um ponto final nas tentativas reformistas e progressistas. Nasceram então dois partidos políticos, ambos monárquicos: o Conservador, representante dos viticultores e olivicultores do Sul, e o Liberal, defensor dos seareiros do centro. Assim, verificou-se a exclusiva representatividade dos grandes senhores proprietários, sendo marginalizada a maioria popular.

Os governos de um e de outro partido sucederam-se de forma vertiginosa, ocorrendo muitas falsificações nos resultados eleitorais que deram origem ao uso do nome caciquismo, derivado de cacique, *palavra dos índios sul-americanos e que significa chefe* (Preston: 2005, 30), muito usado pelos nacionalistas galegos do século XX.

Cada vez mais revoltado, o povo, sem ter o que comer, protestou energicamente, atitude reprimida pela Guardia Civil, fiel servidora do poder instalado, e até pelo exército, que agia quando as situações eram mais ameaçadoras para o regime instituído.

1.4- O Regionalismo galego (1875-1907)

Considera-se que o Regionalismo galego nasceu em 1886, ano em que foi publicado o livro *Los recursos*, de Manuel Murguía, autor herdeiro do Provincialismo, bastante dinâmico e que ajudou a criar as bases do Nacionalismo galego do século XX. Naquela obra, defendeu que o Galeguismo já apresentava uma história que devia ser registada e que uma nova etapa tinha de ser iniciada. Além disso, proclamava constantemente que a Galiza tinha todas as características de uma nação, contribuindo assim para a evolução do Regionalismo para o Nacionalismo das primeiras Irmandades da Fala, em 1916, anunciado na Assembleia de Lugo, em 1918.

A teoria do Regionalismo galego encontra-se registada na obra *El Regionalismo*, de Alfredo Brañas (1859-1900), publicada em 1889, em Barcelona, que juntou os galeguistas a este autor nas suas reivindicações para a Galiza, desempenhando assim a Literatura uma importante função doutrinária, de esclarecimento e divulgação galeguista.

Era então fundamental esclarecer o que se pretendia com o Regionalismo ou o que este significava: direitos para uma região com características próprias e bem identificadas, o que não era exactamente o que entendiam os que pertenciam ou defendiam o centralismo, como sugere Vicente Risco⁴.

Apareceu, neste contexto, Manuel Lugo Freire (1863-1940) que, no dia 6 de Outubro de 1907, em Betanzos, falou em galego aos camponeses, assumindo então o movimento as reivindicações dos agricultores, conquistando assim a simpatia popular que originou as Assembleas Agrarias. Para consolidar e divulgar os objectivos a alcançar, foram publicados jornais de propaganda, como, por exemplo, *Solidaridad Gallega* e *Galiza Solidaria*.

Entretanto, outros homens procuraram manifestar-se contra o centralismo espanhol, fazendo com que o Anarquismo se tornasse patente na Federación de Trabajadores de la

⁴ A verba rexionalismo (...) foi logo collida por algúns que quixeran limitar o alcance das nosas xustas arelas: eses que din en castelán: “queremos un regionalismo bien entendido”. O que, en moitos casos vén a querer dicir: un rexionalismo que se non opoña aos compromisos que teñen adquiridos... (Anexo: 148).

Región Española, de carácter sindicalista e anarquista, surgindo a Unión General de Trabajadores (U.G.T.), fundada em 1888, e o movimento operário agregado ao Partido Socialista Obreiro Espanhol (P.S.O.E.). Estes foram os pilares essenciais para defender o proletariado e, como co-fundador deste partido, encontramos um galego, Pablo Iglesias (1850-1925), que também ajudou a criar o respectivo órgão de imprensa, a revista intitulada *El Socialista*.

Pablo Iglesias esteve ainda na fundação da Unión General de Trabajadores, revelando sempre uma grande proximidade aos operários; o seu valor e dedicação política aos direitos destes foram inclusivamente reconhecidos pelos seus adversários. Sendo originário de um meio humilde, conhecia bem as dificuldades pelas quais passavam os que não tinham quaisquer recursos. Quando tinha apenas nove anos, o seu pai, funcionário público, faleceu, acontecendo o mesmo pouco depois, com o seu irmão, que padecia de tuberculose, tendo como única hipótese de sobrevivência ir com a sua mãe para uma grande cidade, neste caso, Madrid, onde ela se tornou pedinte.

Entretanto, os elementos do P.S.O.E., que defendiam a luta pacífica e a participação eleitoral, foram reprimidos pela Monarquia, que tentou abafar o Anarquismo e movimentos republicanos e nacionalistas. Não obstante, apesar dos ataques, o desenvolvimento industrial, a estabilidade institucional e a melhoria dos intercâmbios com outros países europeus causaram pequenas mas significativas mudanças na cultura espanhola. O movimento operário espanhol, que se solidificara, abriu ateneus e escolas populares que permitiram a muitos homens e mulheres das zonas rurais acederem a conhecimentos básicos e o crescimento das grandes cidades, fruto da industrialização, deu lugar a um urbanismo moderno.

Nas áreas da Literatura e Educação, registou-se uma abertura às ideias que vinham além dos Pirenéus e o Romantismo abriu espaço ao Realismo, com a escritora galega Emilia Pardo Bazán, por exemplo. Esta autora nasceu na Corunha, em 1851 e morreu em Madrid, em 1921; pertencendo a uma família nobre, foi educada de modo conservador, casando com José Quiroga quando tinha apenas dezassete anos. Este foi eleito deputado às Constituintes de 1869, indo então o casal para Madrid e, revelando-se uma mulher sem preconceitos e com um comportamento que rasgava a mentalidade da época, no que respeitava ao que era exigido das mulheres, após estar casada alguns anos, separou-se do marido de forma amistosa, passando a ter uma vida amorosa muito livre para a época em que vivia e, ao contrário de Rosalía de Castro, envolveu-se politicamente, lutando pelos direitos das mulheres.

Foi directora do Nuevo Teatro Crítico e da Biblioteca da Mulher, ensinando Literaturas Comparadas na Universidade Central, iniciando a sua carreira literária em 1876 com uma colectânea de poemas; aderiu depois ao Realismo e ao Naturalismo, destacando-se: *Un viaje de novios* (1881); *La tribuna* (1882); *Los Pazos de Ulloa* (1886); *La Madre Naturaleza* (1887); *Una Cristiana* (1890) e *La Pedra Angular* (1891).

Destas obras, destacamos *Os Paços de Ulloa*, considerada a mais importante pelo retrato social, político e caciquista que esta autora pinta, dando-nos uma clara visão de como era a sociedade galega, na segunda década do século XIX, realçando o mundo rural, embora o da capital (Santiago de Compostela) não escape às suas críticas.

A Galiza campestre surge, nesta obra, repleta de uma grande diversidade de sentimentos: ciúmes, raiva, amargura, posse, rivalidades e luta pelo poder político são alguns exemplos, revelando costumes sórdidos e opressivos, numa realidade humana tão agreste quanto o espaço físico.

No início da obra, somos logo preparados para a rudeza do território que envolve os Paços de Ulloa, à medida que acompanhamos Julián, o clérigo que será o novo capelão daquele lugar e que se sente assustado com o ambiente rude e quase selvagem em que terá de desempenhar as suas funções, presságio de que não se adaptará ao local e que uma tragédia ocorrerá⁵. Através desta personagem, o próprio leitor vai vendo e sentindo os seus medos e angústias, deparando-se com um ambiente característico da ruralidade galega da época.

No fim da sua jornada, o clérigo vê finalmente o edifício dos Paços de Ulloa, um *grande edifício rectangular, com torres, além no fundo do vale* (Pardo Bazán: 1990, 8) e depara-se subitamente com o morgado, D. Pedro Moscoso, que tinha *entre vinte e oito e trinta anos: alto e bem barbeado, tinha o pescoço e o rosto tismados do sol* (Pardo Bazán: 1990, 9), cuja *arrogante pessoa emanava um certo cheiro bravio e silvestre, e o tom duro do seu olhar contrastava com o simples e afável do seu acolhimento*. (Pardo Bazán: 1990, 10). D. Pedro surge acompanhado pelo abade de Ulloa e Primitivo, o seu braço direito, que *parecia homem*

⁵ *A vereda, alargando-se, penetrava por uma terra montanhosa, salpicada de matas de carvalhos e de um ou outro castanheiro ainda carregado de frutos; à direita e à esquerda, matagais de urzes cresciam espalhados e escuros. Sentia o cavaleiro um indefinível mal-estar, desculpável em quem, nascido e criado numa povoação tranquila e sonolenta, se depara pela primeira vez frente a frente com a rude e majestosa solidão da Natureza e lhe vêm à memória histórias de viajantes roubados e de gente assassinada em sítios desertos. “Que terra de lobos!”, disse para consigo, teticamente impressionado* (Pardo Bazán: 1990, 7).

de idade madura e baixa condição, criado ou colono (...) o cabelo rapado (...) e no rosto barbeado e seco e de enérgicas feições rectilíneas, uma expressão de dissimulada sagacidade, de astúcia selvagem, mais própria de um pele-vermelha que de um europeu (Pardo Bazán: 1990, 9).

Ao chegar aos Paços, Julián depara-se com *as suas imponentes proporções, escondendo-se as linhas e pormenores na negridão do ambiente. Nenhuma luz brilhava no vasto edifício, e a grande porta central parecia fechada a pedra e cimento* (Pardo Bazán: 1990, 13), encerrando em si persistentes costumes e tradições. Após percorrerem diversos corredores, entraram numa cozinha espaçosa, destacando-se o característico som de comida que fervia num pote de ferro. Num ambiente físico como este não poderia faltar uma figura que completa o típico quadro místico da ruralidade galega como a de uma velha *meiga* (bruxa), que, junto àquele pote, *com os desgrenhados cabelos brancos e ásperos como cerro, que lhe caíam sobre os olhos, e a cara avermelhada ao reflexo do lume* (Pardo Bazán: 1990, 14), ajuda a caracterizar tanto o espaço físico como o social.

No espaço humano retratado, surge uma rapariga, Sabel, repreendida pelo marquês quanto à presença da velha mulher e *um rapazito de três ou quatro anos, cujas roupas (...) se podiam de longe confundir com o pêlo bicolor dos perdigueiros, com quem parecia viver o menino na melhor inteligência e mais estreita fraternidade* (Pardo Bazán: 1990, 15). Por isso, Julián, com pena, pegou-lhe ao colo, sendo depois tratado com insensibilidade, desumanidade e até sadismo pelos adultos da casa e pelo abade, que o embriagam.

Aquando da segunda vez, Julián, revoltado e indignado com o comportamento dos adultos, alerta-os para o que considera um pecado mas, indiferente às questões morais, Primitivo, com o aval dos restantes homens, incluindo o abade de Ulloa, *pondo na mão do pequeno a moeda de cobre e entre os seus lábios a garrafa destapada e ainda com vinho até um terço, inclinou-a e manteve-a assim até que o licor passou todo para o estômago de Perucho* (Pardo Bazán: 1990, 19).

A criança estava a cargo de Sabel, a criada da casa, cujos *olhos azuis, húmidos e encovados, a sua cor sadia, o seu cabelo castanho que se encaracolava em conchas paralelas e caía em duas tranças abaixo da cintura, embelezavam muito* (Pardo Bazán: 1990, 17). Esta dava-lhe comida mas não cuidava da sua limpeza, por isso, Perucho era um *ranhosito, que seria realmente uma preciosidade se não estivesse tão sujo* (Pardo Bazán: 1990, 18). Julián encontra nele semelhanças com a criada, o que, desde logo, nos dá a entender que o pai é o

marquês de Ulloa, que, qual senhor feudal, dispõe de tudo o que se encontra nos seus domínios.

Era esta a Galiza rural do Antigo Regime, ainda repleta de características seculares, avessa a mudanças que poderiam fazer ruir o sistema hierárquico envenenado pela posse de bens, terras e pessoas, de que foi avisado Julián pelo tio do marquês, o senhor De la Lage, que o indicou para novo capelão dos Paços de Ulloa: *a aldeia, quando um pessoa se cria nela e nunca sai de lá, envilece, empobrece e embrutece* (Pardo Bazán: 1990, 20). Sob a influência do Naturalismo, procura-se assim explicar a personalidade rude e agressiva dos que vivem em tal ambiente, que nunca ou raramente se ausentavam do seu território, do qual se consideravam senhores, fazendo perdurar o sistema secular de um senhorio incontestado pelos que dele dependem, mas que está decadente e moribundo, como nos dá conta o narrador.

A decadência do ambiente físico é acompanhada pela degradação moral que, como anteriormente constatámos, chocou Julián e chocará ainda mais, numa conversa com Sabel, em que a repreende por nada fazer contra os homens que normalmente se reúnem na casa, embebedando Perucho, sendo um destes o próprio avô da criança, Primitivo, nome que lhe assenta perfeitamente.

Orgulhoso da sua importância no meio em que vive, o morgado de Ulloa, numa atitude de comando e orgulho, mostra ao actual clérigo dos Paços mais divisões da casa, que, segundo ele, como não podia deixar de ser, *é a maior da terra* (Pardo Bazán: 1990, 26). Entrando em salões cujas janelas nem sequer estavam envidraçadas e que apresentavam pinturas deterioradas, Julián viu estantes na divisão que servia de arquivo, igualmente em mau estado. Estas deixavam mostrar algum do seu conteúdo: papéis e rolos que exalavam toda a sua antiguidade e que não deixaram de escandalizá-lo pela sua desorganização e pela existência de tanta desagradável fauna, como traças, baratas e aranhas; para a ruína e decadência desta casa, contribuía a caótica situação financeira:

Entretanto, o leitor vai-se apercebendo da subtil mas significativa influência de Primitivo, o capataz, nas tomadas de decisão de Julián relativas aos Paços; no morgado, que o receia, e nos trabalhadores, que lhe obedecem cega e submissamente. Perante as sugestões do clérigo sobre alterações importantes a fazer, Primitivo tenta sempre adiá-las ou demovê-lo de concretizá-las, salientando as dificuldades e mantendo um olhar atento e muito vigilante sobre ele.

No meio de tanta degradação física, moral e económica, o calor e convívio humanos destacam-se na cozinha, nos dias de Inverno, nos quais Sabel recebe mulheres pobres e lhes dá comida, destacando-se a *meiga*, que com ela mais confidenciava⁶.

O carácter libertino de Sabel revela-se claramente quando tenta seduzir Julián, indo ter com ele ao seu quarto, o que o faz sentir-se constrangido porque ela aparecia-lhe *em corpete e combinação, com a camisa entreaberta, o cabelo destrançado e descalços uns pés e pernas branquíssimos* (Pardo Bazán: 1990, 41). Julián afasta-se então da rapariga, não dando azo a que ela lhe entrasse no quarto sob qualquer pretexto, o que não impediu que, mais tarde, fosse alvo de tiradas jocosas de outros, habituados à existência de situações amorosas ilícitas, muitas delas ocorrendo durante as festas das paróquias, o que demonstra com rigor a vivência numa pequena comunidade rural.

Uma dessas festas foi a do dia do padroeiro de Naya (São Julião), com cujo pároco (Eugenio) Julián tinha um bom relacionamento e que o convidou para essa festa típica das aldeias galegas, em que não podia faltar um *baile, que, ao som de gaita, bombo e tamboril, à luz dos balões de palha de centeio, acesos e agitados alegremente, preludiava os regozijos do patrono* (Pardo Bazán: 1990, 46). No entanto, o carácter pagão interliga-se e mistura-se com o religioso, uma vez que os costumes e hábitos populares revelam-se igualmente nas missas, como a que ocorre no âmbito da homenagem a São Julião, sacralizando músicas e instrumentos musicais preferidos pelo povo e identificadores da sua cultura, da qual este não prescinde.

De seguida, na sala da reitoria, reuniram-se as grandes figuras da comunidade e outros convidados, entre os quais não faltam adversários políticos: quinze padres, o médico, o notário e o juiz de Cebre, o cacique *conhecido pela alcunha de Barbaças, que, apoiando-se no partido moderado, na altura no poder, imperava no distrito e tinha quase anulado a influência do seu rival, o cacique Tramóias, protegido pelos unionistas e mal visto pelo clero. Em resumo: ali se juntava o que havia de graúdo na comarca, faltando apenas o marquês de*

⁶ *Naquele tempo frio, a cozinha transformava-se em tertúlia, quase exclusivamente composta de mulheres. Descalças e pisando de lado, como que receosas, iam entrando (...) tirando dos bolsos castanhas, punham-nas a assar entre as brasas (...) Era Sabel a rainha daquela pequena corte (...) Noites havia em que não tinha repouso a moça a encher malgas nem as mulheres a entrarem, comerem e saírem para deixar o lugar para outras; por ali desfilava, sem dúvida, como por uma cantina barata, a paróquia inteira. (...) A última tertuliana que ficava, a que segredava mais tempo e mais intimamente com Sabel, era a velha das melenas de estopa (...) Era imponente a fealdade da bruxa: tinha as sobranceiras brancas, e de perfil sobressaíam-lhe tal como as cerdas de um lunar; o fogo fazia salientar-se a brancura do cabelo, a cor enegrecida do rosto e o enorme bócio ou papada, que lhe deformava a garganta do modo mais repulsivo* (Pardo Bazán: 1990, 39).

Ulloa, que viria de certeza por altura das sobremesas (Pardo Bazán: 1990, 50).

Neste encontro social com convivas com várias posições políticas, era natural que surgissem divergências que reflectissem a realidade, o que aconteceu com o médico Máximo Juncal, acabado de se licenciar na Universidade de Santiago de Compostela e que traz para a província ideias renovadoras⁷.

Mais tarde, já depois do morgado de Ulloa chegar, os convivas entregam-se a uma actividade muito frequente em ocasiões como esta, de festa recheada de comida e bebida, começando a falar acerca dos habitantes da terra, dos seus hábitos e comportamentos. Julián, percebendo insinuações sobre uma possível relação entre ele e Sabel, retira-se, incomodado.

Nessa noite, Julián apercebe-se, pela primeira vez, do carácter violento do morgado, que espanca a rapariga. Esta, *estendida no chão, uivava desesperadamente; D. Pedro, louco de fúria, agredia-a à coronhada* (Pardo Bazán: 1990, 58), por não ter colocado a ceia na mesa atempadamente, devido ao tempo que passou na festa, ao mesmo tempo que a insulta. Vendo este acontecimento, o clérigo corre a ajudar Sabel, que, ferida, por sua vez, dirige-se para o filho, que chora por ter sido agredido pelo pai, do que este não tinha sequer a mínima noção, devido à fúria e cegueira com que estivera a bater na amante. O dono da casa confidencia então ao padre os seus ciúmes⁸, que o adverte para a situação de concubinato em que vive, o qual vai contra a religião católica e as regras sociais: *senhor marquês, com franqueza, não lhe pesa viver assim na lama? Uma coisa tão inferior à sua categoria e ao seu nascimento! Uma pobre criada de cozinha!* (Pardo Bazán: 1990, 61).

É então que o morgado confessa a Julián a exploração de que é vítima por parte de todos os que o rodeiam, revelando toda a raiva e revolta reprimidas por não ser, na prática, o dono de tudo o que possui, pois, na verdade, todos o exploram. Na realidade, é Primitivo que decide tudo, manobrando D. Pedro com artimanhas, pondo e dispondo dos bens do patrão sem

⁷ *soltou várias alusões sobre política, e também maliciosas piadas referentes ao grave escândalo que na altura trazia muito preocupados os revolucionários provincianos: Sor Patrocínio, as suas manipulações e influência no Palácio. Alvorçaram-se os três curas, e o cacique Barbaças, com extrema gravidade, voltando para Juncal a sua barba floreada e comprida, disse-lhe (...) “que muitos falavam do que não compreendiam”, ao que o médico replicou, vertendo bÍlis pelos olhos e lábios, “que em breve veríamos o dia da grande varridela, que estava para se armar a confusão do século e que os conservadores levariam que contar para casa do seu pai Judas Escariotes”* (Pardo Bazán: 1990, 51).

⁸ *Não a viu? Não a viu você todo o dia, lá em Naya, a bailaricar como uma desalmada sem vergonha? Não a encontrou à volta bem acompanhada? Ah!... Julga você que vêm sozinhas as moças da laia delas? Ha, ha, ha! Vi-a eu, com estes olhos, e asseguro-lhe que se tenho alguma pena, é de não lhe ter partido uma perna, para que não baile mais durante muitos meses* (Pardo Bazán; 1990, 60).

lhe dar conta da maioria destes, o que, se fosse do seu conhecimento, desencadearia certamente uma tragédia significativa, tendo em conta o seu temperamento.

De facto, os sentimentos do marquês, acumulados, contribuem para que seja violento, nas acções e também nas palavras, fazendo valer a superioridade masculina que lhe foi inculcada e acentuada pelo meio em que vive.

Julián, procurando fazê-lo sair daquele ambiente rude, mesquinho, explorador e corrompido pelo que considera serem maus costumes, sugere-lhe que vá até à cidade (Santiago de Compostela). Desta forma, afastando-se por algum tempo dos seus paços, daria oportunidade a Sabel para conhecer um homem da sua classe social e com quem pudesse casar, casando também ele com uma mulher à altura do seu estatuto social: *pensa que eu não sonho todas as noites com um rapaz que seja parecido comigo, que não seja filho de uma mandriona qualquer, que continue o bom nome da casa... e que se chame Pedro Moscoso, como eu?* (Pardo Bazán: 1990, 64).

D. Pedro decidiu ir até à cidade acompanhado por Julián, cuja mãe era governanta em casa de D. Manuel Pardo, tio do marquês, que assim aproveitaria para visitar. Conheceria a vida urbana, vestindo-se e arranjando-se como convinha a um homem com título nobiliárquico e que queria apresentar-se de acordo com a sua posição, parecendo outro, bem barbeado, *embora sem detrimento da sua barba, que brilhava, suavizada pelo óleo de cheiro; soltava um odor de sabão e roupa limpa, vestido de traço de mescla, colete de piqué branco, chapéu de feltro azul e de casaco no braço, parecia o senhor de Ulloa um homem novo e diferente, com mais vinte pontos de educação e cultura que o antigo* (Pardo Bazán: 1990; 67-68).

Esta transformação física é muito significativa, pois o marquês sabe que o ambiente citadino é muito diferente do do campo, no qual se movimenta à vontade, submetendo-se durante alguns meses às convenções sociais urbanas. Por isso, não é de estranhar que, após o seu casamento, o encontremos já saudoso do ambiente em que nasceu e foi criado, não apreciando a cidade. Habitado ao campo e aos seus caminhos irregulares, encontrava-se fora do seu habitat, por isso, *achava, e com razão, estreitas, tortas e mal calçetadas as ruas, enlameado o piso, húmidas as paredes, velhos e enegrecidos os edifícios, pequeno o circuito da cidade (...)* *Pedras bafientas! Já lhe bastavam as dos paços* (Pardo Bazán: 1990, 81).

Em Santiago de Compostela, D. Pedro estabelece-se então em casa do tio, que, apesar de ser um *magnífico exemplar de uma raça apta para a vida guerreira e selvagem das épocas*

feudais, consumia-se miseramente no ócio vil das cidades, onde quem nada produz nada ensina nem nada aprende, não serve para nada nem nada faz (Pardo Bazán: 1990, 74), subordinando-se assim à cidade, considerada aqui não um centro de desenvolvimento mas de parasitas, o que constitui uma clara crítica à migração da nobreza rural do campo para a cidade. Depois do casamento com Nucha, o morgado sente-se cansado da vida urbana, em que nada de verdadeiramente útil se faz, sentindo acender em si o sentimento de desfasamento social e espacial. Entretanto, o tio tenta incutir-lhe maneiras sociais adequadas à sua posição, mas sem resultados positivos, fazendo-o apenas desejar ver-se novamente no meio do campo, sentindo o sol e a terra.

Filhas do senhor De la Lage, as primas, Rita, Carmen, Manolita e Marcelina (Nucha), foram educadas segundo preceitos rígidos, como se ainda vivessem na Idade Média, uma vez que o pai *as trazia como que encasteladas e isoladas, não as levando senão pelas festas e no Carnaval a diversões públicas* (Pardo Bazán: 1990, 76). Sonhava para elas um casamento com alguém da sua estirpe e não havia ninguém melhor à disposição que precisamente o primo. Este sentia-se atraído por Rita, mas, após conhecê-las relativamente bem e saber factos das suas histórias de vida, considerava Nucha o ideal de esposa: dedicada à religião, recatada, com instintos maternos (cuidara do irmão Gabriel após a morte da mãe, encontrando-se este agora na Academia de Artilharia) e conselheira das irmãs, retirando da mente Rita, de quem desconfiava ser dada a amores e que era alvo de comentários no Casino.

Este é afinal um espaço semelhante ao rural, com a mesma maledicência, pois nele são trocadas informações acerca de pessoas da cidade e bastantes factos da vida de várias famílias, a vários níveis, especialmente através de um homem que os recolhia misteriosamente e fazia questão de os contar naquele centro de ócio e maldizer. Era, pois, um local que agradava bastante a quem quisesse recolher dados sobre alguém; por isso, D. Pedro frequentava-o muito para recolher dados que muito lhe interessavam relativamente ao *verdadeiro estado da fortuna do seu tio. Em Santiago dizia-se aquilo de que ele já suspeitava: D. Manuel Pardo deixaria a maior parte dos bens ao varão Gabriel, que (...) viria a açambarcar quase toda a casa De la Lage. Não restava outra esperança às priminhas senão a herança de uma tia solteira, Dona Marcelina, de resto madrinha de Nucha, que residia em Ourense* (Pardo Bazán: 1990, 97), sendo esta a sua provável herdeira. Este foi, na verdade, o principal facto que fez com que o marquês decidisse escolher Nucha, inclinando-se mais a ter uma esposa com posses do que uma de quem gostasse, casando por mero interesse, de uma forma calculista e fria, sendo um

exemplo dos casamentos realizados apenas para juntar os bens materiais e continuar uma boa linhagem. No entanto, mais tarde, D. Pedro sofrerá uma decepção, pois aquela herança reverterá para Rita, que, segundo voz corrente, tinha obtido uma grande simpatia de Dona Marcelina.

O peso que se abateu sobre o enlace de D. Pedro e Nucha culminou numa cerimónia triste e lúgubre, em que não havia a alegria que costuma existir nas festas de casamento; pelo contrário, uma sombra negra envolvia o ambiente, constituindo um mau augúrio para esta união, de que esta começa mal e acabará mal: *todos estavam- é a frase lapidar- muito afectados (...) e Julián (...) sentia no coração um peso esquisito, como se o ensombrasse algum pressentimento cruel* (Pardo Bazán: 1990, 99).

No entanto, ao mesmo tempo, sentia-se bem consigo mesmo por D. Pedro ter casado com uma mulher católica praticante, que poderia levá-lo a um bom caminho, deixando os maus hábitos morais, revelando-se ainda mais alegre quando, ao voltar aos Paços de Ulloa, ficou a saber por Primitivo que Sabel iria casar com o gaiteiro de Naya, o que contribuiria para o sucesso do casamento do marquês. No entanto, o temperamento prepotente e violento deste continua a emergir, o que não contribuirá para a sua união matrimonial. Após Nucha dar à luz uma filha, para desgosto do marido, que pretendia a sucessão masculina, este vai até à aldeia buscar uma rapariga para amamentar a criança, ameaçando exercer o seu poder de morgado, se o pai recusar a ida dela para os paços: *se se fizer rogada, trago-a de rojo pela trança...A mim não me levanta a voz um caseiro meu* (Pardo Bazán: 1990, 141), assumindo, desta forma, a sua autoridade de proprietário da casa senhorial a que todos deviam obedecer.

Máximo Juncal, o médico que assistiu Nucha aquando do parto da filha, critica esta atitude, símbolo do poderio dos senhores rurais que colocavam ao mesmo nível animais e seres humanos, devendo-lhes todos ainda a mesma submissão dos tempos do Antigo Regime, criticando também a posição da Igreja, sempre ao lado dos poderosos. Agora, era necessário virar a página social e política e acabar com este estado de coisas⁹. É então que o médico informa Julián das disputas entre os dois caciques: *Barbaças*, que tem sob a sua alçada um homem português alcunhado de *Torto* e *se corresponde com as juntas carlistas da província para pôr o país a fogo e sangue* (Pardo Bazán: 1990, 144) e *Tramóias*, que, ao contrário do

⁹ *Precisava de uma boa lição este D. Pedro. Quando se convencerão estes fidalgotes de que um caseiro não é nenhum escravo? Assim vão as coisas em Espanha: fala-se muito de revolução, de liberdade, de direitos individuais...E afinal, por toda a parte a tirania, o privilégio, o feudalismo! Porque vamos lá a ver: o que é isto senão reproduzir os execráveis tempos da gleba e as iniquidades da servidão?* (Pardo Bazán: 1990, 141).

seu opositor, não revelava predilecção por lutas guerrilheiras.

O médico é um importante elemento de ligação entre aquele mundo rural e o que acontece fora dele, relatando as novidades políticas, preocupantes para Julián, enquanto clérigo: *eram tudo igrejas derrubadas, escândalos anti-religiosos, capelinhas protestantes estabelecidas por todo o lado; liberdades de ensino, de cultos* (Pardo Bazán: 1990, 156). Enquanto isso, nos paços, perdurava a imoralidade, uma vez que D. Pedro, desiludido com o facto ter uma criança do sexo feminino e não masculino, desagrada-se da esposa e retoma a relação amorosa com Sabel, persistindo nos costumes sociais aceites relacionados com o poderio senhorial.

Continuam igualmente tradições e hábitos galegos ancestrais, em serões na cozinha dos Paços, nos quais Sabel continua a reunir populares que lá se alimentam, nunca faltando a *Sábia*, que, com o seu aspecto de bruxa, vaticina brigas entre o casal da casa e a morte de Nucha, o que realmente acontecerá. Entretanto, a casa já incutia medo e morbidez, como que se solidarizando e reflectindo o medo que Nucha sentia relativamente à filha, receando pelo futuro desta. Tal sentimento levou-a a confessar ao padre que era perseguida por visões, o que revela um espírito sugestionado pelo ambiente em redor, em especial, o invernososo, ainda de acordo com o gosto romântico: *eram as montanhas negras, duras, de aparência maciça, sob o escuríssimo tecto do céu tormentoso; era o vale iluminado pela claridade pálida de um angustiado sol; era o grupo de castanheiros, umas vezes imóvel, outras visivelmente sacudido pelas rajadas da ventania furiosa e à solta...* (Pardo Bazán: 1999, 175-176).

Este é um exemplo de um indício de tragédia, um presságio que se sente na carga semântica dos adjectivos usados: *negras, escuríssimo, pálida, angustiado, furiosa e à solta*, reflectindo o estado de espírito de Nucha naqueles Paços tão característicos do poder senhorial galego da época¹⁰, em que o que era geralmente considerado imoral era a regra aceite e inquestionável.

Fruto de uma relação ilícita, Perucho, criança e, por isso inocente, nascido e criado naquele ambiente em que geralmente se esquecem dele, cresce livremente pelo campo, sujo, afastado dos restantes humanos, esgueirando-se discretamente pelos vários espaços interiores

¹⁰ Esta narrativa foi escrita entre 1886 e 1887, anos que se integram na Restauração Bourbónica em Espanha, sendo a dinastia Bourbón retomada através do pronunciamento do militar Arsenio Martínez Campos que levou ao poder Afonso XII, filho de Isabel II. Esta Restauração terminaria apenas aquando da proclamação da II República, em 14 de Abril de 1931, e foi marcada por alguma estabilidade institucional, o aparecimento de um modelo liberal do Estado e movimentos sociais e políticos que nasceram da Revolução Industrial, cujo caciquismo levaria à ditadura de Primo de Rivera, em 1923.

e exteriores. Fascinado pela filha dos donos dos paços e desconhecendo o parentesco que os une, afeiçoa-se completamente a ela, ao que esta corresponde espontaneamente, levando Nucha a suspeitar que o marido é o pai de Perucho; conseqüentemente, este começa a sentir e a sofrer injustiças, ao ser afastado da irmã sem compreender a razão. Na nossa opinião, Perucho personifica a mudança para o Liberalismo, afastado pelo conservadorismo dominante naquele espaço, sendo alvo de injustiças de pessoas que o rejeitam por causa de preconceitos relacionados com uma mentalidade pouco aberta a mudanças e enraizados em costumes ancestrais.

Ao ambiente rural que circunda os Paços de Ulloa chegam as inovações e conflitos políticos¹¹. Assim, neste espaço geográfico, também se discutia política e, *nas tabernas de Cebre, no dia da feira, ouvia-se falar de liberdade de cultos, de direitos individuais, de abolição de privilégios, de federação, de plebiscito-pronunciado como Deus queria, evidentemente. Os padres (...) demoravam-se nos adros, discutindo com calor alguns sintomas recentes* (Pardo Bazán: 1990, 200) que os assustavam, pois corriam as notícias do anticlericalismo.

Nesta localidade, os dois antagonistas não tinham propriamente ideias políticas convictas, mas era fundamental que se opusessem para a obtenção do poder: *Barbaças* revelava-se carlista¹², pretendendo usar meios legais e atafulhar o adversário em papéis, planeando emboscadas no recato da sua casa, enquanto *Tramóias* se afirmava liberal¹³, era violento, precipitado e impetuoso, homem para executar pessoalmente as ameaças que proferia.

A corrupção alastra então, praticada pelas duas vertentes políticas, característica das lutas pelo poder, a grande ou pequena escala e exemplo do que se passaria certamente ao nível de todo o país. *Tramóias* sabia que *Barbaças* tinha os seus homens de guarda, ao mesmo tempo que *pouco a pouco, ia caindo a clientela do Barbaças (...) guarda da prisão, cantoneiros, todo o pessoal oficial de Cebre, iam ficando ao gosto do Tramóias. Só não pôde meter o dente no juiz, protegido de altas esferas por meio de um parente da senhora juíza,*

¹¹ *é forçoso reconhecer que na época da revolução a exaltação política, a fé nas teorias levada ao fanatismo, conseguia infiltrar-se em toda a parte onde quisesse, saneando com rajadas de furação o pestilencial ambiente das intrigas quotidianas nas aldeias. Vivia então a Espanha suspensa de uma discussão das Cortes, de um grito que se dava aqui ou acolá (...) e no fundo da voragem batalhavam as duas grandes soluções de raça, ambas fortes porque se apoiavam em coisas seculares, lentamente sazoadas ao calor da História: a monarquia absolutista e a constitucional por essa altura disfarçada de monarquia democrática* (Pardo Bazán: 1990, 199-200).

¹² Adepto de Carlos María Isidro de Bourbon.

¹³ Adepto de Isabel II.

pessoa de importância (Pardo Bazán:1990, 202).

Até Primitivo, que não tinha nenhum cargo político ou administrativo, mostrava-se irrequieto e frequentava muito a casa de *Barbaças* para conseguir o seu objectivo: que o candidato da Xunta se retirasse e, em seu lugar, surgisse D. Pedro Moscoso. Esta movimentação fez *Tramóias* ir mais vezes à capital contar ao Governador as mudanças que ocorriam em Cebre e os seus receios de que o marquês de Ulloa ganhasse as eleições, uma vez que grande parte da população lhe devia, a ele ou a Primitivo, dinheiro ou favores. Então, o Governador ordenou imediatamente que *fosse transferido o juiz de Cebre e os poucos clientes de Barbaças que ainda ocupavam cargos no distrito. Desejava o governador triunfar em Cebre* (Pardo Bazán: 1990, 204).

A D. Pedro, nunca passara pela cabeça meter-se em política, mas identificava-se com o Absolutismo, acreditando que, com este, seriam restabelecidas a tradição e a importância da linhagem, pois *ele era a primeira pessoa da terra, a mais importante, a de origem mais ilustre: a sua família, desde tempos imemoriais, figurava à frente da nobreza comarcã (...)* Primitivo (...) limitou-se a dizer, empregando um expressivo plural e cerrando o punho:

-Temos a terra na mão assim (Pardo Bazán: 1990, 205).

Esta consciência de importância social fez o morgado sentir-se único e idolatrado e começaram então as comzainas eleitorais, organizadas por Primitivo e oferecidas aos apoiantes daquele, procurando assim meios para fazer do patrão deputado e conseqüentemente, ter mais e uma maior influência na zona. Deste modo, viveu-se uma grande agitação social nos Paços de Ulloa.

Entretanto, a fraqueza de Nucha acentua-se, presságio de que uma tragédia se aproxima e que a carreira política não será o futuro do marido, tal como o Absolutismo e todo o domínio que este representava, incluindo sobre as mulheres. O morgado começara a espancar a esposa, deixando nela marcas de agressão física, das quais Julián se apercebe: *quase ao mesmo tempo deu por uma coisa que lhe coagulou o sangue de horror: nos pulsos da senhora de Moscoso percebia-se um sinal circular arroxeado* (Pardo Bazán: 1990, 209), continuando assim a exercer o poder secular dos homens sobre o sexo feminino.

A violência também se manifestava no processo político, pois *Tramóias* tentava convencer o Governador a agir rapidamente, usando meios como a intimidação para anular *Barbaças*, para o que obteve o apoio daquele, sendo um imperativo ganhar a qualquer custo.

Do lado contrário, encontramos a mesma atitude segura, garantindo o arcipreste ao padre Eugénio que *por esta vez vamos-lhes fazer morder o pó. Pelo menos, o distrito de Cebre enviará ao Congresso uma pessoa decente, um filho da terra, chefe de uma casa respeitável e antiquíssima, que nos conhece melhor que esses pilantras vindos de fora* (Pardo Bazán: 1990, 217), o que comprova a costumada aliança entre o clero, a nobreza, baixa ou alta, rica ou menos rica e o poder absolutista. No entanto, o padre Eugénio adverte para a situação imoral em que D. Pedro vivia, que não era bem vista pela população de Cebre já há algum tempo, atitude certamente com origem nos apoiantes liberais. Eram também preocupações para estes clérigos os boatos de que havia o desejo de assassinar todos os padres e de que a esposa de D. Pedro se relacionava romanticamente com o padre Julián, o que este sente à sua volta. Deste modo, as intrigas imiscuem-se na vida dos Paços de Ulloa, o qual passa a funcionar como um microcosmos da política, sórdida e nada séria, usando a difamação como forma de enfraquecer o adversário.

Julián é um intruso na casa de D. Pedro, tal como o Liberalismo o é numa região dominada pelos clérigos arreigados a costumes absolutistas que dificilmente se diluirão. Como refere o narrador, alguns padres revelaram-se ressentidos, ao verem que o clérigo dos Paços não participava em política, o que aliás não interferia com a previsível vitória dos carlistas, que se encontravam em maior número em relação aos adversários, cuja existência não punha em causa a segurança dos primeiros¹⁴.

A acção eleitoral decorreu da forma mais corrupta possível, em que *Tramóias* usou de todos os meios ilícitos para falsificar os resultados, incluindo colocar homens seus a impedirem pessoas de votarem, usando a violência física, *distribuindo à sua vontade murro e pontapé a quem tentasse o assalto* (Pardo Bazán: 1990, 225), pelo que concluímos que, da parte dos liberais, a justiça e correcção ética também não eram palavras de ordem.

Depois da vitória do candidato liberal e a par da derrota dos que representavam o Antigo Regime nos Paços de Ulloa, Nucha também se sente derrotada e pretende ir-se embora com a filha para casa do pai, receando, nos seus desvarios, que matem a criança. Julián combinou então com ela os pormenores para se afastarem daquele lugar agarrado à História e a velhos costumes que não contemplavam o respeito familiar e em que a insensibilidade

¹⁴ Não dispunha o Governo no distrito senão do que, pomposamente falando, se pode chamar o elemento oficial. Se é verdade que este tem influência, e grande, na Galiza, graças ao carácter submisso dos labregos, ali, em Cebre, não podia contrabalançar a acção dos padres e fidalgos reunidos em torno do formidável cacique Barbaças (Pardo Bazán: 1990, 224).

humana predominava.

Exemplo de calculismo e maldade, Primitivo, matreiro, ofereceu dinheiro ao neto para o avisar de quando a senhora da casa falasse a sós com Julián na capela dos Paços, depois da missa. Perucho acedeu ao pedido do avô e, sem dar o dinheiro ao seu descendente, este agarrou na escopeta e foi à procura do marquês, prometendo à criança o pagamento se dissesse ao morgado o que lhe contara. Depois de cumprir a sua parte do acordo, o jovem foi à procura do avô, mas teve de se esconder, ao ouvir passos.

Desconfiado do som que ouvia, escondeu-se junto a um muro, reconhecendo a figura do temível *Torto*, que, a soldo de *Barbaças*, assassinou Primitivo, provavelmente julgando que atirava sobre D. Pedro. Então, Perucho correu para a capela, onde se deparou com mais uma tragédia iminente (Nucha transida de medo, devido à violência do marido, que a acusava de traição com o clérigo), que não teve um desfecho infeliz devido à sua intervenção junto do pai.

Julián parte, é questionado pelo arcebispo e enviado para um lugar isolado, no centro da Galiza, afastado de qualquer casa senhorial, tendo como paroquianos *pobres pastores; nas vésperas das festas e em tempos de oblata obsequiam-no com leite de vaca, queijo de ovelha e manteiga em talhas de barro. Falam um dialecto cerradíssimo, difícil de compreender; vestem-se toscamente e usam o cabelo comprido, cortado à frente, à maneira dos antigos servos* (Pardo Bazán: 1990, 261). Consideramos esta descrição extremamente significativa, pois revela exemplarmente a Galiza rural: pobre, com habitantes afastados, esquecidos pelo Governo e pela própria História, sem estarem informados do que ocorria fora do seu ambiente. É, pois, um retrato social fiel e bastante realista do povo, esquecido por todos os regimes políticos e que, por isso, se mantinham ainda puros e incorruptíveis, longe de uma sociedade nova que também deles se esquecia.

Recebendo a notícia de que Nucha falecera, Julián, já acostumado a uma vida extremamente simples, passa a viver como os camponeses, perfeitamente integrado num mundo dependente da Natureza e em equilíbrio com ela. Ironicamente, mais tarde, o arcebispo envia-o para a paróquia de Ulloa, onde encontrará os Paços tão sombrios como anteriormente, cujo edifício, símbolo do Antigo Regime e do poder senhorial, *desafiando o tempo, permanece tão pesado, tão sombrio, tão austero como sempre. Nenhuma inovação útil ou bela se nota no seu mobiliário, na horta, nas terras de cultivo. Os lobos do escudo de armas não se amansaram; o pinheiro não cria novos rebentos; as mesmas ondas de água petrificada banham os estribos da ponte senhorial* (Pardo Bazán: 1990, 263).

Pelo contrário, a vila de Cebre modernizou-se, evoluindo moral e materialmente, com o predomínio das ideias da nova época por parte de *Tramóias* sobre a tradicional ideologia defendida por Barbaças e o estabelecimento de lojas.

Nos Paços de Ulloa, Julián sente a presença de Nucha, a trágica vítima de um ambiente retrógado, violento, sugador e assassino de novas energias naquele espaço muralhado que impediu a modernização de ideias e costumes. No mausoléu onde repousa, que não estava de acordo com o que ela merecia, uma vez que tinha pedras e cal, sendo a decoração constituída por caveiras, ossos e outros elementos tenebrosos, o clérigo recorda-a como uma mártir.

Contrastando com este momento nostálgico, surgem risos que sugerem uma nova época naquele espaço físico, que acompanham os novos tempos e deixam para trás a escuridão dos tempos recuados, cruéis, violentos, dominadores, em que a alegria não era permitida. Observando quem ria, o padre deparou-se com um casal de jovens, apresentando o rapaz, Perucho, grande beleza, e a jovem de onze anos, filha de Nucha, uma grande semelhança com a mãe. No entanto, uma grande mudança ocorrera: Perucho encontrava-se muito bem vestido, enquanto a irmã estava pobremente vestida e tinha uns sapatos extremamente rotos. Os papéis inverteram-se: o bastardo era o favorito do pai, enquanto a filha legítima era agora a desprezada, continuando a prevalecer, nos Paços de Ulloa, o poder varonil, mantendo-se assim este espaço com esta característica social que ainda fazia perdurar o Antigo Regime.

É, pois, um lugar onde o velho aparentemente desapareceu mas que, na verdade, se prolonga na nova época com normas ancestrais. Tal como este lugar, certamente havia mais, verificando-se um contraste significativo entre estes e os que efectivamente se modernizavam: cidades e até pequenos lugares como Cebre que, a pouco e pouco, se abriam aos novos tempos com, por exemplo, a abertura de lojas.

*

Na década de 1880, aumentaram as críticas contra o sistema político da Restauração e as suas consequências nefastas para a Galiza como a emigração, já significativa. No início do século XX, tanto Havana como Buenos Aires apresentavam já *um número de habitantes galegos muito superior a qualquer das cidades da Galiza* (Medeiros: 2006, 158), sendo estes

os destinos mais escolhidos.

Manuel Murguía proclamava constantemente que a Galiza tinha todas as características de uma nação, ajudando a que o Regionalismo evoluísse para o Nacionalismo das primeiras Irmandades da Fala, em 1916, e anunciado na Assembleia de Lugo, em 1918. Para tal, contribuíram igualmente os factos de a I República não ter vingado e de a Restauração ter imposto uma ordem centralista, a nível administrativo e legal, diminuindo o espaço da esquerda liberal e sobretudo da esquerda federalista. Este acontecimento provocou uma reacção não só do já nascente Nacionalismo galego, surgindo, na Galiza, a Asociación Rexionalista Galega (organização política regionalista activa entre 1890 e 1892) como também do catalão e do basco.

Esta evolução do Regionalismo para o Nacionalismo encontra-se bem clarificada em *Teoría do Nacionalismo Galego* (Anexo), de Vicente Risco, editado em 1920, dadas as alterações que se verificavam já nos galeguistas que pretendiam mais autonomia e que reclamavam o reconhecimento da Galiza como um território delimitado, a todos os níveis¹⁵.

2- O século XX

2.1- Antes do Franquismo

2.1.1-As Irmandades da Fala e as ideologias nacionalistas

O Nacionalismo galego definiu-se entre 1916 e 1918, época propícia ao aparecimento de movimentos nacionalistas, inflamados pelos que ocorriam, por exemplo, na Irlanda, país com que a Galiza tem uma ligação genealógica devido ao tronco celta comum, e também pelos que se registavam no País Basco e na Catalunha, desde o fim do século XIX.

¹⁵ *O rexionalismo non pide máis que a autonomía administrativa máis ou menos restrita, o dereito a nos gobernar por nós mesmos com máis ou menos amplitude. Quere conquistar para Galiza- ou para o país que sexa- a personalidade na orde da administración. Porque, sequera precise sempre unha base xeográfica real, o concepto de rexión non pasa de ser un puro concepto xurídico. A fin de contas, unha rexión non é nada fóra da vida interior do Estado que a colle dentro do seu orbe político.*

O nacionalismo quere, por riba de todo, crear en Galiza- ou na terra que sexa- unha vida e mais unha cultura autónomas, un aproveitamento de todas as forzas de produción material e mental da terra e da raza para a creación de valores económicos e culturais que se poidan impor no mundo. O concepto de nación é un concepto histórico, o que quere dicir, da máxima realidade. Unha nacionalidade vive sempre, como realidade espiritual, independentemente do Estado de que forma parte (Anexo: 148-149).

Aquele movimento começou a ganhar forma no dia 18 de Maio de 1916, numa reunião da Real Academia Gallega da Coruña, na qual foi acordada a criação de uma Irmandade dos Amigos da Fala, fundada por duas dúzias de republicanos federalistas e regionalistas com ligações literárias, entre os quais se salientavam os irmãos Villar Ponte, tendo sido o jornalista Antón Villar Ponte (1881-1936) nomeado seu Primeiro Conselheiro. Este publicara pouco antes um manifesto escrito em castelhano, o que, à partida, não sugeria um nacionalismo sincero, mas no qual salientava que o galego era uma arma espiritual bastante forte.

Neste grupo ideologicamente heterogéneo de corunheses que tinham como máxima referência Manuel Murguía, contavam-se os regionalistas Uxío Carré Aldao (1859-1932) e Manuel Lugrís Freire, que correspondiam assim ao apelo de Antón Villar Ponte (1881-1936) para uma organização defensora da língua galega, no folheto *Nacionalismo gallego (apuntes para un libro)*. *Nuestra afirmación regional*, baseado na publicação da revista *Estudios Gallegos*. Naquele, reivindicava o estudo dos problemas económicos da Galiza e o uso da língua galega como máximo facto identificador da nação que, com os costumes galegos, *había fomentar o “nacionalismo natural” para acadar unha federación ibérica que vertebrase a España “mediante el reconocimiento de la autonomía franca de las regiones naturales”* (Beramendi e Seixas: 1996, 94). Nestas palavras, espelham-se as ideias regionalistas de Manuel Murguía e as do federalismo republicano, que ele procurava incutir no Galeguismo dirigido a todos os *“buenos gallegos”, fosen de dereitas ou de esquerdas* (Beramendi e Seixas: 1996, 95), federalistas ou tradicionalistas, ideia bem acolhida até pela imprensa católica.

A reivindicação da atenção aos costumes e e à língua está igualmente explícita em *Teoría do Nacionalismo Galego*, de Risco, em que são apresentados os problemas constatados na Galiza que deviam ser colmatados: a desgaleguização, com o desaparecimento da língua e literatura galegas e dos costumes e tradições ancestrais, como o folclore, no qual se inclui a música; o facto de Castela aplicar neste território leis que aplicava noutros e que aqui eram completamente despropositadas por estarem distantes da realidade galega, a emigração constante e a ruína das pequenas indústrias que restavam. Este autor chega mesmo a criticar a personalidade do povo galego, que não tem orgulho na sua cultura: *a noncuranza dos nosos pais deixáranos unha Galiza desgaleguizada, chea de vergoña de si mesma, humildosa e escrava, disposta a aguantalo todo* (Anexo: 149), depois de tantos séculos de submissão a Castela. No entanto, Vicente Risco não se limita a enunciar o que estava errado, apresentando soluções claras para a evolução da sua nação que se coadunam com as propostas dos outros

nacionalistas galegos¹⁶, invocando inclusivamente o Direito Internacional: *ao fín, o principio de que cada nación debe formar un estado autónomo fíose axioma do Dereito Internacional. Tal é a Teoría das Nacionalidades* (Anexo: 150).

A primeira Irmandade da Fala, que se descentralizou em várias cidades e vilas, teve como seu principal objectivo a defesa e divulgação da língua e cultura galegas, concretizando os seus propósitos com a fundação, em 14 de Novembro de 1916, do seu órgão oficial, o jornal *A Nosa Terra*, escrito em galego e que continuou a ser editado durante a ditadura fascista. Risco, lembrando as palavras de Ramón Maria del Valle-Inclán (1866-1936), menciona que este *caracterizounos cunha xenial comprensión da índole social dos das tres falas: Tres romances se formaron na Península -di-: catalán de comerciantes, galego de labradores e castelán de dominadores* (Anexo: 157). Salientando a importância da língua como elemento caracterizador de um povo e cultura, refere que *é a fala a que máis separa e caracteriza os pobos, porque é o máis espiritual de todos, é o que conforma o pensamento e fai a maneira de ser das xentes* (Anexo: 157).

Apesar do castelhano ter sido imposto aos galegos, estes continuaram a usar a sua língua e não apenas na expressão oral, o que faz com que esta língua se encontre *hoxe nunha das súas épocas de maior florecemento literario, converténdose en instrumento de expresión científica e de produción filosófica* (Anexo: 157), mantendo o inicial parentesco com a língua portuguesa e assim, uma maior ligação com Portugal do que com Castela ou outra região espanhola¹⁷.

As diferenças entre o povo galego e os outros povos ibéricos não ficam por aqui. Risco aponta igualmente as que respeitam às actividades praticadas e à organização da própria sociedade: *o pobo galego é un pobo de labradores e mais de mariñeiros. Galiza vive dos froitos do chan, do gando e da pesca (...) en troques de nos axuntarmos en grandes centros de poboación (...) cecais por se arredar da campía, nós espallámonos por ela adiante, en aldeas*

¹⁶ *o Nacionalismo galego proponse a reconstitución espiritual, política e económica de Galiza (...) entendemos por reconstitución espiritual, a creación e conservación da civilización galega na Fala, na Arte e nos Costumes.*

Entendemos por reconstitución política, a liberación e goberno (no senso galego da verba) do pobo galego, ou sexa: acabar co caciquismo,- conseguir a autonomía integral- e acomodar o dereito e as leis ás necesidades e mais aos costumes xurídicos de Galiza.

Entendemos por reconstitución económica, o levar a nosa terra á súa máxima produción- multiplicar ao infindo as comunicacións e a propaganda dos produtos galegos- e procurar unha xusta e equitativa distribución da riqueza (Anexo: 149-150).

¹⁷ *Queiramos ou non, isto trábanos fortemente, estreitamente com Portugal e coa civilización portuguesa* (Anexo: 157-158).

pequenas (Anexo: 158) que se agrupam em comunidades rurais denominadas paróquias¹⁸. Acrescenta ainda que *a sociedade galega é essencialmente democrática. Da organización feudal que sería na Idade Media, leva camiño de se converter en democracia agraria* (Anexo: 158), caracterizando-se a Galiza também por ser um país pobre. De facto, a maior parte dos galegos vivia e subsistia da agricultura, pesca ou gado, não sendo o comércio e o enriquecimento capitalista característicos da sociedade galega, mas sim dos catalães e castelhanos que nela passaram a viver, surgindo também com os emigrantes galegos que voltaram às suas terras com a consciência de pertencerem a uma nação.

Com esta consciência, entre 1916 e 1936, ocorreu a constituição de mais Irmandades da Fala, sendo o galego a língua usada pelos seus militantes, que se esforçavam por reivindicar a existência de uma cultura galega, formando um importante conjunto de organizações nacionalistas que lutaram pela reabilitação da respectiva língua, desejando tê-la e difundi-la como o principal código linguístico. As Irmandades foram a rampa de lançamento para uma efectiva utilização do galego nos vários tipos de textos, incluindo o epistolar: *ata que se fundaron as Irmandades da Fala endexamais se empregara o galego na correspondencia, ningún escribira nunca unha carta en galego* (Fernández-Oxea: 1977, 73).

Dez dias após a Irmandade da Corunha ser constituída, foi a vez da de Santiago de Compostela e outras, nas principais cidades e vilas galegas, como Ourense, Betanzos, Vilalba, Monforte, Lugo, Mondoñedo, num significativo número, em 1923, de 28 Irmandades.

Os seus objectivos primordiais eram: a implementação do monolinguismo, defendendo o uso escrito e oral da língua galega, o que até então não fora uma preocupação primordial; a defesa da cultura genuinamente galega nas suas várias manifestações e o incentivo do gosto pelo passado e presente do território galego, o que implicava valorizar as grandes figuras do Galeguismo até então. Por enquanto, a descentralização política e a preocupação com os problemas sócio-económicos eram ainda relegados para segundo plano, preferindo dar-se primazia à área cultural. Assim, foram concretizadas conferências, criados grupos de dança, comemorações de acontecimentos patrióticos e cursos de galego, por exemplo.

Vicente Risco, em *Teoría do Nacionalismo Galego*, apresenta os fins ou objectivos que as Irmandades pretendiam alcançar e as quatro secções que cada uma delas deveria ter, na

¹⁸ *núcleo pequeno, sempre de menos de oitocentos veciños. A Igrexa en Galiza non creou a parroquia, non fixo senón darlle nome: eran os pequenos clans dos nosos avós. O Estado español, en troques, descoñeceuna e creou o municipio, trasplante do réxime das vilas que se non acomoda de ningún xeito á nosa vida rural. Por isso, a administración municipal é tan ruín* (Anexo: 158).

sua organização, abrangendo já as vertentes sócio-económica e política (Anexo: 166). A imprensa simpatizou com estes acontecimentos e atitudes e, entre 1916 e 1917, apareceram em jornais liberais e católicos poemas em galego e textos elogiosos de toda e qualquer acção galeguista.

Devido aos esforços das Irmandades, a pouco e pouco, a expressão *cultura galega* começou a ser cada vez mais utilizada, assumindo aquelas uma intenção e acção claramente políticas, reforçadas na I Assembleia Nacionalista, em Novembro de 1918, em Lugo. Nesta, esteve presente Víctor Casas (1900-1936), um dos assinantes do Manifesto então aprovado, em que se requeria veementemente a completa democracia para a Galiza, tal como uma reforma significativa e marcante dos órgãos político-administrativos nela existentes.

Neste texto, os galeguistas, salientando que a Galiza apresentava claramente características que marcavam e identificavam a sua nacionalidade, afirmaram-se nacionalistas galegos, considerando que o vocábulo regionalismo já não correspondia às suas pretensões, sendo então substituído pela palavra nacionalismo¹⁹.

A construção de uma consciência nacional foi uma preocupação clara destes galegos, a partir de 1918, tendo tido uma voz relevante nas respectivas publicações. No entanto, na prática tiveram pouca influência na sociedade, devido, em parte, à escassez de meios económicos para agirem mais eficaz e visivelmente, mas era urgente construir e promover essa consciência. Era necessária a existência de um sentimento unificador histórico, cultural e linguístico, devendo-se trabalhar no sentido de promover a galeguização, pois os galegos *son galegos e non saben que temos un destino hestórico que cumprir, na Hespaña e no mundo* (Castelao: 1994, 16).

No entanto, Risco defendeu, em 1920, que havia vontade da população para fazer da Galiza uma nação: *hai en Galiza tal vontade de ser nacional? Haina. Esquecida nos trafegos do vivir cotián, durmida no fonal das conciencias, subvertida polas argalladas dos políticos de profesión, asoballada na servidume política e social, pero haina. (...) ao pobo galego só lle cómpre comprender para querer* (Anexo: 162-163) e, para compreender, devia adquirir consciência de si mesmo.

Não obstante, na realidade, quem se movimentava em prol da defesa dos direitos galegos e da propagação da sua cultura em todas as suas vertentes era *a elite nacionalista*,

¹⁹ *Entón, colleuse como máis expresiva, a verba nacionalismo, manifestando, no Programa de Lugo, que a de "rexionalismo, non recolle todas as aspiracións, nin encerra toda a intensidade dos nosos problemas* (Anexo: 148).

minoría intelectual chea do espírito do seu tempo (Anexo: 163). Tal foi comprovado aquando da ditadura de Primo de Rivera, de 1923 a 1930, quando as manifestações nacionalistas não encontraram espaço e, depois da queda deste regime, destacando-se como grande defensor de um nacionalismo republicano, Vítor Casas, assassinado no dia 11 de Novembro de 1936 por um pelotão de fuzilamento, escreveu artigos acerca da luta que se devia travar por uma mudança de regime em prol do Republicanismo, única esperança para a formação de uma federação espanhola. Para esta luta ser efectiva, havia que *crear en Galiza a vontade nacional (...)* *É unha misión de cradores e de profesores de enerxía. Por iso somos tan perigosos: atrás de nós, ergueranse todas as rebeldías, todas as cousas ás que nós de ningunha maneira podemos ter medo, mais que farían tremar a moitos* (Anexo: 163).

Apesar de lutarem por tal ideal, que abrangia todo o povo galego, as Irmandades tinham os seus inimigos, que decidiram chamar aos elementos daquelas *os Irmaucións* (Fernández-Oxea: 1977, 73). Estes, manifestando o seu forte sentimento de união e fraternidade, compareceram em grande número aos funerais de Antón Villar Ponte, que ocorreu na Corunha e de Antón Lousada Diéguez (1884-1929), em Pontevedra.

O Regionalismo, cuja eclosão fora iniciada no século XIX, originou, pois, um forte Nacionalismo galego, tendo sido o estudo da cultura tradicional impulsionado com os autores da Geração Nós, de que fizeram parte Vicente Risco, Florentino Cuevillas (1886-1958) e Ramón Otero Pedrayo (1888-1976). Depois de 1923, contribuiram para esse estudo os elementos do Seminario de Estudos Gallegos e folcloristas da Corunha integrantes da Real Academia Gallega, tornando-se o povo galego o objecto de estudo destes homens, que tentaram uni-lo sob uma forte identidade que se aproximava de Portugal, país com que estabeleciam muitas comparações.

No período que vai da fundação das Irmandades da Fala até à II República, *o galeguismo experimentou unha avivecida expansión como movemento de ideas e como corrente política* (Barreiro e Fernández Prieto: 1996, 7), assentando na definição da Galiza como nação, reivindicando assim o Nacionalismo o governo autónomo para este território.

A literatura nacionalista, revelando as preocupações galegas, apresentou uma primeira etapa que reflectia a reflexão e opinião crítica; nos anos vinte e no início da década de trinta, os elementos das Irmandades publicaram obras essenciais para a ideologia nacionalista e a defesa e reforço da cultura. Destacaram-se então: Antón Villar Ponte; Antón Losada Diéguez; Vicente Risco; Xoán Vicente Viqueira (1886-1924), Luis Porteiro Garea (1889-1918); Xoán Xesús González (1895-1936), Lois Peña Novo (1893-1967); Valentín Paz Andrade (1898-

1987); Pedret Casado (1899-1969); Ramón Villar Ponte (1890-1953) e Víctor Casas.

Da desintegração de *Solidaridad Gallega*, saíram alguns elementos que participariam nas Irmandades, formando um elo de ligação entre *o velho regionalismo e o novo nacionalismo* (Villares: 1991, 160). Nesta revista, surgida na Galiza, em Agosto de 1907, confluíram várias tendências culturais e políticas, estando este meio de informação voltado para a luta campesina. Na sua fundação, encontramos nomes como Manuel Lugrís Freire e, com eles, toda a contribuição regionalista corunhesa que compunha a Cova Céltica (tertúlia dinamizada por um grupo de intelectuais galegos de feição regionalista, na Corunha, mais concretamente, na loja de Uxío Carré Aldao, onde debatiam assuntos relativos à Galiza).

Após uma campanha jornalística e a fundação de jornais como *Galicia Solidaria* ou *A Nosa Terra*, *Solidaridad* foi publicada, surgindo o *Manifiesto Solidario*, no dia 14 de Setembro, que expunha a vontade de uma luta eleitoral e de fomentar a riqueza regional, numa base social geograficamente corunhesa.

Solidaridad desapareceu em 1912 e o seu legado eleitoralista não foi absorvido completamente pelas Irmandades, sendo retomado pela Organización Republicana Gallega Autónoma (O.R.G.A.), quase vinte anos depois. No entanto, a sua actuação agrária foi continuada, nesse ano, por Basilio Alvarez (1877-1943) e pelo grupo a que pertencia, denominado Acción Gallega.

Nas Irmandades, não havia um pensamento único, mas sim uma pluralidade de formas de sentir a galeguidade e de lutar pelo estabelecimento sólido do Nacionalismo. Deste modo, desenvolveram um movimento político, no qual a Literatura teve um papel preponderante.

Entre 1916 e 1918, apenas implantadas na burguesia urbana, obtiveram um enorme êxito sociológico, apesar da sua indefinição ideológica, nessa época; em 1917, os seus elementos definiram-se como regionalistas, mantendo relações com os regionalistas catalães, que eram o exemplo a seguir.

Víctor Casas (1900-1936) foi um dos nomes mais marcantes das Irmandades da Fala e do Galeguismo, que defendeu desde muito novo. Figura importantíssima deste e do Nacionalismo, com que contactou desde muito cedo, democrata e republicano convicto, trabalhou numa fábrica de calçados durante mais de vinte anos, o que lhe proporcionou o contacto directo com dificuldades e injustiças sociais. Ainda jovem, integrou a Irmandade da Fala da Coruña, a primeira e, como elemento desta, em 1918, destacou-se na Assembleia de Lugo. Colaborou no jornal *A Nosa Terra*, do qual foi director e, depois de 1922, foi um dos fundadores e membro do Comité Executivo do Partido Galeguista (P.G.), após a sua Assembleia

Constituínte.

Revelou o seu republicanismo ao estabelecer uma comparação das consequências negativas para a Galiza entre a política centralizadora praticada pelos Reis Católicos e as monarquias do século XIX, elogiando o Proyecto de Constitución Federal da I República e, após a sublevação franquista, foi detido em Pontevedra, condenado à morte e fuzilado, em 11 de Novembro de 1936.

No texto *Encol do Arredismo.I*, sobre o separatismo, refere-se à Catalunha como *a nacionalidade máis viva de cantas compoñen o Estado español* (Romasanta: 1996, 74). No entanto, o sentimento nacionalista estava presente na vontade de cada um dos povos ibéricos e, naqueles que se revelavam e manifestavam mais contra o Estado espanhol e o seu centralismo, essa palavra passou a ser substituída por *arredismo* (separatismo).

Os movimentos separatistas *van directamente contra a organización actual do Estado español. Contra ese Estado que vai camino dunha disolución definitiva. E cabe preguntar: quen na España non se sinte actualmente arredado do Estado? Todos, absolutamente todos os españois viven divorciados do Estado* (Romasanta: 1996, 74).

Mais do que viverem afastados e viverem lado a lado, tendo os mesmos objectivos, odeiam-se e esta constatação leva-o a afirmar que afinal *España, como nación, non existe*. (Romasanta: 1996, 74), acrescentando que, se, por um lado, o Estado não corresponde aos desejos e vontades dos cidadãos, cada um destes, por outro lado, nada faz para contribuir para ele e rouba-o quando pode.

A culpa desta situação é do próprio Estado, pois não atende aos protestos e reclamações populares, mantendo-se indiferente às suas necessidades, criticando e responsabilizando Víctor Casas os vários parlamentos, que, na sua perspectiva, *non representan a opinión popular senón a dos homes que desgobernando gobernan o Estado* (Romasanta: 1996, 75).

Além de nada fazer para solucionar os problemas que surgem, o sistema em vigor recorre à força e imposição quando o correcto seria ter a iniciativa de dialogar com os vários povos de Espanha, ouvi-los e atender às suas vontades específicas. Com a sua atitude prepotente, provoca um fosso cada vez mais fundo com o povo: *cada día tamén vai en aumento ese divorcio porque o Estado non fai nada para resolvelos* (Romasanta: 1996, 75), o que é *o fracaso definitivo dun Estado* (Romasanta: 1996, 75).

Víctor Casas refere que, tal como os outros povos espanhóis que reclamam a sua nacionalidade, *os galegos, como parte integrante tamém do Estado español, atopámonos nas*

mesmas condicións, con respecto a aquel arredamento, que os demais cidadáns das outras nacionalidades (Romasanta: 1996, 76). Por isso, *sofrem os mesmos aldraxes e á forza contribuímos cos nosos cartos e aínda coas nosas vidas moitas veces, ao sostemento daquel Estado (...) chegamos xa a nos convencer da inutilidade do Estado, tal como está constituído actualmente, e por iso en nós foi aniñando o arredismo* (Romasanta: 1996, 76)²⁰.

Uma vez que o sentimento de afastamento do Estado alastrou à maioria dos galegos, manifestou-se então colectivamente e os separatistas uniram-se, não aceitando um Estado que não respeitava a cultura e língua galegas e que pretendia impor *falas e costumes alleos* (Romasanta: 1996, 77) a um território com fronteiras bem definidas a todos os níveis²¹.

Então, aquele, incompetente para resolver este e outros problemas, provocou um *arredismo* cada vez maior. Neste, encontrava-se a solução do problema galego e assim a liberdade de um povo submetido a Castela, devendo ser os próprios galegos a lutarem pela sua autonomia e pela revivência da sua cultura, pois o Estado espanhol, segundo Casas, é incapaz de resolver qualquer problema nacionalista. Esta opinião é partilhada por Alfonso Daniel Manuel Rodríguez Castelao (1886-1950), que apresenta factos concretos e objectivos para demonstrar a indiferença do Estado relativamente aos problemas da Galiza: *o ano 1933 gastou o Estado (e dispois ainda gastou máis) uns 116 millóns de pesetas en Obras públicas, Reforma Agraria e Réxime de trigos. Ningunha destas obras e melloras teñen aplicación en Galiza; pero Galiza axuda a pagalas. E sabedes canto gasta o Estado en agricultura na nosa Terra, sendo como é un país predominantemente agrícola? Pois a miseria dunhas catrocentas mil pesetas* (Castelao: 2004, 117).

Assim, era urgente promulgar o Estatuto da Galiza, que, segundo este galeguista, era *un Estatuto feito a medida das nosas máis urxentes necesidades. Fai posible un control directo do pobo na xestión dos negocios públicos, permite unha administración máis racional e comenente por estar a carón da cousa que se administra; será unha escola formativa de homes de Estado; impide gastar fóra do noso territorio os recursos que aportamos para remediar necesidades propias (...) é o Estatuto que o pobo galego votou, e*

²⁰ Tal como Víctor Casas, criticando igualmente o centralismo, Vicente Risco refere uma outra realidade: *entre nós, Madrid lévase gran parte do mellor das provincias, para facer podreecer sen dar froito moitas intelixencias selectas, na pestilencia do seu ambiente noxento. Os artistas non son estimados namentras que non foron consagrados en Madrid, e teñen á forza que ir aló, e acomodarse ao gusto da crítica madrileña, sacrificando para isso a súa orixinalidade* (Anexo: 152).

²¹ *Galiza é unha nacionalidade perfectamente definida, con lingua e costumes propias, con características puramente raciás, con sentimentos e gustos non somentes diferentes do resto dos pobos hespañoles senón materialmente opostos casi sempre* (Barreiro e Fernández Prieto: 1996, 16).

así debe ser promulgado (Castelao: 2004, 115).

Era pois necessário, para salvar o território galego, que houvesse uma consciencialização nacional, de forma a superar um complexo de inferioridade que se tinha enraizado no povo, uma vez que *o pasado, pai do presente, non nos deixou máis que desilusións de vida e complexos de inferioridade* (Castelao: 2004, 35). Esta consciencialização devia partir especialmente do povo que vivia nas aldeias e trabalhava a terra, os *labregos*, que deviam lutar contra a diferenciação e injustiça sociais, abertamente denunciadas por Castelao: *a miña Terra é un país de minifundios, poboado por xentes algo ricas e por xentes bastante probes ou probes de todo* (Castelao: 2004, 20). Estes não deviam submeter-se aos mais ricos, que eram os senhores da terra, pois *os señoritos defenden o sistema unitario e centralista* (Castelao: 2004, 36) mas sim deixar de votar em quem não compreende a especificidade galega.

Este galeguista sublinha que o povo galego *carece de siso colectivo para exercitar os seus dereitos* (Castelao: 2004, 38) e, reflectindo acerca deste assunto, levanta uma importante e interessante questão de ordem psicológica: *que pasou para que en Galiza as calidades individuais non concorden coas calidades colectivas?* (Castelao: 2004, 39). O povo galego, tal como os outros povos espanhóis que sofreram a imposição castelhana, foi livre e depois aprisionado para fundar o país Espanha, involuntariamente e com povos diferentes, sem que o poder central atendesse às suas diferenças, línguas, culturas, meios de vida e características, o que é corroborado por Risco²².

De modo a destacar essas características próprias identificadoras de um povo, as Irmandades da Fala passaram, em pouco tempo, de um movimento que defendia e pretendia ressuscitar o idioma galego a abranger tudo o que dizia respeito à vida galega, revelando uma acção essencialmente política contra a opressão e sufocação daquela língua e cultura pelo Governo Central. Vicente Risco acompanhou o protesto contra o centralismo, em *Teoría do Nacionalismo Galego*, tecendo variadas críticas, inclusivamente por se tornar burocrático, em vez de democrático, o que faz sobressair o número de empregados.

Entre 1918 e 1936, o Nacionalismo galego, conhecendo a sua primeira fase de afirmação, procurou encontrar símbolos que o povo identificasse como seus, como o apóstolo Santiago, máximo símbolo religioso da Galiza: *tornam-se muito claros os intentos da*

²² *Galiza deixou perder todo, deixou que lle levaran o que lle quixeran levar, que a asoballaran de todos os xeitos. Consentiu en se ver aldraxada, en que fixeran desprezo dela e mais dos seus fillos; deu ela mesma os pés e as mans para que lle puxeran as cadeas...* (Anexo: 153).

galeguização das representações do apóstolo, então investidas como um símbolo da entidade diferenciada da Galiza (Medeiros: 2006, 61). No entanto, tinham já surgido, *ainda antes de 1918, propostas para materializar uma memória de sentido nacional com exemplos como a estátua de Rosalía de Castro em Santiago, o monumento aos mártires de Carral, a fundação da Real Academia Galega ou do Panteón de Galegos Ilustres* (Medeiros: 2006, 114).

O facto de os galegos, durante cinco séculos, terem tido de usar outra língua que não a sua, excepto dentro do lar, obrigou à desgaleguização, ou seja, à decadência da cultura galega. No entanto, pretendeu-se fazê-la renascer, na vontade expressa de separatistas que se expressavam individual ou colectivamente e que desejavam o dia da libertação *que terá de ser o verdadeiro “Día de Galiza”* (Barreiro e Fernández Prieto: 1996, 16), reivindicando os seus direitos, à semelhança do que já acontecia com a Catalunha, exaltada por Vítor Casas: *Cataluña é o eixo da custión arredista na Hespaña* (Barreiro e Fernández Prieto: 1996, 16).

Para este autor, *o nacionalismo é unha nova forza política, para min de máis fonda idealidade que ningunha outra, que tragnerá grandes progresos e na que radica, ao meu ver, a salvación da Hespaña* (Barreiro e Fernández Prieto: 1996, 21), para a qual contribuirá a união de todos os nacionalistas espanhóis e o reconhecimento de que *Hespaña non é máis que un conxunto de pobos difrentes com personalidade propia* (Barreiro e Fernández Prieto: 1996, 22).

Era então necessário agir rapidamente em prol do Nacionalismo, pois o regime político em vigor (ditadura de Primo de Rivera) era composto por inimigos daquele. Por isso, a união existente entre todos os nacionalistas era um dos maiores trunfos para fazer valer a sua ideologia. Após o reconhecimento de cada nação ibérica, cada um dos respectivos povos resolveria então os seus próprios problemas, o que também é partilhado por Castela: *que cada país se governe conforme á súa verdadeira natureza e que resolva os propios problemas sen axudas nin intromisións* (Castelao: 2004, 37), esclarecendo Casas que, *entre eles, non hai odio ningún e si algún hai é froito da situación actual que despois tería desaparecido* (Castelao: 2004, 23).

Vicente Risco, pretendendo salientar a separação cultural do resto da Espanha, aproxima a Galiza de Portugal, pois entre os dois territórios há afinidades que devem ser valorizadas, afirmando que *pódense dividir os corpos, non as almas. Por riba da fronteira política, e independentemente dela, Portugal e Galiza débense integrar nunha comunidade espiritual, nunha comunidade de cultura* (Barreiro e Fernández Prieto: 1996, 235).

A evolução do Galeguismo registou-se na substituição do Regionalismo pelo

Nacionalismo, o que evidencia a grande aspiração destes homens: a formação da nação galega, que apresenta uma individualidade significativa que a distingue dos demais povos ibéricos. Com esta acção e atitude, o movimento das Irmandades da Fala demonstrou a vontade de despertar a consciência do povo galego para aquela realidade, no âmbito de uma situação política caracterizada por um grande afastamento entre o Estado e os cidadãos, que favorecia o separatismo.

Por isso, Casas criticou o sistema político em vigor, caracterizando-o como desorganizado e corrupto, ao mesmo tempo que aponta a cobardia como uma característica do povo, que nada faz para dar o golpe final nesse Estado já moribundo: *que nos amosra Hespaña? Unha desorganización e unha inmoralidade tremenda en total-as suas manifestaciós. (...) A organización do Estado é unha cousa caduca (...) O povo é cobarde, non tén vida. Nos altos organismos oficiás non se ven máis que inmoralidades a feixes. O favoritismo e o roubo imperan. (...) Analfabetismo por todas partes. A Facenda en bancarrota* (Romasanta: 1996, 22).

Partindo do ideário do Nacionalismo galego da Irmandade corunhesa e com a contribuição do grupo de Ourense que tão importante foi na evolução do Nacionalismo, com Antón Losada Diéguez, Vicente Risco, Otero Pedrayo e Arturo Noguero (1892-1936), surgiu um manifesto em que os participantes reclamavam *a autonomia integral da Nação Galega* (Villares: 1991, 162), defendendo que a Galiza apresenta as características de uma nacionalidade e uma organização federal da Península Ibérica, da qual também Portugal faria parte.

Na Assembleia de Lugo, os elementos das Irmandades da Fala debruçaram-se sobre as várias vertentes de todo o tipo de problemas que assolavam o território galego, as quais foram ratificadas na II Assembleia, em Compostela, no Outono de 1919 e registadas em *Teoría do Nacionalismo Galego* (Anexo: 167-170). Na primeira, *nacionalismo, republicanismo, federalismo e iberismo são os conceitos que dominam as posturas políticas* (Villares: 1991, 162) e, no manifesto anteriormente mencionado, foi declarada *a co-oficialidade do galego e do castelhano como um dos problemas constituintes das reivindicações nacionalistas* (Medeiros: 2006, 114), visto que a defesa da língua foi sempre uma das principais e acérrimas lutas do Nacionalismo galego.

Após a Assembleia de Lugo, começou a sentir-se uma ruptura naquele, que se manifestou também nas assembleias nacionalistas que se seguiram: a de Santiago de Compostela, em 1919, e a de Vigo, em 1921, sentindo-se o auge da instabilidade nacionalista

na IV Assembleia, em Monforte de Lemos, em Fevereiro de 1922. Nesta, discutiu-se a melhor forma de conduzir o Nacionalismo galego e qual a linha política a seguir, estando em causa a oposição entre duas estratégias opostas.

Por um lado, encontrava-se Vicente Risco, que defendia que se devia propagar o Nacionalismo através da cultura, distinguindo-se cada vez mais no âmbito das Irmandades, acima de tudo, como teórico do Galeguismo, após a publicação de *Teoría do Nacionalismo Galego*.

Neste texto, este galeguista começa por distinguir Galeguismo de Nacionalismo, empregues até então como sinónimos, mas, na verdade, o primeiro vocábulo define o segundo e distingue-o dos outros nacionalismos existentes em Espanha (o catalão e o basco), visto que cada um tem características específicas e não se pretendia importar uma ideologia nacionalista, o que este autor esclarece: *emprégase a verba nacionalismo para designar o corpo de doutrinas que informan todo movemento de reivindicación da personalidade dos grupos naturais por frente da sorbencia dos Estados históricos. Neste mesmo senso empregámola nós. Nacionalismo galego quere dicir polo tanto, a doutrina que informa o movemento de reivindicación da personalidade de Galiza frente da sorbencia do centralismo español* (Anexo: 149). Por essa razão, *o noso nacionalismo, para ser algo, ten que ser un galeguismo e non un euskarismo ou un catalanismo traducidos á nosa fala* (Anexo: 148).

Para este galeguista, era fundamental que se desse importância e valor à terra como elemento de criação e existência de uma nação²³ e, exaltando a terra galega, destaca a respectiva paisagem, que apresenta *um enxebrismo que se colle ao primeiro ollar, e que o fai único no mundo, máis único ainda entre as terras peninsulares (...)* *É, pois, a nosa, como xa dixeramos, unha terra xeograficamente autónoma* (Anexo: 156), salientando igualmente as características físicas da população galega, na qual *hai un predominio marcado do elemento loiro centro europeo, como non sucede en ningún outro pobo da Península. Na poboación rural, nótese que todos os rapaciños son brancos como a neve co cabelo loiro, case que*

²³ *en Europa, unha nacionalidade é un pobo afincado nunha terra, é un grupo de homes xunguidos entre eles, xunguidos coa terra da que son donos colectivamente, e que traballan en común, por un conxunto de vínculos naturais, nados da comunidade de orixe e da convivencia no terreo.*

Estes vínculos (fala, tradicións, costumes, historia, etc), engadindo a súa acción á da etnia e a da terra, determinan nos individuos certas coincidencias psicolóxicas, certa maneira de ser común a todos eles, que constitúe o carácter nacional, e xungen nunha interdependencia, nunha solidariedade necesaria os intereses de todos eles nun interés colectivo superior que é o interés nacional.

A nación vén a se resolver deste xeito, nunha comunidade de intereses espirituais e materiais determinada pola natureza (Anexo: 156).

albino. Logo, o sol, o aire, no traballo constante da terra vólvelles o coiro tostado e o cabelo escuro (...) O elemento loiro centroeuropeo, ten entre nós dúas orixes: os celtas e mais os xermanos (Anexo: 157).

Esta é uma das características fundamentais galeguistas: a busca e identificação das origens, essencial para que este povo saiba quem é e tenha argumentos para afirmar a sua individualidade e especificidade desde os primórdios, sendo sempre destacadas as origens celtas. Os celtas (povo tribal), terão ocupado a Galiza desde o século VI a. C., seguindo-se depois os romanos, que introduziram o factor ibérico, e os suevos, responsáveis pela introdução do elemento germânico. Deste modo, *a raza galega segue sendo a vella raza céltica, mesturada com iberos, romanos e xermanos, mais impoñéndose os caracteres dos celtas por riba de todos os demais. É polo tanto a menos ibérica da Península, e com estreitos parentescos étnicos fóra de España* (Anexo: 157), visto que são atribuídas várias origens (indo-europeias e até eslavas) aos celtas e, por esta via, a Galiza aproxima-se de povos que não são ibéricos, de que são exemplos o irlandês, o escocês e o bretão. Até aqui, como vimos, Risco apresenta já uma série de elementos diferenciadores do povo galego que sustentariam a sua autonomia.

Aos 35 anos, este ideólogo do Nacionalismo galego, amigo íntimo de Ramón Otero Pedrayo²⁴, começou a participar em *A Nosa Terra* e, com os seus defensores, considerava que se devia apostar essencialmente numa acção de propaganda e consciencialização dos galegos, através da utilização dos meios de comunicação. Só assim se conseguiria alcançar a autonomia integral, política e cultural, em vez de se apostar nas eleições e aderir a alianças que poderiam não beneficiar os objectivos a alcançar e até prejudicá-los ou impedi-los. A consciencialização dos galegos de que se inserem num território que pode ser classificado como nação era fundamental para Risco, salientando que a conquista da nacionalidade não é só um direito mas

²⁴ Ramón Otero Pedrayo nasceu em 1888, em Ourense, perto do local onde, quatro anos antes, tinha nascido Vicente Risco. Esta proximidade fez com que se tornassem amigos desde a infância até à idade adulta.

Pertencendo a uma família abastada que tinha uma propriedade em Trasalba, Otero Pedrayo teve a oportunidade de contactar com dois meios muito distintos: o rural e o urbano, que exerceram sobre ele uma influência significativa que perpassa nas suas obras. A sua família, liberal e progressista, incutiu-lhe estas influências, tal como o valor da Liberdade, o que facilitou a sua adesão às ideias burguesas.

Foi para Madrid com dezassete anos, onde frequentou o Ateneo e em cuja biblioteca leu: Antonio Machado, Miguel de Unamuno e Pío Baroja, por exemplo, conhecendo as novas tendências literárias que emergiram no fim do século XIX, como o simbolismo, que triunfou com Verlaine, Mallarmé e Rimbaud, na poesia e a lírica de Rubén Darío, um dos principais representantes do modernismo.

Escreveu ensaios, poesia e romances e, das suas obras, destaca-se a novela *Arredor de si*, editada em 1930, um pouco autobiográfica, possibilitando conhecer o percurso dos elementos da Geração Nós. Igualmente relevantes são: o *Guia de Galicia* (1926), resultado das suas viagens e dirigida aos que desejavam conhecer a Galiza real e não apenas o que era mais turístico e conhecido e, em 1933, publicou, também na revista *Nós*, o *Ensayo histórico sobre la cultura gallega* (in Rojó Pazó: 2009, 3-25).

também um dever que os galegos devem cumprir, acrescentando que a sua perspectiva nacionalista não incluía o separatismo de Castela: *as reivindicacións que nós engadimos ao programa meramente rexionalista dos nosos devanceiros, non atenta en nada á soberania política do Estado Espanol* (Anexo: 149).

Na perspectiva de António Medeiros, Vicente Risco *articulou o corpus mais influente e coeso da teoria do nacionalismo galego na primeira metade do século XX* (Medeiros: 2006, 100), sendo essa coesão necessária para tentar manter minimamente unidos os galeguistas.

Numa posição oposta à de Risco, quanto ao modo de agir para difundir uma consciência nacionalista, encontrava-se a Irmandade da Corunha, liderada por Lois Peña Novo (1893-1967), advogado e elemento importante nas Irmandades, e na qual estava também Víctor Casas. Aquela defendia que a acção política devia ser imediata, que se devia participar nas eleições e até, se necessário, proceder a alianças para fortalecer e expandir política e socialmente o Nacionalismo, de modo a este alcançar os seus objectivos.

Deste confronto, saiu vencedor o primeiro grupo, resultando a criação da Irmandade Nacionalista Galega (I.N.G.), liderada por Risco, que recebeu então o cargo de Conselheiro Supremo. Centralizadora, a I.N.G. integrou a maior parte das Irmandades, que não passaram, a partir de então, de delegações daquela, o que foi recusado pela da Corunha, que não a integrou. Entretanto, Víctor Casas, apoiado por Peña Novo, passou a ter um papel cada vez mais relevante, em especial, como administrador de *A Nosa Terra*.

No final de 1928, os nacionalistas, encontrando-se na clandestinidade, devido ao regime ditatorial de Primo de Rivera, tentaram reorganizar o movimento, numa iniciativa da Irmandade da Fala da Corunha, a que se juntaram a de Ourense e de Santiago. No entanto, esta tentativa não deu frutos e todos seguiram diferentes caminhos até à fundação do Partido Galeguista (P.G.).

Após a ditadura de Primo de Rivera, com a mudança da situação política, Víctor Casas começou a sua actividade política pública como orador da Irmandade da Fala da Corunha e dos grupos nacionalistas existentes na Galiza e na América, numa homenagem realizada aos galegos ilustres, diante da Cruz dos Esquecidos, no cemitério da Corunha, defendendo que a Galiza deveria aproveitar as circunstâncias políticas para alcançar os seus objectivos. Também como orador, interveio no jantar que aquela Irmandade organizou, no Parque de María Pita, para comemorar o 25 de Julho de 1930. Nesse mesmo ano, Víctor Casas participou, como secretário da mesa presidencial, na VI Assembleia Nacionalista, em 27 de Abril, na Corunha, acontecimento que juntou representantes de todas as Irmandades galegas, superando a

corunhesa todas as outras.

Eram três os objectivos a alcançar: a reorganização das Irmandades, cujas estruturas tinham sofrido danos, aquando da ditadura de Primo de Rivera; a aplicação do Programa definido em 1918, na Assembleia de Lugo, e a criação do Partido Autonomista Republicano Agrário, que não se concretizou, pois o adjetivo *republicano* levou a discórdias entre os elementos das Irmandades.

Víctor Casas revelou-se um activo defensor republicano, em especial, nos seus textos publicados na imprensa, afirmando que com a República havia a oportunidade de se ter *unha vida máis libre e máis xusta* (Romasanta: 1996, 32) e que o Galeguismo não podia alhear-se do que acontecia na vida política espanhola. Segundo ele, a Monarquia era incompatível com a autonomia efectiva por gerar corrupção, pelo que a única hipótese que se apresentava aos nacionalistas era contribuir para a proclamação da República, uma vez que defendiam o Federalismo e a descentralização.

Após a aprovação da Constituição, a Irmandade da Fala da Corunha, já reorganizada, organizou um ciclo de conferências em que participou aquele teórico do Nacionalismo galego, que se pronunciou acerca da história deste desde 1916, recordando as incoerências do Republicanismo em relação à autonomia. Concluiu então que era necessário que os partidos políticos galegos se organizassem independentemente da política espanhola.

No início de Dezembro, em Pontevedra, ocorreu a VII Assembleia Nacionalista, sendo acordada a criação do Partido Galeguista, que agregou a maior parte das Irmandades, excepto, por exemplo, o galeguista Antón Villar Ponte, que se manteve na O.R.G.A. e depois, no Partido Republicano Galego (P.R.G.), e Lois Peña Novo, que nunca integrou a formação nacionalista.

Ao contrário de Víctor Casas, Vicente Risco considerava que a luta e a forma de chegar à essência dos galegos não era pela actividade política mas sim pela vertente cultural, com a influência europeia que a Galiza já tivera no passado e que perdeu com o isolamento provocado pelo domínio castelhano. Esta atitude valeu-lhe algumas críticas, como as de Peña Novo, que, em 1922, disse, referindo-se a Risco: *eu procramo a mais ausuluta incompatibilidade do Estado hespañol co ideal nacionalista. Por isso Risco non lle otorga ninguna importancia á actuación política* (Medeiros: 2006, 136). Esta atitude independentista era, no entanto, minoritária, não tendo um impacto significativo em 1922.

O autor de *Teoría do Nacionalismo Galego* silenciou-se como galeguista depois de 1936, ano do início da Guerra Civil, mantendo-se sempre um fervoroso católico conservador e

próximo do regime franquista, receando que surgisse uma forte influência comunista em Espanha. Assim, colaborou com o Franquismo, tornando-se uma figura enigmática e, ao mesmo tempo, incómoda: para os elementos da esquerda nacionalista é um traidor e fascista e os de direita moderada sentem-se constrangidos em homenageá-lo, porque ainda sobrevivem os horrores e crueldade da ditadura fascista, na memória colectiva.

*

O triunfo de Risco em Monforte originou a formação da Irmandade Nazonalista Galega (I.N.G.). Como seu Conselheiro Supremo, pretendeu mudar a organização das Irmandades, de forma a que se caracterizasse pela democracia interna, pouca militância e autonomia de cada núcleo. Com tal atitude, na verdade, procurou criar um partido político em que cada uma daquelas se tornasse numa delegação territorial da I.N.G.; na declaração inicial desta, é proclamada a sua abertura a qualquer galego de qualquer tendência política, o que favorecia a união galeguista.

Este novo caminho político das Irmandades, inaugurado em Monforte, ocasionou uma polémica jornalística entre Lustres Rivas, Peña Novo e Vicente Risco, em que foram contrapostos dois projectos diferentes de construção do Nacionalismo galego: um de inspiração federal e republicana, apoiado pela pequena burguesia urbana e outro de orientação cultural e organicista, apoiado pelo grupo Nós e formado pela fidalguia rural em decadência.

A nível cultural e político, a contribuição deste grupo foi fundamental, mas a I.N.G. sofreu um impasse, devido à colaboração de Risco e Losada com a ditadura de Primo de Rivera. No entanto, vários autores galeguistas mantiveram-se fiéis à sua causa e luta, como Xoán Xesús González (1895-1936), que estudou Direito em Santiago, desenvolvendo nesta cidade uma grande actividade cultural e política, participando nas Irmandades da Fala, em que integrou parte da ala mais esquerdista do Nacionalismo.

Activo conferencista e autor de artigos em jornais como *El Compostelano*, *El Pueblo Gallego*, publicações galeguistas como *Lar* (publicação literária publicada na Corunha, entre 1924 e 1926, dirigida por Leandro Carré Alvarellos e administrada por Ánxel Casal) e *A Nosa Terra*, também publicou poesia, narrativa (temas rurais) e ensaios políticos. Em 1931, fundou

a Unión Socialista Gallega, pretendendo unir Socialismo e Galeguismo e certamente também *reconstituír á Galiza nunha franca comunidade democrática* (Barreiro e Fernández Prieto: 1996, 28). Em Julho de 1936, foi a Santiago com um grupo de mineiros de Lousame para defender a República, sendo então fuzilado pelos franquistas depois de um “juízo” sumário, sem direito a defesa.

Este galeguista lamentou e, na nossa opinião, com toda a justiça, os caminhos políticos que a Galiza tomou até então, defendendo que esta se preocupou mais em formar uma personalidade literária e cultural do que política, não havendo então políticos galegos de renome: *non podemos contar com unha rolada de políticos conscentes, prestixiosos, acreditados no campo das actividades gubernamentales, disciplinados por unha laboura edificante nas forxas cívicas da nacionalidade* (Barreiro e Fernández Prieto: 1996, 27).

Antón Losada Diéguez, de linhagem fidalga, é outro nome a reter. Seguiu a carreira de Letras e de Direito e, na Universidade de Santiago, contactou com o regionalismo tradicionalista, iniciando a sua actividade política em Estrada, sendo a sua ideologia política marcada pelo social-catolicismo conservador.

Na década de 1910, participou nos grupos activistas agrários e galeguistas, em Madrid; em 1914, ocupando a cátedra de Lógica do Instituto de Ourense, partilhou experiências e actividades com o grupo da Geração Nós, ingressando, em 1917, nas Irmandades da Fala, tendo participado na de Ourense. Em 1918, apresentou-se nas eleições gerais, em nome daquelas, pelo distrito de Estrada, em Pontevedra; em 1919, impulsionou a revista *Nós* e apoiou a implantação do Galeguismo das Irmandades, em Vigo, apoiando Risco, em 1922.

A ele, deveu-se a ida de galeguistas para cargos públicos da ditadura de Primo de Rivera, confiando nas promessas de Calvo Sotelo sobre a formação de uma Mancomunidade como a catalã (instituição de âmbito catalão que procurou integrar as quatro deputações provinciais da Catalunha num projecto de autogoverno). De seguida, concentrando-se no galeguismo cultural, entrou, em 1924, no Seminário de Estudos Galegos, destacando-se a nível social e cultural, em Pontevedra.

O seu pensamento nacionalista assentava em três princípios: a defesa de uma Irmandade dos homens, na qual os direitos e o bem público prevalecem sobre a propriedade privada; a valorização do trabalho, com os fins da Justiça, Verdade e Beleza, salientando o seu valor social, pelo que o trabalho não pode ser considerado apenas um contrato, dependendo os direitos humanos do comportamento de cada um e a qualidade e quantidade de trabalho que produza.

Defendendo a sociedade galega e as suas características, criticou o Estado espanhol e o respectivo Código Civil por não valorizarem a vida no território galego, quase exclusivamente agrícola, da qual resultava uma situação jurídica que é uma consequência da organização da sociedade rural galega, chamada Sociedade Familiar galega: *os tribunás españoles día por día perseguiron, firindo de morte, á Sociedade familiar, que recollera en troques o Código Civil portugués no seu Libro segundo* (Barreiro e Fernández Prieto: 1996, 34).

A realidade de cada povo devia ser respeitada e atendida, mas havia que proceder a uma aproximação entre os povos de uma forma harmoniosa, natural e solidária, constituindo as fronteiras, em especial, as económicas nacionais, entraves a que isso aconteça, teoria esta bastante interessante e original: *as fronteiras económicas erguidas polos Estados son unha mostra máis da oposición orgaizada á vida natural da solidariedade humán* (Barreiro e Fernández Prieto: 1996, 34). Esta foi uma situação vivida pela Galiza, abafada por impostos naquilo de que mais precisa e tem de importar: *é Galiza a terra que en España máis cuotas contributivas paga, na que menos ocultaciós hai de riqueza, das que en relaceón máis rende ó Tesouro do Estado, mais tamen nela hai menos kilómetros de carreteras e Camiños de ferro* (Barreiro e Fernández Prieto: 1996, 34), não sendo valorizados os recursos naturais como o mar e as rias. Como solução, o povo galego recorreu à emigração, pois a sua é uma *terra de latifundios, rexida por un bárbaro sistema feudal* (Castelao: 2004, 19).

Essas condições económicas e políticas tiveram como consequência a fuga de milhares de galegos que foram obrigados a procurar uma vida melhor longe da sua terra; por isso, em 1919, o Centro Galego de Havana tinha já 50 000 associados e o de Buenos Aires apresentava 39 118 em 1932. Entre 1911 e 1930, terão deixado a sua pátria 733 000 galegos e a última cidade anteriormente mencionada tornara-se, desde finais da década de 1910 e nas décadas seguintes, no destino mais procurado pelos emigrantes galegos.

Estivessem onde estivessem, a solidariedade galeguista e a contribuição monetária quer para causas, quer para instituições galeguistas, foram sempre relevantes, surgindo associações que encomendavam tanto livros como revistas e jornais da Galiza, consumindo outros que eram editados localmente, como o semanário integralmente em galego *A Gaita Gallega*, surgido em Havana, em 1887. Emergiram também, quer em Havana, quer em Buenos Aires, revistas elaboradas em que eram divulgados quadros e fotografias de paisagens e trajes da Galiza, poemas dos poetas do *Rexurdimento* e notícias do território galego. Desta forma, mantinham viva a chama galeguista, comprovada com, por exemplo, o facto de *Vida Gallega*, editada em Vigo, a partir de 1909, ter o seu maior mercado nas Américas,

prosperando significativamente. Nela surgiram, por exemplo, caricaturas de Alfonso Daniel Castelao, que começava então a sua carreira de ilustrador.

Num surto nacionalista, nas principais cidades da América do Sul nasceram muitos símbolos galegos: em Havana, compôs-se o hino, dado a conhecer em 1907; foi sugerida e patrocinada uma academia da língua galega, que seria fundada na Corunha, em 1905, com o nome de Real Academia Galega, em 1906, presidida por Manuel Murguía, tendo como objectivos a uniformização e fixação do idioma galego, definindo as regras gramaticais, lexicais e ortográficas numa gramática e num dicionário, a recolha da literatura tradicional e a escolha da personalidade literária a homenagear no Día das letras Galegas; foi pensada a fundação do Panteão de Galegos Ilustres e o estandarte azul e branco, hoje aceite pelas várias vertentes galeguistas, que foi adoptado pela primeira vez pelos emigrantes. Em 1921, em Havana, e em Buenos Aires, em 1930, apareceram as reivindicações independentistas mais radicais do Nacionalismo galego, posição que não existiu na Galiza dessa altura.

Na capital argentina, a tomada de posição *arredista* surgiu da parte da Sociedade Nacionalista Pondal (S.N.P.), que funcionou em 1930 e 1938 e era expressa no jornal da S.N.P., intitulado *A Fouce*, em que se assumiram como nacionalistas e *arredistas*.

A Galiza era um território mergulhado no esquecimento do Governo Central, que não se preocupava em resolver os seus problemas, o que é claramente denunciado por Alfonso Daniel Castelao: *o Estado actual non ten lecer para ocuparse do problema minifundista de Galiza, anque este apareza tinguido de terribles inxustizas* (Castelao: 2004, 19). E ainda: *pero como Galiza non é unha estepa e os seus problemas son minoritarios, quedará sempre escluída do “intrés nacional” en canto a Lei sexa única* (Castelao: 2004, 19).

No texto *Propostas para a IV Asamblea nacionalista*, anterior à IV Assembleia das Irmandades, de 18 a 20 de Fevereiro de 1922, em Monforte, Losada Diéguez referiu que não havia nenhuma organização regionalista nem nacionalista, que *a popularidade do galeguismo nos anos 1918, 19 e 20 vai esmorecendo* (Barreiro e Fernández Prieto: 1996, 35) e que *o nacionalismo galego como feito político non ten valore en ningures* (Barreiro e Fernández Prieto: 1996, 35).

Um factor que contribuiu para a falta de uma efectiva união popular nacionalista foi, no começo da década de 1920, a população rural e das vilas viverem de costas voltadas, o que é registado por Fernández-Oxea: *o divorcio entre os labregos e os vilegos era casi total* (Fernández-Oxea: 1977, 72). Não obstante, a língua galega era falada em ambos os espaços *e a muiñeira bailábase ainda nos casinos ó final das festas de sociedade. Mais era cousa nidia*

que a nosa lingua perdía terreo diante do castelán, vítima da constante e cada vez meirande presión oficial (Fernández-Oxea: 1977, 72).

A culpa, segundo Losada Diéguez, era dos próprios galegos, pois os jovens dos Centros de Cultura galegos, por exemplo, estavam alheios ao movimento nacionalista, abrindo assim o caminho ao castelhanismo. As províncias espanholas, segundo ele, queriam oprimir a Galiza e era por isso que todos os produtos comerciais estavam cada vez mais caros. No entanto, salienta que, em algumas localidades, havia galegos que sentiam expectativa em relação às ações galeguistas, apesar da concretização destas ser uma ação política difícil; um triunfo político seria possível apenas se aparecesse *un estado revolucionario* (Barreiro e Fernández Prieto: 1996, 36).

Em 1923, num artigo de *A Nosa Terra*, numa visão otimista e talvez pouco realista, referia-se que *fai tres anos que vimos os nacionalistas celebrando o Día de Galicia, e oxe xa son todol-os galegos os que celebran esta festa patriótica, dándose conta do seu transcendente simbolismo* (Medeiros: 2006, 62), o que parece indicar que o Nacionalismo galego se encontrava no rumo certo e com algum enraizamento.

Num manifesto que redigiu, Losada Diéguez acusa o Estado, uma vez que era na Galiza que este investia menos em Instrução, denuncia o domínio castelhano do comércio, que provocou a emigração, salienta a importância da Companhia Familiar Galega e o direito galego e ainda acusa os compatriotas que tinham dirigido a Galiza de sentirem desprezo pelo seu povo.

Segundo ele, as massas galegas eram dirigidas por socialistas e agitadores profissionais e, como soluções para acabar com esta situação, apresenta as seguintes: *os soldados galegos non deben saír de Galiza (...) Os nosos deputados han sere da Terra. Os nosos cartos han sere administrados por nós* (Barreiro e Fernández Prieto: 1996, 38).

Uma solução seria então fazer frente aos políticos espanhóis e também aos agitadores e algumas medidas para lutar pelo Galeguismo poderiam ser, por exemplo, a criação de uma liga de produtores galegos, de um repertório galego, exposições, e que a língua nacional passasse a ser escrita. No entanto, no ensino oficial, ela não era ensinada, de forma que os autores galegos que pretendiam escrever no seu idioma tinham de aprendê-lo de outra forma, em geral, em casa, se fossem provenientes do meio rural.

*

Em 14 de Novembro de 1916, surgiu o marcante jornal *A Nosa Terra*, que teve como seu primeiro director Antón Villar Ponte, que deu origem às Irmandades da Fala. Este órgão da imprensa galega foi criado pela Irmandade da Fala da Corunha com o subtítulo *Idearium das Irmandades da Fala*, pretendia divulgar a cultura e língua galegas e foi um elemento essencial do movimento nacionalista, ligando os seus elementos, sendo o jornal mais emblemático do Nacionalismo galego, transmitindo regularmente as ideias da esquerda nacionalista.

O seu primeiro número foi publicado na Corunha, no dia 14 de Novembro de 1916 e, logo no editorial *A bandeira ergueita*, Villar Ponte acusa o centralismo feudalista castelhano do atraso registado na Galiza, estando a sua redenção apenas na promoção da língua e no estudo dos problemas económicos galegos.

Villar Ponte, depois de aderir à teoria de Vicente Risco, abandonou, em 1922, a direcção deste jornal e, depois da IV Assembleia de Lugo e da criação da Irmandade Nazionalista Galega (I.N.G), este meio de comunicação social, já com Víctor Casas como administrador, foi vinculado à Irmandade da Corunha, passando também a ser usado como veículo de polémicas com a I.N.G.

Das figuras pertencentes a este órgão, destacou-se Víctor Casas, que a ele se ligou muito cedo: em 1920, foi seu administrador, e, na década de 1930, passou a dirigi-lo. Mais do que usá-lo como veículo de cultura galega, os seus dinamizadores pretenderam torná-lo uma força política do Galeguismo, como Manuel Lugrís Freire (1863-1940), Ramón Cabanillas Enríquez (1876-1959), Ramón Villar Ponte (1890-1953), Antón Villar Ponte e Luís Porteiro Garea (1889-1918), fundador da Irmandade de Santiago. Este, em 17 de Fevereiro de 1917 (aniversário da I República), no Casino Republicano da Corunha, deu uma significativa e marcante palestra em galego, na qual anunciou a passagem das Irmandades de meros grupos de Amigos da Fala a uma organização política.

No entanto, seriam precisos dois anos para que esta mudança ou alteração da vertente exclusivamente cultural para a política se consolidasse. Diversificaram-se então as actividades culturais, com a realização de festas galegas para aproximar o povo das aldeias e vilas da nova organização, a inauguração de monumentos, a promoção do Teatro e de exposições de jovens pintores galegos.

Não obstante, as preocupações culturais foram dando lugar à acção política e o Nacionalismo foi ganhando cada vez mais forma e evidência, o que agradou certamente a Víctor Casas, para quem a acção política era necessária, tal como para Lois Peña Novo; para ambos, o problema galego apresentava uma vertente política e outra cultural. Esta derivava da primeira, ou seja, da perda de independência, pelo que era urgente resolver primeiro a questão política, à semelhança dos catalães e irlandeses, para que, neste caso, a co-oficialidade do galego e do castelhano, reivindicada no Programa das Irmandades, pudesse ser posta em prática.

A Nosa Terra, importante instrumento de veiculação de Víctor Casas, serviu para este dirigir críticas pessoais, como no número de 15 de Novembro de 1922, a Vicente Risco, Xaime Quintanilla (1898-1936) e Ramón Villar Ponte. Os dois últimos eram líderes da Irmandade do Ferrol, que integrara a I.N.G. e, a todos estes três homens, lançou críticas à sua falta de acção política. Em Risco e Villar Ponte, criticou, em particular, o facto de desvalorizarem as vilas, menos chamadas à causa galega e, por isso mesmo, mais necessitadas de serem aliciadas pelos nacionalistas.

Apesar das divergências, a Irmandade da Corunha e a I.N.G. agiram sobre os camponeses, que, adormecidos desde 1912/1913, foram acordados entre 1917 e 1923 para o Nacionalismo por homens como Lugrís Freire, Peña Novo e Casas, que participaram em acções de propaganda agrário-nacionalistas, com a colaboração de elementos da I.N.G.

Estas acções e a polémica entre aquela e a Irmandade da Corunha terminaram com a chegada da ditadura de Miguel Primo de Rivera y Orbaneja (1870-1930), militar e ditador que fundou a organização fascista Unión Patriótica que inspirou a União Nacional Portuguesa. O jornal *A Nosa Terra* foi então veículo da expressão da expectativa do grupo da Corunha relativamente ao novo regime, expressando Casas também esse sentimento num artigo da série *Cousas* daquela mesma edição, no qual mostrava contentamento pelo fim do caciquismo e da corrupção e esperança de que finalmente as regiões vissem as suas necessidades atendidas numa possível federação espanhola.

Depois de ver defraudadas as suas esperanças no regime de Primo de Rivera, Víctor Casas esforçou-se por continuar a publicar este jornal, embora apenas mensalmente, com o mesmo teor político do início. A direcção recaía oficialmente, entre outros, em Lugrís Freire e Peña Novo mas, na verdade, a responsabilidade da publicação pertencia a Casas, que se esforçou por manter a defesa da causa galeguista apesar da censura, que impediu a publicação de parágrafos quase inteiros. Consequentemente, expressou o seu aborrecimento, confessando

que *tendo infinidade de temas pra tratar non podó falar de ningún* (Romasanta: 1996, 28).

No entanto, em 1923, era expressa uma visão otimista num artigo de *A Nosa Terra*, que referia que *oxe xa son todol-os galegos os que celebran esta festa patriótica, dándose conta do seu transcendente simbolismo* (Medeiros: 2006, 62), mas, em números posteriores do mesmo jornal, foram relatadas as dificuldades de mobilização dos galegos para comemorarem o Día de Galicia: *então nem sequer ficam assinaladas iniciativas em Compostela, onde hoje se centram todas as comemorações do 25 de Julho* (Medeiros: 2006, 63), o que registava a fragilidade do movimento nacionalista, que tinha de romper, acima de tudo, o medo ou fraco sentido de Galeguismo por parte dos habitantes. Medeiros, referindo-se às notícias da imprensa da altura sobre este assunto até 1936, ano em que estalou a Guerra Civil, destaca que nela encontra-se *genericamente sugerida a escassa participação que as celebrações do Día de Galicia suscitaram, para além das celebrações literárias (...) surgidas nas poucas publicações afectas ao incipiente movimento nacionalista* (Medeiros: 2006, 63).

Então, perante o desinteresse e apatia dos cidadãos em relação à política, em artigos publicados em 1925, Casas começou a ironizar *sobre a boa situación que estaba a vivir España, a calma, a paz, a compenetración entre o pobo e a nova clase política xurdida coa ditadura...* (Romasanta: 1996, 28). Tais palavras levam-nos a considerar que a população galega, na sua grande maioria, não sentia interesse pelas questões política, pelas situações que o seu território atravessava nem a vontade de lutar para fazer deste uma nação ou alcançar a autonomia.

No entanto, os nacionalistas não desistiram e, no número de Maio de 1931, foram publicadas as palavras dos de Ourense a favor do Republicanismo, assinadas pela elite daquele grupo de homens. Entre estes, encontravam-se Vicente Risco, o antropólogo Florentino López Alonso-Cuevillas, membro da Geração Nós e também autor de ensaios e narrativas, e Otero Pedrayo mas, apesar do esforço de todos os galeguistas, em especial, dos que expressavam em jornais como este as suas opiniões e anseios culturais, linguísticos e outros, a tiragem de *A Nosa Terra* revelou-se modesta, o que comprovou um fraco despertar de uma efectiva consciência nacional. Entre 1916 e 1936, *variou a sua periodicidade e a edição teve alguns hiatos curtos (...) teria chegado aos 2000 exemplares, números muito relativizados por outras opiniões. Uma destas mantém que apenas em 1934- ano já de grande actividade do Partido Galeguista, surgido em 1931- teria atingido os 1000 exemplares (...) números (...) que darão conta da escassa capacidade de influência na sociedade galega deste “porta-voz” principal dos nacionalistas galegos* (Medeiro: 2006, 108), que pretendiam sobretudo disseminar o uso

do galego na classe média urbana através não só da oralidade como também através da escrita.

Entretanto, desiludido com a Organización Galega Autónoma (O.R.G.A), a que nos referiremos mais tarde, Casas defendeu a ideia de formar uma força verdadeiramente nacionalista, ao que apelou em *A Nosa Terra*, devendo aquela força (partido) apresentar *un verdadeiro programa, unha férrea disciplina e unha dirección compreta* (Romasanta: 1996, 35). Deste modo, com rigor, poderia ser dado um significativo salto para o respeito que se almejava e se pretendia inculcar.

2.1.2- A Geração Nós (1920-1936)

Em Julho de 1911, surgiu a revista ourensã *Mi Tierra*, que durou apenas um mês. Nela, foram publicadas fotos de importantes acontecimentos na Galiza, tal como um desenho de Alfonso Castelao, colaborador desta revista, assim como Manuel Murguía, Antonio Noriega Varela (1869-1947) e Vicente Risco, tentando preencher algumas lacunas sentidas na imprensa escrita e na divulgação cultural galega.

O facto desta revista ter incluído retratos feitos por Castelao e desenhos que integrariam o seu álbum *Nós* aproxima-a mais da posterior revista *Nós* do que de *Centuria*, que surgiria em 1917, fundada por Vicente Risco e Arturo Nogueira, seu amigo, nascido em 1892 e assassinado em 1936, aquando do início da Guerra Civil Espanhola.

Centuria foi assim chamada por reflectir a esperança de que o século XX fosse o oposto do século anterior, devido ao espírito burguês que o marcou e ao fraco progresso registado. Nesta revista, juntaram-se muitos que, três anos depois, fariam parte da revista *Nós*, em especial, Florentino Cuevillas, licenciado em Farmácia, e Ramón Otero Pedrayo, catedrático em Geografia.

Vicente Risco, Florentino Cuevillas e Ramón Otero Pedrayo aperceberam-se de que, na Galiza, havia três ciências relegadas para segundo plano e que deviam ser reabilitadas para resguardar a memória galega: a Pré-História, a Geografia, que ficou a cargo do último e a Etnografia, que foi atribuída a Risco, numa clara intenção nacionalizadora.

Cuevillas e Risco interessaram-se ainda por História, sobre a qual se debruçaram, tendo o segundo integrado o Seminário de Estudos Galego como director da sua Secção Etnográfica. As outras secções relacionavam-se com Pré-História, História, História da Arte,

Arqueologia, Filologia, História da Literatura, Folclore e Geografia, entre outras, todas relacionadas com a realidade galega e cujos resultados de investigação eram expressos em galego.

Em *La Centuria*, dirigida por Vicente Risco e que durou apenas um ano, com algumas dificuldades económicas, defendia-se *um refinado esteticismo de raiz imaginativa, egócentrica, pois no EU refúndese toda a verdadeira realidade, non a exterior; que vén ser ilusoria, como queren as culturas orientais, polas que Risco sente tanto degaro* (Lezcano: 1996, 15). Apesar da sua curta duração, esta revista, que desapareceu em 1918, ano em que acabou a I Guerra Mundial, foi a semente de *Nós*.

Colaboraram em *La Centuria* muitos e importantes nomes, como Francisco Álvarez de Nóvoa (1873-1936), Otero Pedrayo, Arturo Noguerol e Xavier Bóveda, que aderiram ao Galeguismo, com o qual se identificavam espiritualmente, devido ao apego à terra e ao apelo à unidade do povo. No entanto, distanciavam-se dele num aspecto: no pensamento de que a língua galega já não tinha *a antiga capacidade literária* (Lezcano: 1996, 15), facto considerado grave, pois, tal como Risco defendeu, a língua é o elemento *que máis caracteriza a un pobo, porque é o máis espiritual de todos* (Congreso Vicente Risco: 1995, 360).

*

O nome *Nós* refere-se, na Galiza, ao *grupo de intelectuais mais compacto, homogéneo e fértil de toda a sua história cultural* (Villares: 1991, 165), formado à volta da revista mensal *Nós*, entre 1920 e 1936, sob a direcção de Vicente Risco e definido por este como *Nós, os inadaptados* (vencidos da vida, dandys e inconformistas), representando um mundo que desaparecia. Era um pequeno grupo de intelectuais que se apresentara como uma geração e que agregara *a essência da história do movimento nacionalista anterior a 1936* (Medeiros: 2006, 119) e também o nome da revista surgida em Ourense, editada entre 1920 e 1935, com o fim de escrever sobre vários assuntos exclusivamente em galego²⁵.

²⁵ Esta foi criada por *unha xeneración que se deprecitou do seu imperioso deber social de crearen para sempre cultura galega. Nós ven a recoller todos ises esforzos d'integración da patria galega no seu xa rico polimorfismo (...) Nós ha ser un estudio piedoso e devoto, cheo de sinceridade, de todol-os valores galegos: dos nosos valores tradicionás, e mais dos valores novos que cada día estanse creando na nós Terra (...) há ser a representación no mundo da personalidade galega na sua ansia de se afirmare coma valor universal, autóctono, diferenciado, dentro e fora da Terra (...) há ser a afirmación pra sempre do verdadeiro ser de Galiza, do*

Numa reflexão sobre o que fora alcançado desde 1920, o grupo afirma que continua *sendo o mesmo qu'en 1920, sigue sostense coidando qu'éisite na Galiza dos nosos días unha cultura autóctona e enxebre en plea renacencia* (Medeiros: 2006, 122 e 123), apelando à *fidelidade â y-alma da Raza* (Medeiros: 2006, 123).

Antes de aderir ao Galeguismo, este grupo leu poetas estrangeiros e revelou gosto pelo exotismo, sendo, pois, formado por uma elite intelectual, da qual fizeram parte Ramón Cabanillas (1876-1959), Vicente Risco, director daquele órgão de imprensa escrita, Alfonso Daniel Castelao, que esteve exilado na Argentina, Florentino Cuevillas, o respectivo responsável gráfico e Ramón Otero Pedrayo, historiador e político, expoente da arqueologia nacionalista. Não obstante, dedicando-se depois ao Galeguismo, definiu e desenvolveu o conceito de cultura galega, essencial para a construção do Nacionalismo e à qual *deram a missão de fundamentar a realidade diferencial da Galiza* (Villares: 1991, 165).

Dos seus elementos, devemos salientar novamente Risco e Castelao, como políticos dinâmicos, escritores de obras de carácter galeguista e principais teóricos do Nacionalismo galego. De acordo com o primeiro, um povo não existe sem ter uma cultura própria, por isso, este grupo privilegiou o aspecto cultural e não o político, na sua participação no movimento nacionalista. Assim, deram primazia ao cultivo da Literatura, da História e Etnografia, individualmente e em instituições importantes como o Seminário de Estudos Galegos, instituição organizada em 1923 por um grupo de estudantes de Santiago de Compostela que se manteve até 1936. Esta concepção idealista da Galiza estruturou ideologicamente as Irmandades e especialmente o Partido Galeguista e a valorização cultural fez Casas realçar o importante papel que teve *A Nosa Terra*, na manutenção da defesa da causa galeguista, sofrendo, por isso, acções de censura.

Em 1935, numa semana cultural galega ocorrida no Porto, Risco referiu que *a tradición, tantas vezes chorada por morta, vivía ainda nas camadas populares menos contamiñadas, as camadas ruraes principalmente* (Medeiros: 2006, 128). Dele, disse Carlos Casares como seu biógrafo, que *como etnógrafo, vai reconstruindo tan sabida como pacientemente o corpo da cultura espiritual e material do país, desfigurado pola imposición da cultura castelá* (Medeiros: 2006, 128). O autor de *Teoría do Nacionalismo Galego* destacava, pois, a importância da preservação da cultura popular e do contacto com esta, o que, na sua perspectiva, não devia ser menosprezado por quem tinha cultura erudita, que

Enxebrismo, no que ela tén, debe e quere persistire. O Enxebrismo é a nosa orixinalidade específica (Medeiros: 2006, 120).

àquela se devia aliar²⁶.

Deste modo, *foi a construção de uma cultura nova- e erigida conscientemente com procedimentos modernos- que esteve em causa para os primeiros militantes nacionalistas desde meados da década de 1910* (Medeiros: 2006, 129).

Para a construção dessa cultura, diferente da existente na restante Espanha, o celtismo continuou a ser mencionado e a ocupar um lugar de relevo como marca distinta também defendida pela Geração Nós, a partir do final da década de 1910. No entanto, já proliferava desde as últimas décadas do século XIX, nas mentes dos emigrantes galegos das comunidades de Havana e Buenos Aires, levando-o para a Galiza, quando a ela regressavam com o dinheiro acumulado ao longo de anos de trabalho, que lhes permitiu contribuírem para algum desenvolvimento capitalista nas cidades mais significativas, no princípio do século XX, como Vigo e Corunha. O regresso à pátria era constante, sendo o país que os acolheu usado para enriquecerem, mas neles também fundavam organizações. No entanto, não se lhes apegavam mais do que o suficiente, pois a saudade da terra era um chamamento maior *e o seu diñeiro tende a voltar á terra, a se sedentarizar no chan da patria galega. Poucos son os galegos que se conforman con non volver. Lonxe da terra, siguen xunguidos a ela; é coma se foran nómadas de corpo. Esa é a nosa característica, esa é a nosa forza* (Anexo: 158).

Na base da defesa do celtismo, encontra-se a ligação a um país com o qual a Galiza não esquece as afinidades culturais e míticas, a Irlanda, o que contribuiu para um romantismo que envolve figuras e factos históricos celtas que se perdem nos tempos, pois supõe-se que os conquistadores da Irlanda terão sido originários da Galiza, sendo a lenda de Bréogán²⁷ um elemento mítico que une as duas culturas e povos.

Risco defendeu a particularidade étnica dos galegos com povos como aquele, pertencente ao conjunto dos povos da Grã-Bretanha, mas *dende Xelmírez aos Reis Católicos- foi unha civilización francesa. Temos dos britanos, o humorismo, temos dos franceses, o senso*

²⁶ *Que o pobo conserve as suas usanzas é preciso, e os homes de outa cultura non poden, se han facer obra nacional, perder en ningún instante o contacto co pobo, que é pra iles de cote un mestre imensamente sabio; o folklore é a fonte vivente de toda a cultura racial, mais compre que esta cultura acade aquelas outuras que fan erguer un pobo entre os pobos cultos do mundo [Alento, n.º 5, 1934]* (Medeiros: 2006, 129).

²⁷ Conta a lenda que Brath, fillo de Death, tivo un fillo chamado Breogán, foi criado até o intre no que puido levar armas, pasado un tempo, Brath morreu e Breogán ocupou o principado, orixináronse moitas disputas e desacordos entre as distintas tribos que povoaban Galiza polo que houbo moitas liortas entre elas, nembargantes, foi Breogán cós seus soldados e mailas súas xentes os que acadaron a victoria en cada batalla, seu foi o trunfo final polo que o resto das tribos foron sometidas baixo o seu mando. Posteriormente, Breogán fundou unha cidade chamada Brigantia, o que na actualidade seria a cidade de A Coruña (www.apontevella.com).

crítico; temos noso, o lirismo e a saudade. Tres calidades que caracterizan a alma romántica (Anexo: 159) e estes elementos caracterizadores distinguem os galegos dos outros povos de Espanha, salientando que, enquanto o cidadão ibérico é passional, o que descende dos celtas é sentimental.

O século XIX não perdura apenas no celtismo: Ramón Otero Pedrayo, no texto *Precursores y Apóstoles del Nacionalismo Gallego*, exalta os poetas do século anterior (XIX) porque são pilares fundamentais do Nacionalismo, uma vez que *sufrieron, clamaron maldijeron y tampoco perdieron la esperanza. Fueron los únicos a cumplir su deber: Curros, Rosalía, Añón, Pondal: sobretudo el callado y lejano Eduardo Pondal* (Medeiros: 2006, 103).

A relevante revista *Nós* deu uma honrosa continuidade ao Galeguismo, iniciando uma estreita colaboração entre os grupos de Ourense e de Pontevedra (Losada Diéguez e Castelao, o seu director artístico), aparecendo textos fundamentais de Risco, em especial, *Nós, os inadaptados* e *Da Alemaña*, resultado da permanência do escritor durante quatro meses na Europa Central, em especial, neste país. Deste, regressou à Galiza enraizado no Catolicismo, assustado com o Estalinismo e duvidoso em relação à ascensão nazi.

Entretanto, trabalhou no Seminário de Estudos Galegos, onde liderou a Secção de Etnografia e Folclore e redigiu *Teoría do Nacionalismo Galego*, o primeiro texto em que surgiram definidos os princípios do Nacionalismo galego, solidamente fundamentados na realidade da Galiza.

No entanto, a tomada de consciência nacionalista deve-se também muito ao trabalho propagandístico de Antón Losada Diéguez (1884-1929), ourense membro das Irmandades da Fala. No texto *A Significación profunda do galeguismo*, escrito cerca de 1919 e publicado postumamente em *Nós*, em 1930 (in Barreiro e Fernández Prieto: 1996, 39), este constatou que, no mundo, estava então a ocorrer uma grande revolta, que consistia na luta dos operários contra os capitalistas, o que constituía uma guerra social que alastrava. Aquele sentimento teve essencialmente origem no artificialismo da vida moderna e no afastamento do ser humano da Natureza, confiando que o progresso humano dependia das potencialidades económicas e industriais e na concentração nas grandes cidades, pelo que era necessário efectuar uma consciencialização que reconduzisse o Homem para a Natureza.

O Nacionalismo galego, perante estes problemas, pretendeu então chamar a atenção para a vida natural e próxima da Terra, o que reflectia não só o apego à Galiza enquanto pátria como a valorização que os galegos atribuíam à terra como seu sustento, visto que a grande maioria da população dedicava-se à exploração agrícola e a ela devia a sobrevivência. Esta

perspectiva foi igualmente defendida por Risco, que salientou a importância atribuída à Terra como uma das principais características da identidade galega²⁸.

No que respeitava à questão social, considerava que nem os operários nem os capitalistas tinham razão, defendendo que *ningunha transformación do réxime pode remediar nada. Os obreiros non remediarán nada com derribaren o réxime capitalista, si é que siguen xunguidos ó industrialismo. Obreiros e capitalistas son homes que teñen a mesma doenza da vida moderna, sem máis ideal que a satisfacción económica* (Barreiro e Fernández Prieto: 1996, 40).

A verdadeira transformação não se devia fazer no regime político, mas sim *na conciencia dos homes* (Barreiro e Fernández Prieto: 1996, 40). Por isso, o Estado espanhol não podia continuar a esquecer a existência de povos diferentes no seu território, submetidos a uma uniformidade política, jurídica e administrativa. A solução pela qual o Nacionalismo galego se deveria bater então deveria ser por uma organização federativa com *representación proporcional* (Barreiro e Fernández Prieto: 1996, 40).

Este ideal foi compartilhado por Risco e Castelao, uma vez que esta seria uma forma da cultura e modo de viver galegos serem salvos, libertando-se do jugo castelhano. Em “Os interesses e os problemas de Galiza”, Risco, em *Teoría do Nacionalismo Galego* (Anexo: 159-161), defendeu essencialmente que as leis deviam estar ajustadas à realidade do povo e que a Galiza tinha os seus próprios problemas; que o Estado era incapaz de os resolver, por isso, o território galego devia ter as suas próprias leis; a exploração dos camponeses por parte dos caciques que os exploravam e que eram apoiados pelo Estado devia acabar; este devia reconhecer a importância das paróquias na administração local, tal como os direitos das mulheres; era fundamental exportar gado e construir linhas de caminhos-de-ferro; era essencial tornar francos os portos da Corunha e de Vigo; a pesca, fundamental para a economia galega, devia ser bem explorada e era necessário recuperar pequenas indústrias, como, por exemplo, as de coiros e queijos, aproveitando economicamente todos os bens da terra.

Deste modo, era essencial que a Galiza pudesse usufruir, tratar, preservar, organizar e explorar economicamente os produtos, serviços, meios ou bens pertencentes ao seu território.

²⁸

o sentimento radical da nosa afectividade étnica é a adoración á Terra. Terra a nosa! É o noso berro, que se manifesta de cote en toda a nosa expresión artística. É, coma se dixeramos, a emoción do sedentarismo. E a adoración á Terra e mais á saudade, cobiza do lonxe (...) danse tan envolveitas, tan entretecidas unha na outra, que non puidemos aínda separalas, na nosa alma (...) deste noso espírito calado, reflexivo, intenso, sentimental, romántico (...) o saudosismo é a tónica do espírito lusitano (Anexo: 159).

Pelo contrário, o que ocorria era um centralismo que em nada beneficiava nem ia ao encontro dos interesses galegos ou, como Risco denunciou: *noxenta tutela que non nos deixa espilir burocracia inútil que vive a conta de nós. E isso o centralismo. Os galegos tenen dereito a gobernares a súa casa sen axuda onerosa de ninguén* (Anexo: 160). Estas palavras vão ao encontro das de Castelao, segundo o qual o povo tem, na sua alma, a vontade de libertação: *eu son dunha Terra onde os labregos non foron capaces de aturar o despotismo señorial, e máis dunha vez (...) fixeron revolucións sanguíñentas* (Castelao: 2004, 23).

O que estes autores referem implicaria inevitavelmente a autonomia e *hoxe non hai en Espana persoa consciente que se atreva a negar o dereito das rexións á autonomía. En todos os programas políticos saídos á luz nestes derradeiros dous anos, a concesión das autonomías rexionais é un dos artigos que non pode fallar. Véxase o programa do partido reformista (...) véxase o manifesto-programa do partido republicano (...) Véxanse as conclusións aprobadas no Congreso do Partido Socialista Espanol de 1919, onde o ilustre Pérez Solís sostivo aínda a solución máis radical, pedindo o recoñecemento das nacionalidades ibéricas* (Anexo: 161). Não obstante, na perspectiva de Risco, reivindicar e reclamar o que faltava no território galego não implicava o afastamento da Galiza da restante Espanha, apesar de defender que aquela é inegavelmente uma nação. Tal pensamento ou ideologia parece-nos contraditória, uma vez que o Estado, centralizador, chamava a si a resolução de todos os problemas ou então, ignorava-os. Segundo o mesmo autor, a nação galega manter-se-ia sob a soberania do Estado espanhol para não se separar do elemento identificador de todas as culturas espanholas: o factor ibérico. Assim, defendeu a continuação da Galiza sob aquele Estado, desejando que esta contribuísse com as suas características para o enriquecimento da vida e cultura de Espanha, mas salientou que considerava desrespeitador e um acto violento toda e qualquer medida do Governo que fosse contra elas.

De acordo com Antón Losada Diéguez, o facto da Galiza depender do centralismo do Estado fazia com que fosse prejudicada pelos erros dos sucessivos governos espanhóis. Nela, havia dois problemas principais: o económico, que se relacionava com a desvalorização e pouca exploração da terra, e o político, devido a não haver liberdade de sufrágio nem a existência de uma soberania popular galega. Tudo isto causava a desgaleguização e assim o Nacionalismo galego, perante os problemas do respectivo território, reclamava a personalidade geográfica, histórica e espiritual, assim como a completa autonomia.

Ainda em 1935, Alfonso Castelao salientava a pobreza e esquecimento dedicados à Galiza, cujo *espallamento da poboación en pequenos habitats axuntados en parroquias, era*

unha das suas principais características, herdada dos tempos prehistóricos cando os primeiros habitantes da Gallaetia vivían nos castros (Fernández-Oxea: 1977, 79). O facto das povoações ou pequenos aglomerados se encontrarem distantes uns dos outros contribuía para um maior isolamento e pouca entreatuda, aumentando a pobreza e sendo objecto do menosprezo do Governo Central²⁹.

Também Valentín Paz Andrade (1899-1987), político, jurista e escritor galego, reivindicou o respeito e as necessidades que grassavam na Galiza abandonada pelo Estado espanhol, no texto intitulado *A Nosa Definición Autonomista*, publicado na revista *Nós*, em 15 de Outubro de 1930. Neste, glorificou o primeiro dia da Galiza após sete anos de ditadura, até esta se esquecer da sua língua e ficar muda porque não se podia expressar, dominada pela pobreza e onde a economia sofria um enorme revés, ao contrário da restante Espanha, *relaxada dende o poder na máis escandalosa orxía de ouro* (Barreiro e Fernández Prieto: 1996, 43).

No território galego, denuncia ele, *un día nos arrincaban de Santiago a Escola de Veterinaria, outro día as Escolas de Náutica e as granxas agrícolas; hoje se nos denegaba o Ferrocarril Central Galego e mañán decretábanse, pra deixar tolleita unha región sen camiños de ferro, as escrusivas por carreteira, ou se impedía, por proteger os trigueiros, a libre entrada do millo, coma se os nosos dous millóns de labregos non tiveron dereito siquera, a comer no seu justo precio un anaco de broa miserabre* (Barreiro e Fernández Prieto: 1996, 43-44).

Recordando e analisando os acontecimentos ocorridos num passado recente, lembrou que, em 1923, a Espanha sentiu-se livre da corrupção e opressão caciquistas, mas que os políticos que atacavam a ditadura se renderam aos cargos e benefícios, fazendo persistir o que antes tinham atacado: *esa Dictadura contra a que eles nada intentaron, senón foi apuntalala coa súa covardía, coa súa abstención, coa súa entrega pasiva e rebañega ás veleidades e ós caprichos da tiranía* (Barreiro e Fernández Prieto: 1996, 45). Assim, apela aos galegos que, *pola dinidade de Galiza e de España, polo que temos de homes libres, pronunciémonos solemnemente, facendo este xuramento ante o altar da Terra, contra os vellos polítecicos que trouxeron a Dictadura e contra a Dictadura que non fixo imposible o retorno dos vellos polítecicos* (Barreiro e Fernández Prieto: 1996 45).

²⁹ *Hai fame nos fogares, e a miseria do minifundio vai meténdose na alma dos labregos (...) A miña Terra debía ser un paradiso nesta Hespaña fanada. Alí debía crearse unha verdadeira democracia republicana e cristián; pero a mioleira dos gobernantes está conxestionada de tanto cavilar en Andalucía, Castela i Estremadura...e non lle queda un refugo para pensar nos traballadores de Galiza* (Castelao: 2004, 23).

Um texto de Losada Diéguez anterior à IV Assembleia das Irmandades (Monforte, 18-20 de Fevereiro de 1922), intitulado *Propostas para a IV Asamblea Nacionalista* (Barreiro e Fernández Prieto: 1996, 35), corrobora a ideia de que o Nacionalismo galego perdera já muito do seu vigor, para o que contribuiu a falta de interesse dos jovens dos Centros de Cultura, que não revelavam interesse nacionalista e também a falta de organização efectiva. Por isso, proferiu o seguinte lamento: *non hai nin organización rexionalista, nin nacionalista. As Irmandades perderon terreo. A popularidade do galeguismo nos anos 1918, 19 e 20 vai esmorecendo* (Barreiro e Fernández Prieto: 1996, 35).

A desorganização e a falta de união e de empenho activo tiveram como inevitável consequência o avanço sem atropelos do castelhanismo: *o castelanismo sigue o seu camiño sin tropezos...* (Barreiro e Fernández Prieto: 1996, 35). No entanto, os nacionalistas persistentes conseguiram provocar um certo incómodo nos políticos galegos e alguma esperança no povo, sendo necessário, para triunfar, um movimento revolucionário e uma força férrea para levar adiante o Nacionalismo. Para tal, era urgente a publicação de um manifesto que tinha de enfrentar alguns obstáculos, como o facto de os galegos serem orientados por socialistas, comunistas ou republicanos; a falta de consideração pela terra-mãe revelada pelos próprios galegos que tinham cargos políticos e que a governavam; a poupança extrema do Governo Central na Instrução, em território galego, e o domínio do comércio galego pelos castelhanos, contribuindo para a acentuada emigração.

Destacando a forte influência dos socialistas, Losada Diéguez não lhes poupa críticas, reconhecendo que *quen fai os movementos é unha minoría conscente que suxestiona e se impón ás greas* (Barreiro e Fernández Prieto: 1996, 38).

Em *A Significación profunda do galeguismo*, o mesmo autor apresenta uma reflexão que consideramos bastante interessante por ir ao encontro do que julgamos ser a base de uma revolução que poderá levar a uma efectiva, consciente e permante mudança política: *a transformación hase faguer, non no réxime, senón na concencia dos homes* (Barreiro e Fernández Prieto: 1996, 40) e acrescentamos nós, na consciência de todo um povo e não só de um grupo de intelectuais. Apenas a consciência política podia combater a desgaleguização tão prejudicada pelos constantes erros cometidos pelos sucessivos governos de Espanha que causaram o atraso da Galiza em tantas vertentes.

A desgaleguização era considerada por Antón Losada Diéguez um problema geral, havendo outros, partilhados por vários nacionalistas: um, de carácter económico, que se relacionava com a liberdade da terra e outro, de foro político, que tinha a ver com a liberdade

do sufrágio e a autonomia galega.

Manifestando a sua opinião contra a uniformização arbitrária política, administrativa e jurídica de toda a Espanha, considerava que o Nacionalismo galego apresentava, perante os problemas do país, *unha renovación ausoluta non só dos sistemas de políteca, senón da mesma Costutución políteca do Estado: orgaización federativa, repersentación proporcional* (Barreiro e Fernández Prieto: 1996, 40).

Também em 1919, Xoán Vicente Viqueira, psicólogo, escreveu *O Campo e a Cibdade, que tornaria possível imaginar a Galiza como uma comunidade nacional dotada de valores comuns* (Medeiros: 2006, 126), salientando a necessidade de todos os galegos do campo e da cidade terem o mesmo sentido de comunidade, o que só poderia acontecer *mediante um movimento de redenção que deveria sair das cidades para criar novos valores de âmbito nacional; estes, contudo, deveriam fundar-se num conhecimento prévio do campo e dos seus segredos* (Medeiros: 2006, 127).

Apesar de ter sido *modesto o conjunto dos resultados das iniciativas nacionalizadoras durante os anos 1920* (Medeiros: 2006, 124), não se pode desconsiderar o empenho da revista *Nós* no esforço de consciencialização galeguista nem de autores como Victoriano Taibo (1885-1966), professor em zonas rurais, o que lhe permitiu o contacto directo com o povo. Fernández-Oxea salienta-o como um dos *representantes da poesía da renascenza galega na que figurou cun posto relevante a carón de Ramón Cabanillas, Noriega Varela, de López Abente, de Crecente Vega e doutros seus contemporáns* (Fernández-Oxea: 1977, 127), cujo maior desejo era ver o idioma galego purificado e unificado. Por esta razão, aquele autor considera-o *como un dos nosos clásicos tanto no verso como na prosa (...) foi un dos millores escritores e mais coidados estilistas dos nosos tempos* (Fernández-Oxea: 1977, 127), publicando, em 1922, o seu primeiro livro de versos que expressam o seu apego à Galiza, intitulado *Abrente* seguindo alguns a *liña da millor poesía social de Curros e de Cabanillas* (Fernández-Oxea: 1977, 128). Três anos mais tarde, editou o livro *Da Vella Roseira*, constituído por cantigas de carácter popular que foi premiado em Pontevedra, destacando-se ainda o ensaio *Rosalía de Castro. Precursora da fala*. Como reconhecimento pelo seu trabalho literário, Victoriano Taibo foi convidado a integrar a Academia Gallega.

Para a falta de sucesso do Nacionalismo desta época contribuíram, como anteriormente já mencionámos, a falta de recursos materiais e de meios de propaganda deste grupo minoritário que também tinha pouca influência política e até social, uma vez que a galeguização de camponeses e pescadores era quase impossível, certamente por se sentirem

mais preocupados com a sua subsistência. Dos esforços para promover a cultura galega, destacou-se a fundação de algumas editoras na década de 1920, de que são exemplos Lar, Nós e Céltiga, que lutaram por editar livros escritos em galego a um preço acessível, sendo frequentes, nessa década e na seguinte, *as referências aos precursores, cuja memória se tentou popularizar dos mais diversos modos* (Medeiros: 2006, 102).

Quanto à revista *Nós*, em particular, Oxea considerou-a *a mais outa representación da cultura galega por un espacio de quince anos. As suas páxinas son a millor testemuña da vida que latexaba nelas e da inquedanza dos galeguistas mergullados na tarefa de descubrir e de estudar a Galicia dende o seu propio seo e cun senso europeo que, ata entón, se non atopa en ningunha publicación galega* (Fernández-Oxea: 1977, 107).

É relevante destacar aqui a evolução e diversidade temática que a editora Nós revelou, destacando Xosé Oxea a relevante influência e importância que aquela teve na sociedade erudita e literária galegas, não cristalizando e passando por várias etapas³⁰ que permitem conhecer a essência da Galiza, a sua pré-História, Etnografia, Folclore e muita da sua poesia. Por isso mesmo, aquele salienta que *a colección do NOS é unha verdadeira antoloxía da poesía galega ca sua nómina de setenta e tres poetas* (Fernández-Oxea: 1977, 108), tendo sido bastante divulgada e lida não só na Península Ibérica como na restante Europa e até em meios culturais americanos.

2.1.3- A O. R. G. A.

Perante uma provável ditadura, começaram a surgir os primeiros movimentos de reorganização política galeguista e o grupo da Corunha optou por se juntar aos republicanos autonomistas, de modo a camuflarem o Nacionalismo. Assim, em Setembro de 1929, Antón Villar Ponte e a elite da Irmandade da Corunha juntaram-se a Santiago Casares y Quiroga (1884-1950) para fundarem a Organización Republicana Gallega Autónoma (O.R.G.A.) que, nas suas primeiras aparições públicas, manifestava apenas um discreto Galeguismo. No

³⁰ *hai “unha fase que diríamos psicolóxica, d’interrogación do noso ser tradizoal e racial; unha fase d’intrés predominante polas artes plásticas (...) unha fase d’audaz ensayismo filosófico, de febre criadora; unha fase d’acentuado avanguardismo, ainda confusionario; unha fase de veleidades ocultistas e teosóficas; unha fase d’intrés arqueolóxico e erudito. De cote, o que constituiu a actualidade espiritual de Galiza foi o fondo de NOS* (Fernández-Oxea: 1977, 107).

manifesto da sua fundação, referiam-se à nação espanhola e mostravam-se preocupados com os *problemas internos do republicanismo estrito, e a maiores fai todo isso en castelán* (Beramendi e Seixas: 1996, 140). Tais afirmações encontraram a oposição dos restantes nacionalistas mas, no fim de 1929, houve um esforço para reorganizar as Irmandades, particularmente ao longo de 1930, sob várias denominações, não aceitando o desvio da O.R.G.A. e defendendo uma política absolutamente nacionalista.

No entanto, através do Pacto de Lestrove, assinado pela O.R.G.A. e a Aliança Republicana, a que pertenciam alguns grupos federalistas, em 16 de Março, constituiu-se a Federação Republicana Galega (F.R.G.) com o intuito de formar em Espanha uma República democrática e então depois lutar pela autonomia galega. Deste modo, era claro que a F.R.G. não era nacionalista mas sim republicano-autonomista, avançando-se assim para uma solução republicana e verificando-se, desde o Verão de 1930, uma queda significativa da Monarquia.

De seguida, verificou-se a adesão de todo o Galeguismo ao Republicanismo, de que resultou o Compromisso de Barrantes, assinado em Outubro de 1930 por representantes do Republicanismo, do Nacionalismo e *Agrarismo*: Manuel Portela Valladares (1868-1952), Basilio Álvarez Rodríguez (1877-1943 Casares Quiroga, Castela, Otero Pedrayo e Peña Novo, por exemplo, e que fixava os objectivos comuns àquelas vertentes: o fim da corrupção ou caciquismo e do centralismo, a autonomia integral galega, a co-oficialidade do galego e do castelhano, a galeguização da Universidade e de todo o ensino oficial e a dignificação da vida rural.

Além das Irmandades e grupos de carácter local, uma parte substancial da tradição galeguista estava integrada, desde 1929, no seio da Organización Republicana Galega Autónoma (O.R.G.A.), fundada por republicanos de tradição como Casares Quiroga e nacionalistas que haviam integrado as Irmandades, como Peña Novo. Víctor Casas também participou na fundação desta organização, tal como muitos outros elementos da Irmandade da Fala da Corunha, destacando-se LUGRÍS Freire e Antón Villar Ponte, que entretanto tinham renunciado aos ideais de Vicente Risco. Partido com centro na Corunha, a O.R.G.A. surgiu como uma organização autonomista dinâmica, representando a pequena burguesia urbana que, em toda a Espanha, lutava pela República.

A contradição entre a política espanhola e a autonomia galega implicou deserções de nacionalistas como Antón Villar Ponte ou Ramón Suárez Picallo (1894-1964) e a perda de base social a favor do Partido Galeguista, fundado, de certo modo, como resposta à política que a minoria da O.R.G.A. seguiu nas discussões nas Cortes Constituintes de 1931.

Nela, os galeguistas da Corunha conviviam com os republicanos de Compostela e todos defendiam a implantação de uma República federal e a autonomia galega. Depois da implantação da República, a O.R.G.A. passou a denominar-se Partido Republicano Gallego (P.R.G.), fundado em Maio de 1932, dissolvendo-se em 1934, quando foi fundada a Izquierda Republicana.

Entretanto, já Víctor Casas e vários galeguistas da Corunha tinham deixado a O.R.G.A., devido às ambiguidades e hesitações demonstradas especialmente pelo líder Casares Quiroga, na luta pela implementação do Estatuto. Por isso, Víctor Casas, Luguís Freire e Anxel Casal (1895-1936) integraram o Partido Galeguista desde o seu início.

2.1.4- A resistência à ditadura de Primo de Rivera (1923-1930)

O General Primo de Rivera, depois de um golpe de Estado, em 13 de Setembro de 1923, governou a Espanha até 1930, em regime ditatorial, acabando com a polémica entre os nacionalistas, a quem, agora, não restava mais do que permanecer em casa ou procurar refúgio em actividades meramente culturais, como a revista *Nós* ou a criação do Seminário de Estudos Galegos.

No início, os nacionalistas depositaram nele esperança, porque prometeu acabar com a corrupção (caciquismo) e porque demonstrou respeito pelas várias línguas em Espanha, manifestando aqueles, no entanto, uma certa reserva em relação ao carácter militar deste governo, que se tornaria afinal ditatorial, ao tentar acabar com os nacionalismos periféricos e conseqüentemente, com o Galeguismo, sofrendo as Irmandades duras repercussões: *a ING esfaréllase, e a penas fica en pé o grupo de Ourense (...) e só a Irmandade da Coruña consegue resistir, malia moi diminuída (...) A Nosa Terra ten que baixar a súa periodicidade a mensual e renunciar ao seu carácter político até 1930* (Beramendi e Seixas: 1996, 138). Apesar da censura, alguns grupos conseguiram reagir e organizar-se: num, destacou-se Antón Villar Ponte; noutro, que se dedicou a tarefas do Seminário de Estudos Galegos, à revista *Nós* ou ao Instituto de Pontevedra, salientaram-se Álvaro das Casas (1901-1950), Alexandre Bóveda (1903-1936) e Antón Fráguas (1905-1999), que ofereceu a sua biblioteca ao Museu do Povo Galego. Este grupo foi liderado por Vicente Risco e Otero Pedrayo e nele passaram também a primeiro plano Castelao e Bóveda, enquanto, num terceiro, mas não

necessariamente de menor plano, se encontravam Paz-Andrade, Víctor Casas, e Anxel Casal.

Como já foi referido, as dificuldades sentidas na luta galeguista deveram-se a Miguel Primo de Rivera y Orbaneja, Marquês de Estella e de Ajdir, que nasceu em Jerez de la Frontera, em 8 de Janeiro de 1870 e morreu em Paris, em 16 de Março de 1930. Ingressou no exército aos catorze anos, esteve em serviço nas colónias e, ascendendo rapidamente, por mérito em combate, em 1912 já era General. Liderou o golpe de Estado anteriormente referido, apresentando um espírito militarista, nacionalista e autoritário, ajudou os industriais têxteis a não recearem a ameaça anarquista e os proprietários rurais a não temerem as revoltas camponesas, tendo um apoio dedicado por parte dos que tinham defendido a Regeneração. Suspendeu a Constituição, dissolveu o Parlamento, proibiu o uso das línguas regionais em actos públicos e implantou uma ditadura. Para consolidá-la, fundou a União Patriótica, cujas acções foram sistematicamente seguidas com atenção pelos conservadores portugueses, que também se deparavam com a instabilidade apresentada pela ainda recente República e que se inspiraram no modelo espanhol para concretizar o golpe de Maio de 1926. Muitas das forças que o apoiaram tiveram como referência política a acção do Directório Militar (1923-1925), em que o ditador espanhol perseguiu os anarquistas e fez desaparecer a Mancomunidade da Catalunha, que constituiu a primeira experiência de autogoverno catalão, que marcava com firmeza a sua posição nacionalista relativamente a Castela.

Nos primeiros anos da década de 1920, aquando da crise do sistema político espanhol, nos textos de Víctor Casas encontram-se várias referências ao caciquismo e ao centralismo como entrave ao progresso galego, estabelecendo uma divergência entre a Espanha dominadora e controladora e as nações que, afastadas geografica e ideologicamente de Madrid, proclamavam a sua autodeterminação: o País Basco, a Catalunha e a Galiza, que associa a Portugal.

A Espanha centralizadora encontrava-se, na sua perspectiva, já esgotada, *pois a ésta pasoulle xá o tempo (..) por estar formada por pobos que xá non teñen enerxias (...) por teren exercido durante séculos unha hexemonía que era moi superior ás suas forzas* (Romasanta: 1996, 11). Como consequência, surgiram movimentos nacionalistas espanhóis e, num artigo de 1923, Víctor Casas aponta como causa para tal o afastamento entre o Estado e os respectivos cidadãos e a incapacidade de integração que aquele manifesta, em especial, em alturas de crise como a desse ano. Tal constatação é corroborada por Alfonso Castelao, em *Sempre en Galiza*, em que defende que a Espanha não apresenta uniformidade e que *o sistema unitario e centralista causou a ruína material e moral de Hespaña* (Castelao: 2004, 30),

herança *unionista e non uniformista* (Castelao: 2004, 30) da rainha Isabel, *a Católica*.

Alfonso Daniel Manuel Rodríguez Castelao nasceu em Rianxo, em 30 de Janeiro de 1886 e faleceu em Buenos Aires, em 7 de Janeiro de 1950. *Rojo* (comunista) para os franquistas e mártir para os galeguistas, pela sua dedicação à Galiza, é um dos maiores, senão mesmo o maior símbolo deste território e da sua cultura e o mais importante teórico do Galeguismo, o que, no entanto, não nos faz esquecer Vicente Risco e o seu importantíssimo texto programático *Teoría do Nacionalismo Galego*.

Castelao continuou, como tantos outros no século XX, os ideais de galeguistas como Rosalía de Castro, no século XIX; fez a defesa das genuínas e ancestrais tradições galegas, usando, para tal, as caricaturas³¹, arma de que se serviu para constantemente e até à morte afirmar orgulhosamente a sua galeguidade e criticar os ataques, fossem quais fossem, à alma da sua pátria. Foi durante a frequência do curso de Medicina, na Universidade de Santiago de Compostela, que o seu interesse pelo desenho e pela pintura se desenvolveu, em particular, pela caricatura. Participou na III Exposição Nacional de Humoristas, colaborou como ilustrador com *El Cuento Semanal*, e, uma vez que era médico, especializou-se, em 1910, em obstetrícia, após o que se instalou na sua terra natal.

Entretanto, colaborou na fundação do semanário *El Barbero Municipal*, entre 1910 e 1914, no qual atacou o caciquismo galego. Deu a sua primeira conferência em Março de 1911, em Vigo, falando sobre a caricatura e, ao longo dos anos seguintes, realizou exposições das suas caricaturas em diversas cidades galegas. Em 1912, aderiu ao movimento Acción Gallega e colaborou em *El Liberal*, *El Gran Bufón*, *La Ilustración Gallega y Asturiana*, *Mi Tierra*, *Suevia* e *La Voz de Galiza* de Buenos Aires, que ajudaram a popularizar as suas caricaturas. Em 1916, conseguiu por concurso um lugar na delegação de Pontevedra do Instituto Geográfico Estatístico, tendo sido então um dos fundadores do núcleo local das Irmandades da Fala, criando também, com Vicente Risco, Otero Pedrayo e outros, a revista *Nós*, em torno da qual germinou a vida política e cultural da Galiza, entre 1920 e 1936. Em 1931, foi eleito deputado pela Organización Republicana Galega Autónoma (O.R.G.A.) para as Cortes Constituintes da II República Espanhola, participando na constituição do Partido Galeguista.

Foi depois desterrado para Badajoz, em 1934, e, durante a sua estadia na Extremadura, escreveu para *A Nosa Terra* diversos artigos sob o título *Verbas de chumbo* que

³¹ Com elas, *ridiculizáu a cursileria das xentes que renegan da nosa fala, dos nosos bailes, dos nosos costumes, e gracias ás “Cousas” de Castelao, nas que o noso pobo se via retratado día a día, moitos galegos deixaron de se avergoñar de selo e perderon o complexo de inferioridade, fillo do desconocemento do valor de Galicia* (Fernández-Oxea: 1977, 120).

posteriormente integraria em *Sempre en Galiza*. Em 1936, foi de novo eleito deputado na lista da Frente Popular e protagonizou a campanha a favor do Estatuto de Autonomia da Galiza, aprovado em referendo nesse mesmo ano, mas inviabilizado pelo golpe franquista, que surpreendeu este galeguista em Madrid.

Devido a esse acontecimento, exilou-se no México, Nova Iorque e Buenos Aires, que o acolheu no fim da vida tal como o acolhera aos três meses de idade, aquando da emigração dos seus pais. No exílio, publicou *Sempre en Galiza*, em 1944, foi o primeiro presidente do Conselho de Galiza (governo da Galiza, no exílio) e membro do governo republicano presidido por José Giral y Petreira (1879-1962), em 1946.

As suas multifacetadas actividades revelaram uma personalidade criativa e extremamente dinâmica, tendo sido caricaturista, pintor, desenhador, escritor, político e importantíssimo teórico do Nacionalismo galego, cuja obra máxima, *Sempre en Galiza*, alia a vertente literária à política e teoria nacionalista. No entanto, o seu Galeguismo perpassa também claramente nos seus desenhos e caricaturas, cuja importância não pode ser esquecida, visto que foram igualmente uma arma de denúncia social e política, apresentando, denunciando e criticando a realidade de forma realista e, por vezes, humorística, para melhor moralizar: o caciquismo, que sempre se manteve, as agruras do povo, marcado pela pobreza, e grupos sociais maioritariamente não urbanos, desprotegidos e entregues a doenças como a cegueira. Estes aspectos são retratados no álbum *Nós*, apresentado inicialmente numa exposição que teve uma grande repercussão social, entre 2 e 22 de Março de 1920, no Círculo de Artesanos da Corunha.

Nos quatro anos seguintes, essa exposição seria apresentada em toda a Galiza, Barcelona e Madrid, dinamizada por conferências de vários galeguistas, incluindo o próprio Castelao. Em 1931, foi editado um livro com os desenhos da exposição, realizados entre 1916 e 1918, que retratam os aspectos da realidade já referidos, enquanto que os últimos álbuns revelam o horror e a crueldade da Guerra Civil Espanhola. Como já foi mencionado, aquele livro foi inicialmente apresentado em exposição, tendo sido editado em 1931, por iniciativa de amigos, marcando o início deste galeguista como político.

Castelao faleceu em 1950 e em 1984 o seu corpo foi levado e depositado no Panteón de Galegos Ilustres, no meio de manifestações nacionalistas que acusavam as autoridades de o terem expulsado e então receberem-no postumamente como grande herói, denunciando, deste modo, a hipocrisia dos políticos galegos que tinham estado ao lado do regime franquista.

Na sua perspectiva, a solução espanhola encontrava-se num sistema federal e num

estatuto para o território galego, em cuja concretização acreditou, aquando do início do regime de Primo de Rivera. Os galeguistas sentiram então esperança em que a Galiza pudesse vir a alcançar alguns direitos, sentimento rapidamente esfumado. O grupo de Ourense, em particular, sentiu uma significativa expectativa, ao contrário do que seria de esperar, devido às promessas realizadas pelo ditador e alguns elementos do seu regime, entre os quais se incluía o galego Xosé Calvo Sotelo (1893-1936), de acabar com a corrupção política e de estender a outras áreas a autonomia administrativa verificada na Catalunha.

Demonstrando flexibilidade com iniciativas nacionalistas, apesar de não lhe agradarem as mais aguerridas, Primo de Rivera aceitou o uso literário das línguas minoritárias, ao estabelecimento de símbolos nacionais e ao desenvolvimento de instituições de pesquisa. Assim, homens como Vicente Risco e Lousada Diéguez aceitaram nomeações para cargos, abandonando-os quando constataram que as suas esperanças tinham sido em vão, pois *na Galiza foi modesto o conjunto dos resultados das iniciativas nacionalizadoras durante os anos 1920* (Medeiros: 2006, 124).

2.1.5- A II República/Início do Franquismo (1931-1939)

As primeiras iniciativas de Primo de Rivera³² tinham causado inicialmente um grande entusiasmo³³ mas não fizeram aparecer um sólido substituto da Monarquia Constitucional decadente nem agiu conforme o que os seus apoiantes tinham acreditado. Desta forma, o seu governo debilitou-se e, no início de 1930, confessou não ter apoio militar suficiente e esta situação, assim como o esforço de grupos monárquicos para voltarem à situação anterior a 1923, acentuaram o aparecimento de acções republicanas em Espanha.

Consequentemente, no fim de Janeiro de 1930, o ditador, desautorizado pelos altos comandos militares e pelo rei Afonso XIII (filho do rei Afonso XII de Espanha e de Maria

³² *Inicialmente, a sua ditadura teve duas grandes vantagens: uma reviravolta geral no caos dos seis anos ante-riores e uma melhoria na economia europeia* (Preston: 2005, 36).

³³ *O intenso programa de obras públicas, que implicava uma significativa modernização do capitalismo espanhol, e a construção de infra-estruturas de comunicações que só dariam frutos trinta anos mais tarde, fizeram parecer que a liberdade estava a ser trocada por prosperidade* (Preston: 2005, 37).

Cristina de Habsburgo-Lorena; proclamado rei na altura do seu nascimento, a sua mãe foi regente até 1902, quando completou 16 anos e se tornou o chefe de um estado marcado por levantamentos populares que levaram à ditadura, à proclamação da II República Espanhola, em 14 de Abril de 1931 e ao seu próprio exílio), demitiu-se e exilou-se em Paris, onde morreu em 16 de Março de 1930. Uns meses mais tarde, ocorreram eleições municipais em que foi obtida uma maioria republicana nas principais cidades do país que reforçou o sentimento independentista.

Os seus apoiantes, conscientes dos erros por ele cometidos, passaram então a considerar que o mais correcto para o país era o recurso à implementação de uma monarquia militar e formação, mais tarde, *o estado-maior da extrema-direita durante a Segunda República e iriam conferir muito do conteúdo ideológico do regime de Franco* (Preston: 2005, 38). Afonso XIII recorreu então ao General Dámaso Berenguer y Fuste (1873-1953), procurando um retorno à Monarquia Constitucional, acção dificultada pelo movimento republicano e operário, que causou a derrota dos monárquicos nas eleições autárquicas, no dia 12 de Abril de 1931, em que os republicanos e socialistas liberais da classe média obtiveram sucesso nas principais cidades, ganhando aqueles unicamente em zonas rurais onde o domínio dos caciques estava mais implantado. Então, perante a dúbia lealdade das forças armadas e da Guardia Civil e correndo o risco de ser deposto, o rei retirou-se, acto que foi ao encontro da esperança de um sector das classes altas de que o afastamento do rei acalmasse os anseios reformistas da burguesia e da esquerda. No entanto, para que tal acontecesse, era urgente proceder a concessões no âmbito da reforma agrária.

Em relação aos nacionalistas e às respectivas Irmandades, politicamente hibernadas aquando da época de Primo de Rivera, surgiram as anteriores disputas, com a divisão em dois grupos: um, no qual se integrava Víctor Casas, que defendia uma acção política rápida, em colaboração com as forças republicanas, e outro que preferia uma luta e independência ideológicas.

A facção *arredista*, considerando que a Galiza não pertencia a Espanha e que tinha direito à sua independência total, não obteve apoio, sendo considerado *un fenómeno marxinal no 1918-1936* (Beramendi e Seixas: 1996, 117). De facto, houve apenas três grupos que aderiram a esta ideologia: o Comité Revolucionario Arredista Galego de Havana, entre 1921 e 1923, publicando ainda alguns panfletos na década de 1930; outro em Buenos Aires, em 1926, ligado à revista *A Fouce* e a um grupo radical da Irmandade Nazonalista Galega e a Vanguarda Nazonalista Galega, em 1933, consequência da saída de Álvaro das Casas do Partido

Galeguista e que não sobreviveu muito tempo.

Entretanto, Ramón Otero Pedrayo, geógrafo, historiador e escritor de significativa relevância política, em 1930, escreveu *A Masa Neutra e Indefrente*, em que, através da metáfora de um professor que na sala de aula tem dificuldade em motivar os seus alunos, revelou a dificuldade em galeguizar da burguesia das vilas e cidades galegas, mostrando como era difícil a acção das Irmandades. Quanto aos camponeses e pescadores, estes *ficam representados no texto apenas como terra nutricia; ali se deverá inspirar o escol dos reitores, isto é, os intelectuais nacionalistas notáveis* (Medeiros: 2006, 126).

No dia 14 de Abril de 1931, foi fundada a II República e Barcelona e San Sebastián proclamaram-na, enquanto, em Madrid, o General José Sanjurjo (1872-1936), chefe da Guardia Civil, retirou o seu apoio ao regime. O rei, confrontado com esta situação, retirou-se e nasceu esta República, que se deparou com uma acção cada vez mais dinâmica e reivindicativa por parte dos movimentos nacionalistas no País Basco e, em especial, na Catalunha. No entanto, este sentimento e desejo de independência não eram recentes, uma vez que *adormecido por um período de séculos, despertara paulatinamente ao longo da segunda metade do século XIX, em razão da crescente dissemelhança que existe entre a estrutura social da região catalã e a da maioria do resto da Península* (Goytisolo: 2008, 93).

Na Galiza, a Federación Republicana Galega e a Organización Republicana Galega Autónoma (F.R.G.-O.R.G.A.), honrando o Compromisso de Barrantes (união do Nacionalismo, Republicanismo e *Agrarismo* para estabelecer objectivos comuns: acabar com o caciquismo, o centralismo; atingir a autonomia completa para a Galiza, a dignificação social justa para os camponeses, a co-oficialidade do galego e castelhano e o predomínio, utilização e valorização do galego no ensino, lutando igualmente por um regime político que tivesse origem popular) convocou uma assembleia pro-autonomia na Corunha, na qual foram apresentados três anteprojectos do Estatuto. Destes, redigidos pelo Secretariado da Galiza em Madrid, pelo Instituto de Estudos Galegos da Corunha e pelo Seminário de Estudos Galegos, o mais ambicioso era o deste último, que retirava o essencial do programa nacionalista, baseando-se no ideal de uma República Federal.

No entanto, a assembleia solicitou a redacção de um texto inspirado no ideal autonomista mais moderado da F.R.G., que seria entregue mais tarde aos deputados galegos presentes nas Cortes Constituintes. Estes, a partir dele, redigiram um novo projecto para ser apresentado numa nova assembleia, em 25 de Outubro de 1931, na Corunha. Este texto seria a base do Estatuto definitivo e *sería sempre considerado como un mal menor por parte dos*

nacionalistas, pois respondia xa ao determinante básico do carácter “integral”, non federal, do Estado republicano (Beramendi e Seixas: 1996; 144). Outros factos significativos foram a massificação do Galeguismo, durante os anos da II República, mais concretamente entre 1931 e 1936, auxiliada pela agitação da vida política galega, após a ditadura de Miguel Primo de Rivera e o aparecimento de grupos de âmbito local e de partidos, mas as tentativas para fazê-lo alastrar foram reprimidas pela censura franquista.

A implantação da II República gerou sentimentos diversos: os apoiantes de Afonso XIII e os anarquistas revelaram-se relutantes em aceitar a nova democracia, o povo exultou e os mais favorecidos da sociedade tremeram mas este novo regime estava destinado ao fracasso, não procedendo às reformas prometidas nem aos anseios dos que o tinham apoiado. A oposição entre a Espanha centralizadora e as nacionalidades periféricas vincou-se então ainda mais, segundo Víctor Casas, referindo-se este à primeira como “*seca, árida e centralista*” e a Espanha “*periférica, europea, republicán e federalista*” (Romasanta: 1996, 11).

Em 1931, ocorreu igualmente o afastamento de Vicente Risco dos ideais do Partido Galeguista e a sua compreensão relativamente aos vencedores causou espanto. Ele, que, com Otero Pedrayo, tinha fundado o Partido Nazonalista Republicano e que, com Castelao, foi um dos elementos galeguistas mais activos, recebeu, como católico, o anticlericalismo confesso da República. Este sentimento levou-o a refugiar-se, censurando as medidas anti-religiosas, acabando por aderir à Direita Galeguista, quando o Partido Galeguista se uniu à Frente Popular. Consequentemente, em Janeiro de 1934, em Ourense, na III Assembleia do Partido Galeguista, tal como as Mocidades, recusou colaborar com as forças políticas espanholas; no entanto, Suárez Picallo e o grupo de Pontevedra apoiaram essa colaboração.

Atitudes como esta foram negativamente criticadas por Castelao, que não as compreendia, pois, como *galeguista nato-opoñereime a calquera entendimento político com eles, porque non creo na forteza dos seus sentimentos patrióticos* (Castelao: 2004, 32).

Quanto a Víctor Casas, o outro grande nome do Nacionalismo galego, proclamando a sua esperança na República como via para alcançar a Federação espanhola e a consequente autonomia integral, viu a sua ideologia ser finalmente seguida pelo grupo de nacionalistas de Ourense. Não obstante, aconselhou prudência, de forma a não prejudicar o trabalho do governo provisório e, portanto, da implantação do novo sistema político, considerando que tinha desaparecido o caciquismo mas em breve se desiludiria e afastaria do Republicanismo,

ao verificar a involução dos acontecimentos, que a Federação espanhola não encontrava o seu caminho e que na República afinal, também havia corrupção.

*

Alfonso Castelao (1886-1950), caricaturista, artista plástico, intelectual e político nacionalista, manteve-se muito activo no território galego até 1936, morrendo em Buenos Aires, em 1950, onde estava exilado, ficando as suas caricaturas conhecidas essencialmente por denunciarem a pobreza sofrida pelos galegos, no início do século XX.

Em *Sempre en Galiza*, apresentou uma solução para a salvação deste território: *quen pode, pois, salvar a Galiza? Galiza mesma. Como? Cun gran partido político nidamente galego. E para quê? Para que a nosa Terra conquira o dereito a legislar para si mesma* (Castelao: 2004, 20). No entanto, o aparecimento desse partido só seria possível quando o povo votasse em quem compreendesse a sua cultura.

Estas palavras, proferidas depois da fundação do Partido Galeguista, em 1931, revelaram a desilusão com a inexistência de um verdadeiro partido político galego que defendesse os interesses genuínos do respectivo povo, mas não se deve menosprezar a importância daquele partido, que surgiu quando já tinha sido proclamada a II República espanhola, fruto de um acordo resultante da VII Assembleia Nacionalista, em Pontevedra, em Dezembro de 1931, como necessidade de tornar homogêneo o Nacionalismo e atribuir-lhe uma maior eficácia organizativa. Esta assembleia foi promovida pelo Partido Galeguista daquela cidade, que Castelao e Alexandre Bóveda Iglesias (1903-1936) dirigiam, participando nesta reunião quase duas dúzias de organizações unidas pelo sentimento galeguista. Nela, além do grupo de Pontevedra, o mais activo, é de salientar a importância das Federações de Sociedades da Galiza Emigrante, representadas por dois políticos de relevo, que regressaram à Galiza para colaborar na luta pela autonomia: Antón Alonso Rios (1887-1980) e Ramón Suárez Picallo (1894-1964), impulsor do Estatuto de Autonomia de 1936. Destes, destacamos o último, de quem Xosé Ramón e Fernández-Oxea (1896-1988) salientou o seu dinamismo e entrega à luta galeguista na Argentina e, vários anos depois, na própria Galiza, regressando, mais tarde, àquele país³⁴, onde ensinou galego num dos Centros lá existentes,

³⁴

era un espírito xeneroso e romántico con alma de bohemio que levaba dentro de si un grande orador

actividade que alternava com a de conferencista.

O resultado da reunião foi a constituição de um partido que se chamou Galeguista mas reunia toda a tradição doutrinal e nacionalista das Irmandades e do grupo Nós, tendo os seguintes princípios: a Galiza era uma unidade cultural com um povo autónomo que devia ter a sua autodeterminação política numa República. Como comunidade cooperativa, devia trabalhar para a terra.

*

O facto de os deputados galeguistas não terem conseguido, em Madrid, com os nacionalistas catalães e bascos, que a Constituição republicana adoptasse um modelo federal, aliado à decepção dos mais nacionalistas da O.R.G.A. contribuiu para reunificar politicamente o Nacionalismo galego, em Dezembro de 1931. Na assembleia de 5 e 6 de Dezembro de 1931, acordou-se fundar um único partido nacionalista, o Partido Galeguista (P.G.), sendo estabelecidas directrizes de Estatutos democráticos e aprovado o Programa, que incluía linhas clássicas do Nacionalismo³⁵.

Acreditando, no início, que o Governo Central iria convocar em breve o Referendo Autonómico, para tentar apressar essa situação, foram criados o Comité de Propaganda do Estatuto, constituído pela F.R.G., que tinha então o nome Partido Republicano Galego, a Acción Republicana e o Partido Galeguista. Apesar dos atrasos, o Governo Central comunicou, no dia 23 de Abril de 1933, que o Referendo seria concretizado após as eleições municipais, que a esquerda perdeu. O Governo assinou o decreto da autorização mas a data

,un axitador curtido nas loitas sindicais arxentinas. Mais por enriba de todo era periodista por temperamento, por vocación e por entrega total. Devoraba todo canto xornal lle caía nas maos (...) sendo xa Diputado nas Constituintes (...) O seu amor a Galicia fíxolle variar o rumbo da vida e consagróuse por enteiro á defensa da nosa terra e nise campo loitou deica a morte, que o sorprendeu nun Hospital Galego de Buenos Aires, a sua segunda patria (Fernández-Oxea: 1977, 123).

³⁵ *Autodeterminación política de Galicia “dentro da forma de goberno republicana; Representación proporcional com circunscricións electorais grandes; fomento da democracia directa; referendo; Antiimperialismo; Igualdade de dereitos políticos para a muller; Supresión das deputacións provinciais; autonomía municipal; recoñecemento da parroquia como entidade político-administrativa de base no mundo rural; Incapacitación política dos que “non rindam función útil á colectividade”; Concerto económico co Estado e reforma tributaria; Cooficialidade de galego e castelán; Recoñecemento dos dereitos sindicais (Beramendi e Seixas: 1996, 148). Este programa e estatutos abriron un quinquenio de clara expansión organizativa (Beramendi e Seixas: 1996, 148), facendo do P.G. un partido político no senso moderno do termo (Beramendi e Seixas: 1996, 148).*

daquele demorou a ser estabelecida, havendo assim um interregno no processo de tentativa de obtenção da autonomia que contribuiu para arrefecer o entusiasmo republicano dos mais tradicionalistas. Para estes, a República não daria lugar ao estabelecimento do *primeiro Estado galego (federado) da Historia e, polo contrario, supuxera a postergación da Igrexa, os ataques das “turbas ateas” contra dos templos e relixiosos* (Beramendi e Seixas: 1996, 160), devido ao carácter laico da nova Constituição.

Uma das soluções encontradas pelo Partido Galeguista para esta situação foi solicitar a revisão desta Constituição para que dela se retirasse completamente aquele conteúdo, o que não foi alcançado, sendo a outra a não aceitação de futuras alianças com os partidos republicanos, o que conseguiu durante um certo período de tempo.

Aquele partido, surgido em Dezembro de 1931, foi o primeiro projecto histórico que abraçou o Nacionalismo galego para ser um partido de massas e interclassista, destacando-se Ramón Otero Pedrayo, eleito deputado por aquele partido, em 1936. Apesar de ser importante no panorama político galego, surgiram contradições internas que dificultaram a sua expansão. Nos dois primeiros anos, registaram-se duas tendências internas que se clarificaram quando integrou a Frente Popular, acabando com uma cisão para a direita, com Vicente Risco à frente. No entanto, esta tendência não impediu que o P.G. alcançasse completamente o seu grande objectivo, o Estatuto de Autonomia (dos difíceis trâmites para a aprovação deste, a Galiza cumpriu as duas primeiras condições: a aprovação do texto estatutário pelos Ajuntamentos e pelo censo eleitoral, faltando apenas a última etapa: a aprovação pelas Cortes).

Naquele partido, integrou-se Víctor Casas, desiludido com a defesa da causa galega pela O.R.G.A., revelando-se um activo militante até ao fim, tendo sido inclusivamente eleito membro do Conselho Executivo do partido, na sua Assembleia Fundacional; nos últimos anos da República, defendeu a aliança do Galeguismo com a esquerda republicana e a integração do Partido Galeguista na Frente Popular. O seu activismo político em prol da causa galega e a defesa da democracia republicana fizeram com que fosse detido pelos militares que causaram o golpe, aquando do início da Guerra Civil, sendo fuzilado no dia 12 de Novembro de 1936, em Caeira, três meses depois do fuzilamento de Alexandre Bóveda, no mesmo sítio.

De acordo com Justo González Beramendi, *o nacionalismo galego de entreguerras articúlase en torno a dúas correntes principais (...) a corrente neotradicionalista ou conservadora, que ten como mentor inicial a Antón Lousada Diéguez e na que logo se integra o principal teórico do nacionalismo galego neste período, Vicente Risco. A outra corrente (...) liberal-democrática ou, máis xenericamente, de esquerdas (...) Nela inscríbese Víctor Casas*

(Romasanta: 1996, 9), cuja obra é composta de textos fragmentários que revelam a sua integração no “*nacionalismo orgânico-historicista, cultural ou étnico* (Romasanta: 1996, 9).

Tal constata-se, por exemplo, num artigo publicado em 1923, em *A Nosa Terra*, no qual refere que a Galiza é *unha nacionalidade perfeitamente definida, con lingua e costumes propios, con características puramente raciás, con sentimentos e gustos non somentes diferentes do resto dos povos hespañoles senón materialmente opostos case sempre...* (Romasanta: 1996, 9-10), salientando, mais tarde, que a vontade do povo era essencial. Este facto verificou-se com o povo catalão e essa vontade deveria ser igualmente demonstrada pelos galegos, para assim conseguirem alcançar a sua autodeterminação e independência.

Segundo ele, o problema galego apresenta uma vertente política e outra cultural: *o problema galego xá todos sabemos que ten dous aspectos. O político e o cultural. (...) O que primeiro perdimos foi a nosa independencia, problema político, e despois o sentimento galeguista, problema cultural* (Romasanta: 1996, 10).

Este é consequência do primeiro, ou seja, da perda de independência provocada pelos reis Católicos de Espanha, causadora da perda do sentimento galeguista, sendo destacada, acima de tudo, a questão política, que condiciona a cultural, devendo o Nacionalismo ser, por isso, politicamente determinado e activo.

Os objectivos políticos do Nacionalismo galego encontram-se claramente definidos nos textos de Víctor Casas, cujos artigos, que bastante se distinguiram, sofreram os efeitos da censura, na década de 1930. Da defesa da Mancomunidade, no final da ditadura, passou a defender a autonomia completa (constante do Programa Nacionalista de Lugo, em 1918), aquando da transição da Monarquia para a República e quando acreditava que esta se tornaria federal.

Ao constatar que o Federalismo, também defendido por Otero Pedrayo, não ocorreria, Víctor Casas, tal como muitos elementos do Partido Galeguista, canalizou esforços para conseguir a autonomia que marcaria o Republicanismo, esclarecendo que esta não seria a missão final do Galeguismo, mas sim a “*independencia política e espiritual*” de Galicia (Romasanta: 1996, 12).

O afastamento que criticou entre o Estado e os cidadãos poderia desaparecer se os povos, exercendo a sua autonomia e não sentindo ódio uns pelos outros, se unissem efectivamente, incluindo Portugal, numa união em que os direitos de cada um daqueles fossem respeitados e, nesta perspectiva, Víctor Casas vai ao encontro do que defendia

Castelao: a criação de uma Confederação de Estados Ibéricos³⁶. Antes da Guerra Civil, aquele galeguista integrou a facção progressista do Nacionalismo, assumindo-se como um homem de esquerda radical e destacando, dos objectivos a alcançar pelo Galeguismo, o desejo de obter *unha Galicia democrática, socialmente avanzada, culta e próspera* (Romasanta: 1996, 15).

Tal só poderia ser alcançado com um movimento de esquerda como o Galeguismo, visto que *eran as esquerdas (...) as que por afinidade política, por comprensión e por levar dentro de si unha estricta e natural tendencia cara a liberdade-que eso é o galeguismo, um movimento de liberdade-posibilitan o conqwerimento das nosas conquistas patrióticas. Canto máis esquerdas, así é a cousa na realidade, máis comprensión e millores propósitos n-ese senso* (Romasanta: 1996, 16).

Casas considerou-se então um *republicano nacionalista* (Romasanta: 1996, 16) ou *nacionalista republicano* (Romasanta: 1996, 16), exaltando a República como a solução para uma Galiza livre e com autodeterminação, o que nunca seria possível alcançar com uma monarquia corrupta e centralista. No entanto, não se coibiu de criticar o sistema republicano, ao pressentir que esta não correspondia ao que o Nacionalismo galego defendia.

Exaltando sempre o princípio da Liberdade, revelou-se contra as ditaduras, às quais se associava o militarismo, desde a década de 1920, como no caso da ditadura portuguesa e, apesar de considerar o Comunismo *parte integrante das forzas de progreso que loitaban contra o autoritarismo e o imperialismo* (Romasanta: 1996, 18), este galeguista considerava que quer este quer o Fascismo constituíam duas ameaças políticas para uma República democrática, uma vez que *as dúas quererán aproveitar o momento actual de desexo de reconstrución hespañola para trunfar* (Romasanta: 1996, 19).

No entanto, visto que ambos não podiam então ser ignorados e sendo a Galiza maioritariamente formada por agricultores, encontrando-se dependente politicamente do governo de Madrid, facilmente se tornaria um campo infiltrado e germinado pela esquerda, que, sendo impossível travar, tinha que ser adaptada à realidade galega³⁷. Para tal, era

³⁶ *E cando cada pobo ibérico pense en nacionalista e o nacionalismo leve a voz en todos, entón teremos resolto*

o problema porque o réxime actual terá desaparecido e cada unha das partes terase reconstruído e feito grande e livre. Depois cada ún pensará pol-a súa conta e resolverá dentro da súa casa os seus problemas, sen que nin-guén pídalle contas nin pretenda exercer ningunha cras de hexemonía. Entón será chegado o momento de pensar na unión, pero non unha unión como a de hoxe, senón algo máis grande e máis xeneroso onde todos serán libres e donos de facer o que máis conveña às suas necesidades (Romasanta: 1996 13-14).

³⁷ *Si n-este intre unha nova invasión nos amenaza xá podemos facer nós, os galeguistas, algo eficaz non para impedi-lo-pois a cousa non é fácil-pero si pol-o menos,para que se axeite ao que Galicia é* (Romasanta: 1996, 19).

fundamental que a Galiza se regesse por um estatuto seu e Casas lutou sempre pela sua existência, tendo abandonado a O.R.G.A., apesar de ter sido seu fundador, por se sentir desiludido com as suas hesitações relativamente àquele, em especial, do seu líder, Casares Quiroga. Assim, tal como Manuel LUGRÍS Freire (1863-1940) e Ánxel Casal (1895-1936), decidiu integrar o Partido Galeguista desde o seu início.

Víctor Casas, sempre dinâmico, aclamou a República e participou activamente na vida política, integrando a I Assembleia pro-Estatuto, que ocorreu em 4 de Junho de 1931, representando o Grupo Nazonalista de Ribadeume e fazendo parte da campanha para as eleições às Cortes Constituintes, que aconteceram no final daquele mês.

Apesar de republicano activo e empenhado, apercebeu-se rapidamente de que experientes políticos monárquicos integravam as forças republicanas para tentarem controlar o que acontecia em vilas e aldeias e expressou então a sua desilusão pelo facto de o Governo Provisório ter esquecido a concretização de uma Constituição federal. Assim, antes de mais, proclamou o seu Galeguismo, que se encontrava acima do Republicanismo, afirmando *non tardarei en combatir â República co'a mesma enerxía que combatín â Monarquía*. (Romasanta: 1996, 34) Meses mais tarde, aprovada a Constituição, lembrou a necessidade da luta galega por um Estatuto de Autonomía e vários elementos do P.G. distanciaram-se então do regime republicano por não acabar com a corrupção que ainda se verificava e favorecia os que detinham o poder na Galiza, por a República não ser ainda federal e não fazer avançar o processo autonómico com o respectivo estatuto. Este descontentamento atingiu o auge em 1933, altura em que o Galeguismo sofreu ameaças de afastamento de muitos dos seus seguidores, incluindo Alfonso Castelao, numa intervenção parlamentar em Julho daquele ano sobre a não concessão à Galiza de centros de formação de Ensino Secundário.

Nas vésperas das eleições, adivinhava-se um avanço da direita, que Víctor Casas respeitara, considerando-a uma direita razoável com que era possível conviver, mas que o levou a conjugar esforços para que não ganhasse. A vitória daquela poria em perigo o objectivo da autonomia e, por isso, propôs a união do P.G. com várias forças republicanas, como o P.R.G. Esta estratégia que iniciava daria os seus frutos em 1936, com o triunfo da Frente Popular e o Referendo sobre o Estatuto.

Alexandre Bóveda (1903-1936), por seu lado, defendia uma aliança com o republicanismo de esquerdas, que incluía a autonomia nos seus programas e, com Víctor Casas, colocou o Galeguismo acima das polémicas entre as esquerdas e direitas, o que não agradou aos conservadores, tornando-se então necessário reflectir sobre o percurso do Partido

Galeguista.

A situação, a pouco e pouco, levou a uma maior aproximação às esquerdas republicanas e conseqüentemente, a um conflito com as direitas, que, ao contrário das primeiras, não lutavam pela autonomia e não eram claramente republicanas. Deste modo, o Partido Galeguista assumiu-se como um partido que considerava a República a única maneira de atingir os seus objectivos, procurando massificar-se. Após as eleições, com a vitória da direita, composta por elementos que faziam perdurar a corrupção e outros males do tempo da ditadura, e a fragilidade em que ficaram os partidos republicanos, Víctor Casas considerou que competia ao Partido transmitir o descontentamento dos galegos em relação ao novo governo. Conseqüentemente, este partido tomou o primeiro passo na sua III Assembleia, em Ourense, nos dias 13 e 14 de Janeiro de 1934, na qual aquele galeguista apoiou a proposta de Suárez Picallo (1894-1964) de colaborar com as organizações republicanas de esquerda. Tal atitude comprovou a sua convicção de que os nacionalistas deviam participar e envolver-se na disputa entre as esquerdas e direitas (o principal problema político de então), merecendo estas uma forte oposição. Nesta linha de ideias, essa assembleia aprovou uma proposta que incidia na colaboração com os partidos republicanos e autonomistas que considerassem necessário enfrentar os que se opunham à determinação galega.

Vicente Risco e as Mocidades opuseram-se a colaborar com as forças políticas espanholas, mas Suárez Picallo e o grupo de Pontevedra apoiaram essa colaboração. No entanto, para salvar a unidade partidária, Vicente Risco e os seus seguidores aceitaram um acordo com as esquerdas que tinha como principal objectivo a obtenção do Estatuto, acabando aquele autor por aderir à direita galeguista, aquando da união do Partido Galeguista com a Frente Popular, de forma a seguir o *nacionalismo puro*, segundo palavras de Francisco Fernández del Riego³⁸. No entanto, tomou parte da campanha a favor do Estatuto e do Referendo, que foi aprovado mas não entrou em vigor, devido à Guerra Civil, que entretanto começara.

*

³⁸ O 30 de abril de 1934 Vicente Risco escribume unha carta, convidándonos aos novos galeguistas a nos desenda política do partido e a nos encamiñar polos vieiros ideolóxicos do nacionalismo puro... (Lezcano: 1996, 21).

Para dinamizar a sua actividade política, o Partido Galeguista promoveu encontros que se realizaram com as restrições impostas pelo Governo, nos quais se destacou, mais uma vez, Víctor Casas, cujo perfil se adequava a um entendimento com as esquerdas que duvidavam dos galeguistas conservadores.

A solução parecia ser o retorno ao verdadeiro Republicanismo, formado por aquelas, para salvar as conquistas republicanas e obter um governo autónomo galego, o que, para Casas, separava os verdadeiros republicanos dos falsos, como Calvo Sotelo (1893-1936), político de direita e ministro das Finanças entre 1925 e 1930, durante a ditadura de Primo de Rivera, exilando-se aquando da II República (destacou-se como líder monárquico, através do partido Renovação Espanhola, mantendo uma boa relação com a Falange Espanhola).

No entanto, subiram ao poder ministros do partido de direita C.E.D.A. (Confederación Española de Derechas Autónomas), causando uma forte repressão, especialmente sobre os mineiros asturianos, e um tempo de estagnação para o Partido Galeguista, com a suspensão de *A Nosa Terra* e o exílio de Alexandre Bóveda e Alfonso Castelao.

Casas, sofrendo a difícil situação económica da fábrica em que trabalhava, mudou para Pontevedra, onde trabalhou como funcionário do P.G., voltando a ser director do jornal acima mencionado, em Janeiro de 1935. Teve então um importante papel como impulsor do relançamento do Partido Galeguista, depois de levantado o Estado de Guerra que tinha sido imposto pelas autoridades governativas e manteve uma intensa correspondência com o Secretário de Organização do P.G., Alexandre Bóveda.

Quanto à colaboração com as forças de esquerda, a mais relevante foi com a Izquierda Republicana, a quem dirigiu elogios em *A Nosa Terra*, por ele considerada a mais importante força republicana e a mais compreensiva com os problemas autonómicos. Acusou os cedistas de cometerem com os fascistas a maior parte dos assassinatos políticos que perturbavam a paz em Espanha e apelou à participação nas eleições, o que foi fortalecido na II Assembleia Extraordinária, celebrada em Santiago, em meados de Janeiro de 1936, na qual foi acordada a integração nas listas da Frente Popular; voltou a integrar o Partido Galeguista, passando então a deputados Alfonso Castelao, Suárez Picallo e Antón Villar Ponte, que, em 1934, integrara o P.G., quando desapareceu o Partido Republicano Galego (P. R.G.).

O triunfo da Frente Popular abriu a possibilidade de voltar ao caminho da República e trouxe a esperança de que fosse possível obter o tão ansiado Estatuto, para cuja campanha o Partido Galeguista deu o primeiro impulso.

Casas elogiou aquele triunfo, com um governo formado por Manuel Azaña (1880-1940), político e escritor que foi Presidente do Governo de Espanha e da II República Espanhola (1936-1939), e um programa aprovado por todos os partidos daquela que incluía a Autonomía da Galiza. Era então necessário que todos estes cumprissem o acordado, incluindo o Partido Galeguista, que também aceitou a participar nos Comités da Frente, tendo em vista as eleições municipais e o encaminhamento para o Referendo do Estatuto Galego. Depois daquelas eleições, segundo Víctor Casas, seria necessário atribuir uma nova legislação à vida municipal galega, o que só seria possível com a autonomia política. No entanto, o processo eleitoral não se realizou.

Aquele apelou então a que o Galeguismo, cada vez mais divulgado e apreciado pelas camadas populares, se tornasse num partido político de massas, debatendo, nesta altura, com Otero Pedrayo o perigo da desgaleguização que, segundo o escritor de Ourense, pressupunha o avanço do Marxismo. O Partido Galeguista, que tinha sido já o primeiro a reclamar o Referendo, solicitando ao Comité Central de Autonomia que convocasse os Comités da Frente Popular para preparar a campanha estatutária, contou com a participação da maioria dos dirigentes, quadros e militantes galeguistas, incluindo da direita.

No dia 17 de Março de 1936, em Santiago, reuniu-se a Assembleia Autonómica que acordou convocar o Referendo sobre o Estatuto para Junho, mas, antes desta assembleia, ocorreu um importante evento para a vida da República: a eleição de Manuel Azaña como seu Presidente, cuja candidatura teve o apoio do Partido Galeguista. Víctor Casas participou na campanha, considerou Azaña o melhor político para levar a bom porto as aspirações autonomistas e atribuiu o triunfo do Estatuto, no dia 28 de Junho de 1936, aprovado por maioria, à conjugação de três factores: o esforço galeguista, a proclamação da República e a existência da Frente Popular. No entanto, algumas ameaças pairavam sobre este sucesso nacionalista, como a violência política que existia nas ruas e que enfraquecia a República.

Casas, apesar de não defender a violência das esquerdas, atribuía a culpa às direitas, afirmando: *pol-a defensa dos nossos ideais, por instinto de conservación política e incruzo persoal, a razón faime caer da parte das esquerdas (...)*

Da outra banda é matematicamente seguro que a adulteración da verdadeira Galicia axigantaríase e perderíase para sempre a mais lixeira possibilidade de liberación. O galeguismo sería exterminado e os homes do galeguismo seríamos ouxeto de toda crás de persecucións (Romasanta: 1996, 47-48).

Pouco depois, as suas palavras tornaram-se uma realidade, ao concretizar-se uma

sublevação fascista em África, que se estendeu a diferentes zonas da Península Ibérica, incluindo a Galiza. Logo se formou um Comité de Defesa da República, de que aquele galeguista se tornou imediatamente colaborador, que requisitou armas e munições e chamou as populações para que fossem com grupos armados à capital e, de acordo com instruções do Comité, foi Víctor Casas quem assumiu o controlo das comunicações na central telefónica. Pouco depois, foi proclamado o Estado de Guerra em Pontevedra, depois de Vigo e Corunha e aquele nacionalista, no dia 2 de Agosto, foi detido e levado para a Escola Normal, que funcionou como cárcere, sendo assassinado no dia 11 de Novembro de 1936, com outros nove companheiros.

*

Entre 1931 e 1936, registou-se uma expansão social do Galeguismo nos resultados eleitorais, tendo Alfonso Castela obtido a maior votação na província de Pontevedra, em 1936. Na Corunha, Suárez Picallo obteve o terceiro lugar e Antón Villar Ponte o oitavo. O movimento nacionalista, neste mesmo período, conseguiu um crescimento bastante significativo, destacando-se o Partido Galeguista com um número considerável de grupos locais: em Fevereiro de 1936, o candidato nacionalista mais votado em Pontevedra foi o autor de *Sempre en Galiza*, Castela e, na província da Corunha, o terceiro com mais votos foi Suárez Picallo.

O Partido Galeguista entretanto levou os galegos a identificarem a opção galeguista com a imagem de republicanismo esquerdista *e na medida em que ambas as dúas fosen emparelladas explicitamente, o apoio electoral aos seus candidatos foi notábel* (Beramendi e Seixas: 1996, 152), começando a estrutura social do movimento nacionalista a ser cada vez mais interclassista, aproximando-se do *modelo de “partido-comunidade”* (Beramendi e Seixas: 1996, 154) basco, no mesmo momento histórico.

O movimento nacionalista estava, pois, em ascensão, uma vez que o Galeguismo republicano captara uma boa percentagem de camponeses pequeno-proprietários, que então se deparavam com uma crise de identidade. Tal foi uma consequência de ter sido abolido o sistema foral em 1926, aquando da ditadura de Primo de Rivera, havendo a tendência para um

republicanismo autonomista próximo do Nacionalismo. Deste modo, o Partido Galeguista estabeleceu uma boa relação com muitas comunidades locais onde existiam muitos pequeno-proprietários, conseguindo apresentar uma base social aproximada da sociedade galega mas não contou com uma estrutura suficientemente forte para resistir à Guerra Civil e a décadas de Franquismo; consequentemente, teve de ser inteiramente reconstruído durante este regime.

A expansão social do Galeguismo apresentou então uma significativa vertente sectorial, na direcção de uma comunidade galeguista em que se incluía não apenas um partido político mas também uma organização de mocidades, a Federação de Mocidades Galeguistas (F.M.G.), fundada oficialmente em Janeiro de 1934, que incluía: grupos excursionistas e desportivos; instituições científicas como o Seminário de Estudos Galegos, directamente ligadas ao Galeguismo; uma imprensa própria ou com a liderança de *A Nosa Terra* ou pelo *Heraldo de Galicia* e a veiculação da cultura em galego.

O desejo de implementar o Galeguismo a nível cultural registou-se, por exemplo, em *Envio às Mocidades*, com o subtítulo *Temos que criar o nosso Baile Nacional*, em 1935, por Alexandre Bóveda, político e vítima mortal do Franquismo, no ano seguinte. Naquele texto, referia que *así como temos xa un Himno, unha Bandeira, uns cantos-[...] - teremos tamén axiña o noso Baile Nacional. Haíno? Sí. A nosssa Redonda* (Medeiros: 2006, 169).

Quanto à direita, os respectivos governos do Biénio Negro (as eleições da Segunda República espanhola para as Cortes, no dia 19 de Novembro de 1933, deram a maioria aos partidos de direitas, isto é, à C.E.D.A. -Confederación Española de Derechas Autónomas- o que deu lugar ao denominado *biénio radical-cedista* ou *biénio negro* dos anos 1934-35) tentaram dificultar as actividades políticas do Galeguismo, como, por exemplo, após a revolução de Outubro de 1934, na qual o Partido Galeguista não participou. Este viu então o seu jornal *A Nosa Terra* suspenso e assistiu ao desterro de Alfonso Castelao e Alexandre Bóveda, os seus líderes, para Badajoz e Cádiz, respectivamente. Era claro que os governos de direita não aceitariam a autonomia e que o Nacionalismo teria uma vida muito dificultada. Por isso, a maior parte dos nacionalistas reconhecia a necessidade de uma aliança com o republicanismo de esquerda, desde que este permitisse a continuação da luta pela autonomia, o que ficou registado numa declaração³⁹, na III Assembleia do partido, em Ourense, em 13 e 14 de Janeiro de 1934, opondo-se Vicente Risco a este acordo.

³⁹ Nesta declaração, o Partido Galeguista revelava a vontade de uma *colaboración táctica com aquiles partidos, actuaentes en Galicia, republicanos e autonomistas que, como nós, consideren necesario combater as forzas que se opoñen ao conqwerimento da nosa autodetermiñación, da republicanización indispensábel de Galicia e da precisa diñificación da súa vida política* (Beramendi e Seixas: 1996, 162).

Castelao e Alexandre Bóveda prepararam então o entendimento com os republicanos de Manuel Azaña e direccionaram o Partido Galeguista para a esquerda, o que alimentou os desentendimentos internos que tiveram o seu auge na IV Assembleia do Partido Galeguista, em Santiago de Compostela, nos dias 20 e 21 de Abril de 1935. Nesta, o assunto foi debatido e submetido à aprovação dos seus elementos, cuja resolução foi favorável. No entanto, tal decisão motivaria a saída de homens de direita tradicionalista que se intitulavam da Direita Galeguista de Pontevedra.

Este partido iniciou as negociações com a esquerda republicana em Junho de 1935, que seriam concluídas em Novembro do mesmo ano e, ao mesmo tempo, foram realizados contactos com outros partidos de esquerda que aquele considerou ser possível fazerem parte do que denominou Frente Autonomista mas que não iria passar afinal da versão galega da Frente Popular (Beramendi e Seixas: 1996; 163). Realizou-se então, no dia 25 de Janeiro de 1936, em Santiago, uma assembleia extraordinária, na qual foi aprovada a entrada do partido na Frente Popular, uma vez que esta incluía no seu programa o compromisso de levar a cabo o processo de autonomia, apesar de serem poucos os candidatos nacionalistas aceites nas listas da coligação: Antón Villar Ponte, Castelao, Ramón Suárez Picallo (1894-1964) e Alexandre Bóveda. Nas eleições do mês seguinte, foram apenas eleitos Antón Villar Ponte, Castelao e Suárez Picallo, tendo ocorrido irregularidades a favor da candidatura de Calvo Sotelo, em Ourense, cujas reclamações estavam a ser revistas pela Comissão de Actas das Cortes quando a Guerra Civil teve início.

O Partido Galeguista conseguiu assim uma união a favor da tentativa de obtenção da Autonomia Galega, conseguindo que o Estatuto fosse referendado favoravelmente, no dia 28 de Junho de 1936, com tempo suficiente para ser entregue nas Cortes Espanholas antes da sublevação militar em 17 de Julho, mas não para aquelas o aprovarem.

*

Desde 1808 que se assistia, em Espanha, a um palco de tensões e lutas entre uma facção reformista e progressista e outra reaccionária, pelo que se alternavam épocas de manifestações revolucionárias e de tentativas para as abafar com imposições militares e políticas, ao que a Galiza não escapou; a Guerra Civil Espanhola constituiu o momento alto

dessas tensões e disputas.

Enquanto a burguesia progressista procurava sobreviver, a antiga força reaccionária continuava no poder, impedindo significativamente a existência de um efectivo progresso capitalista industrial. Deste modo, as forças do Antigo Regime sobreviviam, provocando um desfasamento entre Espanha e a Inglaterra e França, por não ter havido uma revolução burguesa que promovesse um avanço social, político e, conseqüentemente, económico. Assim, a nível social, assistiu-se à tradicional união da Monarquia, da Igreja e da tradicional elite de proprietários que ainda se assemelhavam aos senhores feudais e, a nível político, à força reaccionária que não permitia reformas que pusessem em causa o seu poder e a sua força estrutural, mas que eram urgentes.

O rebentar da Guerra Civil trouxe um corte repentino no processo autonomista inspirado pela II República e traçou destinos muito diferentes aos militantes nacionalistas, do ponto de vista pessoal. Enquanto os elementos da direita galeguista permaneceram na Galiza, líderes como Alexandre Bóveda, Ánxel Casal e Víctor Casas foram fuzilados ou exilaram-se, como Castelao, Alonso Ríos e Suárez Picallo.

Depois da vitória no Referendo pela Autonomia, quando pouco faltava para que, de acordo com a Constituição de 1931, o Estatuto Galego fosse aprovado nas Cortes, o Exército de África sublevou-se contra o Governo a 17 de Julho de 1936 e, nos dois dias seguintes, a sublevação estendeu-se às guarnições militares de Espanha, incluindo as galegas. Apesar de haver focos de resistência popular como em Tui, estes não conseguiram travar o êxito dos revoltosos e, no fim de Julho de 1936, o *Alzamiento* conseguira um controlo completo na Galiza. Neste território, como nos outros que ocupou, exerceu uma repressão feroz sobre a oposição republicana e de esquerda, realizando *execucións sumarísimas ou, simplemente, “paseos” ou “claudias” levados a cabo xeralmente por elementos militares com colaboración de falanxistas* (Beramendi e Seixas: 1996, 173). Para intimidar mais eficazmente, *os falanxistas facían prácticas de tiro contra as árbores e contra os outeiros para amedoñar á xente mediante o terror que isso orixinaba. Os disparos desde logo que tiñan o seu efecto psicológico, pois que enchían os camiños, as aldeas e mailas mentes de impotencia* (Ferreiro: 1991, 37).

Os nacionalistas galegos sofreram diferentes conseqüências, consoante fossem de direita ou de esquerda. Muitos dos mais jovens alistaram-se no exército do *caudillo*⁴⁰

⁴⁰

Líder político-militar que comanda uma força autoritária.

Franco⁴¹ para salvarem a vida, enquanto relevantes líderes de esquerda foram assassinados, como os anteriormente mencionados. Pelo contrário, os nacionalistas tradicionalistas sofreram penas mais brandas, como represálias laborais, em especial, os que eram funcionários do Estado, ou multas, o que aconteceu, por exemplo, com Otero Pedrayo.

Os que se deixaram dominar pelo medo e pelo anti-marxismo, como Risco, deram mostras de apoiar o novo regime, chegando este a isolar-se e a remeter-se ao silêncio até à sua morte; alguns fugiram e exilaram-se, o que aconteceu com Alonso Ríos e outros ainda encontravam-se em Madrid, o que aconteceu com elementos do Partido Galeguista, como Alfonso Castelao, Suárez Picallo e Carballo Calero (1910-1990), que tinham ido para a capital para a tramitação do Estatuto.

Aos que fizeram parte da Frente Popular restou apenas o exílio para zonas republicanas ou para a América, submeterem-se aos vitoriosos ou entrarem para a guerrilha, tendo sido esta a opção preferida por comunistas, anarquistas e socialistas e partilhada por poucos galeguistas, uma vez que a maioria respeitava a desaprovação do Partido Galeguista desta forma de luta.

Não havia milícias de galeguistas na frente de batalha mas apenas algumas lideradas por Suárez Picallo que, a título individual, integraram as Milícias Galegas, criadas em Madrid, no fim de 1936, e que eram controladas pelo Partido Comunista de España (P.C.E.). Outros, que se encontravam na Catalunha, onde dinamizavam actividades, após a queda desta, em Janeiro de 1939, fugiram para França e daí para diversos países da América Latina (Argentina, México) e também para os Estados Unidos da América, onde vários encontraram trabalho de acordo com as suas qualificações como docentes em universidades, o que aconteceu, por exemplo, com Ernesto Guerra da Cal (1911-1994).

À repressão política seguiram-se a cultural e a linguística: o Seminário de Estudos Galegos foi transformado no Instituto Padre Sarmiento e a língua galega só podia ser utilizada em eventos folclóricos admitidos pelo regime.

Entretanto, o Partido Galeguista conseguiu manter uma delegação estável até 1937, em Barcelona, editando *Nova Galiza*, de Abril de 1937 a Julho de 1938, fazendo os nacionalistas esforços no sentido de manterem contacto com as frentes de guerra, com o interior da Galiza

⁴¹ Francisco Paulino Hermenegildo Teódulo Franco y Bahamonde nasceu em 4 de Dezembro de 1892, em Ferrol, na Galiza e morreu em 20 de Dezembro de 1977. Após a Guerra Civil Espanhola, pretendeu reconstruir o país, tentando fazer desaparecer os seus opositores republicanos e a influência comunista. Assim, procedeu a uma terrível repressão, ordenando fuzilamentos e criando um Estado católico, no que teve certamente muita influência a educação transmitida pela mãe, católica fervorosa (in Bachoud, *Franco*: 2003).

e também com os galeguistas na América. Tais ações implicavam um boa e eficaz rede de informação, de forma a unir esforços para manter a unidade antifascista e salvaguardar a República e o Estatuto de Autonomia.

No entanto, os socialistas e a esquerda republicana depressa perderam o interesse pela implementação do Estatuto, pelo que este não foi aceite na sessão de Cortes, em Valência, em Outubro de 1937, recebendo, no entanto, estado parlamentário, nas Cortes de Montserrat, em Fevereiro de 1938, com o apoio de bascos, comunistas e catalães. Este acontecimento levou à hostilidade relativamente à causa autonomista por parte dos outros partidos republicanos galegos e do Partido Socialista Obrero Español (P.S.O.E.), para quem essa era já uma causa perdida e cuja prioridade era ganhar a guerra.

Alfonso Castelao, nesta época, dedicava-se já à propaganda a favor da República e da causa galeguista, destacando-se os álbuns de caricaturas *Atila en Galicia*, *Milicianos* e *Galicia mártir* que o Governo republicano divulgou, e as suas viagens a Cuba, à América do Norte e à União Soviética, entre 1938 e 1939, após as quais não pôde voltar a Espanha, passando a viver em Nova Iorque, junto dos grupos de galegos antifascistas que então residiam nessa cidade.

2.2- O Nacionalismo galego do interior

A vitória franquista converteu o Estatuto num documento histórico sem aplicação prática, o que não impediu que a sua declaração e aprovação fossem consideradas um êxito histórico do Nacionalismo galego, uma mostra do poder de coesão social e capacidade de convocatória que, no período republicano, alcançou o galeguismo autonomista. Independentemente da posterior evolução do Galeguismo, este texto estatutário serviu de base para a definição da Galiza como nacionalidade histórica por parte das Cortes Constituintes formadas à morte de Francisco Franco Bahamonde (1892-1975), no contexto da instauração de uma monarquia parlamentar.

Após a implantação franquista, a resistência interna foi levada a cabo por militantes do Partido Galeguista ou de Mocidades Galeguistas que participaram em acordos e gestões que a oposição republicana realizava em França contra o regime de Franco, que se acreditava cair

depois da II Guerra Mundial. No entanto, em 1939, pouco restava do Partido Galeguista, pois os seus líderes mais importantes ou foram assassinados ou exilados e os galeguistas que permaneceram na Galiza sofreram a repressão, consequências profissionais ou afastaram-se por algum tempo da actividade política, o que aconteceu com Otero Pedrayo.

Um importante nome após a Guerra Civil na oposição galeguista ao regime franquista foi Valentín Paz-Andrade, iniciando então a sua relação com o Galeguismo no mundo universitário. Na década de 1920, dirigiu o jornal *Galicia*, de orientação liberal-democrática, que reuniu uma parte significativa da intelectualidade galeguista; em 1931, apresentou-se sem êxito às eleições das Cortes Constituintes e, em 1934, substituiu Alfonso Castelao, devido à deportação deste para Badajoz.

*

Foi Camilo José Cela (1916-2002), galardoado com o Prémio Nobel da Literatura em 1989, que inaugurou uma nova fase literária com *La familia de Pascual Duarte* (1942), o primeiro romance significativo do pós-guerra, numa época de isolamento cultural, agravado pela situação em que a Europa se encontrava (II Guerra Mundial). Devido a esta conjuntura, este autor e outros da Geração de 36 tiveram de iniciar o seu percurso literário sem acesso às influências renovadoras estrangeiras, limitando-se à tradição narrativa espanhola, uma vez que o regime franquista, tal como qualquer outra ditadura, usando a censura e repressão, limitou e condicionou o contacto com o exterior.

No entanto, este escritor não sofreu represálias da censura franquista, pois não se interessava pela sua cultura e língua de origem, tornando-se famoso o seu desprezo por estas, ao integrar o exército de Franco, ao lado de quem lutou na Guerra Civil Espanhola, tendo sido, mais tarde, censor, o que lhe valeu ainda mais críticas. Apesar de ser um escritor de mérito reconhecido, estas atitudes em nada abonam em seu favor, integrando-o no grupo de galegos que Xosé Ramón e Fernández-Oxea criticou: *eu decátome de que as xentes que se avergoñan de seren galegos e renegan da súa fala son vítimas dun complexo de inferioridade que os leva a coidar que son máis persoas por falaren castelán* (Fernández-Oxea: 1977, 33).

Renegar a própria língua é renegar a própria cultura, desculturalizar-se, desdenhar da própria terra-mãe, que tem uma individualidade e traços identificadores muito característicos, por isso, Ramón e Fernandez Oxea acrescenta que *do que non podemos abdicar é do emprego*

da fala; cos que non podemos transixir é cos centralistas do idioma. Ser galeguista obriga, por enriba de todo, a pensar, a obrar, a bailar, a producirse e a falar en galego, porque iste é o noso feito diferencial que temos que cultivar con todo agarimo si queremos ser nós e non confundirnos con alleos (Fernández-Oxea: 1977, 33-34). Para demonstrar a gravidade de não se usar a língua materna, este intelectual refere que um castelhano, por exemplo, que não usasse a sua língua seria considerado um analfabeto; em relação a um galego que despreza a sua, *o caso é o mesmo* (Fernández-Oxea: 1977, 37). No entanto, considera que as duas línguas não são incompatíveis, sendo realmente grave e lamentável que houvesse quem se gabasse de não saber a língua materna: *velaí unha tristeira condición de moitos galegos: a de arrenegar da sua fala e gabarse de a non saber; sen se decatarse de que os alleos que lles escoiten tal afirmación formarán un mal xuício deles e pensarán que son como os que arrenegan de sua nai* (Fernández-Oxea: 1977, 40). Esta atitude de menosprezo pela própria língua é considerada por Xosé Oxea comum à maioria dos galegos, o que critica sempre dura e veementemente, denunciando que encaram a sua língua como *“una lengua de criados”, ou cousas piores, co que os que tal din acreditanse de “asnoalfabetos” e de malos galegos* (Fernández-Oxea: 1977, 70).

Após duras críticas a estes galegos, Xosé Oxea faz a apologia da Galiza como uma *terra digna, com unha historia honrosa e unha fala merecente de levala a rentes do corazón, porque ademais de ser doce, rica e garimosa é a nosa* (Fernández-Oxea: 1977, 71).

Ao contrário de Camilo José Cela, Gonzalo Torrente Ballester, nascido em Serrantes (El Ferrol, Corunha), em 1910, vivendo a Guerra Civil na zona controlada pelos falangistas, foi impulsionado por um activo e empenhado envolvimento político-cultural republicano. Revelando um enorme interesse pela Literatura, em especial, por Miguel Cervantes e pela figura de D. Quixote, foi particularmente influenciado pelas lendas rurais galegas.

Além deste, houve vários outros autores bastante relevantes no panorama literário galego que desempenharam um papel fundamental na luta contra o regime fascista, escrevendo textos de carácter realista e social, como Celso Emilio Ferreiro Miguez. Este nasceu em Celanova, em 6 de Janeiro de 1912, no seio de uma família de agricultores e comerciantes onde, tal como em Acevedo do Río, na casa dos seus avós, teve uma infância feliz, num belo ambiente paisagístico e o seu lar influenciá-lo-ia significativamente, pois o seu pai, galeguista, era um elemento das Irmandades da Fala. Desde 1931, participou com afinco na Xuventude Galeguista aquando da República e, com Xosé Velo Mosquera (1916-1972), promoveu a Federação de Mocidades Galeguistas, de que seria Secretário da Organização, em

1936. Este foi o ano em que surgiram os primeiros poemas deste autor, no *Cartafol de poesía*, uma publicação periódica concretizada por aqueles dois amigos. No entanto, outras obrigações o chamaram, sendo mobilizado pelo exército de Franco e enviado para a frente asturiana.

Inconformado e sempre contestatário, durante uma licença em Celanova, em 1937, proferiu palavras em público que o conduziram à prisão, numa cela do mosteiro daquela localidade. Desta, saiu devido à intervenção de familiares e amigos junto do Governador de Ourense, escapando assim de uma longa prisão e de uma possível execução, acontecimento que o levou a escrever *Longa Noite de Pedra*. Depois da guerra, em 1941, em Pontevedra, trabalhou na Fiscalização de Taxas, publicando os dois primeiros livros da sua obra: *Al Aire de tu vuelo* (1941) e *Bailadas, cantigas y donaires* (1947), em castelhano. Apesar de usar esta língua, contribuiu para a recuperação literária do galego, em especial, com as revistas *Sonata Gallega* e *Finisterre* e com a colecção de poesia Benito Soto, a primeira empresa editorial da cultura galega após a Guerra Civil.

Em 1950, mudou-se para Vigo, ocupando mais um cargo burocrático, o de procurador dos Tribunais de Justiça, sendo esta uma fase bastante dinâmica na sua vida, pois participou em várias publicações, como o jornal diário *Faro de Vigo*, o semanário de Pontevedra *Litoral* e *Vieiros*, que era dirigida por Luís Soto, no México. Estas actividades levaram-no a estabelecer um estreito contacto com grupos antifascistas que revelavam uma forte resistência cultural, o que o fez desenvolver uma importante e notória visão da Literatura como arma política, de luta, apresentando, pois, uma consciência cívica dos acontecimentos que a sociedade galega então atravessava, sendo esta considerada a época em que atingiu a sua maturidade poética. Entretanto, publicou ainda a biografia de Curros Enríquez, grande poeta do século XIX, em 1954, de quem se sentia próximo, por ser também de Celanova e porque tinha igualmente *unha mesma ética social de compromisso cos oprimidos, unha mesma concepción da función social da poesía e unha mesma actitude vital combativa* (Navaza: 2008, 15).

Na década de 1950, publicou dois livros de poemas: *O sonho sulagado*, em galego, e *Voz y voto*, em castelhano, onde se encontram alguns motivos temáticos que se encontrará mais tarde, em *Longa Noite de Pedra*, de 1962. Neste, deparamo-nos igualmente com textos poéticos que respeitam à época da Guerra Civil e aos anos consequentes: a ditadura fascista, a repressão e a miséria por ela provocadas. Em 1936, Celso Emilio tinha vinte e quatro anos, era um galeguista de esquerda e poeta, revoltado por, antes da guerra, vários autores galegos

terem mantido silêncio ou optado por escrever em castelhano.

Estes acontecimentos não poderiam deixar de causar-lhe essa revolta, pois o Franquismo tentou anular o Galeguismo, não só em termos políticos como também literários; na política, os galeguistas, que se movimentaram socialmente durante a II República, depararam-se com uma repressão violenta durante a Guerra Civil e todas as décadas que se lhe seguiram.

Nos anos imediatamente após aquela guerra, apenas se publicou literatura galega, encontrando-se a sua força no exílio, na década de 1940, onde persistiu sem entraves, especialmente em Buenos Aires, cidade em que Castela desenvolvía uma marcante acção cultural e política.

A obra *Longa Noite de Pedra*, de Celso Emilio Ferreiro, foi publicada em 1962, na colecção Salnés da editora Galaxia e nela encontramos uma poesia social na mesma linha dos textos poéticos galegos que, desde o século XIX, com os poetas do *Rexurdimento*, revelavam um compromisso com a luta social, de que Ramón Cabanillas Enríquez (1876-1959), envolvido nas lutas agrárias, também foi herdeiro. A temática social contra o Franquismo explodiu na poesia espanhola na década de 1950 e, no caso galego, após a Guerra Civil, tal acontece na poesia produzida no exílio americano, antecedendo a de Celso Emilio, também marcada pela ideologia marxista.

Este poeta, apesar de influenciado pela tradição poética, defendeu a inovação e um novo olhar que deveria resultar numa poesia comprometida com as problemáticas do seu tempo, o que se pode comprovar com estas suas palavras: *polo que se refire ós poetas galegos, si queren ser fideles a si mesmos e á terra, teñen que fuxir da arqueoloxía estéril e do ruralismo pedáneo (...) teñen que mergullarse com desesperado esforzo no mundo social da nosa terra; nos problemas vivos do noso tempo; nas angurias das nosas xentes* (Navaza: 2008, 24).

A maioria dos poemas de *Longa Noite de Pedra*, escritos durante quase vinte anos, reflectem o conteúdo destas palavras, obedecendo a uma preocupação e compromisso sociais que dão unidade à obra. Muitos destes textos foram publicados apenas na década de 1950, de modo que encontramos conseqüentemente diversas temáticas que, sob aquela unidade, fazem com que o conjunto de textos surja *cunha significación unitaria que non é outra que a rebelión dun home, dunha voz (ainda dentro da multiplicidade de rexistros) contra o concreto tempo histórico que lle tocou vivir* (Navaza: 2008, 26).

Esta obra tem o título de um poema escrito em 1937, portanto, aquando da Guerra

Civil Espanhola, no mosteiro de Celanova, havendo duas linhas temáticas que se cruzam: a do sujeito individual, que se expressa de forma existencialista, de acordo com a poesia predominante das décadas de 1950 e 1960, e a do colectivo, na qual se dilui, encontrando esta, por sua vez, um fiel depósito defensivo naquele.

Um exemplo deste intercâmbio é o poema que dá título à obra, “Longa Noite de Pedra”, metáfora da longevidade da ditadura fascista: *o leito é de pedra./ De pedra son os muros/ i as tebras./ De pedra o chan/ i as reixas./ As portas,/ as cadeas,/ o aire,/ as fenestras,/ as olladas,/ son de pedra./ Os corazóns dos homes/ que ao lonxe espreitan,/ feitos están/ tamén/ de pedra./ I eu, morrendo/ nesta longa noite/ de pedra* (Navaza: 2008, 51-52).

De pedra, símbolo da força e resistência à ditadura, são compostos todos os elementos enunciados, que representam os que não sucumbem facilmente (*os muros*) e os que ficam imortalizados pelo seu sofrimento, dentro das *portas* das prisões. A resistência humana, também experimentada pelo próprio autor, era tão forte que transformou em pedra os corações dos homens, limitando-os o sujeito lírico aos *que ao lonxe espreitan*, estendendo assim o sofrimento àqueles que, apesar de estarem distantes, exilados, acompanhavam com revolta as consequências atroztes do Fascismo, partilhando as dores das vítimas. A dor colectiva é, no final do texto, individualizada, expressando o eu lírico um esvaimento e desgaste muito lentos, que acompanham a duração da ditadura, que cobre o país de terror, repressão e injustiça. Apesar desta realidade, é fundamental sentir alguma esperança num tempo de Liberdade que há-de chegar, esperança que encontramos no poema “Tempo de chorar”: *hei de chorar sin bágoas duro pranto/ polas pombas de luz aferrolladas,/ polo esprito vencido baixo a noite/ da libertá prostituída./ As espadas penduran silandeiras/ coma unha chuvia fría diante os ollos/ e teño que chorar na sombra fuxidía/ diste pútrido vento/ que arromba a lealtá e pon cadeas/ no corazón dos homes xenerosos./ Pois que somente os ollos me deixaron/ para chorar por iles longos ríos,/ hei navegar periplos, descubertas/ por tempos que han de vir cheos de escumas,/ por onde o día nasce,/ alí onde xermola o mundo novo./ Pois que o que chora vive, iremos indo;/ indo, chorando, andando,/ salvaxe voz que há de trocarse en ira,/ en coitelo de berros i alboradas/ para rubir ao cumio dos aldraxes./ E pois que cada tempo ten seu tempo,/ iste é o tempo de chorar* (Navaza: 2008, 53-54).

O peso do tempo presente faz-se sentir nas *pombas de luz*, que estão *aferrolladas*, no *esprito*, que se encontra *vencido baixo a noite* e na *libertá prostituída*, havendo mais elementos negativos, como a *chuvia fría*, *sombra fuxidía* e as *cadeas*. Quer o espaço exterior quer o interior, devido aos condicionalismos e falta de liberdade, de tão oprimidos que se

encontram, fazem o sujeito poético chorar, à medida que anseia *por tempos que han de vir cheos de escumas,/ por onde o día nasce* (Navaza: 2008, 53-54), agarrando-se positivamente às suas lágrimas, sinal de que continua vivo e com força para lutar: *pois que o que chora vive* (Navaza: 2008, 54). Esta força une-o aos outros, apesar da prisão e torturas de que tantos foram vítimas e assim, vão continuando a travar uma batalha que sentimos ser passiva e com movimentos muito controlados contra o Fascismo, batalha esta que, um dia, permitirá aos justos soltar toda a sua revolta. Por enquanto, *iste é o tempo de chorar* (Navaza: 2008, 54), pois o regime estava implantado e fortemente enraizado, comparando-o o autor a um edifício, no poema com o mesmo nome: *rubricáronse os pactos e puxéronse/ a erguer o edifício,/ a cárcere dos sonhos,/ o gran pazo do medo./ En cada pedra sangue, pinga a pinga,/ en cada fuste bágoas e tristuras;/ a ira en capiteles,/ a estupidez en arcos* (Navaza: 2008, 63).

Um referente que o sujeito apresenta como *o monstro* abre a boca, sendo certamente o General Franco que, ao discursar, apresenta a sua ideologia e os métodos que irá usar: *xa témo-lo argumento/ para ofrecer aos dioses novas vítimas./ Xa témo-las palabras que destruien/ aos que portan a luz e van diante: pena de morte,/ cadea perpetua,/ pliego de cargos* (Navaza: 2008, 62).

Em “O Can Danado”, é referida a repressão policial a soldo da ditadura: *un grande telescopio nos vixía/ coma un ollo de Cíclope/ que sigue os nosos pasos/ e fita sin acougo o noso rumbo,/ dende tódalas fiestras,/ dende tódalas torres,/ dende tódalas voces que nos falan* (Navaza: 2008, 77-78) e o medo que esta causa: *igoal que un can danado nos camiños/ o terror anda solto polo mundo./ Semella un vento negro que pousase/ súas azas de corvo/ sobre a frente dos homes temerosos* (Navaza: 2008, 77). O medo e terror fazem-se sentir especialmente durante a noite, quando os métodos repressivos usados são escondidos pela escuridão e, por isso, a insegurança e ansiedade aumentam, tal como a vigilância apertada sobre os que lutavam pela Liberdade, cujo bater do coração é então maior: *a noite é un micrófono impasíbel/ que escoita o latexar do noso peito,/ coma un escuro espía que espreitase/ os nosos pensamentos máis secretos./ Todo se troca en cousa inconfesábel;/ detrás de cada esquina unha sospeita,/ unha duda detrás de cada sombra,/ e medo, medo, medo,/ un pozo profundísimo de medo,/ espello de auga fría/ no que o terror se mira eternamente* (Navaza: 2008, 78).

As consequências da repressão fascista são igualmente mencionadas no poema “Non me mires”, em que o verbo ver no pretérito perfeito é constantemente repetido paralelisticamente com a intenção de registar e transmitir a assistência de consequências

trágicas (prisão, morte, ingresso de jovens nas tropas, assassinatos) daquele regime, realizadas por homens que foram obtendo cada vez mais poder e, pela sua crueldade e perigosidade, são comparados a lobos: *eu vin medrar os lobos,/ vin nascer os cercados/ e vin baixar as cinzas/ por canles sanguíneas./ Eu fun até os volcás e tiven fogo/ nas maus. Vin pasar ringleiras silenciosas/ de mozoz feitos homes de repente./ Chap, chap, chapoteaban/ as súas botas sobre a lama./ Vin condenados a morte/ cunha coroa amarela envolvendo/ os rostros casi caliveras,/ Vin camiños ateigados de mortos/ mirando cara o ceo, preguntando,/ Vin a Dios encadeado./ Vin a libertá xunguida./ Vin falsos paradisos/ de escarnio e de inxusticia./ Vin escravos cantando* (Navaza: 2008, 121-122), formando todos estes acontecimentos um conjunto de injustiças que são reflectidas pelo olhos do sujeito poético. Assim, quem olhar para eles, verá desenrolar-se ainda o que aconteceu e o próprio sujeito menciona que já viu tudo e este tudo é intemporal, devido à sua crueldade: *meus olhos firen./ Non os mires.* (Navaza: 2008, 122). Na verdade, acrescenta, é tão pesado como uma pedra, nos seus olhos: *xa tódolo teño visto,/ O que mirei un día/ coma unha pedra pésame nas pálpebras* (Navaza: 2008, 121).

Xosé Fernández Ferreiro (n.1931), membro do grupo literário nacionalista Brais Pinto (grupo formado em 1958 por um grupo de jovens e estudantes de esquerda, que editou uma colecção de poesia; organizava tertúlias e outras actividade culturais e, a nível teórico, defendeu o Marxismo), também apresentou e denunciou o mundo repressivo da ditadura fascista. Este autor, que começou por publicar poemas, na década de 1950, dedicou-se depois à narrativa, a par da sua actividade jornalística nos jornais *Faro de Vigo, La Noche, El Correo Gallego* e *La Voz de Galicia*.

Da sua vasta obra narrativa, tendo em conta o seu conteúdo e o teor desta dissertação, destacamos *Agosto do 36* (publicado em 1991 e que mereceu o Prémio Xerais) pelo quadro de horror que apresenta da realidade que se viveu durante os terríveis anos da Guerra Civil Espanhola, de que são exemplo o martírio e fuzilamento das personagens Sara e Gregorio, na Touza, símbolo espacial e microcosmos do terror vivido em Espanha.

Refere o narrador que tudo começou quando Gregorio, republicano, soube *que os falanxistas o tiñan na lista para “darlle o paseo”* (Ferreiro: 1991, 15), agravado pelo facto de Sara o ter preferido a Manuel, que aderira às tropas nacionalistas, o que o obrigou a ter de fugir para escapar à morte, uma vez que os falangistas, procurando descobri-lo, montaram sistematicamente guarda à sua casa: *empezaron a presentarse de improviso na aldea polas noites, ás altas horas, e rexistraban non só o seu fogar senón outros onde supuñan ou sospeitaban que podía estar escondido* (Ferreiro: 1991, 17). Os que engrossavam estas tropas

eram naturalmente homens sem valores e com uma desmedida ânsia e desejo de poder, ambicionando um cargo que os fizesse ultrapassar obstáculos sociais e frustrações pessoais. Perseguindo, controlando, matando, *vían “naquilo” unha oportunidade para deixa-lo traballo da aldea e ser alguén. Desertores do arado. Homes que non lle tiñan apego á terra. Soamente tiñan odio (...) a forza das armas, e aqueles uniformes que os convertían en seres poderosos contra os que nada se podía* (Ferreiro: 1991, 18). Materialmente, enriqueciam, apoiados por um regime ditatorial que recompensava largamente os que o ajudavam a espalhar o terror e os informasse convenientemente acerca dos seus inimigos. Foi o que aconteceu com a personagem *Manuel, quen despois dunha prolongada ausencia, cando volveu, construíu unha casa* (Ferreiro: 1991, 18), o que auxiliou a população a ter a certeza da sua adesão à facção falangista.

Gregorio, pelo contrário, simboliza a resistência republicana, defensora dos direitos do povo, controlado não só pelos militares como também pela Igreja. Por isso, aquela personagem critica o clérigo Xenaro, representante da aliança da Igreja com os falangistas, supostos defensores da moral e da nação contra a ameaça comunista: *vostedes os cregos (...) non fan máis ca enganar á xente contándolle mentiras desde os altares e púlpitos, en lugar de lle dici-las verdades e abrírlle os ollos (...) interésalles máis que o pobo siga cego e analfabeto, pois así, coma os bois capados, é máis manexable* (Ferreiro: 1991, 31).

As tensões acumuladas e as discórdias políticas culminaram com o rebentar da guerra e com o horror dos fuzilamentos, os *paseos* e encarceramentos, arrancando a vida aos que se opunham aos partidários do regime. Os falangistas chegavam a revelar o seu orgulho pela crueldade que cometiam e disto também Xosé Fernández Ferreiro nos dá conta, nesta obra, quando refere a atitude de Manuel, numa das vezes em que regressa pomposamente a Abades e expressa bem a ideologia já fermentada pelo falangismo, mostrando-se *máis empoleirado ca nunca, coa súa pistola ó cinto e o fusil ó ombro. Logo, ó marcharen, soltou (...):*

-Imos limpar España de herexes e comunistas (Ferreiro: 1991, 34).

Do lado oposto, deparamo-nos com Sara, a trágica heroína representante das mulheres do povo que tudo faziam para defender o seu homem da perseguição, símbolo da poderosa protecção feminina que, determinada, vai até ao fim, dando a própria vida por Amor, pois *ben sabía que de caer nas súas mans mataríano sen piedade (...) estaba disposta a atura-lo que fose. A facer todo o que tivese que facer, con tal de que a Gregorio non lle pasase nada malo. Sobre todo que non o maten* (Ferreiro: 1991, 37).

Para se esconder e sobreviver, Gregorio refugia-se na serra, limitado nos seus

movimentos e condições de sobrevivência e ajudado por Sara, que lhe prestava um apoio essencial, levando-lhe o que precisava e informando-o acerca do que se passava na aldeia, à semelhança de muitas outras mulheres que eram o elo de ligação entre os homens que encontravam refúgio no *monte* e o contacto com a realidade, mantendo-os ao corrente do que se passava e levando-lhes mantimentos.

Devido ao perigo que tais incursões na serra acarretavam, o pai de Sara, na aldeia, trancava bem a casa com *medo dos falangistas*. *Sabía que andaban agachados polos camiños, as hortas e as eiras, para coller ó mestre se baixaba dos seus tobos da serra para verse con Sara* (Ferreiro: 1991, 40), havendo o perigo acrescido de habitantes da aldeia serem falangistas ou seus informadores, sendo uns conhecidos e outros suspeitos, o que criava um ambiente de tensão e desconfiança que prejudicava e alterava a vida diária e o relacionamento entre os aldeãos. Tal situação evoluiu de tal forma negativamente que se presentiu um acontecimento nefasto, trágico, *no zunir do vento contra as follas do millo (...) ou no cheiro a rastrollo que viña das leiras recién segadas. De noite os cans semellaban nerviosos, e ladraban dun xeiro desacostumado. (...) Unha madrugada, o branco luar que prateaba as chairas do val de Abades e Santos e mailos cumes da serra, escureceu por uns minutos. “Foi entón cando vímo-la cara da lúa tinxida de sangue. (...) Non só era a lúa: o ceo todo aparecía vermello, coma se fose de lume”* (Ferreiro: 1991, 42).

Os falangistas Manuel, Luís, Leonardo e Xan levaram Sara para a Touza, no dia 13 de Agosto, dizendo aos habitantes da aldeia que avisassem Gregorio: a tragédia evolui a passos largos. Procurando ajudar Sara, aqueles recorreram ao padre Xenaro, que, assumindo a posição da Igreja, defendeu que *os falanxistas queren limpar España de herexes e de comunistas* (Ferreiro: 1991, 44) e que deveriam avisá-los da localização do noivo de Sara, escondido na serra.

Na diversidade humana apresentada e respectiva motivação para aderir ao Falangismo, encontramos Lázaro, taberneiro de Abades, que abastece os carcereiros de Sara de provisões e os informa do que se passa na aldeia, ajudando-os assim a delinearem estratégias para atraírem Gregorio à Touza, com Sara como chamariz: *no forno da Piedade parece que onte algunhas mulleres murmuraron de ti* (Ferreiro: 1991, 118) *e dixo com mellor ánimo:*

-Hoxe tráiovos un bo xantar (Ferreiro: 1991, 118).

Uma forma que os falangistas encontraram de tentar acabar com essa articulação foi a intimidação incutida com os disparos nocturnos: *de cando en vez oíanse disparos, de noite e de día, nos camiños próximos a Abades, Santos, Xestosa e Fondodevila. (...) Os falanxistas*

facían prácticas de tiro contra as árbores e contra os outeiros para amedoñar á xente mediante o terror que isso orixinaba (Ferreiro: 1991, 37). Tal como aos restantes habitantes de locais em que se ouviam tais disparos, *a Sara batíalle com forza o corazón no peito cando chegaban ata ela aquelas detonacións. Sempre lle parecía que disparaban contra Gregorio* (Ferreiro: 1991, 37), pois *os disparos desde logo que tiñan o seu efecto psicolóxico, pois que enchían os camiños, as aldeas e mailas mentes de impotencia. Era coma se a guerra se fose achegando a nós pouco a pouco, inevitavelmente* (Ferreiro: 1991, 37), guerra na qual o povo, impotente, era um inimigo fácil de dominar, preso pelo medo às suas casas: *moito medo había, e moita confusión, entre as xentes de Abades. Cerrada a noite metíanse nas súas casas e asexaban polas fiestras de cara á serra* (Ferreiro: 1991, 89).

E o povo tinha muitas razões para sentir medo. Além dos fuzilamentos, pressões e prisões, outra situação está retratada nesta obra de Xosé Fernández Ferreiro: a violação de mulheres companheiras de homens foragidos, o que quase acontece com a protagonista, isco usado para atrair Gregorio: *achegou-se á prisioneira e mirouna un momento. De repente, sen máis, desabotooulle o vestido á altura do peito, e arrincoulle o xustillo cun forte tirón de man* (Ferreiro: 1991, 93). A acção triplica em horror e violência psicológica e física quando, incapaz de atrair Gregorio para o fuzilar, o ódio de Manuel o leva a praticar tiro em Sara, que se cobre gradualmente de sangue: *deulle nun brazo. Volveu logo, e foille dar nunha coxa. O corpo da mestra, enteiramente espido, comenzou a cubrirse de sangue* (Ferreiro: 1991, 152), até que finalmente clama desesperadamente pelo socorro do noivo, que não aparece, uma vez que fora já atingido pelos falangistas, do que ainda nem estes tinham conhecimento: *de súpeto a mestra comenzou a berrar, coma se tolease de repente. Daba gritos horribles, como adoecida de dor. Chamaba por Gregorio, clamando pola súa axuda para que a sacase daquel inferno. Pedíalle que a matase cun dos seus certos disparos* (Ferreiro: 1991, 152).

Deste modo, a repressão fascista fez-se sentir de forma sádica e esta última passagem daquela obra de Xosé Fernández Ferreiro relembra-nos os dramáticos depoimentos presentes no documentário *Memória recobrada*, apresentado por Manuel Rivas. Nele, deparámo-nos com a existência do terrível sadismo falangista e é bem patente a memória ainda viva de quem sofreu a repressão e teve de viver escondido para resistir e salvar a própria vida, relatando-o com uma memória ainda bastante fresca das atrocidades sofridas, assim como também se sente o horror do relato do fuzilamento de galegos, as mortes nas *cunetas* (valas ou bermas das estradas), sendo depois os corpos atirados aos rios para fazerem tremer de terror e intimidarem as populações que viviam nas suas margens.

As mortes nas *cunetas* e o horror por elas causado é denunciado no poema com aquele nome (“Cunetas”), de Luis Pimentel (1895-1958), publicado pela primeira vez na obra *Galicia hoy*, da Editorial Ruedo Ibérico, París-Buenos Aires, em 1966, embora esteja datado de 1937, e do qual aqui transcrevemos alguns dos versos mais significativos: *outra vez, outra vez o terror!/ Un día e outro día,/ sen campás, sen protesta./ Galicia ametrallada nas cunetas/ dos seus camiños./ Chéganos outro berro./ Señor, qué fixemos?/ -Non fales en voz alta-,/ Hasta cándo durará iste gran enterro?/ -Non chores que podem escoitarte./ Hoxe non choran máis que os que aman a Galicia-,/ Os milleiros de horas, de séculos,/ que fixeron falla/ para faguer un home!/ Teñen que se encher aínda/ as cunetas/ con sangue de mestres e de obreiros./ Lama, sangue e bágoas nos sulcos/ son semente* (Rodríguez Fer: 1989, 277-278).

Como verificamos, este texto é de extrema importância na denúncia da repressão, no território galego, durante a Guerra Civil Espanhola, do fuzilamento das vítimas à beira dos caminhos, deixando os corpos nas bermas ou valetas, durante os *paseos* a que nos referimos anteriormente, sabendo as vítimas de antemão qual seria o seu destino. Devido a estes ocorrerem em tão grande número, Pimentel usa a metonímia e também hipérbole *Galicia ametrallada nas cunetas*, o que causava um *gran enterro*, pois eram muitos os corpos encontrados de resistentes galegos. Assim, todos os dias, as populações sentiam o *terror*, não sabendo quem seria o próximo a ser levado para um *paseo*, tendo até de chorar os seus mortos em silêncio, para que ninguém ouvisse o seu choro, uma vez que, entre o povo, havia os que passavam informações aos falangistas, traindo a própria família, amigos e comunidade, em troca de favores ou bens, como já revelámos na breve análise de *Agosto do 36*.

Os que sofrem em silêncio são *os que aman a Galicia* e o sangue dos que morrem é essencialmente *de mestres e de obreiros*, gente simples que luta pela sua terra e pelo direito à Liberdade e que nenhum crime cometeu. Daí a invocação à entidade divina, a quem o sujeito poético lança uma pergunta retórica (*Señor, qué fixemos?*), tendo o povo de engolir a sua revolta e o seu sofrimento porque a sua voz podia causar ainda mais mortandade e sangue. Assim, tem de viver amordaçado (*-Non fales en voz alta-*), pois o ser humano ainda não está construído, produzido, acabado. Ainda faltam *milleiros de horas, de séculos,/ que fixeron falla/ para faguer un home!*, um ser humano com sentido de Justiça, Democracia, Liberdade e Bem, sem a sede de sangue que fazia correr os algozes falangistas, causando um enterro gigantesco que demorava a acabar (*Hasta cándo durará iste gran enterro?*).

O poema, na sua continuação, passa depois para um sentido mais introspectivo e intimista, a partir daqueles acontecimentos, havendo uma correlação entre o exterior e o

interior do sujeito poético: *docemente chove./ Enviso, arrodéame unha eterna noite./ Xa non teréi palabras pra os meus versos./ Desvelado, pola mañán cedo/ baixo por un camiño./ Nos pazos onde se trama o crimen/ ondean bandeiras pingando anilina./ Hai un aire de pombas mortas./ Tremo outra vez de medo./ Señor, isto é o home./ Todas as portas están pechadas./ Con ninguén podes trocar teu sorriso./ Nos arrabás,/ bandeiras batidas i esfarrapadas./ Deixa atrás a vila./ Ti sabes que todos os días/hai un home morto na cuneta,/ que ninguén coñece aínda./ Unha muller sobre o cadáver do seu home/ chora./ Chove./ Negra sombra, negra sombra!/ Eu bem sei que hai un misterio na nosa terra, /máis alá da néboa, / máis alá do mar,/ máis alá da chuvia,/ máis alá do bosque (Rodríguez Fer: 1989, 278).*

Contrastando com a amarga situação, a chuva cai serena e brandamente, como se não quisesse contribuir para um ambiente ainda mais negro e agressivo, pois a *noite* já chegou, *eterna*, como se pretendesse apagar ou tapar os actos violentos cometidos e os corpos que jazem à beira das estradas, mas a anteposição do adjectivo pode também significar que esta *noite*, este ambiente de terror, demora a acabar, não tem fim, causando cada vez mais vítimas.

Devido ao horror dos acontecimentos que ele próprio presencia, o sujeito lírico não encontrará, depois do que viu, mais vocábulos que expressem a violência e o terror, pois o tempo verbal usado é o futuro, expressando o sucumbir da sua inspiração perante a realidade a que assiste: *non teréi palabras pra os meus versos*. Perante o que o rodeia, chega então à conclusão de que *isto é o home*, apresentando a Deus o resultado da sua criação: um ser que pratica o Mal, que tem prazer em praticá-lo e sente poder ao aterrorizar quem não se pode defender, matando sem qualquer sentimento de piedade. Assim, todas as pessoas da vila fecham as portas, refugiando-se nas próprias casas, de modo que o sujeito poético, dialogando consigo mesmo, aconselha-se a afastar-se da vila, porque *todos os días/ hai un home morto na cuneta,/ que ninguén coñece aínda* e o próximo, no dia seguinte, poderá, quem sabe, ser ele próprio. Entretanto, observa ainda uma mulher que chora sobre o corpo *do seu home*, ao mesmo tempo que a chuva se condói dela e com ela se solidariza.

Profundamente abatido, desolado e carregando consigo as marcas daquilo a que assistiu, o sujeito lírico, sozinho na escuridão, sente o mistério do território galego. Por que razão o sente? Talvez porque o ambiente propicia esse sentimento: a noite, a chuva, a névoa, o mar e o bosque são elementos naturais que criam uma auréola de misticismo que contribuem inclusivamente para cristianizar as vítimas dos fuzilamentos. Estes mártires tornam-se também elementos da Natureza, confundindo-se com ela, pois os seus corpos jazem na terra e talvez as suas almas integrem os bosques envoltos na névoa, dando origem a lendas (não

podemos esquecer que a Galiza é um manancial de misticismo e de mistério, ajudado pelos elementos da natureza). No entanto, é referido que esse mistério está além da chuva, da névoa, do mar e do bosque, sendo usada a anáfora para reforçar a ideia de que o mistério está acima de todos estes elementos, portanto, próximo ou ao nível da entidade divina, a única que poderá saber e entender os acontecimentos trágicos que então ocorriam, interpretação que consideramos pertinente, tendo em conta que, no território galego, os elementos pagão e cristão fundem-se, criando um ambiente de significativa espiritualidade.

O campo semântico predominante relaciona-se com a morte, horror e sofrimento: *terror; ametrallada; berro; gran enterro; sangue de mestres e de obreiros; Lama, sangue e bágoas; eterna noite; crimen; esfarrapadas; home morto na cuneta; cadáver; chora; Negra sombra* e, de todo o vocabulário usado, poucas são as palavras que têm alguma conotação positiva, como *semente*, indicadora de que, de tantas mortes e sangue, poderá nascer a revolta e a vitória que acabarão com tanta tragédia. No entanto, até lá, *teñen que se encher aínda/ as cunetas/ con sangue de mestres e de obreiros*, hipérbole que não estaria muito longe da realidade, na Galiza rural (*seus camiños; baixo por un camiño.*) ou urbana (*Nos arrabás*), sendo os assassinatos, fuzilamentos e prisões, pensados e planeados *nos pazos onde se trama o crimen*. Todas estas acções construíram o quotidiano dos galegos, entre Julho de 1936 e Março de 1937, sendo assim este poema um resumo esclarecedor da situação vivida nesse espaço de tempo e que perdurou muito além desse ano.

Os galeguistas do interior lutaram, pois, contra situações duríssimas e extremamente adversas, tentando clandestinamente manter contacto com outros grupos de oposição clandestina espanhola, não deixando morrer o Galeguismo, a língua e cultura galegas, que já apresentavam uma tradição beligerante significativa desde o século XIX: *na literatura galega contemporânea, isto é, desde o século XIX, había unha importante tradición de poesía civil e belixerante. A defensa do idioma identificado coas clases oprimidas adoita conlevar un compromiso com esas clases, e ese compromiso aflora com frecuencia na creación literária. Tralos poetas do Rexurdimento (...) o primeiro grande representante desa tradición no século XX é Ramón Cabanillas (...) comprometido coas loitas agraristas e anticaciquís do tempo das Irmandades da Fala* (Pardo Bazán: 1990, 20).

Esta tradição foi quebrada, a partir da década de 1930, com: o creacionismo⁴²; o

⁴²

Surgiu em Paris com o poeta chileno Vicente Huidobro; integrado nas correntes vanguardistas do início do século XX, foi integrado em Espanha por aquele, em 1919, e cultivado pelos poetas da Geração de 27;

surrealismo⁴³; o hilozoísmo⁴⁴; o imaginismo⁴⁵, e o neotrovadorismo⁴⁶.

*

Nos anos quarenta e cinquenta, o Nacionalismo galego continuou a viver, como as outras vertentes políticas republicanas, um período de resistência, no interior e no exílio. No território galego, durante esta época, apenas era permitida a celebração de uma missa para recordar a poetisa Rosalía de Castro, que, ao mesmo tempo, recordava os galegos dos seus ideais nacionalistas, sendo, no entanto, assistida por poucas pessoas. Numa atitude de suposta compreensão e respeito pela cultura galega, o regime franquista criou o Instituto de Estudos Galegos Padre Sarmiento (1942-1944), que usava o castelhano nas suas publicações, receando, no entanto, que este se transformasse num sucessor do Seminário de Estudos Galegos.

O Nacionalismo galego teve, por conseguinte, um caminho difícil no pós-guerra, não só devido ao Franquismo como também pela debilidade organizativa que este regime acentuou e até pelas dissensões internas. Passando então à clandestinidade, esta manifestou-se claramente em 1943, quando antigos dirigentes do Partido Galeguista de um grupo de Vigo se

os signos linguísticos valem pela sua capacidade de transmitir beleza e não pelo referente a que se reportam.

⁴³ Movimento artístico e literário que nasceu em Paris na década de 1920; inserido nas vanguardas que caracterizariam o Modernismo; recebeu influências das teorias psicanalíticas de Sigmund Freud-1856-1938- e do Marxismo, realçando o papel do inconsciente na criação artística.

⁴⁴ Fundado por Luís Amado Carballo, que nasceu em 1901 e faleceu em 1927; foi um movimento poético característico da vanguarda galega, no qual se salienta a relevante importância da natureza, em permanente movimento sugerido por imagens; destacam-se elementos folclórico, o bucolismo e a religiosidade popular.

⁴⁵ Originário da obra de Amado Carballo (1901-1927), que alia imagens vanguardistas às formas e ritmos populares e tradicionais, sendo, por isso, *unha actualización da tradición da poesía costumista galega* (Navaza: 2008, 22).

⁴⁶ Este consiste numa corrente da poesia galega da primeira metade do século XX que se caracterizou pelo redescobrimento da poesia medieval galego-portuguesa; devido à edição de Xosé Xoaquín Nunes, em 1928; a lírica medieval teve bastante sucesso e um enorme impacto na literatura galega da época, causando o aparecimento de uma nova corrente nos poetas do Seminario de Estudos Galegos (S.E.G.), havendo depois um período de silêncio imposto pela Guerra Civil e pela Ditadura.

reuniram numa organização clandestina galeguista, ocorrendo a sua primeira reunião em Julho daquele ano, em Coruxo (Vigo). A partir deste acontecimento, esperando que a vitória dos Aliados na II Guerra Mundial destronasse o regime franquista, os nacionalistas do interior tentaram uma união republicana com as outras forças republicanas e de esquerda, exceptuando o Partido Comunista, devido a este promover e incentivar a guerrilha, o que não era defendido pelos galeguistas, e a criação de uma plataforma com os nacionalistas bascos e catalães, também clandestinos.

Em 1944, o Partido Galeguista integrou a Xunta Galega de Aliança Democrática, com as secções galegas da Confederación Nacional del Trabajo (C.N.T.), do Partido Socialista Obrero Español (P.S.O.E.), da Unión Generale de Trabajadores (U.G.T.) e da Federación Agraria. Em 1944/45, houve acordos com os nacionalistas bascos e catalães do interior, sendo assim restabelecido o Pacto Galeuzca. Este nome é a contracção dos topónimos Galicia, Euskadi e Catalunha, com o qual foram designados vários pactos entre partidos e políticos nacionalistas daqueles territórios desde 1923 até à actualidade. Alguns dos seus objectivos eram: combater a ditadura franquista, afirmar a identidade daquelas três nações, defender os seus direitos e tentar restabelecer a República da segunda que existiu; subscrito no exílio pelo Conselho da Galiza, trouxe esperança para os galeguistas do interior que também a depositavam no futuro do Estatuto de Autonomia.

Entretanto, as relações entre os galeguistas do interior e o Conselho da Galiza não eram as melhores, pois aqueles não lhe reconheciam legitimidade para falar em nome de todo o Nacionalismo galego. Consequentemente, as políticas seguidas pelos dois galeguismos afastaram-se, radicalizando-se no fim da década de 1940, para o que contribuiu a posição do Conselho da Galiza de querer, em Buenos Aires, representar todo o Galeguismo existente e tomar decisões. Encontrando-se a milhares de quilómetros da Galiza e portanto, longe também do conhecimento oportuno do que lá se passava, não podia acompanhar os acontecimentos em tempo real.

*

Em 1946, o Galeguismo sofreu sérias acções repressivas, ocorrendo, em Março desse ano, a detenção de Ramón Piñeiro López (1915-1990), mantendo-se um grupo galeguista

activo em Madrid, do qual fazia parte, por exemplo, Xosé Ramón e Fernández-Oxea. No entanto, os galeguistas já experienciavam há algum tempo a sensação de fracasso, devido à consciência da impossibilidade de derrotar Franco e procurando então readaptar-se às circunstâncias, apesar da desorientação e enfraquecimento sentidos, em especial, desde aquelas detenções e de serem poucos os galeguistas activos e com vontade de prosseguir uma luta que se adivinhava difícil e dura. Para tal, era necessário, mais do que nunca, unir toda a oposição franquista, o que seria facilitado pelo ódio sentido pelos opositores ao regime vigente, em particular, pelas camadas populares galegas, o que as unia às de toda a Espanha: *e en Galiza, como en toda España, o ódio sagrado das masas populares ao franquismo xera incesante e crecente movemento de protesta, de loita. Porque os pobos de España levan tan acendrado o amor á liberdade, a repulsión á escravitude reaccionaria e fascista, que ao franquismo lle resultou imposible desarraigal eses sentimentos, por mais que co puñal do crime afondase no corpo da nosa Patria. É un movemento que nace na mais profunda entrana nacional e popular. É un movemento para salvar España da vasalaxe, da ruína e da morte* (Heroes de Galiza e de España: 2009, 10).

Neste contexto, é pertinente mencionar e transcrever excertos de cartas escritas no cárcere por galegos que deram a sua vida pela Liberdade, excertos que ilustram bem a dor da separação dos seus familiares, o sofrimento e a crueldade das torturas por que passaram. São eles Antonio Seoane Sánchez (1906-1948), chefe do Exército Guerrilheiro da Galiza, fuzilado na Corunha, e José Gómez Gayoso (1909-1948), Secretário Geral da organização galega do Partido Comunista, ambos fuzilados na Corunha, no dia 6 de Novembro de 1948, às 7.45 horas.

O primeiro, numa carta dirigida aos galegos resistentes que então se encontravam na Argentina, exalta o povo galego, em especial, os camponeses, pela sua rebeldia, o que atesta o que foi anteriormente referido acerca do valor das camadas populares na luta contra a ditadura fascista: *durante catro anos e médio acheguei o meu modesto concurso a esta loita grandiosa e heroica que libra o noso pobo pólos sagrados ideais de liberdade, independencia e República. (...) o contacto vivo con este pobo magnífico, a indomable rebeldia destes labregos galegos é algo que só cando se palpa moi de preto se pode comprender e amar como eu cheguei a amala* (Heroes de Galiza e de España: 2009, 27).

Estas palavras, por se encontrarem escritas na primeira pessoa do singular, expressarem e relatarem acontecimentos verídicos, não deixam indiferentes quem se identifica com a sua luta, causando dor ao leitor, porque as sabe reais, e esta dor aumenta à medida que

lê as restantes palavras, imaginando Antonio Seoane, na sua cela, condenado à morte sem um julgamento justo e sem salvação: *actualmente estou en prisión, e estou seguro de que os meus dias de vida están contados. Fun detido o 10 de xullo na Coruña, onde residia, ostentando o cargo de xefe do Exército Guerrilheiro de Galiza. Non quero entrar en detalles, sobre o que comigo fixeron estas feras desde o 11 de xullo ao primeiro de Setembro, que pasei ao réxime de prisión. Desde a miña incomunicación converteron o meu corpo nunha piltrafa humana. Mais hai algo que non podem destruír: o meu espírito de español patriota, de republicano, a miña fidelidade ao gran Partido Comunista, alma e nervio da resistencia popular. (...) agardo o momento final. (...) Estou seguro que o meu posto (...) será axiña cuberto por decenas e centenas de novos combatentes, dos fillos desta brava terra que me viu nacer e na cal vou morrer (Heroes de Galiza e de España: 2009, 28).*

Nestas suas palavras, está reflectido o enorme apego à terra, o amor do indivíduo pelo chão de onde veio, comum a todos os galegos patriotas, havendo uma identificação entre o homem e a terra e a defesa desta até às últimas conseqüências, pois aquela é o seu berço e dá-lhe força espiritual: *Galiza non se dobregou nin hai tirano capaz de dobregala. Eu e outros magníficos loitadores caemos. Porén, a resistencia popular, a loita heróica dos guerrilheiros en vez de amainar intensifícase cada dia mais. Isto é grandioso! A terra galega é un viveiro inesgotábel e por moito sangue e moitas vítimas que a loita custe, o número dos amantes da liberdade é cada vez maior (...) a vitoria da nosa causa non poderá evitala o réxime sanguinario de Franco por moitos crimes que cometa. Venceremos! (Heroes de Galiza e de España: 2009, 28).*

No entanto, esta vitória causaria muitos tormentos e vítimas, referindo Antonio Seoane o estado lamentável dos seus camaradas, após as torturas infligidas: *o estado no que ficaram os meus camaradas, torturados, rebentados (Heroes de Galiza e de España: 2009, 28-29).*

Tal como estes homens, também José Gómez Gayoso sofreu duras tormentas, relatadas à sua mulher numa carta, depois de um acto de traição de um homem ajudante de Antonio Seoane. Um dia, chegando a casa deste companheiro, deparou com a polícia, que lhe abriu a porta. Ao tentar fugir, relata o próprio, *disparáronme, entrándome a bala pola tempa e saíndome por un ollo (Heroes de Galiza e de España: 2009, 20).* Levado para o hospital e ainda antes de ser tratado, foi sujeito a um interrogatório policial, sendo então depois operado e transportado para o quartel da Guardia Civil, sendo imediatamente sujeito a novo interrogatório, sofrendo terríveis torturas, tal como António Seoane: *o que comigo e Seoane fixeron é algo difícil de relatar. (...) mil mortes son preferíbeis ao que nos fixeron. Cando o*

primeiro de Setembro saín do cabozo era un esqueleto. O día da miña detención pesaba 73 kilos e peso 48. Teño o intestino e o estómago destrozados e os pulmóns non cesan de vomitar sangue (Heroes de Galiza e de España: 2009, 20).

Estas palabras dão conta da violêncía e sadismo sofridos, que, no entanto, não dominavam nem adormeciam a alegria de saber de vitórias guerrilheiras: *aos seis días da nosa detención se iniciase unha ofensiva guerrilheira e comezasen a caer fascistas e queimar centros de Falanxe e os concellos de Abegondo e Viloeche (Coruña) e un en Ourense. Como ves, Conchita, os paus e torturas cando coñecía estes feitos aturábanse mesmo con alegría ao saber que os nosos bravos guerrilheiros respondían como se debía e que aínda caídos nós, cós suas accións queríannos dicir que xa podían marchar sós, que nada nin ninguén poderá acabar con eles nin co partido (Heroes de Galiza e de España: 2009, 21).* O partido a que se refere é o Partido Comunista que, tal como em Portugal, era um grande impulsionador e mentor da luta antifascista, contando com membros que se destacavam pela sua persistência e força de vontade, sendo raro haver um caso de traição. Assim, mantinha-se quase incólume e bem firme nos seus propósitos: *o resto da dirección segue en liberdade, e o Partido que había non foi afectado. O mesmo as Agrupacións Guerrilheiras. O golpe foi duro, mais confío en que en pouco tempo, cun esforzo dos camaradas de dirección que quedaron, e sacando as debidas experiéncias, Galiza seguirá ocupando o posto que lle corresponde na loita contra o fascismo. Con certeza, podes dicir á dirección do Partido que, coa excepción do canalla que entregou a Seoane, non se deu un só caso de traizón. Todos resistiron malleiras e torturas sem soltar nada, a pesar de que se empregaron todos os recursos, mesmo o suborno (Heroes de Galiza e de España: 2009, 22).* Numa carta datada de 29 de Outubro de 1948, recebida nos Estados Unidos por um destinatário que não está explícito, destaca o valor, importância e honra dos homens e mulheres comunistas, dizendo *que saberemos morrer como morren os comunistas (Heroes de Galiza e de España: 2009, 35).*

Continuando a relatar a sua experiência no cárcere, José Gayoso apresenta os nomes de mais companheiros de luta e o que passavam na prisão: *Maria Blázquez, obreira, que lle perforaron o estómago dun tiro e que aínda hoxe no cárcere tem a bala sem extraer; Clementina Gallego, que está case paralítica dunha perna; Cármen Orozco, mestra nacional, en grave estado cunha lesión cardíaca (Heroes de Galiza e de España: 2009, 21).*

De António Seoane, numa carta escrita a sua mulher, Saladina Cruz, que vivia em Buenos Aires, ficamos a saber que fora condenado a várias penas de morte e, despedindo-se dela, escreve as suas últimas palavras, sofridas e emotivas, de quem sabe que o inevitável

acontecerá muito em breve: *nesta carta para ti (...) vai estampada a sinatura do home que te quixo e te quere até o último momento da miña vida (Heroes de Galiza e de España: 2009, 16)*. Consideramos ainda muito relevante transcrever aqui as palavras de Seoane enquanto pai que sabe que não voltará a ver o seu filho, extremamente saudosas e emotivas: *aquela medalla que che agasallei coa data da nosa separación e que tanto tanto! me acordo dela querería que mandases facer outra igual coa data da miña morte e lla deses ao Jorge para que a conserve como único legado de seu pai (Heroes de Galiza e de España: 2009, 16)*.

Noutro texto epistolar dirigido a um amigo também chamado António mas destinado aos galegos contra o Franquismo que viviam na Argentina, Seoane salienta o valor e vontade do povo galego, num tom exaltatório de quem sabe que não está sozinho, pois participa numa luta que conta com o apoio popular: *eu que coñecín a evolución que se produciu na mentalidade, aínda dos campesiños mais atrasados, eu que vin a centos e centos de labradores, mesmo de dereitas, xogarse vidas e facendas para axudar aos guerrilheiros (...) podó asegurarlle que a vitoria da nosa causa non poderá evitala o réxime sanguinário de Franco por moitos crimes que cometa. Venceremos! (Heroes de Galiza e de España: 2009, 28)*.

Numa carta escrita por Seoane e Gayoso, dirigida à IV Agrupación Pasionaria de guerrilheiros galegos, sentimos a honra anteriormente mencionada, do sangue lutador que presidiu às torturas e sacrifícios franquistas e também a resignação com que aceitaram o seu destino e martírio, orgulhando-se de serem quem são: *camaradas! Desde unha masmorra franquista, onde coa serenidade e o orgullo do que cumpriu co seu deber, agardamos a hora da nosa eliminación (...) Para os nosos inimigos, para as hienas de Franco, a nosa detención considerábase como o maior éxito político desde hai moitos anos. Creron que atrapados nós ou, como eles dicían, “collidas as cabezas dirixentes” a liquidación do Partido Comunista e o exterminio dos guerrilheiros era cousa de dias. Ríanse, deleitábanse por anticipado e xa tiñan preparada a gasolina coa que pensaban queimar os cadáveres dos guerrilheiros. Que ilusos e covardes! Que enganados están! Que pouco coñecen aos comunistas! (Heroes de Galiza e de España: 2009, 43)*.

Apelam depois aos seus camaradas para que sejam implacáveis com os traidores, com os assassinos e carrascos e para que ajam no meio do povo, defendendo-o, orientando-o e guiando-o no seio do ambiente hostil que o rodeava, repleto de armadilhas e fazendo com que a luta guerrilheira e comunista alastrassem cada vez mais. Com a ajuda popular, *o inimigo xamáis poderá acabar cos guerrilheiros nin co Partido Comunista. Para conseguilo, terían*

que acabar com todo o pobo (Heroes de Galiza e de España: 2009, 45).

Destes dois homens fala Raúl Gonzalez Tuñon (1905-1974) no poema “Esbozo para un canto a las guerrillas españolas”: *Si cae Gayoso, si Seoane cae,/ sus compañeros y sus compañeras,/ no doblarán a muerte las campanas/ ni le pondremos luto a la bandera (Heroes de Galiza e de España: 2009, 99).* Na mesma composição, lamentando a Guerra Civil, o mesmo autor questiona Caim, no Prólogo, usando o mesmo verso como refrão e como voz da consciência social e nacional, chamando também a atenção do adversário franquista que é, ao mesmo tempo, o irmão com que se depara cada republicano: *Caín, Caín, qué has hecho de tu hermano? (Heroes de Galiza e de España: 2009, 97).*

*

No que respeita à poesia do pós-guerra, esta seguiu essencialmente os seguintes caminhos: a continuação das linhas poéticas anteriores à Guerra Civil: o paisagismo rural, o neotrovadorismo e o hilozoísmo, uma humanização reflectida numa nova visão paisagística ou a introspecção, ligada ao existencialismo.

O caminho que mais nos interessa aqui é *o paisaxismo, o costumismo, a poesía ruralista* (Navaza: 2008, 21), pois esta linha vai ao encontro do processo de humanização que se verifica na poesia, em particular, a partir da década de 1940, não só na Galiza como em toda a Espanha e restante Europa, devido aos traumas e consequências das guerras, que *favoreceron o desenvolvemento dunha conciencia crítica de raíz humanista que se reflexa en tódolos xéneros literarios e que comporta unha reflexión acerca do lugar do home no mundo, ben desde o punto de vista relixoso, ben desde unha perspectiva máis ou menos próxima ó existencialismo* (Navaza: 2008, 22).

2.2.1- O Nacionalismo no exílio

As notícias relacionadas com o Nacionalismo galego depressa chegaram às comunidades galegas além-mar, datando de 1917 a primeira Irmandade em Havana, criada por Xúlio Sigüenza (1900-1965), aparecendo, no mesmo ano, em Buenos Aires, a Asociación Rexionalista A Terra, vinculada às Irmandades. A imprensa galega americana aplaudiu o aparecimento destas mas, desde 1918, o carácter claramente nacionalista fez com que alguns dos apoios recebidos receassem essa posição, tendo os Centros Galegos como o de Havana revelado indiferença e até mesmo rejeição relativamente ao Nacionalismo. Assim, os núcleos desta tendência daquelas duas cidades seguiram caminhos diferentes.

Em Cuba, nos primeiros anos da década de 1920, desenvolveu-se a Xuntanza Nazonalista Galega de Havana, a organização mais importante a seguir à Irmandade da Corunha, que já em 1921 revelava uma atitude *arredista* significativa, manifestada na revista *Nós*, desaparecendo, no entanto, poucos anos depois, mais concretamente, em 1925. Em Buenos Aires, pelo contrário, o Nacionalismo revelara-se mais modesto no início, mas tornou-se sólido e consistente, devido a uma melhor estratégia, militância e organização.

A associação regionalista denominada A Terra, a partir de Setembro de 1918, ligou-se a outras associações culturais galegas defensoras do Galeguismo também cultural, como a Asociación Artística Galega, o Orfeón Gallego Primitivo e a Coral Gallega para criar a Casa da Galiza daquela cidade, com vista a ser uma alternativa ao Centro Galego, pretendendo difundir o Regionalismo galego em território americano. No entanto, os seus objectivos foram esquecidos a partir de 1921 e, em 1926, já não existia.

Entretanto, a ditadura de Primo de Rivera provocou desorientação nos nacionalistas da capital argentina. Sem saberem qual o caminho a tomar e sem orientações da Galiza, a partir de 1923, apareceram grupos com uma forte organização e militância. Um deles foi o grupo de intelectuais liderado pelo jornalista e escritor Eduardo Blanco Amor (1897-1979) e Ramiro Illa Couto, em Agosto de 1923, denominado Irmandade Nazonalista Galega (I.N.G.), de Buenos Aires. Este editou integralmente em galego a revista Terra e implementou definitivamente o Nacionalismo galego naquela cidade, para o que contribuiu a conversão ao Galeguismo do *Correo de Galicia*.

A este grupo, juntou-se depois Ramón Suárez Picallo, que tinha sido activista sindical, caracterizado pela moderação para cativar sectores como o republicano e o agrário. Este foi o grupo responsável pela publicação da revista *Céltiga*, que teve o seu aparecimento em Outubro de 1924 e que constituiu *unha das empresas editoriais galegas máis interesantes da emigración galega* (Beramendi e Seixas: 1996, 166); defendendo uma República federal

espanhola, este grupo recebeu, desde 1924, o contributo de galeguistas europeus.

A outra formação, composta por *un sector da antiga ING fica impassível na sua posición de inmovilismo e pureza ideolóxica* (Beramendi e Seixas: 1996, 167) e enveredou por uma posição radicalista. Refundando a I.N.G. em 1925, editou quatro números do jornal *A Fouce*, em que expressou a sua defesa da independência e não da autonomia integral. No entanto, esta tomada de posição não obteve adeptos em Buenos Aires, sendo então a I.N.G. transformada, em 1927, na associação cultural Sociedade d'Arte Pondal, que seria expulsa da Federación de Sociedades Galegas (F.S.G.).

Quando se adivinhou o fim da ditadura de Primo de Rivera, os galeguistas de Buenos Aires fizeram o que puderam para contribuir para a reorganização e evolução do Nacionalismo na Galiza e uma das medidas tomadas pelos fundadores da Céltiga e pela F.S.G. foi apoiarem o programa da O.R.G.A. e fundarem a delegação argentina desta. No mesmo ano, no Congresso Ordinário da F.S.G., os nacionalistas obtiveram a executiva e passaram a dirigir o seu órgão de imprensa, *El Despertar Gallego* que depois passou a chamar-se *Galicia*, tornando-se a voz do Nacionalismo galego republicano na capital argentina.

Após a notícia da proclamação da II República, em Abril de 1931, a F.S.G. defendeu a criação de uma República federal, na qual a Galiza conseguiria a autonomia a nível político, apelando à proclamação do estado galego. Esta atitude foi recebida positivamente, tendo até o Centro Galego saudado a República, *sempre que “trajese aparejadas las aspiraciones de amplia autonomía regional para Galicia”* (Beramendi e Seixas: 1996, 169).

Além da F.S.G., também a O.R.G.A. apoiou politicamente a República e a Autonomia Galega, conseguindo uma significativa mobilização política junto dos galegos em Buenos Aires, que culminou com o envio de uma delegação à Galiza constituída por destacados nomes, como Alonso Ríos (1887-1980), tendo este participado activamente na assembleia a favor do Estatuto, em Junho, na Corunha, chegando a integrar as listas da O.R.G.A. Enquanto isso, em Buenos Aires, o núcleo galeguista passou a ser liderado por Eduardo Blanco Amor (1897-1979), que dirigiu *Galicia*, da F.S.G., promovendo a autonomia na comunidade galega de Buenos Aires e uma estratégia de esquerda para o Nacionalismo, no território galego.

No seu Programa de Acção, aprovado em final de 1931, a F.S.G. defendeu que se devia *trabajar, decidida y constantemente por que la administración y el gobierno de Galicia se organice en la forma más autonómica que sea posible* (Beramendi e Seixas: 1996, 169), defendendo também a fundação de sindicatos de camponeses, operários e marinheiros na Galiza, assim como a modernização do campo. Deste modo, contemplava, de forma completa,

a realidade social galega.

Entretanto, a Sociedade Nazionalista Pondal (S.N.P.), constituída pelo grupo independentista mais inflexível, obteve mais militantes na década de 1930, incluindo os mais nacionalistas da F.S.G., procedendo a importantes acções: editou a revista *A Fouce*, desde Janeiro de 1930 a Julho de 1936, e promoveu actos culturais.

De Buenos Aires, também o P.G. recebeu apoio financeiro para a sua campanha eleitoral de Fevereiro de 1936, obtendo a Galiza apoio ao referendo autonómico; praticamente todas as sociedades galegas aderiram ao Estatuto, incluindo o Centro Galego.

Desta forma, podemos afirmar que foi fundamental a mobilização galeguista na América do Sul, em especial, em Buenos Aires, revelando um dinamismo e activismo invulgares. Juntando-se em colectividades para unir forças, formou um Galeguismo que constituía *un fenómeno de elites, que atinxía sobre todo aos círculos político-intelectuais dirixentes das sociedades galegas quen, a través do exercicio do seu rol de líderes da colectividade, creaban un certo consenso e unha certa mobilización política* (Beramendi e Seixas: 1996, 173), junto não só de escritores e jornalistas mas também de emigrantes empregados, dependentes do comércio e pequenos comerciantes, não havendo muitos emigrantes nacionalistas com êxito económico a aderirem a essa mobilização.

Apesar das dificuldades, surgiram pérolas literárias que merecem um relevo especial por registarem a luta contra o regime sanguinário que foi o Franquismo, como o *Cancioneiro da Loita Galega*, publicado na Cidade do México, em 1943, pelo Partido Galeguista. Esta obra constitui *un acontecimento político* (*Cancioneiro da Loita Galega*: 1996, 9), incluindo *poesía patriótica, poesía civil, poesía de denuncia, ou sexa, dun xeito ou doutro, poesía de loita, poesía belixerante* (*Cancioneiro da Loita Galega*: 1996, 10). A responsabilidade desta edição foi de Florencio Delgado Gurriarán, que vivia exilado no México desde o fim da Guerra Civil, tendo tido como ajuda, por exemplo, a de Ramón Cabanillas Álvarez, que, autor do Prólogo e filho de Ramón Cabanillas, foi o único que, no exílio mexicano, não utilizou pseudónimo.

Esta obra é formada por três partes: “Textos Preliminares”, “Poemas civis” e “A gaita a falare”. Na primeira, encontramos, por exemplo, a referência a Ánxel Casal, assim como a menção genérica a todos os que morreram pela Galiza, sendo uma falha a ausência do nome de Alexandre Bóveda, sem dúvida uma das vozes galegas que *tiveron que enmudecer baixo a barbarie feixista, que hoxe tén agrilloado o esprito creador da nosa Terra* (*Cancioneiro da Loita Galega*: 1996, 11).

Ainda neste momento do *Cancioneiro*, o povo galego é elogiado por ter sempre sabido morrer com dignidade heróica, ao longo da História, sendo recordados eventos como a matança em Carral que assinalou a entrada da Galiza no Liberalismo e lançada uma crítica ao imperialismo castelhano.

São depois apresentados textos que tiveram o papel de hinos aquando da Guerra: o Hino Galego, de Eduardo Pondal, apelando à linhagem guerreira do povo galego, desejando que a casa de Breogán desperte do sono em que se encontra e elogiando os que entendem a voz que a tal apela: *os bós e xenerosos/ a nosa voz entenden, enquanto que os iñorantes,/ e féridos e duros/imbéciles e escuros/ non nos entenden, nón* (*Cancioneiro da Loita Galega*: 1996, 20).

Muitos dos que sentiam esse apelo eram emigrantes na América do Sul, pois a principal actividade do velho Galeguismo desenvolveu-se no exterior, especialmente no seio da emigração argentina, onde residiam Alfonso Castelao e muitos outros exilados políticos galegos, sofrendo a saudade da sua terra: *o “lonxe da Terra” ainda é unha doenza do sentimento que fai chorar de soedade aos emigrantes galegos* (Castelao: 2004, 17). O próprio Castelao confessou padecer dessa doença: *eu non podoo negar que a padezo* (Castelao: 2004, 17), considerando que os verdadeiros galegos, por defenderem a sua pátria, são exilados mesmo quando estão dentro dela: *os bos galegos somos espatriados aunque vivamos en Galiza* (Castelao: 2004, 17). No exílio, este foi um dos galeguistas que mais contribuiu para que o sentimento de união perdurasse, agindo politicamente junto dos emigrados galegos.

A chegada destes a Buenos Aires e a posição daquele autor, que afirmava não ter partido, procurando unir todos os elementos da comunidade galega, transmitiram uma ideia de unidade que, no entanto, nem sempre existiu. Na verdade, havia divisão entre os galeguistas, naquela cidade, e Blanco Amor, assim como vários dos *arredistas*, estavam afastados do grupo galeguista, que, em 1941, recebera o nome Irmandade Galega, sofrendo transformações com os exilados chegados à cidade. Esta organização aglutinava exilados e antigos separatistas, apresentando estabilidade a nível da organização e várias delegações noutras cidades sul-americanas. No entanto, devido à diversidade de pensamentos, não conseguiu atingir um consenso político, pelo que *o nacionalismo galego na América perdera dinamismo e influência* (Beramendi e Seixas: 1996, 77).

Esse consenso foi ideologicamente conseguido com a obra *Sempre en Galiza*, de Castelao, em 1944, que fixou *ideoloxicamente o nacionalismo nos postulados propios da áa liberal-democrática do PG da II República* (Beramendi e Seixas: 1996, 177). Esta preservou e

eternizou o Nacionalismo galego, contendo as linhas de orientação até então defendidas e abrindo as portas a um Nacionalismo moderno, com propostas de actuação reais e exequíveis.

No entanto, as divergências intensificaram-se em Outubro de 1944, com a fundação do Consello de Galiza, em Buenos Aires, por iniciativa de Castelao, Alonso Ríos (1887-1980), Elpidio Villaverde (1887-1962) e Suárez Picallo (1894-1964). Esta instituição tinha como objectivo básico a defesa das aspirações autonomistas da Galiza perante os diferentes organismos políticos da República espanhola no exílio, desejando os seus fundadores fazer renascer a aliança Galeuzca para acabar com a divisão dos republicanos e lutar para que a III República fosse federal, teoria contemplada em *Sempre en Galiza*.

Entretanto, o autor desta obra, sempre activo politicamente, manteve contactos com o nacionalismo basco e com o exílio republicano espanhol, alimentando esperanças na queda de Franco e no seu regresso a uma Galiza federada numa III República, sem adivinhar as décadas que aquele ficaria no poder.

Durante os dois anos que passou em Paris, experienciou uma época de desencanto e desilusão com a desunião republicana, o fracasso dos republicanos quanto ao derrube da ditadura e a estagnação da aliança Galeuzca. Desta forma, a sua atitude relativamente ao exílio republicano espanhol e a todo o Galeguismo do exílio passou a ser de desconfiança, que se acentuou com o seu regresso a Buenos Aires, em 1948. Desde então, os galeguistas exilados fecharam-se cada vez mais em si mesmos e centraram-se cada vez mais em Castelao, passando a reverenciá-lo depois da sua morte, em 1950, após o que se registou a falta de uma consistente liderança que debilitou ainda mais o Galeguismo, nesta cidade. Mesmo com a fundação da editora Galaxia e a reorganização cultural do Galeguismo do interior, os exilados nacionalistas não fizeram mais do que dedicarem-se a reverenciarem a figura e as ideias do autor de *Sempre en Galiza*, faltando-lhes dinamismo e acção.

Nesta década, a influência política galeguista junto da comunidade galega enfraqueceu, revelando a sua diminuta influência, o que ajudou a que, já na década de 1960, as pressões exercidas pela embaixada franquista tivessem o seu fruto junto das entidades compostas pelos emigrados galegos. Entre estas, contava-se o Centro Gallego, em 1966, que, tal como as outras, não tinha meios de combatê-las nem exercia uma eficaz influência popular.

A fraca acção galeguista registou-se igualmente noutros núcleos, como no de Montevideo, capital do Uruguai, onde a forma de actuação predominante passou a ser a cultural, com as acções do Padroado da Cultura Galega enquanto que, em Havana, os esforços

galeguistas revelaram-se quase nulos. Ao invés, no México, os exilados galegos demonstraram um grande dinamismo e puseram em prática actividades políticas e culturais, formando a Aliança Nacional Galega, em 1940, e o Padroado da Cultura Galega, em 1945, publicando o *Boletín Galego de Información, Loita, Saudade* e a revista *Vieiros*, entre 1958 e 1968, que teve uma grande divulgação na Galiza.

Quanto a outros núcleos galeguistas sul-americanos, na Venezuela, por exemplo, houve apenas alguns grupos galeguistas ligados à Irmandade Galega, liderados por Silvio Santiago (1903-1974), na década de 1950, registando-se iniciativas de Celso Emilio Ferreiro, na década seguinte; em Caracas e no Rio de Janeiro, também existiram grupos galeguistas.

Para colmatar a desunião sentida, em Buenos Aires, um grupo de galeguistas a que pertencia Alonso Ríos convocou uma assembleia, em Junho de 1960, para reestruturar o Consello de Galiza e, através de um seu maior dinamismo, buscar uma maior influência na colectividade. Um mês depois, foi realizada outra assembleia, na qual foram criadas cinco comissões (Cultura, Xunta Consultiva e Fiscal, Facenda e Relacións) e, com maior dinamismo, foram criadas delegações no México, Nova Iorque e Montevidéu, estabeleceram-se mais relações com o exílio republicano, foi instituído o Prémio Castelao anual (atribuído à editora Galaxia, em 1963) e passou a editar-se um boletim informativo.

No entanto, apesar de todos estes esforços, o Consello não conseguiu arranjar meios para superar a enorme distância entre o Galeguismo do exterior e do interior que causava a falta de informação oportuna sobre o que ocorria em território galego. A esta dificuldade acresceu o facto de, no espaço de pouco tempo, falecerem líderes relevantes, como Suárez Picallo, em 1964, contribuindo para que o Consello se debatesse com um enfraquecimento cada vez mais acentuado.

O Nacionalismo do exílio e do interior seguiam, portanto, caminhos diversos. O primeiro não considerava acertada a política do segundo e essa divergência, que, no início, fora pouco explícita, passou a ser claramente exposta, esperando os do exílio que os que se encontravam na Galiza manifestassem uma vontade política mais clara, um verdadeiro e afincado desejo de lutar. Tal não era manifestado pelos do interior, uma vez que muitos escreviam em castelhano, o que os do exílio consideravam uma traição aos ideais nacionalistas, havendo, na sua opinião, uma posição elitista por parte dos do interior. Por essa razão, os exilados criticavam-nos por se preocuparem mais com questões filosóficas e teóricas, ao invés de procurarem uma causa de foro mais popular e, em 1955, *A Nosa Terra* criticou o grupo Galaxia, que, não obstante, não podia agir mais activamente porque tinha os

seus movimentos controlados pela censura franquista.

Ao longo do regime do *caudillo* Franco, os nacionalismos periféricos foram refreados e o Galeguismo não foi excepção, sendo controlado de forma a não haver manifestações de cultura galega. Consequentemente, *os circuitos americanos da emigração mantiveram-se como únicos campos-relativamente!- francos para a catequização galeguizadora* (Medeiros: 2006, 167). No entanto, a longo prazo, o Nacionalismo não se revelou frutífero em terras americanas, verificando-se uma mudança na linha editorial de algumas revistas de emigrantes galegos, prova de que *o novo regime contava com simpatias além-Atlântico e que não poupou recursos na sua propaganda* (Medeiros: 2006, 167).

Tal propaganda e influência contribuíram certamente para que, no final da década de 1950, ocorresse a ruptura do Galeguismo do interior com o americano, o que aconteceu após a reunião, em Santiago de Compostela, do representante dos galeguistas americanos, Perfecto López (1904-1970), com os galeguistas da Galiza. Este afastamento contribuiu muito para o enfranquecimento do Consello de Galiza, passando as iniciativas mais interessantes do Galeguismo de Buenos Aires a pertencerem aos sectores inconformistas mais jovens. Em meados dos anos sessenta, o Consello já não apresentava uma acção política, apesar da reestruturação sofrida, desde 1961, para obter mais financiamento e uma maior influência na comunidade galega.

Depois de constatarem que o regime franquista não desabava após as pressões dos vitoriosos da II Guerra Mundial, os nacionalistas galegos exilados podiam apenas aguardar e manter a esperança nesse acontecimento, tal como num novo contacto com o Galeguismo do interior.

O Nacionalismo galego exilado foi especialmente significativo a nível cultural, com várias iniciativas editoriais e publicação de livros que mantinham a memória e a cultura galegas. Em Buenos Aires, a partir de 1939, ocorreu a fundação de pequenas editoras galegas, destacando-se edições de várias instituições como as Edicións As Burgas, do Centro Orensano ou as Ediciones Galicia do Centro Gallego. Houve iniciativas de Seoane e Blanco Amor e, na década de 1950, tentativas de conseguir a publicação de edições politizadas como Citania, em 1957, promovida por Seoane e *Follas Novas*, no mesmo ano, por iniciativa de Xosé Neira Vilas.

Este autor, nascido em Vila de Cruces, em 3 de Novembro de 1928 e filho de camponeses, emigrou em 1949 para a Argentina, onde contactou com Ramón Suárez Picallo (1894-1964), Rafael Dieste (1899-1981) Luís Seoane (1910-1979), Ramón de Valenzuela

(1914-1980) e Lorenzo Varela (1916-1978). Mais tarde, em 1953, fundou as Mocidades Galeguistas e, em 1961, mudou-se para Cuba, regressando à Galiza em 1994. Mantendo-se activo, dirigiu a fundação com o seu nome e dedicou-se a actividades culturais e jornalísticas.

Assumindo as suas origens humildes e humanamente ricas, escreveu sobre a vida rural galega, por exemplo, na obra *Memorias dun neno labrego*, a mais lida, reflectindo duas realidades bastante presentes na vida dos galegos: a vivência no mundo rural e a emigração.

Nas narrativas deste autor que retratam a vida do protagonista no campo, há que distinguir aquelas em que o mesmo se encontra ainda na infância e as que surge já como adulto mas, sejam elas quais forem, *Neira Vilas é un dos millores narradores en prosa galega. Dono dun léxico enxebre, popular e vivido (...)* A traveso dos seus escritos transparece a sua *ialma sinxela acugulada de amor á Terra Nai* (Fernández-Oxea: 1977, 109).

Noutras áreas, destacaram-se as iniciativas teatrais e de rádio em galego, em Buenos Aires (“Recordando a Galicia”, desde meados da década de 1950, por exemplo), e Montevideo (“Sempre en Galiza”, na Rádio Carve).

Os exilados galegos mantiveram, deste modo, bem acesa a memória galega em terras sul-americanas, enquanto que, na Galiza, a situação continuava irremediavelmente marcada pela repressão. No entanto, na América do Sul, a actividade editorial passava por uma grande instabilidade, uma vez que havia falta de coordenação das actividades e a utilização quer do galego quer do castelhano não contribuía para um Galeguismo pleno, pois muitas edições dirigiam-se ao público que falava o castelhano, enquanto que, se a língua utilizada fosse o galego, haveria problemas a nível de mercado. Devido ao afastamento entre o Galeguismo do interior e do exterior, só em raras ocasiões havia uma boa coordenação entre ambos, no que respeitava à promoção da actividade cultural e editorial, devido essencialmente às diferenças de estratégia política entre o primeiro e o Consello de Galiza.

Os autores emigrantes e exilados galegos em terras sul-americanas tiveram, a nível literário, um papel renovador e inovador, dando início à poesia social ou socialrealista, no período após a Guerra Civil Espanhola, atingindo esta o seu expoente máximo com a publicação, em 1962, de *Longa Noite de Pedra*, de Celso Emilio Ferreiro.

*

Golpes dolorosos no Galeguismo foram a morte de Alfonso Castelao, em 1950 e a autodissolução do Partido Galeguista mas fundou-se a Editora Galaxia, apesar de ser o ano da consolidação internacional do Franquismo, que, sem medos, contribuirá sempre para a persistência galeguista literária e cultural, apesar de tentar e lutar por manter a literatura galega num silêncio e adormecimento profundos.

2.3- A Década de 1950

2.3.1- A Editora Galaxia

Desde 25 de Julho de 1950, data da sua fundação, com o apoio financeiro de empresários que simpatizavam com o Galeguismo, até ao fim da ditadura franquista, *a Editorial Galáxia foi a face mais visível da resistência dos ideais galeguistas* (Medeiros: 2006, 133), desempenhando um papel fundamental, uma vez que *foi a ortografia das edições da Galáxia a referência normativa mais importante para a fixação do galego escrito no século XX* (Medeiros: 2006, 133), em condições difíceis, a nível político.

Esta editora, sucessora de uma intermédia Geração do Seminário de Estudos Galegos, foi *a única presença semi-institucional ou organizada, grupal, do galeguismo político entre 1950 e 1963* (Beramendi e Seixas: 1996, 196), passando por momentos muito adversos na sua história, devido ao receio sentido pelas livrarias de terem nas suas prateleiras livros proibidos pela censura. Estas tinham então de colocá-los onde não pudessem ser vistos por qualquer cliente, sendo divulgados através de redes de pessoas que passavam as informações entre si.

As dificuldades encontravam-se, à partida, nas limitações apresentadas aos escritores, que tinham a sua actividade e vida bastante dificultadas, devido à proibição de escreverem na sua própria língua, como regista Xosé Fernández-Oxea: *o escritor galego, en vernáculo vive nun perpetuo soliloquio. Na mor parte dos casos sabe que escribe pra sí, prá sua propia satisfacción, sin esperanza de ver publicadas endexamais as suas produccióis, taradas dende o seu nacemento co pecado orixinal do idioma* (Fernández-Oxea: 1977, 44) Por isso, *o escritor en galego é, ademais, o caso enxebre do que traballa “por amor ó arte”, sin percibir unha peseta pois, salvo contadísimas eiscepcióis, os máis dos periódicos de Galicia non pagan as colaboracióis en vernáculo* (Fernández-Oxea: 1977, 45).

Apesar das dificuldades anteriormente mencionadas, Ramón Cabanillas, patriarca do velho Galeguismo e da poesia galega, já com bastante experiência em adversidades e com uma idade já avançada, vê como primeira obra a ser publicada pela Editora Galaxia *Antifona da cantiga*, de sua autoria. Este poeta publicou, em 1949, uma compilação da sua poesia narrativa denominada *Camiños no tempo*, sendo, pois, um dos autores galeguistas que continuou na sua língua após a Guerra Civil, contribuindo para que a cultura galega persistisse, apesar das adversidades políticas.

*

A Editora Galaxia conseguiu sobreviver com as subscrições de leitores da Galiza, onde havia uma distribuição desigual, tendo Vigo a maior “fatia”, devido à importância que essa cidade adquiriu no pós-guerra, e da América, do Sul, não tendo os galeguistas americanos contribuído muito para divulgar as suas edições. Este facto ilustra, mais uma vez, a falta de coordenação de esforços entre os galeguistas do interior e do exterior. No entanto, a casa de Rosalía de Castro foi conservada e convertida em museu graças à fundação do Patronato Rosalía de Castro, em 1948, apoiado pela Comissão Cultural do Centro Gallego de Buenos Aires.

Galaxia teve um papel cultural fundamental, contribuindo para prestigiar a língua galega, conservar a memória e dar continuidade ao Galeguismo, ao reeditar facsimilarmente a revista *Nós*. O editor, Ramón Piñeiro (1915-1990), que esteve no cárcere entre 1946 e 1949 e depois se estabeleceu em Santiago de Compostela, foi um político galeguista com grande influência no movimento nacionalista galego, cuja acção principalmente cultural, que talvez se devesse apenas à repressão franquista, foi bastante criticada por galeguistas do exílio e pelos que, a partir da década de 1960, bastante influenciados pelo Marxismo, pretendiam mobilizar as massas e recorrer a acções armadas.

Outro dos seus editores e dirigentes foi Otero Pedrayo, pertencente à Geração Nós, enquanto que Ramón Piñeiro e Francisco Fernández del Riego, nascido em 1913, já pertenciam à Geração Galáxia. Todos estes, juntamente com outros importantes galeguistas desta época, como Antonio Fraguas (1905-1998), X. Filgeira Valverde (1906-1996), Ricardo Carballo Calero (1910-1990), e Isaac Díaz Pardo, nascido em 1920, mantiveram a *memória*

por intermédio da escrita- nomeadamente da biografia e do memorialismo-, mas também desenhando, colecionando “arte galega”, musealizando acervos dispersos, estabelecendo cânones de reconhecimento literário ou fazendo intervenção cívica (Medeiros: 2006, 135).

*

As ideias *piñeiristas*, recusando a a aproximação ao Nacionalismo político, não poderia certamente agradar aos nacionalistas do exílio nem aos do interior que pretendiam uma acção galeguista política interventiva. Segundo essa ideologia, que se denominaria *piñeirismo*, a galeguização deveria ser concretizada através da vertente cultural, pondo de parte a criação de partidos políticos *exclusivamente nacionalistas e galegos* (Beramendi e Seixas: 1996, 200), que deveriam ser orientados pelo galeguismo cultural, numa vertente ética que se reflectia no apego à terra. Estes princípios foram defendidos na década de 1950 por alguns dos seus adeptos, aspirando a um federalismo europeu, o que se encontra contemplado num manifesto de universitários da época, que não via futuro no Nacionalismo contemporâneo⁴⁷.

O *piñeirismo* apresentava certos perigos para o verdadeiro Galeguismo, ao reconhecer que a Galiza tem uma identidade própria, o que não significa que seja uma nação, e que uma organização federal da Península Ibérica era uma pressão realizada pelas três comunidades diferentes de Espanha (Galiza, País Basco e Catalunha), sem que daí pudesse obrigatoriamente surgir a autodeterminação. O federalismo ibérico não seria então mais do que um *paso intermedio cara á Federación europea* (Beramendi e Seixas: 1996, 203).

O Nacionalismo deveria extinguir-se enquanto ideologia, defendendo as comunidades culturais, com as suas línguas próprias, num plano afastado do campo político e numa linha particularmente anticomunista. No entanto, tal não implicava uma completa passividade, a

⁴⁷ 1º. É absolutamente preciso superar o nacionalismo. 2º Galicia debe entrar a formar parte da orgaización europea de acordo cos outros povos da Península (...) a convivencia de Galicia como comunidade natural- e polo tanto, social, política e económica- pende da sorte de toda Europa (...) O nacionalismo [...] pechou o seu ciclo histórico (...) As circunstancias que axudaron a división nacionalista de Europa xa non teñen vixencia no mundo de hoxe. E falo tanto dos nacionalismos centralizadores- tipo español, ou francés- como dos disgrega-dores- ao xeito do galeguismo, catalanismo, etc (...) agora, no 1955, esmorecentes os nacionalismos europeos, o galeguismo ten de coller novos rumos políticos (Beramendi e Seixas: 1996, 201).

nível político; deviam ser criadas elites que tivessem consciência e se empenhassem na defesa cultural galega, sem se inserirem necessariamente na vertente nacionalista ou num partido político galeguista.

Estas ideias *piñeiristas*, que não representavam todo o Galeguismo do interior mas que predominavam, distanciaram ainda mais o Galeguismo do interior dos nacionalistas exilados, contribuindo para que, no encontro secreto em Santiago de Compostela, em 1958, ao qual já antes aludimos, entre um representante do Consello de Galiza e representantes do Galeguismo do interior, as divergências não fossem ultrapassadas. Apesar de tudo, na década de 1960, mantiveram contactos regulares.

Piñeirismo ou *culturalismo* é um termo com uma carga pejorativa para a esquerda nacionalista, sendo aplicado para designar as acções de quem não defende os interesses do povo nem a verdadeira Autonomia Galega. No entanto, apesar de muitas e duras críticas, Piñeiro foi o primeiro presidente do Consello da Cultura Galega, desde 1983 até à sua morte e o seu papel na cultura galega foi, sem dúvida, bastante relevante, defendendo que a linha cultural complementava a política e garantia o aparecimento de novos líderes com uma educação galeguista⁴⁸.

Para alcançar este objectivo, os galeguistas dedicaram-se à actividade editorial, tendo a edição em galego começada a ser dinamizada em 1947, com o primeiro livro do pós-guerra, intitulado *Cómaros verdes*, de Aquilino Iglesia Alvariño (1909-1961). Em 1949, Ramón Cabanillas Enríquez (1876-1959) inaugurou a Editora Bibliófilos Gallegos e a presença galeguista fez-se sentir igualmente em suplementos literários semanais do jornal *La Noche*, de Santiago, em que eram publicados textos em galego e castelhano, da responsabilidade de Otero Pedrayo e outros, acerca de problemas económicos e culturais galegos, nos anos de 1949 e 1950, sofrendo depois a censura franquista após a publicação, neste ano, de textos de homenagem a Alfonso Castelao.

Os galeguistas consciencializaram-se então de que era necessário um órgão editorial através do qual se expressassem culturalmente mas com propósitos políticos e que tivesse uma projecção pública, funcionando com *cobertura legal, baixo o manto cultural, das actividades galeguistas: a editorial Galaxia, que adoptou a forma de sociedade anónima*

⁴⁸ Segundo palavras suas, pretendia *galeguizar aos xóvenes para que no futuro (...) Galicia puidese contar coa*

posibilidade de asumir a súa propia responsabilidade política (...) concibimos a necesidade de manter unha dupla liña de acción: por unha banda, conservar os vencellos coa oposición clandestina [...]; por outra banda, iniciar unha nova batalla política: a batalla cultural (Beramendi e Seixas:1996, 192).

mercantil- para eludir mellor o control político directo do Réxime (Beramendi e Seixas: 1996, 194), tendo sido *presentada aos militantes e achegados do nacionalismo en Galicia como unha sorte de transmutación dun PG que no 1950 se autodisolvía de feito* (Beramendi e Seixas: 1996, 194).

Em 1951, Galaxia publicou doze livros em galego e castelhano, dos quais constava não só poesia como também, na colecção Presencia de Galicia, ensaios escritos em galego sobre cultura e problemas da época, procurando comprovar que o galego, língua proibida pelo regime franquista, podia expressar assuntos de maior profundidade, o que causou reacções repressivas. Consequentemente, a Colecção Grial foi suspensa em 1952, acusada de apoiar o Galeguismo sob uma roupagem cultural, pois qualquer artigo deveria tratar apenas temas poéticos ou a genuína cultura galega, o que Xosé Oxea denuncia na seguinte afirmação: *si os escritores en galego queren ver publicadolos seus traballos na prensa do país deben limitarse a escribir encol do folklore, sobor da cría dos porcos ou do esgarabello da pataca, pro haberán de evitar o se ocupar do bilingüismo, do emprego da lingoa nai no ensino, na liturxia e outras cousas mais ás que, nin de pasada, se pode aludir* (Fernández-Oxea: 1977, 44).

A repressão linguística mereceu a revolta de vários homens que, sem medo, denunciaram a situação de forma aberta e pública em jornais, como Xosé Oxea: *a ningún galego se lle pode negar o dereito a que fale ou escriba na súa fala* (Fernández-Oxea: 1977, 37), falada por um povo com *dous millós de habitantes que viven na súa mor parte espaxados polo campo e pola beiramar en pequenos núcleos de poboación agrupados en parroquias* (Fernández-Oxea: 1977, 41), que *fala en galego i en galego se confesa* (Fernández-Oxea: 1977, 41). Este não era só falado no meio rural como também em vilas e cidades, sendo usado em todo o território na oralidade e na escrita.

Como protesto, outros galeguistas do interior reagiram, enviando um comunicado à Assembleia Mundial da Unesco, em Montevideo, em Novembro de 1954, com o objectivo de alertar para a censura e repressão de que era alvo a língua galega, com provas que, no entanto, não contemplavam a vertente política nas informações prestadas, ao contrário do que pretendiam os galeguistas de Buenos Aires. O resultado foi uma certa flexibilidade por parte do regime de Franco, sendo retomada a publicação de Grial e praticada uma posição mais tolerante relativamente ao uso do galego na imprensa diária.

Galaxia pôde então publicar, em 1958, a *Revista de Economía de Galicia*, em castelhano, dirigida por Xaime Illa Couto (n. 1915) e com Xosé Manuel Beiras (n. 1936)

como subdirector, conseguindo atravessar a década de 1960, embora sob censura. Esta publicação foi muito importante porque deu origem a uma nova geração de activistas galeguistas, funcionando como um órgão quase oficial do galeguismo do interior, que assim persistiu na recuperação da memória cultural e histórica galega, funcionando igualmente como órgão de expressão a nível literário para essa nova geração de nacionalistas formados no ambiente universitário de Santiago da década de 1950, alguns influenciados em maior ou menor grau pelo *piñeirismo*. Esta nova geração surgiu essencialmente da colaboração jornalística prestada no diário *La Noche*, assim de tertúlias com galeguistas mais velhos e experientes e dela sairá, já na década de 1960, um grupo de galeguistas que dará origem a uma nova fase, a do galeguismo marxista.

Assim, esta editora teve um papel bastante dinâmico, ao contrário da Real Academia Galega, cuja promoção da cultura galega não se evidenciou, tal como na promoção e fomento da língua autóctone, não atingindo o seu principal objectivo: a normatização do galego. Deste modo, sem dicionários rigorosos, a grafia continuou a ser utilizada de forma anárquica, escrevendo cada autor conforme o dialecto da sua proveniência.

Verificaram-se, pois, várias diferenças ideológicas quanto à prática política galeguista, sem uma coesão fundamental para haver unidade numa luta que se requeria uniforme.

CONCLUSÃO

Do tímido Provincialismo, que germinou a plena consciência aberta do Nacionalismo de que a Galiza é uma nação, ocorreu uma evolução extremamente significativa, em termos de defesa cultural e política do território galego que deu a conhecer a vontade galega do reconhecimento do seu país com uma identidade e delimitação indiscutíveis.

Mais do que o povo, foram essencialmente homens intelectuais, ligados à Literatura e Política, que lideraram a evolução política da Galiza como pátria a ser reclamada, fundando jornais e revistas e editando obras que continham as directrizes do Nacionalismo galego, não esquecendo nunca a acção galeguista de Rosalía de Castro, na primeira metade do século XIX, mulher que, apesar de não ter exercido uma acção política, defendeu o seu povo na lírica, em versos constantemente exaltados pelos nacionalistas.

Para afirmar e consolidar a consciência de uma identidade própria, diferente das outras existentes nas restantes nações espanholas, esses intelectuais usaram a sua língua como elemento identificador de um espaço próprio e como arma contra o domínio castelhano. Na verdade, tal não poderia ser de outra maneira, pois um povo, tendo uma cultura e língua diferente das restantes, tem consciência das suas particularidades e a independência torna-se imperativa.

De modo a acentuar as particularidades galegas, o factor celta foi proclamado como identificador do respectivo território, que o distingue claramente de Castela e, embora não apresente características celtas, temos um exemplo de retrato da cultura e costumes profundamente galegos da segunda metade do século XIX, a nível social, na obra *Os Paços de Ulloa*, de Emilia Pardo Bazán. Nesta, deparámo-nos com a sociedade rural galega do século XIX, ainda com todos os seus vícios e costumes ancestrais, à espera de um salto para a modernidade e justiça social.

A Restauração não as trouxe e, devido à enorme pobreza que grassava, a emigração para Cuba e América do Sul entrou na maioria dos lares galegos, tal como na Irlanda. Também como ocorria nesta, na Galiza surgiu o movimento nacionalista, de que as Irmandades da Fala foram o pilar, ao defenderem e realizarem acções culturais e de defesa da língua galega por todo o respectivo território, tendo sido, pois, fundamentais para impulsionarem o movimento nacionalista.

Para a transmissão e aquisição de uma efectiva consciência galeguista, contribuiu igualmente Vicente Risco e o seu marcante texto *Teoría do Nacionalismo Galego*, no qual destaca inclusivamente a particular organização da sociedade galega.

Outro nome a reter é Víctor Casas, uma das vozes mais destemidas que então se fizeram ouvir e um dos assinantes do importante manifesto aprovado na I Assembleia Nacionalista de 1918, em Lugo, tendo sido essencial a publicação do jornal *A Nosa Terra*, que tinha como objectivos a divulgação da cultura e língua galegas.

Desde as Irmandades da Fala até à II República, o Galeguismo conheceu um período de calma e serenidade, expandindo as suas ideias e consolidando-se como movimento político, assente na essencial ideia de nação, dando frutos literários como os de Risco e Casas.

Houve, pois, uma nítida evolução, desde o Regionalismo e o Provincialismo do século XIX ao movimento nacionalista do século XX, que começou a vigorar e a impor-se, de facto, nas décadas de 1920 e 1930.

*

Com um papel fundamental, a Geração Nós aglutinou um grupo importante de homens

à volta da revista *Nós*, entre os quais Vicente Risco e Alfonso Daniel Castelao, os grandes teóricos do Nacionalismo galego, com os textos *Teoría do Nacionalismo Galego* e *Sempre en Galiza*, respectivamente, em que estão registadas as directrizes daquele.

Entretanto, o aparecimento da O.R.G.A. e da F.R.G. revelou e demonstrou um empenho cada vez mais forte da acção galeguista, que, empenhada e activa, social e politicamente, não desapareceu com as acções ditatoriais de Primo de Rivera nem com o fuzilamento de homens como Casas e Bóveda, aquando da Guerra Civil. Estes foram calados por pelotões de fuzilamento que, não obstante, não os apagaram da memória dos nacionalistas galegos, quer do interior quer do exílio, onde proliferaram revistas galegas que mantiveram acesa a chama patriota nem impediram a defesa de um sistema federal e de um estatuto galego, por parte de Alfonso Castelao.

Esse estatuto, cujo texto final seria apresentado numa assembleia em 25 de Outubro de 1931, na Corunha, formando a base do Estatuto de Autonomía da Galiza, aprovado no dia 28 de Junho de 1936, não deu frutos, pois, antes de marcado pelas Cortes Constituintes, estalou a Guerra Civil.

1931 foi ainda um ano importante devido à criação do Partido Galeguista, em Dezembro, que aglutinava as doutrinas nacionalistas das *Irmandades* e do Grupo Nós, sendo um partido de massas e interclassista.

De acordo com o que pesquisámos acerca do Nacionalismo galego, defendemos que é impossível separar a vertente política da cultural, sendo o Federalismo uma utopia, que, não passando disso mesmo, não encontra terreno para ser levado a cabo num território tão diversificado como o da antiga Hispânia.

O Estado espanhol esteve afastado do povo galego, na primeira metade do século XX e uma prova de tal facto foi o desrespeito demonstrado pelo Governo Central relativamente à língua galega, as proibições de que esta foi alvo, assim como a violência exercida sobre os galeguistas levados aos *paseos*, durante a Guerra Civil, acção que foi um genocídio, já que não houve uma oposição ameaçadora por parte daqueles, que muito pouco podiam contra o exército falangista.

Muitos tiveram de se exilar na América do Sul, onde se encontravam a salvo de acções persecutórias e de onde apoiavam os compatriotas do interior. No entanto, muitos galegos eram criticados pelos compatriotas galeguistas, em especial os que não falavam galego e que consideravam o castelhano uma língua “mais civilizada”. Estes foram alvo, em especial, das críticas de Xosé Oxea, que considerava a maioria dos galegos infiéis à sua língua.

No entanto, outros salvavam o bom espírito nacionalista, como Celso Emilio Ferreiro, autor de *A Longa Noite de Pedra*, que contém poemas em que são denunciadas as agruras da ditadura franquista, denúncia baseada na própria experiência deste poeta, aquando da sua prisão em Celanova, ou Xosé Fernández Ferreiro, autor de *Agosto de 36*. Nesta obra, assistimos à crueldade e desumanidade dos falangistas, de quem foram também vítimas heróis como Antonio Seoane e José Gayoso, nomes que jamais poderão ser esquecidos. Destes, salientamos os textos epistolares que tão bem dão conta das torturas que sofriam os prisioneiros nas prisões franquistas, textos que relatam experiências atrozmente reais e que, por isso, nos fazem deparar com uma realidade que felizmente não conhecemos pessoalmente mas que devemos divulgar. Além destes, mais homens e mulheres, conformados com a sua sorte, sofriam penosamente e não denunciavam os camaradas, revelando uma coragem que apenas quem luta por uma causa de forma verdadeiramente altruísta consegue revelar.

Em geral, os galeguistas no exílio, em especial os do México, mais activos do que noutros países sul-americanos, consideravam os camaradas do interior passivos, mas aqueles viviam num contexto muito diferente do galego, sem ameaça de repressão. Apesar das críticas e de fracos meios para lutarem contra a censura e perseguição, os nacionalistas que viviam na Galiza faziam o que podiam, de forma a que a sua língua e cultura sobrevivessem e a Editorial Galáxia é disso um óptimo exemplo.

Entre 25 de Julho (Dia da Galiza), data da sua fundação, até ao final da ditadura franquista, esta editora, destemida, publicou obras que as livrarias tinham receio de vender abertamente, sobrevivendo graças às subscrições de leitores. Dando continuidade e contribuindo para que os antecessores não fossem esquecidos, reeditou a revista *Nós*, sob a orientação do seu director, Ramón Piñeiro, que defendia, acima de tudo, uma acção de luta cultural muito criticada pelos que pretendiam um movimento nacionalista mais activo e até de luta armada.

De modo a valorizar a língua galega, Galaxia, numa atitude frontal e bastante corajosa, publicou diversos tipos de textos, incluindo ensaios referentes a assuntos da actualidade, o que não foi aceite pelas autoridades e valeu à Editora a censura e repressão linguística. Estes actos foram abertamente condenados por Xosé Fernández-Oxea, que lutou pelo direito de os galegos usarem o seu idioma.

*

Por tudo o que foi exposto, constatamos que o problema galego insere-se num problema mais vasto de Espanha, respeitante a várias regiões autónomas: o da auto-determinação, que germinou um nacionalismo natural que faz parte integrante da essência de um povo e da consciência natural de uma pátria com características próprias.

Segundo José Luis Rodríguez Zapatero, *ya somos un Estado federal, pero funcionamos peor que cualquier outro Estado federal (Alemania, Estados Unidos, Austria, Canadá, etc.) porque carecemos de los instrumentos de cohesión que ellos poseen* (Uriarte: 2003, 218).

Nós defendemos que este é um problema de uma nação dentro de um país artificialmente criado e que aquela coesão não pode ser concretizada sem o pleno reconhecimento cultural, linguístico e administrativo de cada um dos territórios, neste caso, da Galiza, perfeitamente delimitada nas fronteiras, em todos os âmbitos.

Devido a esta (plena) consciência, muitos galeguistas destacaram-se na luta pela defesa da sua língua e cultura, sempre relegadas para um segundo plano que só não as adormeceu porque aqueles não o permitiram.

ANEXO

I

O NACIONALISMO GALEGO

GALEGUISMO E NACIONALISMO

Emprégase a verba *nacionalismo* para designar o corpo de doutrinas que informan todo movemento de reivindicación da personalidade dos grupos naturais por fronte da sorbencia dos Estados históricos. Neste mesmo senso empregámola nós. *Nacionalismo galego* quere dicir polo tanto, a doutrina que informa o movemento de reivindicación da personalidade de Galiza fronte da sorbencia do centralismo español.

Tense empregado, como sinónimo de *nacionalismo galego*, a verba *galeguismo*, e isto, para distinguir noso nacionalismo do nacionalismo vasco ou do nacionalismo catalán.

Entendemos os nacionalistas galegos que unha nacionalidade, xunguida ou non a outras baixo a soberanía dun Estado calquera, ten unha misión histórica que cumprir en ben da civilización universal, e que tanto vale coma tal nacionalidade, según sexa o que faga para o cumprimento daquel deber histórico.

Por iso non queremos para o nacionalismo galego unha ideoloxía traída de fóra, senón feita por nós mesmos, sacada das arelas internas da alma do pobo galego. O noso nacionalismo, para ser algo, ten que ser un *galeguismo* e non un *euskarismo* ou un *catalanismo* traducidos á nosa fala.

Deses nosos irmáns da inmensa España, queremos o exemplo de rebeldía e o acordo para acción común, se é que cómpre, mais non as directrices mentais da nosa intención nacionalista.

Se agora preferimos a designación de nacionalismo galego é, como di A. Villar Ponte, porque hoxe “non hai politiquiño dos da nosa Terra, nin xornal caciquil que se non chame galeguista...

Rexionalismo e galeguismo, pois, para nós dende isto carecen de valor. Son verbas mortas e fan falla verbas vivas".

REXIONALISMO E NACIONALISMO

A verba *rexionalismo* que empregamos ao principio para desingar as nosas doutrinas - porque así fixeran os nosos precursores - foi logo collida por algúns que quixeran limitar o alcance das nosas xustas arelas: eses que din en castelán: "queremos un regionalismo bien entendido". O que, en moitos casos vén a querer dicir: un rexionalismo que se non opoña aos compromisos que teñen adquiridos...

Entón, colleuse como máis expresiva, a verba *nacionalismo*, manifestando, no Programa de Lugo, que a de "rexionalismo, non recolle todas as aspiracións, nin encerra toda a intensidade dos nosos problemas" .

E así é. O rexionalismo non pide máis que a autonomía administrativa máis ou menos restrita, o dereito a nos gobernar por nós mesmos con máis ou menos amplitude. Quere conquistar para Galiza - ou para o país que sexa - a personalidade na orde da administración. Porque, sequera precise sempre unha base xeográfica real, o concepto de *rexión* non pasa de ser un puro concepto xurídico. A fin de contas, unha rexión non é nada fóra da vida interior do Estado que a colle dentro do seu orbe político.

O nacionalismo quere, por riba de todo, crear en Galiza -ou na terra que sexa- unha vida e mais unha cultura autónomas, un aproveitamento de todas as forzas de produción material e mental da terra e da raza para a creación de valores económicos e culturais que se poidan impor no mundo. O concepto de *nación* é un concepto histórico, o que quere dicir, da máxima realidade. Unha nacionalidade vive sempre, como realidade espiritual, independentemente do Estado de que forma parte.

Unha nación pode ser tal nación -unha entidade histórica e cultural e ata unha potencia económica- sen autonomía de ningunha clase, sempre que o sentimento nacional sexa forte de abondo. En troques, a autonomía máis integral e máis completa, a mesma independencia política, non abonda con elas para facer unha nación.

Unha cousa é a personalidade administrativa ou a política, e outra cousa é a personalidade histórica, aínda que unha sexa sempre unha fortísima axuda para a outra. Unha terra calquera, sen caracterización nacional, pode sempre pedir, con xustiza, autonomía e descentralización. Para aquela terra, a autonomía será un fin; para nós non é máis que un medio. Un medio para pór en produción a nosa nacionalidade, á que lle temos asignada unha misión definida na creación da civilización futura. Así, a conquista da nosa personalidade nacional, non é xa para nós somentes un dereito: é tamén un deber, un deber que temos de cumprir, para a maior gloria de Galiza e de España.

Que a arela nosa non é *separatista*. xa fica dito. As reivindicacións que nós engadimos ao programa meramente rexionalista dos nosos devanceiros, non atenta en nada á soberanía política do Estado Español. Pregámoslle que recoñeza un feito que se imporá de aquí a pouco, e nada máis.

A RAZÓN DA NOSA CAMPAÑA

Nos viamos que Galiza se desgaleguizaba; nos viamos que Galiza se desfacía; nos viamos a perda das nosas tradicións, dos nosos costumes, da nosa fala, da nosa liberdade.

A noncuranza dos nosos pais deixáranos unha Galiza desgaleguizada, chea de vergoña de si mesma, humildosa e escrava, disposta a aguantalo todo.

Viamos os gobernos da España oficial, desa organización teórica e absurda que asoballa a verdadeira España, aplicarnos as leis feitas para as necesidades ou para as conveniencias doutras

terras... Viamos o éxodo perpetuo dos nosos irmáns que fuxían da súa terra non sempre por espírito aventureiro, senón as máis veces porque aquí facíaseles a vida inhóspita e cruel... E viamos a morte de todas as nosas pequenas industrias, e a decalvación dos nosos montes, e todo un inmenso tesouro de enerxía perdido na corrente das nosas augas, e o esquecemento da nosa literatura, da nosa música, do noso folclore, da nosa fala, do noso carácter...

Era a morte, a morte sen remedio para a nosa amada Galiza...

E viamos que isto era porque nos fallaba a vontade nacionalista. E como no noso sangue sentiamos o cantar da terra, sentiamos a voz de Galiza que non quería morrer, que non quería deixar de ser Galiza, un valente desexo, unha santa cobiza fíxonos saír das nosas casas onde pousabamos entre volumes cheos de ideas novas, onde recollíamos as correntes de todos os ventos do espírito para traballar na reconstitución espiritual, social e económica de Galiza, para crear en todas as almas dos bos e xenerosos a vontade nacionalista.

QUE SE PROPÓN O NACIONALISMO GALEGO?

Temos dito que o Nacionalismo galego propónse a *reconstitución espiritual, política e económica* de Galiza. Quérese dicir que precisamos a autonomía nas tres ordes...

Agora ben: entendemos por reconstitución espiritual, a creación e conservación da civilización galega na Fala, na Arte e nos Costumes.

Entendemos por *reconstitución política*, a liberación e goberno (no senso galego da verba) do pobo galego, ou sexa: acabar co caciquismo, - conseguir a autonomía integral - e acomodar o dereito e as leis ás necesidades e mais aos costumes xurídicos de Galiza.

Entendemos por *reconstitución económica*, o levar a nosa terra á súa máxima produción -multiplicar ao infindo as comunicacións e a propaganda dos produtos galegos- e procurar unha xusta e equitativa distribución da riqueza.

Témonos que pór os tres a un tempo.

O primeiro ficará conseguido, cando no estranxeiro se vexan obrigados a traducir os libros escritos en galego, e queren ter coñecemento das derradeiras novas científicas, filosóficas e literarias.

O segundo, cando Galiza teña polo menos todos os dereitos que na Conferencia da Paz se reclamaron para as *minorías nacionais*.

O terceiro, cando os produtos do chan e do traballo galego sexan buscados polo mundo enteiro, e cando todos os galegos teñan pan, vestido, casa e aforros.

II

AS LOITAS NACIONALISTAS

O NACIONALISMO POLO MUNDO ADIANTE

Ata despois das guerras napoleónicas, ninguén se ocupara en Europa dos dereitos das nacionalidades. Os Estados europeos formáranse axuntando pobos de falas e de razas diferentes, según o dispuñan o dereito de sucesión ou o de conquista, e aínda o Congreso de Viena de 1814, fixera as partillas e compensacións territoriais tendo en conta o número de almas e mais a riqueza dos países

e de ningún xeito a vontade dos pobos. Polonia fora de novo repartida entre Prusia, Austria e Rusia, Bélxica fora dada ao Rei de Holanda, o norte de Italia ao Emperador de Austria.

Mais o principio da soberanía da nación trouxera o do dereito que elas tiñan a se gobernar por si mesmas e a non ser axuntadas a unha nación estranxeira, nin divididas entre varios estados como fora Polonia. En todas as terras asoballadas (Polonia, Hungría, Bohemia, Bélxica, Italia, Grecia, Irlanda) formáronse *partidos nacionalistas* que cáseque sempre eran liberais ao mesmo tempo e que reclamaban a independencia ou a autonomía.

Os patriotas, organizados en sociedades secretas (os *carbonarios* en Italia, os *fenianos* en Irlanda, a *Hetairia* en Grecia) provocaron tres crises que colleron, cáseque ao mesmo tempo dunha á outra banda da Europa unha en 1830, outra entre 1848 e 1850, e outra ao redor de 1870. A primeira deu a liberdade a Bélxica; a segunda foi afogada; a terceira libertou a Italia. Na península dos Balcáns, as loitas duraron dende 1804 ata 1918, e foron as causantes da gran guerra.

Nin houbo sangue que afogase, nin amaños internacionais que rendesen o heroísmo das pequenas nacións. A opinión liberal da Europa enteira sempre foi a favor dos patriotas que se revoltasen nun currunchito calquera. Ao fin, o principio de que cada nación debe formar un estado autónomo fíxose axioma do Dereito Internacional. Tal é a *Teoría das Nacionalidades*.

Aquí coma noutras cuestións tocantes á ciencia do Dereito, áchanse fronte por fronte as concepcións da chamada *Escola Filosófica* e as da chamada *Escola Histórica*. Pódese dicir que o punto de vista da escola filosófica é o que sosteñen, referíndose ás nacionalidades os tratadistas franceses: é a teoría da vontade, según a que, a nación existe somentes pola vontade dos homes que queren formar parte do mesmo Estado. En troques, os que seguen a tradición da escola histórica, sosteñen que a nación, independentemente da vontade dos homes está constituída por unha comunidade de intereses espirituais e materiais producida pola natureza. Unha comunidade así constituída, ten dereito a ter seu goberno propio.

Claro que é a vontade nacionalista a que fai o heroísmo dos pobos que loitan pola súa independencia. É a vontade a que fai o heroísmo das dúas nacións exemplares: Polonia e Irlanda. Foi a vontade, foi a fe mesianista no rexurdimento nacional, feita dogma filosófico no pensamento de Wronski, de Cieskowski e de Mickiewicz, a que fixo que Polonia, a nación mártir, resucitase de entre os mortos, Cristo das nacións. É aínda esa vontade e esa fe as que fan as audacias deses admirables *sinn feinners*, irmáns nosos da verde e triste Irlanda...

Xa ninguén se atreve a negar os dereitos das pequenas nacións. Eles foron o fundamento doutrinal do Tratado de Versalles que acabou cos imperios de ferro que as tiranizaban. Despois da derrota de Alemaña, xa non hai panxermanistas. O Imperio ruso desfíxose coa revolución. Estonia, Ucraína, Lituania, Filandia, son libres coma Bohemia e Hungría.

O FEDERALISMO

As monarquías absolutas foron, ao mesmo tempo, *centralizadas*. Todos os asuntos ían dar ao despacho de El Rei que unicamente debía exercer toda a autoridade. Non pola conveniencia dos pobos, senón pola conveniencia dos gobernantes, o que se quería era *uniformar* na monarquía enteira, as leis, os trabucos, a administración e maila xustiza. O principio que informaba as divisións territoriais que pouquiño a pouco se ían poñendo en lugar das antigas, era a conveniencia *burocrática*. Máis que a vida da nación interesaba a organización do Estado, que os reis ían perfeccionando en proveito deles.

A Revolución Francesa aceptou integramente, no tocante á organización administrativa e xudicial e mais á uniformidade das leis, a herdanza do antigo réxime. A imitación dela, os máis dos Estados modernos foron centralistas e burocráticos.

Mais, como secuencia natural dos principios democráticos, e polo exemplo de Suíza,

federación de pobos de raza e de lingua diferentes, erguéronse en todas as nacións partidos federalistas ou descentralizadores, que dunha maneira ou doutra, defendían a autonomía dos grupos naturais dentro da unidade do Estado.

Tales foron: o Partido Xirondino en Francia, o Partido Republicano Federal en España, o Partido Demócrata nos Estados Unidos.

Hoxe, o centralismo, o sistema de goberno unitario e uniforme, desacreditouse xa de todo. En Francia, o país onde chegara ao cume do seu poder sorbente, o pensamento moderno revólvese contra del: Vivien, Randot, Charles Brun, Maurice Barrés, Gustave Le Bon, Leon Duguit.

Hoxe recoñécese por todos que a mellor organización do Estado é a que mellor deixe desenvolver a vida nacional.

Hoxe todos recoñecen que hai que descentralizar, mais fálase de autonomía rexional, de autonomía municipal, de autonomía sindical... Mais como se non pode descoñecer as exixencias da natureza, como se non pode deixar para un lado o supremo criterio xeográfico, de aquí que a única solución práctica sexa: *a aplicación da teoría das nacionalidades á organización interior dos Estados*.

O ABSURDO CENTRALISTA

O centralismo propónse o perfeccionamento da organización do Estado a costa da vida da nación. O Estado, que non debe ser máis que *un medio* para axudar ao desenvolvemento da vida nacional, no sistema centralista convértese *nun fin* ao que se sacrifica a verdadeira finalidade. Por atender o andamio, derrámase a obra.

Polo centralismo, os Estados, en troques de iren a se constituír democraticamente, van parar por necesidade nunha constitución *burocrática*. A soberanía da nación desaparece, e érguese en troques a soberanía dos directores xerais e dos empregados.

Nun Estado centralista, o Poder non descansa na vontade nacional, senón que o seu máis firme afianzamento está nos funcionarios que viven á sombra del, e os administrados convértense, como di Randot, nunha plebe de solicitantes, que para todo teñen que acudir ao poder central.

Séguese de aquí dous efectos: primeiramente, o divorcio irreductible entre o pobo e o goberno. Os cidadáns, apartados dos negocios públicos, desenténdense deles; os gobernantes e mailos seus delegados nas provincias, atentos sómente a conservar a organización e o bo funcionamento do Estado - isto no caso óptimo dunha administración moral e perfecta - móstranse alleos aos intereses individuais e colectivos dos cidadáns, e óllanos con hostilidade cando reclaman.

Segundamente, como di Vivien, a continua inmiscuidade do Estado e do goberno en todos os asuntos, fai perder ao cidadán o hábito do persoal esforzo, co que, se destrúe toda iniciativa individual e colectiva, toda enerxía cívica, e os cidadáns, co costume de agardalo todo de enriba, queren que todo llo dean feito.

Logo, como da capital do Estado veñen feitos todos os xuízos e todas as opinións, a xente das provincias chega a unha efectiva impotencia de pensar pola súa conta. E como a prensa de provincias é cáseque sempre calco literal da capital do Estado, aparece deste xeito unha opinión pública ficticia, que ninguén se atreve a desmentir.

Hai algo peor: a emigración da xente das provincias cara á capital e das aldeas para as vilas. Entre nós, Madrid lévase gran parte do mellor das provincias, para facer podreecer sen dar froito moitas intelixencias selectas, na pestilencia do seu ambiente noxento. Os artistas non son estimados namentras que non foron consagrados en Madrid, e teñen á forza que ir aló, e acomodarse ao gusto da crítica madrileña, sacrificando para iso a súa orixinalidade. Deste xeito, a corte esteriliza a vida nacional.

Lede sobor disto o que di Lois Porteiro no seu folleto aos galegos emigrados. Deste mesmo folleto, e dun traballo inédito de Arturo Noguerol poderíamos tirar aínda unha chea de consideracións

ben atinadas, á parte do que o un e mailo outro reproducen e analizan de Gustavo Le Bon, Charles Brun, Maurice Barrés, Paul Deschanel, Leon Duguit, e o que eu puidera citarvos de George Sorel, Antonio Sardinha e outros moitos; mais abonda xa co dito.

Porque non nos imos meter a considerar o absurdo da uniformidade legislativa de todo sistema centralista, *verdadeira violación do principio democrático da igualdade dos homes diante da lei*, que é patente de abondo. Lei que se non axite realidade social, é unha lei inxusta: ora, a realidade social é dada pola xeografía e pola historia como unha variedade - fóra de que, a lei non debe vir de enriba, senón de abaixo -. Esta é unha proba máis de que, no centralismo, as leis fanse tendo en conta a conveniencia do Estado, e non conveniencias individuais ou colectivas dos cidadáns.

O dito: o centralismo xa non ten creto na conciencia moderna - a cuestión das nacionalidades e a cuestión da descentralización están chamadas a se completar nunha síntese mediante a constitución dos Estados federais - é unha aplicación da teoría das nacionalidades á constitución interior do Estado.

O NACIONALISMO EN ESPAÑA

O profesor Jiménez Soler, da Universidade de Zaragoza, di que España, "en canto a si mesma é un agregado de terras, doutros tantos organismos independentes, con vida propia, con dereito a ela..." mais "a soberanía asentouse na meseta, e o isolamento imprimiu carácter ao goberno e mais á sociedade españolas... Proclámase tácita ou expresamente o Estado cesarista, o predominio dun pobo por riba dos outros, a violencia da uniformidade legislativa, sobor da realidade da diversidade xeográfica, o Estado un e organismo único sobor do Estado múltiple ou xuntanza de organismos con vida propia, na que cada un colabora, pola división do traballo á prosperidade común". (Vid. "La Antigua Península Ibérica" na *Historia Universal* de Oncken, Barcelona, Montaner y Simón, 1918, páxs. 24 e 25). Esas son, según o ilustre profesor, as causas da decadencia de España. O querer ser *unha e indivisible* cando non pode ser senón *unha síntese de nacións*.

Azorín no *Licenciado Vidriera* di tamén: "Que é un Estado e que é unha nación? En España existe un Estado e hai varias nacións. De nacións faloron sempre os escritores clásicos -Lope, Gracián, Cervantes - ao se referiren a cataláns, vascos, casteláns, galegos, etc. *Las naciones de España* é o título marxinal que Gracián -o baturro Gracián, Cavia - pon nun anaco do *Criticón*, no que efectivamente fala de cataláns, vascos, andaluces, casteláns, galegos. Madrid - di expresamente noutra parte - é unha Babilonia de nacións. E nun Estado no que coexisten varias nacións, como poderemos falar dun idioma nacional? Se cada unha desas nacións - como pasa en España - ten a súa lingua, todas serán igualmente nacionais. E outra cousa será o idioma do Estado, o idioma que sirva para a boa e fácil marcha da vida política e administrativa do conxunto. Non atinamos a ver relación ningunha entre o patriotismo e a libre, libérrima vida dos idiomas nacionais dentro do mesmo Estado.

O mellor que ten a Iberia, é precisamente a súa rica variedade, que tan fecunda podía ser.

Podemos dividir España en dúas partes, das que a unha pertence claramente a Europa, e a outra pertence a África. Unha liña que seguise o curso do Douro e mais do Ebro, separaría a unha da outra; a que fica cara ao Norte, podémola chamar porén, *Euriberia*, e a que fica cara ao Sur, *Afroiberia*.

É na Euriberia onde se senten fortemente as arelas nacionalistas. Cataluña e Vasconia non consentirán nunca en vérense privadas de todo, das súas vellas liberdades. Fóronas defendendo unha a unha, contra a soberanía agresiva de Castela, vertendo o seu sangue en todas as guerras civís, sostendo o pantasma do Carlismo, no que vían a salvagarda delas, e aínda se foron quedando co seu dereito foral, e mais con algunha independencia económica...

Galiza deixou perder todo, deixou que lle levaran o que lle quixeran levar, que a asoballaran de todos os xeitos. Consentiu en se ver aldraxada, en que fixeran desprezo dela e mais dos seus fillos; deu ela mesma os pés e as mans para que lle puxeran as cadeas...

O antigo e o novo réxime colaboraron en impoñer o imperialismo castelán, á España enteira, dándolle unha organización centralizada e uniforme que afogase as ansias de vida das nacionalidades ibéricas. A obra principiada polos Reis Católicos, foi concluída polas Cortes de Cádiz. As ideas da Revolución Francesa viñan a lle dar forza ao centralismo.

Mais agora, xa ninguén lle dá creto a esas ideas. As directivas do pensamento, apartanse delas cada día máis; búscanse hoxe as realidades da Xeografía e da Historia, e non as abstraccións da filosofía.

As nacionalidades ibéricas traballan para romper o circo de ferro do imperialismo castelán. E Galiza tamén.

A INEFICACIA DO ESTADO ESPAÑOL

Se hai algunha cousa ben probada, se hai algunha cousa que estea na conciencia de todos os españois, é esta: a ineficacia do Estado, a súa absoluta incapacidade para resolver ningunha das cuestións nacionais. Agora ben: a ineficacia do Estado Español e a desautorización do imperialismo castelán. Un poder abusivo non pode ter outra xustificación – para que iso sexa unha xustificación- que a súa eficacia práctica.

Mais o Estado Español non ten esa eficacia práctica. Nas súas mans, a vida nacional - a vida de todas as nacionalidades ibéricas e maila vida de España como conxunto - esmorece e desfaiase... O Estado Español é o imperialismo castelán, e o imperialismo castelán é unha violación dos sentimentos nacionais, unha mistificación da realidade, que se impuxo á forza polo poder absoluto dos reis, principalmente *dunha dinastía estranxeira*, asoballando unha a unha as nacionalidades ibéricas que se foran revoltando: Galiza baixo os Reis Católicos, Castela baixo Carlos V, Aragón baixo Felipe II, Cataluña e aínda Andalucía baixo Felipe IV.

O Estado imperialista que herdamos do antigo réxime é unha creación das doutrinas do Dereito Romano, sacado de entre o refugallo dos séculos polos xuristas de Bolonia, devanceiros da noxenta praga avogadesca que xa sómentes en España se padece con paciencia... Eles fixeron do Dereito unha redución da vida a fórmulas metafísicas para afogar a liberdade e a vitalidade dos grupos naturais.

España non ten goberno, porque aquí creuse que gobernar era mandar, que un pobo está gobernado cando todos obedecen, e non cando están ben.

O nacionalismo en España é, como dixemos, a aplicación da teoría das nacionalidades á organización interior do Estado; practicamente: a tendencia a substituír á ineficacia de Estado centralista, a eficacia das nacionalidades autónomas.

O NACIONALISMO EN GALIZA

Di o ilustre Murguía que Galiza foi Estado soberano os cento setenta anos que durou a monarquía dos Suevos; no tempo da Reconquista e mais dende o século XIII ao XVI, para ser Estado independente non lle cumpría senon ter rei propio, gozou todas as ventaxas do réxime autónomo ata o século XIX.

O Reino de Galiza tiña unha Xunta do Reino composta polos persoeiros das vilas e cidades, xunta representante e defensora dos intereses da nación gdlga. A Xunta concertaba co Goberno central, ou coa Audiencia que, co Gobernador do Reino -logo Capitán Xeneral- na súa cabeceira, representaba ao Rei. A Xunta votaba, recadaba, e ás veces repartía os trabucos; acordaba o cupo para o servizo do rei: tiña ao seu cargo os camiños, os abastecementos, a policía. Tiña honores imitantes aos

do Gobernador, e o tratamento de *Alteza Serenísiima*.

Galiza tiña Tesouro de seu, leis propias, Audiencia con *Ordenanzas* especiais, e mais unha Amada súa, pagada e abastecida por ela, tripulada e mandada por galegos, que asistiu á batalla de Lepanto, levando a bandeira galega ergueita na Capitana.

O cesarismo dos Austrias e dos Borbóns foi afogando a vida autónoma da nosa terra, mais se moitas institucións e liberdades perdéronse de feito, de dereito seguiron ata seren varridas polas Constitucións unitarias do século XIX. Moitos galegos pensaban que a liberdade estaba garantida de abondo nunha Constitución democrática e non pedían máis, porque - como dixera Xaime Quintanilla - tiñan a idea dos dereitos individuais, mais non tiñan a conciencia da liberdade colectiva...

Mais esta conciencia latexaba xa no fondo das almas de máis *sensibilidade social*. "A xeración que fai a súa entrada na vida pública polos anos de 1840 - di Carré Aldao na súa *Literatura gallega* - correspondelle a gloria de ser a precursora e a encargada de espallar por Galiza a *boa nova*".

En 1843, na Asamblea de Lugo, Antolín Faraldo pon a discusión se Galiza debe ou non ser independente. Por un voto non se discutiu. Mais a era dos *Precusores* ficaba aberta...

En 1846, Galiza pronúnciase contra do goberno de Isturiz, ou sexa contra de Narváez. Do carácter galeguista deste movemento dan fe estas verbas do manifesto da Xunta Suprema de Goberno de Galiza, publicado no seu xornal oficial *La Revolución*, núm. 1, Santiago, venres 17 abril 1846: "Galiza, arrastrando hasta aquí una existencia oprobiosa, convertida en una verdadera colonia de la corte, va a levantarse de su humillacion y abatimiento... Despertando el poderoso sentimiento de provincialismo, y encaminando a un solo objeto todos los talentos y todos los esfuerzos, llegará á conquistar Galiza la influencia de que es merecedora, colocándose en el alto lugar a que está llamado el antiguo reino de los Suevos. Que la espada de Galiza haga inclinar una sola vez la balanza en que pesan los destinos de España"... Sábese como finou aquilo: deixado nas máns do inimigo pola traizón de Rubin, aquel cabaleiro andante de Solís, foi cos seus compañeiros os *Mártires de Carral*, vítima da saña do cruel Villalonga.

"No *Recreo Compostelano* (1842-43) - di Carré Aldao - pódese ver como se ían botando os cementos do rexionalismo galego, que fai a súa aparición oficial en *El Clamor de Caliza* da Coruña, dirixido por Benito Vicetto en 1855". Con Vicetto e mais con Murguía comeza a rebulir o ideal nacionalista, misturado cos ideais democráticos e revolucionarios. Principia a era dos poetas e dos historiadores, creadores da conciencia nacional galega: Pondal, Rosalía, Saralegui, Villaamil e Castro, Saco Arce...

O movemento literario chega á súa máxima intensidade de 1880 a 1890. Entón xa ten o rexionalismo galego unha doutrina. En 1889 esta doutrina atópase escrita nun libro inmortal: *El Regionalismo*, de Alfredo Brañas, publicado aquel ano en Barcelona. Xúntanse ao redor de Brañas *os bos e xenerosos*. En 1891, Murguía di nun discurso: "Nel - no idioma - coma en vaso sagrado en que se axuntan todos os perfumes, áchanse os principais elementos da nosa nacionalidade, de novo negada e aínda máis escarnecida... E teñan en conta os nosos amos, que canto máis sufridos fomos, máis dereito temos a non seguir sufrindo; tanto máis fixemos o que lles pareceu, tanto máis dereito temos a facer o que nos praxe; que tanto en fin gritastes, que é xa hora que a nosa voz pase por enriba da vosa". O ilustre historiador sostén a bandeira en *Patria gallega* de 1890 a 1892. Son instantes de grande actividade polémica. Logo vaise apagando, paseniño...

En 1907, volve máis puxante. A *Solidariedade catalana* fai a súa rexa campaña, e a *Solidariedade galega* xorde. Aparecen na escena Rodrigo Sanz e Lugrís Freire. O 6 de outono de 1907 faise o gran mitin de Betanzos, na viaxe de propaganda de Salmerón, Mella, Senante, Rodés, Odón de Buen, e Lugrís fala en galego aos labregos. O movemento asume todas as reivindicacións agrarias. Publícanse *Catecismos solidarios*, xornais de propaganda como *Solidaridad gallega* e *Galiza solidaria*, e comezan as Asambleas agrarias.

Logo, non se volve a ouvir falar da *Solidariedade galega*, mais o movemento agrario segue. Vén a campaña de Basilio Álvarez que parecía que ía levar todo por diante. Afogouno tamén. Cumpría recoller as esencias de todos estes movementos, descubrir no fondo delas a arela

transcendente e futurista da raza galega, para erguer, dun xeito que se teña de pé, a doutrina integral do nacionalismo. A isto viñeron as *Irmandades da Fala*

III

A NACIONALIDADE GALEGA

O QUE É UNHA NACIÓN

Teño lido, teño ouvido moitas definicións do que é unha nación. Sempre se fala da nación con vaguedades.

O mesmo Max Nordau fixo hai catro ou cinco anos no Ateneo de Madrid sobre a nación, unha parola para rapaces de segundo de Facultade, unha lección do Santamaría de Paredes...

Mais o profesor americano Burgess tiña chegado á definición da *nación ideal* como: "unha poboación dotada de unidade étnica que habita un terreo dotado de unidade xeográfica". Contra disto poñen o caso dos xudeus que compoñen unha nación ben definida, espallados polo mundo enteiro, ata falando linguas diferentes, xunguidos só polos vínculos do sangue e da tradición. Mais esquecen o *sionismo*, esquecen que o que máis xungue aos xudeus é cecais a lembranza da terra de Canaan. Hai un nacionalismo israelita, mais este nacionalismo fúndase na esperanza de volver á terra; os xudeus non son unha nación, non se consideran unha nación: é unha raza que arela a reconstitución da súa nacionalidade.

A nacionalidade supón a terra. Porteiro cría con Renan e Jellinek que o que caracteriza a nación é unha unidade espiritual, mais, quen fai esta unidade espiritual? Eu insisto no valor da terra, primeiramente, polo fondo *sentimento da terra* que distingue a alma galega e que é algo ben noso, cecais o máis noso; e secundamente polo meirande cada día que lle dá a moderna ciencia xeográfica. Ortega e Gasset – citado por Villar Ponte no seu *Nacionalismo gallego* - di comentando a Dantin Cereceda: "Só baixo a especie de rexión inflúe a terra sobre o home. A configuración, a escultura do terreo, poboada das súas plantas familiares, e sobre ela o aire húmedo ou seco, diáfano ou pelúcido, é o *gran escultor da humanidade*. Coma a auga lle dá á pedra, gota a gota, a súa labranza, así a paisaxe modela a súa raza de homes, gota a gota, é dicir, costume a costume. Un pobo é, primeiramente, un repertorio de costumes". Esta importancia do factor terra, pode ademais servir para separar as nacionalidades nómadas das nacionalidades sedentarias. Falamos aquí de pobos sedentarios, de pobos civilizados, de pobos europeos.

Ora, en Europa, unha nacionalidade é un pobo afincado nunha terra, é un grupo de homes xunguidos entre eles, xunguidos coa terra da que son donos colectivamente, e que traballan en común, por un conxunto de vínculos naturais, nados da comunidade de orixe e da convivencia no terreo.

Estes vínculos (fala, tradicións, costumes, historia, etc.), engadindo a súa acción á da etnia e a da terra, determinan nos individuos certas coincidencias psicolóxicas, certa maneira de ser común a todos eles, que constitúe o *carácter nacional*, e xunguen nunha interdependencia, nunha solidariedade necesaria os intereses de todos eles nun interés colectivo superior que é o *interés nacional*.

A nación vén a se resolver deste xeito, nunha comunidade de intereses espirituais e materiais determinada pola natureza.

O CHAN GALEGO

Hoxe está recoñecido pola ciencia, que a terra galega, coas provincias portuguesas de Tras-os-montes e Entre-Douro e Miño, constitúe unha rexión xeográfica perfectamente caracterizada e distinta de todas as demais da Península, rexión que Hernández Pacheco chama *Galaico-duriense*, e que Dantín Cereceda esquematiza as súas diferenzas do xeito seguinte: "Terreos graníticos primitivos, suxetos á erosión dende hai moitísimo tempo. Clima húmedo, chovendo moito. Vexetación alpina e boreal, como a da Europa Central. Lameiros, gando. País superpoboado".

É a nosa terra a máis vella da Península, a primeira emerxida do Océano siluriano, non pertencendo a nosa complicada orografía ao sistema pirenaico, senón sendo independente del, e anterior. Ademais disto, polo clima marítimo, chuvioso, con ceo nórdico e brétemas a miúdo; pola flora e a fauna centroeuropeas, Galiza é ben unha das terras do Atlántico boreal, unha terra a máis europea da Península.

A nosa paisaxe ten xa unha caracterización ben marcada, un *enxebrismo* que se colle ao primeiro ollar, e que o fai único no mundo, máis único aínda entre as terras peninsulares, ata o punto do facer exótico para os españois do Sur, do Centro e do Mediterráneo.

É, pois, a nosa, coma se dixéramos, unha terra *xeograficamente autónoma*.

A XENTE GALEGA

É un feito que se non pode discutir seriamente, que no pobo galego hai un predominio marcado do elemento loiro centro europeo, como non sucede en ningún outro pobo da Península. Na poboación rural, nótase que todos os rapaciños son brancos como a neve co cabelo loiro, case que albino. Logo, o sol, o aire, no traballo constante da terra vólvelles o coiro tostado e o cabelo escuro. Non falo dos caracteres craneanos. porque se non teñen estudado ben.

O elemento loiro centroeuropeo, ten entre nós dúas orixes: os celtas e mais os xermanos.

O acharse completamente poboada Galiza na época neolítica, e o que coidan inducir algúns do exame dealgunhas gravuras rupestres, suporía que a xente que Sergi mediterránea, tería chegado por aquí. En tal caso, de acordo cos estudos máis modernos, a rama ligur. O que fica comprobado é a ocupación de Galiza polos celtas, polo menos, dende o século VI antes de Cristo.

Según a teoría do sabio alemán Schulten - que os descubrimentos arqueolóxicos van confirmando - a maior parte da nosa terra, tería unha poboación puramente céltica. O elemento ibérico somentes penetrou aquí coa ocupación romana, e esta non foi seriamente efectuada ata o tempo de Augusto.

Cinco séculos despois, aparecía entre nós o elemento xermano, representado polos suevos, que tiveron aquí a súa base de operacións, ata seren dominados, mais non expulsados, por Leovixildo.

Dende a Reconquista comeza un novo período de lenta infiltración ibérica que dura ata os nosos días. Mais, sexa pola mellor adaptación á terra, sexa pola superioridade da raza, o certo é que nin a infiltración romana, nin a infiltración ibérica conseguiron destruír o predominio do elemento loiro centroeuropeo no pobo galego.

A raza galega segue sendo a vella raza céltica, mesturada con iberos, romanos e xermanos, mais imponéndose os caracteres dos celtas por riba de todos os demais. É polo tanto a menos ibérica da Península, e con estreitos parentescos étnicos fóra de España.

A FALA GALEGA

Na Península ibérica, desprendéronse do baixo latín medieval tres linguas romances que inda hoxe a dividen en tres bandas verticais (ficando ao Norte o ángulo eusquérico).

Valle-Inclán caracterizounos cunha xenial comprensión da índole social dos das tres falas: "Tres romances se formaron na Península -di-: catalán de comerciantes, galego de labradores e castelán de dominadores".

Está recoñecido por cantos se ocupan destas cousas, que, de todos os vínculos sociais, é a fala a que máis separa e caracteriza os pobos, porque é o máis espiritual de todos, é o que conforma o pensamento e fai a maneira de ser das xentes. O troque de lingua determina, na maior parte dos casos, a dexeneración espiritual dun pobo. A cuestión é diferente para os individuos do que para as nacionalidades. A proba é que a imposición da lingua foi sempre unha violencia que non descoidou ningún imperialismo: foi empregada por Austria cos checos e cos húngaros, por Prusia e Rusia cos polacos, por Francia cos vascos e os provençais, por Castela cos cataláns e connosco.

Mais a pesar da rabia con que o perseguen, o galego vive, fálase polas catro quintas partes da poboación, e áchase hoxe nunha das súas épocas de maior florecemento literario, converténdose en instrumento de expresión científica e de produción filosófica.

Agora, o galego e o portugués son dúas formas dialectais do mesmo idioma: isto indica que nós temos un maior parentesco con Portugal do que con Castela. Tres falas, tres civilizacións; nos pertencemos á civilización da banda occidental, e culturalmente, pois que así é filoloxicamente, nada temos que ver coas outras dúas. Queiramos ou non, isto trábanos fortemente, estreitamente con Portugal e coa civilización portuguesa.

A SOCIEDADE GALEGA

Pola maneira de ser o noso chan, e polas cousas ás que a nosa raza ten inclinación, o pobo galego é un pobo de labradores e mais de mariñeiros. Galiza vive dos froitos do chan, do gando e da pesca, e dificilmente podería vivir doutra cousa.

A Sociedade galega presenta un exemplo escrito de *sedentarización rural*.

Por lei que lle temos á terra, en troques de nos axuntarmos en grandes centros de poboación, como fan outros pobos, cecais por se arredar da campía, nós espallámonos por ela adiante, en aldeas pequenas.

A nosa colectividade natural é a parroquia, núcleo pequeno, sempre de menos de oitocentos veciños. A Igrexa en Caliza non creou a parroquia, non fixo senón darlle nome: eran os pequenos clans dos nosos avós. O Estado español, en troques, descoñeceuna e creou o municipio, trasplante do réxime das vilas que se non acomoda de ningún xeito á nosa vida rural. Por iso, a administración municipal é tan ruín.

As parroquias, comunidades de carácter esencialmente rural e agrario -e esta é outra das cousas que temos de común con Portugal- constitúen o único fondo autóctono da sociedade galega. Os labregos aquí son todo, non somentes por compoñer a inmensa maior parte da poboación, senón por seren os que nos manteñen a todos.

A extrema división da propiedade é un subfenómeno da sedentarización, do máximo afinamento na terra á que a nosa raza tende a se xunquir máis e máis pola súa vontade conxénita. Cun sinxelo instinto democrático, o galego tende a facelo todo en pequeno: coidado do gando, industrias caseiras e rurais, etc.

A sociedade galega é esencialmente democrática. Da organización feudal que sería na Idade Media, leva camiño de se converter en democracia agraria. Por outra parte, Caliza é un país pobre. As

diferenzas de fortuna, entre nós nunca puideron ser tan grandes coma noutras terras; aquí, ao que ten 30.000 pesos, xa lle chaman rico. Ademais, se houbo e hai aínda separación de clases, nunca houbo aquí entre elas a distancia que había e hai noutros países.

Hoxe, na aldea, a nivelación económica vaíse facendo ás pressas. Nas vilas, os capitais que se fan co comercio, ou son de cataláns ou de casteláns que viñeron se establecer aquí, ou de galegos que os fixeron en América.

En Galiza, o capitalismo e mailo comercio son importados, non autóctonos.

É o noso tamén un pobo de colonizadores. Os galegos teñen man, non somentes para facer cartos, senón para crear organizacións fóra de Galiza. E o seu diñeiro tende a voltar á terra, a se *sedentarizar* no chan da patria galega. Poucos son os galegos que se conforman con non volver. Lonxe da terra, siguen xunguidos a ela; é coma se foran somentes nómadas de corpo.

Esa é a nosa característica, esa é a nosa forza.

A MENTALIDADE GALEGA

Eu non direi que os galegos teñamos todas as virtudes europeas. Digo que a nosa constitución mental é esencialmente europea, que temos unha disposición particular para nos asimilarmos os valores da civilización de Europa, coma non poden os demais españois, sen que se nos poida aplicar o que Chamberlain e mais Havelock Ellis dixeran deles.

Se o noso parentesco étnico é principalmente cos pobos británicos, a civilización galega cando a houbo – dende Xelmírez aos Reis Católicos - foi unha civilización francesa.

Temos dos britanos, o *humorismo*, temos dos franceses, o *senso crítico*; temos noso, o *lirismo* e a *saudade*. Tres calidades que caracterizan a alma romántica. Falo do verdadeiro romanticismo, de xeito alemán, de xeito británico; non da exaltación pasional que en España se chamou romanticismo. O único romántico verdadeiro que houbo en España foi un galego, foi Nicomedes Pastor Díaz.

O *romanticismo* foi a primeira insurrección do espírito nórdico - atlántico e celta - contra do espírito mediterráneo. Foi co romanticismo co que rexurdiu a cultura galega. Non somentes a simetría clásica: a bambolla retórica dos mediterráneos e mailo misticismo convulso e epiléptico dos iberos, que na alma española se daban a man, sonnos completamente estraños. Aquí ata os frades foron escépticos e eruditos, proba: Sarmiento e Feijoo.

É nisto onde se ve mellor a nosa diferenzación nacional. Os españois están faltosos, en absoluto, de humorismo, de senso crítico, de expresión lírica. E a superioridade mental dos galegos hase coñecer cando nos deixen cultivala ao noso xeito.

O SENTIMENTO GALEGO

O ibero é simplemente un *pasional*, por non dicir como dixo algún, *un medular*. O celta, en troques, é un *sentimental*. A diferenza aquí, faise máis fonda aínda, entre os outros españois e nós. A maneira de sentir determina a maneira de concebir a vida.

"Queredes unha verba - di o noso gran pensador Xohán V. Viqueira - que vós diga en resume o noso lirismo e a nosa alma? Aí a tedes: *saudades*. ou como tamén dixo Rosalía, *delas predilecta, soidades*. Nota conquerimos de saudosos e morriñentos, e milleiros de íntimos grandes pequenos dramas ve cada día a nosa raza desa cobiza do lonxe. Bentas de min sexades sexades saudades creadoras de tantas cousas nobres; porque no home o máis nobre é desexar algo fermoso e amado que sendo noso non é noso!"

Mais para min, o sentimento radical da nosa afectividade étnica é a adoración á Terra. Terra a

nosa! é o noso berro, que se manifesta de cote en toda a nosa expresión artística. É, coma se dixeramos, a *emoción do sedentarismo*. E a adoración á Terra e mais á saudade, cobiza do *lonxe* – se non son dúas modalidades do mesmo sentimento - danse tan envolteitas, tan entretecidas unha na outra, que non puidemos aínda separalas, na nosa alma, nin sequera por vía de abstracción analítica.

Esta nosa disposición sentimental causa - direino cun galicismo - un *desabusamento* inevitábel en todos os pensadores iberos que se teñen parado a nos estudar, obrigándoos a dar a volta sen comprender nada deste noso espírito calado, reflexivo, intenso, sentimental, romántico, porque non encontran en nós nada que se pareza á súa áspera violencia de euroafricanos.

En troques, o saudosismo é a tónica do espírito lusitano.

OS INTERESES E OS PROBLEMAS DE GALIZA

Ademais do devandito hai consideracións de orde práctica que lle dan carácter de urxencia á reivindicación da nosa autonomía.

Elas son tres principais:

1. Que somentes son xustas as leis elaboradas democraticamente, ou sexa, as que un pobo con intereses e problemas privativos, se dá a si mesmo, e que estean axeitadas á estrutura social e económica dese pobo.

2. Que Galiza ten intereses que defender, e que estes intereses son a miúdo pospostos polo Estado aos doutras rexións españolas.

3. Que Galiza ten problemas de seu que o Estado non foi nin será capaz endexamais de resolver, e que, afectándonos somentes a nós, só nós somos os chamados a pór man neles.

Galiza precisa, no social, rematar dunha vez a evolución que leva aquí a propiedade agraria, de pasar a terra ás mans dos que a traballan - evolución na que imos adiantados máis que todos os pobos - e liberala para sempre dos noxosos e hoxe inxustos gravames (foros, subforos, etc.), que pesan nos labregos. Precisa acabar coa usura que zuga o sangue dos pobres e co poder noxento dos caciques, aos que o centralismo sostén.

Precisa organizar o cooperativismo agrario, a base de comunidades parroquiais (os antigos *clans*) para dar aos labregos medios de resistencia económica, de cultivo moderno e máis de venda segura e boa dos froitos. Maneira ademais de chegar a un comunismo aceptábel, que saíse da vontade das xentes, e non imposto dende enriba e dende afora.

Precisa pór man na emigración, para ila reducindo ao excedente normal de poboación: para non deixar que os mellores obreiros marchen para América e os intelectuais para Madrid; para lles procurar a axuda aos que se van e lles proporcionar a volta; para preparalos para a competencia cos traballadores doutras terras...

Galiza precisa, no xurídico e administrativo, que desaparezan as Deputacións provinciais, tocos do caciquismo e da arbitrariedade. Precisa unha nova organización municipal, principalmente para os concellos rurais, recoñecendo a personalidade da parroquia, dándolle estado legal a esa nosa comunidade natural agraria.

Precisa que sexa respectado o seu dereito consuetudinario - único democraticamente elaborado- e que as leis deixen paso á formación de novos costunies e novas institucións, axeitados ás novas necesidades.

Precisa que no civil e no político se lle dean ás mulleres os mesmos dereitos que aos homes, pois as nosas se mostran deles merecentes.

E non podemos agardar a que estas cousas sexan resoltas por leis xerais, pois no noso, nada teimos que ver coas conveniencias doutras terras, que precisarán reformas distintas.

Aínda poderíamos falar dos gastos de titulación das terras, do Rexistro da Propiedade, da

administración de xustiza e doutras andrómenas da farragosa e farrapenta lexislación unitaria que non encaixan entre nós.

Precisa, no económico, a libre introdución dos graos, principalmente do millo e do centeo, polos portos galegos coma veñen pedindo hai moitos anos as Sociedades Agrarias, sen conseguilo, para que se non prexudiquen os sobreprezos dos trigueiros de Castela. Precisa saída para o noso gando, dándolle comodidade para carretalo barato a todos os mercados da Península, en troques de traer de fóra carnes xeadas.

Precisa camiños de ferro, tres polo de pronto: o da Costa, o da Coruña-Santiago-Ourense (que debía chegar a Chiaves) e mais o de Ourense-Zamora. O primeiro e o último vénos pedindo

Galiza enteira hai moitos anos, e non se fan para non lesionar os intereses das Compañías que explotan outras liñas.

Precisa facer da Coruña e mais de Vigo portos francos. Precisa mirar pola pesca e asegurar ben esa riqueza. Precisa rehabilitar todas as súas pequenas industrias (coiros, lenzos, encaixes, queixos, etc.), conservar as que ten, e organizar outras novas aproveitando todos os froitos da terra, todos os produtos do gando, todos os recursos do chan, toda a enerxía da auga.

Nada disto nos ha ser doado, namentres os impedimentos da administración española se nos poñan por diante para nos facer perder o tempo, namentres para todo haxa que facer un expediente e esborranchar papel, namentres para todo teñamos que dependemos de Madrid. As enenxías esváense de oficina en oficina, sempre co peso dunha *Superioridade* por riba. Noxenta tutela que non nos deixa espilir burocracia inútil que vive a conta de nós. E iso o centralismo.

Os galegos tenen dereito a gobernaren a súa casa sen axuda onerosa de ninguén; a dárense a si mesmos as leis que mellor lle conveñan para vivir os uns cos outros; a defenderen os seus intereses contra os de afora se cómpre; a resolveren según as súas luces os problemas privativos da súa Terra.

V

A ÉTICA DO NACIONALISMO GALEGO

OS DEREITOS DE GALIZA COMO RE XIÓN ESPAÑOLA

Deixamos demostrada no devantido, a necesidade de que os problemas exclusivos de Galiza, os problemas nosos, que afectan á vida propia, ao interese nacional da nosa Terra, sexan resoltos por nós mesmos, entre nós, sen inxerencia ningunha de fóra. Isto implica a autonomía.

E ben: hoxe non hai en España persoa consciente que se atreva a negar o dereito das rexións á autonomía. En todos os programas políticos saídos á luz nestes derradeiros dous anos, a concesión das autonomías rexionais é un dos artigos que non pode fallar. Véxase o programa do partido reformista circulado hai pouco nun pequeno volume; véxase o manifesto-programa do partido republicano repartido profusamente poucas datas antes de se escribir estas liñas.

Véxanse as conclusións aprobadas no Congreso do Partido Socialista Español de 1919, onde o ilustre Pérez Solís sostivo aínda a solución máis radical, pedindo o *recoñecemento das nacionalidades ibéricas*.

Se se defende a autonomía dos municipios e maila das asociacións profesionais (sindicatos) a das rexións non pode ser descoñecida. Tíñase alcanzada a autonomía individual; os nosos tempos andan atrás das autonomías colectivas.

Considérase que é a única fórmula para o exercicio do *self government*.

É polo tanto este, un punto que non compre discutir.

OS DEREITOS DE GALIZA COMO NACIÓN

Temos dito que nós precisamos a autonomía para pór en produción a nosa nacionalidade. O noso fin é a creación dunha civilización galega.

Non discutimos o dereito de Galiza a ser unha nación: *Galiza é xa unha nación*; a nacionalidade galega é un feito xeográfico e histórico que se non pode negar. Galiza é un organismo vivo, e polo feito de selo, ten dereito á vida.

Agora, como vivir é ser diferente, a vida para as nacionalidades, significa a preservación e o desenvolvemento creador do seu xenio nacional.

Nós non queremos facer de Galiza unha nación *soberana*; nós non queremos separar a nosa Terra da simbiose ibérica. Nós queremos formar parte de España e contribuír, co *noso xenio nacional galego*, á vida española. Nós recoñecemos dende logo a soberanía do Estado Español. Mais consideramos coma un aldraxe e mais coma unha violencia contra da vida da nación galega, calquera medida do goberno central que atente ás nosas características nacionais, aos vínculos fundamentais da nosa comunidade espiritual, que nós consideramos sagrados e intanxibeis.

Este dereito das nacionalidades á propia vida – garantía necesaria para que elas poidan desenvolver a súa civilización e contribuír á civilización do Estado ao que están xunguidas e mais á civilización do mundo - está xa recoñecido no dereito moderno.

Efectivamente, na Conferencia da Paz suscitouse o problema dos dereitos das *minorías nacionais*. Enténdese por minorías nacionais “os grupos de súbditos dun Estado que son de raza e de lingua diferente das da maioría do estado”.

Estes grupos, nin poden formar Estados independentes, nin poden ser adxudicados ao Estado nacional ao que deberan corresponder; teñen pois, que ficar dentro dun Estado que non é a súa nación propia.

As potencias aliadas creron que cumpría garantir ás minorías nacionais, *un minimum de dereitos*, e o principal deles é o *ensino no idioma propio*. As minorías nacionais deberan estar baixo a protección da Liga das Nacións.

O principio, con isto, está xa asentado, e responde ás novas concepcións do dereito político e internacional. Según el, a soberanía dos grandes Estados territoriais, xa non pode ser absoluta e ilimitada. E conforme a este principio, toda minoría nacional pode exixir do Estado de que forma parte ese *minimum de dereitos*.

É o que nós pedimos para Galiza.

O DEBER DE GALIZA COMO NACIÓN

Mais non só invocamos os dereitos de Galiza como rexión española e como nación, senón que –universalistas primeiro que todo – invocamos o *deber de Galiza como nación*.

Porque, se Galiza ten deberes que cumprir para con España, tamén ten deberes que cumprir para coa humanidade. E hai que ter en conta, que os deberes de Galiza para España han ser sempre condicionais: sempre e cando o Estado español respecte os dereitos e recoñeza a personalidade nación galega.

Galiza ten o deber de contribuír á civilización universal. E somentes preservando as nosas enerxías autóctonas, a nosa capacidade de creación, é como poderemos contribuír á civilización universal, incorporando a ela as nosas creacións inéditas. Isto imponnos a obriga de sermos cada vez máis galegos. O enxebrismo ten este alto senso de humanidade, que non saben ver eses homes

mediocres do "rexionalismo ben entendido", e pancista, os do "primeiro españois e despois galegos..." O noso deber nacional obríganos a conservar e a desenvolver a tradición galega na fala, na arte, no pensamento, no dereito, no traballo e a botar abaixo todos os ermpedimentos que se opoñan a isto, sexan os que foran.

O noso deber nacional obríganos ao cultivo constante, sen descanso da nosa orixinalidade, que é a que pode dar valor universal ás nosas creacións, a que nos pode levar a sermos os forxadores dunha civilización.

Galiza non chegará a ser nada se se uniformiza co resto de España. Ser diferente é ser existente. Na conservación dos nosos caracteres nacionais, temos a obriga de sermos intransixentes. Poderemos ceder en todo, se non é nisto; o noso tesouro espiritual non debemos consentir que nolo saquen. Sobre del ten un dereito, unha sorte de *dominio eminente* a humanidade.

Nós podemos, nós debemos exixir do Estado Español que nos deixe cumprir o noso deber nacional. Nós podemos, se non nolo concede, negar todos os nosos deberes para co Estado.

A VONTADE NACIONALISTA

Se a natureza fixo de Galiza unha nación, se a razón proclama o noso dereito e o noso deber de selo, aínda nos cómpre a vontade.

Dirásenos: Hai en Galiza tal vontade de ser nación? Haina. Esquecida nos trafegos do vivir cotián, durmida no fonal das conciencias, subvertida polas argalladas dos políticos de profesión, asoballada na servidume política e social, pero haina. Ela mantén todas as ansias de rebeldía que entre nós estralan aquí e aló en estoupos de pólvora soa; ela sostén esa xenreira xorda, esa xenreira inconsciente que nos come o sangue, que nos fai xemer de desesperanza na nosa redención.

E cando un sabe chegar ao máis fondo dun corazón galego, ela xorde, xorde en labaradas de esperanza e de corare... E que o instinto segredo dos pobos se non pode matar, e ao pobo galego só lle cómpre *comprender para querer*.

Ademais chega ben que nós, a elite nacionalista, minoría intelectual chea do espírito do seu tempo e levando nas mans a chave do mañá, teñamos esa vontade para creala en todos os demais. Moitas veces chegou un home só, lembrádevos de Moisés, de Ulfilas, de Mahoma. No libro admirable de Lutoslawski, *Volonté et Liberté*, atópanse cousas que instrúen moito sobre o papel das personalidades poderosas na historia pobos. Tamén nos interesa estudar nese libro o nacionalismo polaco, o mesianismo cheo de vontade, de mística confianza dos Cieskowski, dos Mickiewicz, dos Trangutt.

Mais o nacionalismo galego non é mesiánico no sentido de agardar un Redentor chovido do ceo. Cremos que o que fixese unha personalidade sobrehumana, pódese atrever a facelo unha aristocracia intelectual fortemente axuntada "en falanxe de ferro ben tecida", determinada á obra con empeño.

A nosa misión é crear en Galiza a vontade nacional. Esta iuhión quere que nós teñamos unha fe inquebrantabel nos destinos da raza, e un culto relixioso exaltado pola terra. Implica a imperiosidade do esforzo constante para a vigorización e a exaltación de todos os nosos valores espirituais. Un non contemplativo, mais activo e vital das tradicións autóctonas que nós hemos sacar da súa inmovilidade de museo e habémolas traer á vida e mais ás loitas do presente. Chegaron días en que cómpre dar terra a todos os mortos de onte, e desfaixar e galvanizar as momias de tempos máis antigos.

É unha misión de creadores e de profesores de enerxía. Por iso somos tan perigosos: atrás de nós, ergueranse todas as rebeldías, todas as cousas ás que nós de ningunha maneira podemos ter medo, mais que farían tremar a moitos. Soan con farta novidade as nosas verbas. Por iso tamén a nosa responsabilidade inmensa; mais o noso pecado, a nosa transgresión imperdoábel, sería de nos calar,

sería de inhibírmonos. Non debemos xa preguntar, senón irmos polo noso camiño; non debemos deixar nada para mañá: "é indecente un remordemento de conciencia" dixo Nietzsche. O noso convencemento hase vigorizar na acción.

VI

A TELEOLOXÍA DO NACIONALISMO GALEGO

A CRISE DO EUROPEÍSMO

Estase vendo a crise do europeísmo. É o sol posto dunha civilización. Os valores mellor asentados na conciencia europea afondan coma barcos vellos que tiveran as táboas apodrecidas. Hoxe dise a oito polos mellores inxenios da Europa que o europeísmo debe ser superado.

Ata o de agora, o centro espiritual da civilización europea estivo no Mediterráneo; foi nas terras mediterráneas: Asia Menor, Grecia, Italia, Provenza, onde se elaboraron todas as ideas que enchen todos os miolos europeos. Clasicismo e Cristianismo alí naceron, e toda a historia anterior e exterior da Europa pódese reducir á loita entre as dúas concepcións da vida e da civilización, as dúas mediterráneas. Dicían os gregos que Delfos era o *omphalon* da terra; os cosmógrafos da Idade Media puñan a Xerusalén no centro do mapamundi.

Mais o que é agora, todo parece sinalar un desprazamento dese centro da civilización, dende o Mediterráneo cara ao Atlántico. As razas mediterráneas, xa sen forza creadora, non producen máis que a comicada xigantomáquica e heroica dese histrión que se chama D'Annunzio. A civilización mediterránea é, nas súas esencias, predominantemente helénica, e polo tanto, intelectualista. Fúndase nunha representación xeométrica do mundo. Mais hoxe a revolta contra do intelectualismo é unánime nos inxenios máis avanzados, que ademais arelan ter unha representación do mundo, non xeométrica, mais dinámica. É deste xeito como perden o creto as nocións mediterráneas.

O ATLANTISMO

A civilización atlántica ha ser, polo tanto, outra cousa do que a civilización mediterránea. Ao mediterraneísmo habemos opoñer un atlantismo. Examinemos o que isto pode ser.

O europeísmo mediterráneo debe ser superado. Mais temos que ver en que senso ha ser esa superación. Din algúns que o pobo *yankee* xa emprincipiou a superación de europeísmo, e presentan para soste a tese, o mesmo os libros de Williams James que as "American films". Van trabucados. A dinámica *yankee*, no que non sexa cousa de temperamento, está fundamente influída polas doutrinas orientais. O que se chama *ioga dos americanos* é simplemente o ioga indio de Patanjali levado aos Estados Unidos por mestres indostaníis como Vivekananda, como Dayanand Sarasvati, que tanto éxito tiveron no Congreso das Relixións de Chicago en 1895. As coñecidas obras de Orisson Swett Marden non son máis que a vulgarización dalgúns métodos indios de adestramento da vontade. E á parte desto e mais do pragmatismo que é inglés e alemán (Peirce, Schiller, etc.), que produciron os Estados Unidos? É outra cousa a que hai que agardar dos pobos atlánticos: non é unha superación do presente, senón a creación do futuro.

E se América non é mais que unha prolongación da Europa de hoxe, e se África, fóra dos pobos negros, incapaces de crear unha civilización e colonizados por europeos, no nos ofrece máis que a agonía do Islam, de onde vai a vir a civilización atlántica?

AS NACIONS CÉLTICAS

Fixémonos ben: entre as dúas beiras do Atlántico, parte en terras continentais da Europa, parte en terras insulares, están as sete nacións célticas: Highlands, illa de Man, Irlanda, Gales, Cornwall, Bretaña e Galiza. Estas non desenvolveron aínda as súas posibilidades autóctonas. Xulio César afogou o celtismo nos comezos do seu desenvolvemento. Agora, destruído todo gran poder europeo, as circunstancias son as mellores para que o celtismo se desenvolva na creación dunha civilización atlántica.

Desas sete nacións, Galiza é a máis esquecida - na aparencia polo menos - das tradicións célticas. En troques, vén a ser o nexo máis forte do celtismo coa vella civilización. O pobo terá deste xeito, un maior poder de síntese e de depuración do que se haxa de conservar do europeísmo que morre. Por que non había de ser Galiza o centro da nova civilización, por que non había de estar na nosa terra o *ophalón* da terra toda? A expansión emigratoria de Galiza e Portugal en América non nos dá dereito a pensalo?

TRES CIVILIZACIÓNS

Aínda hai máis. Hai pouco dicía Xenius, o gran filósofo catalán nun dos seus *Glosaris* - téndolle sido suxerida a idea polo "saudosismo" portugués - que é a civilización mediterránea! da Intelixencia; a oriental e maila *yankee* son as da Vontade; a de Portugal e de Galiza é a civilización da Memoria... Morriña e Saudade. Esta idea andaba xa espallada entre nós. A transcendencia futurista dese sentimento, cecais da perdida Atlántida, dunha vida asolagada baixo das ondas do mar azul, fora xa notada por certos agudos espíritos da mocidade galega.

Pois ben: ata o de agora, foran a civilización da Intelixencia e maila da Vontade as que se atoparan en conflito. A nosa, a civilización saudosa da Lembranza, aínda se non presentou na escena do mundo. Noso destino futuro é crear e impoñer esta civilización nosa que ha ser a civilización atlántica.

Ela ten un alto senso dinámico; non é unha morosa contemplación estática do que pasou: é cecais aquela tendencia de que falaba confusamente non sei que pensador moscovita, a "alcanzar o pasado no presente". Ten un alto senso dinámico, non de loita, non de destrución, non de bule-bule, de actividade pola actividade mesma, de *record* - do que adoce tantas veces a civilización *yankee* - senón de creación. Leonardo Coimbra fundou nela unha filosofía que chamou "O Criacionismo".

Mais a todo ese saudosismo e creacionismo portugués aínda lírico de máis, e ata se me apuran ibérico de máis, cómprelle un pouco de lazo nórdico. Galiza, sendo máis céltica, é máis sintética, e ese matiz fai precisa a nosa colaboración na civilización atlántica.

Ora isto dá unha significación universal ao galeguismo, isto dá unha meirande realidade histórica á nosa existencia nacional. A misión histórica de Galiza e Portugal é de opoñer ao mediterraneísmo, o atlantismo: fórmula da era futura. Tras de nós, España enteira ata agora infestada de mediterraneísmo, co seu século de ouro, co seu conceptismo especioso, coa súa faramallosa retórica, coa súa énfase grandilocuente, incorpórase toda ela á civilización atlántica.

O SÍMBOLO DA ATLÁNTIDA

Algún quixo explicar a saudade nosa dicindo que suspirabamos pola asolagada Atlántida, de onde cicais viñeran os nosos avós - kimris, siluros, milesios ou danandis ...

Foi a Atlántida un continente histórico? Pouco importa. A Atlántida, hoxe cuberta polas augas salgadas do Óceano, é un símbolo: é o símbolo da nosa civilización céltica, escurecida e asoballada por unha civilización estraña e inimiga, que é a civilización mediterránea, traída aquí polo imperialismo romano, prototipo de todos os imperialismos.

E é tamén o símbolo da nosa nacionalidade galega, tamén escurecida tamén asoballada por un poder que para nos igualar con pobos de outra raza, trata cunha rabia cega de nos roubar a nosa lingua, o noso carácter, a nosa fartura e a nosa liberdade.

O fundamento da Atlántida pode non ter que ver coa nosa orixe, mais o seu rexurdimento sinala unha finalidade ao noso porvir. Ternos que restaurar a Atlántida en espírito e en verdade, ou sexa en civilización.

Para iso imos nós, os nacionalistas galegos, apurar todas as posibilidades da terra e da raza, e adonarnos axiña do presente, ata que poidamos chamar ao Atlántico "*mare nostrum*" ...

VII

A PRAGMÁTICA DO NACIONALISMO GALEGO

AS IRMANDADES DA FALA

Xa demos unha ollada á xénese do nacionalismo galego. Alí deixamos dito que as Irmandades da Fala viñeran recoller as esenciais de todos os movementos anteriores, descubrir nelas a arela transcendente da nosa raza, e fundamentar así adoutrina integral do nacionalismo.

A *Irmandade dos Amigos da Fala* tivo feitura na Coruña o día 18 do mes maio de 1916. Hoxe haina constituída tamén en Ferrol, Santiago, Betanzos, Vilalba, Lugo, Monforte, A Estrada e Ourense. Están federadas con elas a Xuventude de Defensa de Vilagarcía, as Xuventudes Nacionalistas de Santiago e de Vigo, e moitas Sociedades Agrarias.

Poden ingresar nelas todos os galegos, homes e mulleres, e os que non o sendo de nacemento o sexan de corazón.

As Irmandades teñen por fins:

1. Propagar o emprego da lingua galega.
2. Conquerir unha ampla autonomía para Galiza.
3. Traballar pola solución de todos os problemas colectivos e permanentes da terra galega.
4. Traballar pola difusión da cultura centífica, literaria e artística.
5. Intervir na política para que esta se faga en proveito do pobo.

Cada irmandade ten catro seccións: Sección de Cultura e Fala, Sección de Economía e Estudos Sociais, Sección Agraria e Sección Política.

As irmandades obedecen a unha dirección única que lles imprime a Xunta Suprema

(Directorio) composta polos primeiros Conselleiros de todas as Irmandades, e polo Comité executivo nomeado pola X. S. na Asemblea Anual.

As Irmandades fan exposicións de arte, cursos de conferencias, veladas teatrais, concursos literarios e científicos; imprentan obras de autores galegos; publican un boletín decenal: *A Nosa Terra*; figuran en primeira liña en todas as campañas anticaciquís, sostendo sempre os intereses dos labregos, dos mariñeiros e dos traballadores; axudan a todo o que se queira facer en ben de Galiza; fan propaganda pública en mitins e reunións; loitan nas eleccións independentemente de todos os partidos, e por fin, celebran cada ano unha Asemblea Xeral, na primeira das cales, quedou fixado o programa do Nacionalismo Galego.

O PROGRAMA DE LUGO

Os persoeiros das Irmandades da Fala, axuntados en Lugo os días 17 e 18 do mes de San Martiño de 1918, aprobaron as seguintes conclusións:

I. Previa

Tendo Galiza todas as características esenciais de nacionalidade, nós nomeámonos, de hoxe para sempre, nacionalistas galegos, xa que a verba "rexionalismo" non recolle todas as aspiracións nin encerra toda a intensidade dos nosos problemas.

II. Problemas constituíntes

1. Autonomía integral para Galiza.
2. Autonomía municipal, distinguido municipio aldeán do vilego, axeitándose o Concello aldeán sobre a base do recoñecemento da personalidade xurídica das parroquias, que terán as súas xuntas, elixidas entre os cabezas de familia – petrucios - homes ou mulleres, para termaren dos seus bens privativos. Os presidentes ou cabezaleiros destas xuntas serán vogais nados ou Concelleiros da Corporación municipal e nomearán, de entre eles, o Alcalde que dirixa o Concello. As parroquias, con personalidade xurídica, poderán contrataren e estableceren seguros e institucións de creto entre os veciños e administrar os bens comúns, que o Poder Central terá de lles restituír, dispoñendo o seu aproveitamento.

O Concello terá de ser, polo tanto, máis que unha organización de carácter administrativo, unha prolongación ou complemento das parroquias, como estas o son do fogar, que presidirá a vida económica e social das mesmas.

3. Cooficialidade dos idiomas galego e castelán.
4. Federación da Iberia.
5. Dentro desta federación, igualdade de relacións con Portugal.
6. Credo na accidentalidade das formas de goberno, interéсанos aclarar que non apelamos por ningunha, mais simpatizaremos, dende logo, con aquela que se mostre máis doada para chegar á federación con Portugal.
7. Ingreso das nacionalidades da Iberia na Liga das Nacións.

1. Problemas políticos.

1. Igualdade de dereitos para a muller.
2. Cuestión electoral:
 - a) A función electoral terá de ser responsabilidade do goberno e protexida polo Poder Público.
 - b) Representación proporcional como sistema electoral

c) Non serán elixibéis os elementos que non rendan unha función útil para a colectividade.

d) A Asemblea declara: que se nas eleccións para Cortes Constituíntes españolas non se nos dera unha prenda en garantía excepcional para que a vontade do pobo poida manifestarse con toda liberdade - pois coas organizacións oligárquicas de hoxe non sería abranguíbel - apelariamos aos representantes de Cataluña e Euskadi e, se niso non abundara, ao Estado máis afin ao noso, para que na Liga das Nacións defenda o dereito de Galiza á liberdade cidadá.

3. Acabamento das Deputacións provinciais.

4. Creación do Poder Autónomo, representado por un Xuntoiro ou Parlamento Galego, elixido por sufraxio universal, con todas as facultades que a reforma da Constitución non garde para o Poder Central e sempre polo menos as seguintes:

IV. Facultades do Poder Galego

1. Nomeamentos da Xunta gobernadora, que terá de exercer o Poder Executivo, composta dun Presidente e seis Secretarios encargados dos Departamentos de Administración, Xustiza, Ensino, Obras Públicas, Agricultura, Industria, Comercio e Facenda.

2. Todas as funcións administrativas.

3. Lexislación social, agás naquel es casos nos que os problemas sociais se estendan ás diversas nacións da Iberia.

4. Réxime tributario, sen intervención do Poder Central, ao que somentes pagará o Autónomo a cantidade que se fixe nos concertos económicos.

5. A potestade docente do Estado actual pasará enteira ao Poder Galego.

6. O réxime bancario, no que intervirá pola función social que hoxe teñen os Bancos. A mesma facultade para a solución do Crédito agrícola.

7. Correos e Telégrafos: o seu servizo o cargo do Poder Central; a súa creación será cargo do Poder Autónomo; o servizo de Teléfonos ao cargo do Poder Galego. A censura nestes servizos non poderá ser exercida polo Poder Central máis que no caso de guerra.

8. Camiños de ferro: a súa nacionalización. A lexislación sobre os mesmos será facultade do Poder Central; a súa construción e administración en carga do Poder Autónomo.

9. Portos Francos. A lexislación e regulación do tráfico marítimo en carga do Poder Central.

10. Se vén coa Paz o acabamento dos exércitos permanentes, e no caso de que somentes quedaran exércitos policía, tamén será facultade do Poder Galego a fixación das forzas que xulgue precisas para a orde interna de Galiza.

1. Cuestións xurídicas

1. Substantividade do Dereito Foral Galego.

2. Derogación do artigo 5º do Código Civil e reforma do seu articulado no que se refire á sucesión *ab intestato*.

3. A publicación das leis farase no idioma galego.

4. Igualdade de dereitos para a muller casada, polo menos no caso da emigración do marido.

5. A función dos Tribunais de Xustiza rematará en recurso derradeiro en Galiza e sempre realizada por funcionarios galegos.

6. As terras dos pequenos propietarios que as laboreen consideraranse instrumentos de traballo para os efectos do embargo.

7. O arrendatario terá dereito a unha parte de supervalía do arrendado sempre que sexa debida aos melloramentos producidos polo seu traballo.

VI. Problemas económicos

1. As cuestións aduaneiras serán resoltas por concerto entre o Poder Autónomo e o Central, salvo o libre cambio de cereais.
2. Reintegración inmediata á propiedade privada, polo xeito máis doado dos montes do Estado, dos pobos e de propios.
3. Repoboación forestal forzosa. Se os particulares non a fan, faría o poder Galego por anualidades, gravando sobre a riqueza creada, o capital invertido máis os intereses. Reforma da lexislación civil neste punto.
4. A Asemblea declara de toda urxencia a resolución do dos gravames sobre a terra en Galiza.
5. Tamén declara ser un crime contra Galiza o permanente absentismo dos propietarios da terra.

VII. Aspectos artísticos.

1. Proclamar a soberanía estética da Nación Galega que se exercerá:
 - a) Sobre as construcións urbanas e rurais, ditándose unha lei que obrigue aos propietarios a axeitar o estilo das súas construcións ao estilo xeral de cada vila galega.
 - b) Na expropiación de monumentos e paisaxes.
 - c) Na organización do ensino artístico, con creación dunha escola musical galega.

CONCLUSIÓNS APROBADAS EN SANTIAGO

A II Asemblea das Irmandades da Fala, tida en Santiago no mes de outono de 1919, ratificou solemnemente o Programa de Lugo, e aprobou as seguintes conclusións:

A. Políticas, Económicas e Sociais

1. Traballar pola axuda precisa para os Pósitos de pescadores constituídos.
2. Pedir a creación dun Banco privilexiado para fomentar o comercio de Exportación.
3. Protestar sempre contra dos ricos de Santiago e A Coruña polo feito vergoñoso de que aínda se non decidan a faceren o camiño de ferro entre as dúas vilas, por se a protesta pode ter xeito acuciador.

Pedir a rápida constución do camiño de ferro chamado da Costa e protestar contra dos deputados galegos que non o exixan do Goberno dende os primeiros días de apertura do Parlamento, pois ata agora fixeron sempre a comedia de erguer a súa voz en defensa de tan importante preito nas derradeiras sesións das Cortes, para enganar ao país, mediante os xornais caciquís que gababan os seus discursos.
5. Que se declaren nulas todas as concesións mineiras que no termo de dez anos non escomecen a ser explotadas.
6. Derogación do decreto do señor Cambó sobre concesion de fervenzas (saltos de auga).
7. Que se exixa teñan aprobadas, cantos sexan gobernadores civís, as asignaturas de Socioloxía e Economía Política.
8. Solicitar do Estado o establecemento de Escolas Agrícolas en Galiza.
9. Pedir que se consignen as dietas precisas para que os enxeñeiros agrónomos poidan daren as conferencias ambulantes que a lei dispón.
10. Pedir tamén que o Catastro rural teña en Galiza un carácter axeitado ás condicións da nosa propiedade.
11. Solicitar dos Gobernos que resolvan do xeito máis conveniente e rápido o preito das augas xurisdiccionais.

12. Creación dun Instituto de Reformas Sociais galego cunha organización conveniente, determinada na Ponencia.
 13. Pedir que se lle dea representación nos comités paritarios á clase agrícola.
 14. Pedir tamén que lles dea representación na Xunta de Aranceis á Asociación das industrias pesqueiras, que son das máis importantes en España, e aos sindicatos agrícolas galegos que por non chegaren á milleira de socios non poden tela.
 15. Solicitar dos Governos que autoricen a construción dos portos galegos de interese xeral por concesións a compañías fortes que reúnan os requisitos que han establecerse.
 16. Que namentras se non implante a autonomía municipal, se autorice aos Concellos urbanos para emprenderen o negocio da urbanización.
 17. Que cando os planos de urbanización favorezan a un propietario, aumentando o valor dun solar.
 18. Comprender na lei de expropiación forzosa os pedazos libres (parques, campos de fútbol, etc.), e os terreos útiles para a construción de casas baratas, cando os Concellos emprendan o negocio de urbanización.
 19. Insistir na petición da autonomía integral e coma estado transitorio pasarmos de acabamento das Deputacións provinciais a constitución da Mancomunidade de Concellos galegos.
 20. Pedir que e para os efectos electorais, incluso os municipais, se constitúan as circunscricións, a base da representación proporcional.
 21. Igualdade absoluta política e civil da muller co home.
 22. Redención de foros.
- B. De Emigración, Cultura, Iberismo, Turismo e Estética*
23. Impedir a emigración da muller galega, vergoñosamente explotada fóra da patria, nas Américas principalmente, e crear nas escolas rurais ensinós especiais para as donas.
 24. Lograr do Estado que en cada consulado español se faga un censo para que os emigrados poidan votar e elixir deputados e senadores, principalmente senadores, se a Alta Cámara se troca, coma se quere.
 25. Crear unha Bolsa do Traballo Galego-Americano que radique en Galiza e estea en relación coas Bolsas xa creadas polos galegos nos diversos países do estranxeiro, encargada de fomentar a instrución técnica e facilitar a repatriación naqueles casos que sexan xustificabeis.
 26. Celebración da festa do emigrante o día de Santiago, cruzándose cartas, postais, telegramas e cablegramas, que sirvan para estreitar os lazos entre os galegos da metrópole e os que teñan residencia nas nosas numerosas colonias sen bandeira.
 27. Creación dunha Escola de Viaxantes do Comercio en Galiza que expida títulos, que terán de ser precisos para a presentación dos servizos no comercio nacional.
 28. Implantación na Universidade de Santiago das Cátedras de Dereito, Historia e Lingua e Literatura galegas, cousa doada logro da aprobación do Estatuto autónomo daquela.
 29. Pedir aos gobernos español e portugués a libre circulación de cidadáns de entre ambos países, sen o requisito dos pasaportes.
 30. Solicitar o intercambio cultural e de estudantes entre a Universidade galega e as portuguesas, deixando libre de dereitos toda clase de libros e obras de arte.
 31. Oporse á intervención armada de España en Portugal se chegara a estalar un movemento sindicalista alén, por considerar Galiza irmá a nación portuguesa e ter a independencia desta como a súa propia independencia.
 32. Pregal aos estudantes brasileiros que na viaxe proxectada polos estudantes das Américas latinas a España, veñan eles tamén, e visiten Galiza, por sern os nosos irmáns na lingua.
 33. Creación dunha Universidade industrial en Galiza e dun almacén de prácticas nas nosas Escolas de Comercio.
 34. Téndose acordado trocar a Academia da Lingua castelá en Academia das linguas españolas, levando a ela o catalán e o eura, co esquecemento do galego, logo de protestar contra este absurdo esquecemento, pedir que o noso idioma se cultive tamén naquela corporación.

35. Pregar aos habitantes de Santiago que defendan por todos os medios axeitados os monumentos de carácter artístico que posúen, considerando toda a vila como un verdadeiro monumento. E por de contado trasladar da Praza do Hospital a estatutua de Montero Ríos.
36. Pedir que se constrúan miradores para os turistas nos vales máis pintorescos da nosa Terra, como ningunha fermosa en paisaxes fermosas.
37. Adquisición polo Estado de terreos para o depósito de grava nas carreiras e ensanche destas nas voltas.
38. Que se doe polo Estado o edificio do antigo Concello da Coruña para adicalo a Museo de Arte rexional.

C. Profesión de fe

A II Asemblea nacionalista de Santiago acordou ratificar o esencial do manifesto aprobado na I de Lugo. Acordou tamén reelegir o Directorio, mais creando un novo plan de organización para as relacións entre as *Irmandades da Fala*, e para as seccións de “cultura”, das mesmas.

Os nacionalistas, agora como decote, coidan que o problema galego é un problema de personalidade, de liberdade e de dignidade.

Queren todas as descentralizacións políticas e administrativas, mais entenden que aínda conqueridas estas descentralizacións e trocada Galzia nun territorio rico e progresivo, o problema nacionalista ficaría sen resolver.

Só ha ter resolución cando sexamos donos dunha personalidade propia baseada no triunfo dunha propia cultura, que nos independice das culturas alleas, xa que contamos cunha tradición, cunha raza e cunha terra de características especiais, diferenciada das máis do mundo, na que a lingua é o froito natural por excelencia. Entrementres non cheguemos a ese xeito de suprema liberdade, no que nós dispoñamos dos nosos destinos, con arreglo ás nosas conveniencias, nun libre desenvolvemento de todas as nosas posibilidades raciais, capaces de crearen unha civilización atlántica, o nacionalismo galego non terá abranguido o seu finnobre, glorioso e santo, beneficioso para a Humanidade.

Con esta Profesión de Fe – da que este libro non é senón unha glosa explicativa – rematan as “Actas da II Asemblea nacionalista”. E aquí rematamos nós tamén este traballo.

Saúde e Terra.

BIBLIOGRAFIA

ÁLVAREZ, Eloísa e LOURENÇO, António Apolinário, *História da Literatura Espanhola*, Porto, Edições Asa, 1994

BACHOUD, André, *Franco*, Lisboa, Editorial Verbo, 2003

BARREIRO, Manuel e FERNÁNDEZ PRIETO, Lourenzo, *Prosa Política no tempo das Irmandades da Fala*, Vigo, Asociación Socio-Pedagóxica Galega A Nosa Terra, 1996

BARREIRO MALLÓN, Baudilio e RECUERO ASTRAY, Manuel, *História da Galiza*, 1ª ed., trad. David Martelo, Lisboa, Edições Sílabo, 2008

BERAMENDI, Justo e NÚÑEZ SEIXAS, Xosé Manoel, *O Nacionalismo Galego*, Historia de Galicia, Vigo, Edicións A Nosa Terra, 1996

BLANCO, Carmen, *Carballo Calero: Política e Cultura*, Serie Documentos, A Coruña, Edicións do Castro, 1991

CARBALLO CALERO, Ricardo, *Cantares Gallegos, Rosalía de Castro*, 7ª ed., Col. Letras Hispánicas, Madrid, Ediciones Cátedra, 1984

_____*Unha voz na Galiza*, Col. Estudos e Investigacións, Barcelona, Edicións Sotelo Blanco, 1992

CASARES, Carlos, LEZCANO, Arturo e RISCO, Antón, *Para ler a Vicente Risco*, Vigo, Editorial Galaxia, 1997

CASTELAO, *Sempre en Galiza*, Biblioteca Castelao, Vigo, Editorial Galaxia, 2004

CORTINA, Augusto, *Rosalía de Castro, Obra Poética*, 5ª ed., Col. Austral, Madrid, Editorial Espasa-Calpe, 1963

FERNÁNDEZ FERREIRO, Xosé, *Agosto do 36*, 8ª ed., Vigo, Edicións Xerais de Galicia, 1991

FERNANDEZ-OXEA, Xosé Ramón (Ben-Cho-Shey), *Galicia no Corazon*, Escolma e arranxamentos eruditos: Xesus Alonso Montero, La Coruña, Edicións do Castro, 1977

FERREIRO MIGUEZ, Celso Emilio, *Longa Noite de Pedra*, 8ª ed., Vigo, Biblioteca das Letras Galegas, Edicións Xerais de Galicia, 2008

GARCÍA-TIZON, Antonio, *Galicia, Camiños Literários*, Colección Mediodía, Madrid, Publicaciones españolas, 1961

GÓMEZ SÁNCHEZ, Anxo, *Cantares Gallegos, Rosalía de Castro*, Asociación Socio-Pedagóxica Galega, Vigo, A Nosa Terra/ Promocións Culturais Galegas, 1996

GONZÁLEZ-MILLÁN, Xóan, *Literatura e Sociedade en Galicia (1975-1990)*, Vigo, Edicións Xerais de Galicia, 1994

GONZÁLEZ, José Carlos, *Nas margens do Sar; Obras de Rosalía de Castro*, Leiria, Editorial Diferença, 1999

GONZALEZ GARCES, Miguel, *Poesía Gallega de Posguerra (1939-1975)*, 2º vol., La Coruña, Ediciones Del Castro, 1976

GOYTISOLO, Juan, *Espanha e os Espanhóis*, Lisboa, 90 Graus Editora, 2008

GUERRA DA CAL, Ernesto, *Antologia poética/ Cancioneiro Rosaliano*, Col. Poesia e Verdade, Viseu, Guimarães Editores, 1985

LEZCANO, Arturo, *Vicente Risco*, Xunta de Galicia, Consellería de Cultura, Dirección Xeral de Cultura, s/l, 1996

MACIEIRA FERNÁNDEZ, Xosé Manuel, *A Literatura Galega no Exílio (consciência e continuidade cultural)*, Estudos de Literatura, col. promovida e coordinada pela Asociación Socio-Pedagóxica Galega, dir. Manuel Lourenzo González, Vigo, Edicións do Cumio, 1995

MAYORAL, Marina e ROIG, Blanca, *Follas Novas, Rosalía de Castro*, 4ª ed., Biblioteca das Letras Galegas, Vigo, Edicións Xerais de Galicia, 1998

MEDEIROS, António, *Dois lados de um rio (Nacionalismo e Etnografias na Galiza e em Portugal)*, 1ª ed., Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2006

MILLAN OTERO, Xosé M., *Prosa escollida, Antoloxía Vicente Risco*, Asociación Socio-Pedagóxica Galega, Vigo, Editora A Nosa Terra/ Promocións Culturais Galegas, 1997

MONTEAGUDO, Henrique, VILAVEDRA, Dolores, *Follas Novas (Rosalía de Castro)*, Vigo, Editorial Galaxia, 1993

MONTERO, Xesus Alonso, Xosé Ramón Fernández-Oxea (Ben-Cho-Shey), *Galicia no Corazon*, La Coruña, Edicións do Castro, 1977

_____ *En las Orillas del Sar*, Letras Hispánicas, Madrid, Ediciones Cátedra, 1985

_____ *Os Escritores Galegos ante a Guerra Civil Española (1936-1939)*, Textos e actitudes, Vigo, Editorial Galaxia, 2006

NAVAZA, Gonzalo, Celso Emilio Ferreiro, *Longa Noite de Pedra*, 8ª ed., Biblioteca das Letras Galegas, Vigo, Edicións Xerais de Galicia, 2008

PARDO BAZÁN, Emilia, *Os Paços de Ulloa*, trad. José Colaço Barreiros, Lisboa, Editorial Teorema, 1990

PAZOS, Lino J., *Castelao entre nós, 1975-1986 (Apuntamentos para un mellor coñecemento da súa derradeira singradura)*, 1ª ed., Pontevedra, Servicio de Publicacións Excma. Deputación Provincial de Pontevedra, 2000

POULLAIN, Claude, *Rosalía de Castro y su obra*, Madrid, Editora Nacional, 1974

PRESTON, Paul, *A Guerra Civil de Espanha*, Col. História Narrativa, Lisboa, Edições 70, 2005

RAJÓ PAZÓ, Anxo Xoán, *Ramón Otero Pedrayo (Escritor)*, Col. Galegos na Historia, Vigo, Edicións Ir Indo, 2009

RODRÍGUEZ FER, Claudio, *Poesía Galega*, Vigo, Edicións Xerais de Galicia, 1989

_____ *A Literatura galega durante a Guerra Civil*, Vigo, Edicións Xerais de Galicia, 1994

ROMASANTA, Alberto, *Víctor Casas, Escritos Políticos*, 1ª ed., Vigo, Prensa & Criación, A Nosa Terra, 1996

SOBRADO CORREA, Hortensio, *Historia de Galicia*, Col. Andaina, Vigo, Edicións Nigra Trea, 2004

VVAA., *A Literatura Galega: Séculos Escuros e Rexurdimento*, Santiago de Compostela, Vía Láctea Series, 1988

VARANDAS, Angélica, *Mitos e Lendas (Celtas, Irlanda)*, 1ª ed., s/l, Livros e Livros, 2006

VÁSQUEZ REY, Antonio, *Esbozo para unha biografía de Rosalía*, A Coruña, Edicións do Castro, 1995

VILLARES, Ramón, *História da Galiza*, Lisboa, Livros Horizonte, 1991

URIARTE, Edurne, *España, Patriotismo Y Nación*, Espasa e Hoy, Madrid, Editorial Espasa-Calpe, 2003

Outros textos

Arte e Cultura da Galiza e Norte de Portugal, Etnografía, 1º vol., Dir. José Manuel Hidalgo Cuñarro, Setúbal, Marina Editores, 2006

Cancioneiro da Loita Galega, Serie Documentos, A Coruña, Edicións do Castro, 1996

Congreso Vicente Risco (Actas do Congreso celebrado en Ourense os días 18,19,20 e 21 de outubro de 1995), Xunta de Galicia, Santiago de Compostela, 1995

Teoría do Nacionalismo Galego, Vicente Risco

WEBGRAFIA

- ◆ Alfonso Castelao

www.museocastelao.com

- ◆ Alfredo Brañas

F:\Galicia espallada: Historia do nacionalismo galego (Google)

- ◆ Arturo Noguero Buján

www.galeguizargalicia.com

- ◆ Ceda

<http://e-spacio.uned.es>

◆ Día das Letras Galegas

www.diadasletrasgalegas.com

◆ Eduardo Pondal

<http://cvc.instituto-camoes.pt>
<http://google.books.pt> (Google)

◆ Frei Sarmiento

www.agal-gz.prg

◆ Guerra Civil Espanhola

www.guerracivil1936.galeon.com
A Guerra Civil Espanhola (Google)
A Guerra Civil na Espanha (Google)

◆ História de Espanha

F:\A proto-história da Guerra de Espanha (Google)
www.historiasiglo20.org

◆ História da Galiza

www.apontevella.com
www.cepc.es
www.GZnación.com<http://apontevella.com>
www.galiciaespallada.com.ar

◆ Luís Porteiro Garea

www.agal-gz.org
www.pglingua.org

◆ Manuel Murguía

F:\Galicia espallada Historia do nacionalismo galego (Google)

www.laopinioncoruna.es
www.stormfront.org

◆ Mártires de Carral

www.diarioliberalidade.org
www.radiofusion.eu
http://wapedia.mobi/p

◆ O Nacionalismo: movimentos, organizações e partidos políticas

www.frentepopulargalega.org
www.galizalivre.org
www.galizasempre.org
http://nacionalgaliza.blogspot.com (Google)
F:\Nacionalismo de entre guerras (Google)
www.partido-galeguista.org
www.uniondopovogalego.org

◆ Ramón Villar Ponte

www.galegos.info

◆ Rosalía de Castro

www.leme.pt

◆ Verea y Aguiar

www4.uwm.edu

◆ Vicente Risco

www.fundacionvicenterisco.com
F:\Galicia espallada Historia do nacionalismo galego (Google)
www.stormfront.org
http://revistas.ucm.es
Teoría do Nacionalismo Galego (Google)

◆ Vítor Casas

www.agal-gz.org

DVDs

- La memoria recobrada, RTVE/TVE, Edivisa, dirigida por Alfonso Domingo, 2006
- Memoria de España, capítulos 22, 23, 24, 25, Produção de RTVE-Memoria de España, Divisa Home Video, 2004